

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Edgar Oliveira Santos

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO, REDES E TRAJETÓRIAS
MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IMPERATRIZ
– MA

Santa Cruz do Sul

2018

Edgar Oliveira Santos

**DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO, REDES E TRAJETÓRIAS
MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IMPERATRIZ
– MA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado; Área de concentração: Desenvolvimento Regional; Linha de pesquisa: Território, Planejamento e Sustentabilidade da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

Co-orientadora: Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt.

Santa Cruz do Sul

2018

Edgar Oliveira Santos

**DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO, REDES E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS
NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IMPERATRIZ – MA**

Essa tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado; Área de concentração: Desenvolvimento Regional; Linha de pesquisa: Território, Planejamento e Sustentabilidade da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

Co-orientadora: Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt.

Prof. Dr. Marco André Cadoná
Professor orientador – PPGDR/UNISC

Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt
Professora co-orientadora – PPGDR/UNISC

Profa. Dra. Virginia Elizabeta Etges
Professora examinadora – PPGDR/UNISC

Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt
Professor examinador – PPGDR/UNISC

Prof. Dr. Valmor Schiochet
Professor examinador – PPGDR/FURB

Prof. Dra. Rosmari Terezinha Cazarotto
Professora examinadora – UNIVATES

Santa Cruz do Sul

2018

AGRADECIMENTOS

Manifestar gratidão pelas nossas realizações é entender que existe alguém de forma direta ou indireta contribuindo para o nosso êxito. Assim, atribuo meus agradecimentos:

Ao Grande Arquiteto do Universo que permitiu alcançar mais um objetivo na minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais (*in memoriam*), como grandes construtores de uma boa preparação para a vida.

À minha esposa, pela predisposição em compartilhar das minhas inquietações.

Às minhas filhas, pelo incentivo e por acreditarem na minha conquista.

Aos meus orientadores que aceitaram a árdua tarefa de nortear a produção de uma tese, proporcionando-me a liberdade de construção de pensamentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC (PPGDR/UNISC), pela dedicação ao programa, pela afeição, pelo compromisso e pela cordialidade com os alunos.

Às Secretárias do PPGDR/UNISC, pela frequente demonstração de profissionalismo.

À minha universidade, Uema (Universidade Estadual do Maranhão), hoje Uemasul (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão), pelo total envolvimento na qualificação do seu corpo docente.

Aos colegas de departamento da Uemasul, pelo empenho na condução das atividades acadêmicas durante meu afastamento para o doutorado.

Aos colegas de turma (2014) do PPGDR/UNISC que, ao longo dessa jornada, transformaram-se em amigos e amigas no confronto das distintas formas de pensar, mas acima de tudo na congruência de um objetivo comum.

À instituição UNISC, pela organização exemplar e apoio ao PPGDR.

Ao PPGDR/UNISC, pelo elevado conceito alcançado junto a Capes, que valoriza a minha titulação.

Aos amigos e amigas construídos em Santa Cruz do Sul que cuidadosamente me acolheram, simbolizando a extensão da minha família e dignificando a expressão familiar do povo gaúcho.

*Sua majestade Imperatriz. Flor da Amazônia, vitória régia
– grande, incultivada e bela.*

*Imperatriz. Cidade de anônimos. Polo de concentração e
dispersão. De importação e exportação. Imigração e
emigração. Desejo e decepção.*

*Imperatriz anfíbia: Nordeste e Amazônia. Sol e água. Seca
e selva. Sofá e sela. Porta e porteira. Pórtico e cancela.
Mansão e palhoça. Carro e carroça. Asfalto e roça.*

*Misto de trabalho e desemprego, de produção e carência,
de oferta e procura, desperdício e fartura, resultado de seus
contrários, pastel de paradoxos, Imperatriz é o retrato
ampliado de nossos acertos e imperfeições, virtudes e
incompletudes.*

*Uma São Paulo no interior do Maranhão, todos nós
brasileiros temos algo a ver com esta cidade – Imperatriz,
Majestade.*

RESUMO

Essa tese de doutoramento é resultado de um estudo realizado com o objetivo de analisar como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a formação de redes migratórias e, nesse sentido, a própria configuração das trajetórias migratórias observadas em um determinado espaço/tempo. O espaço central de análise é o município de Imperatriz, localizado no sudoeste do Estado do Maranhão, que possui uma formação histórica constituída por ciclos de desenvolvimento econômico, influenciando os fluxos migratórios responsáveis pelo povoamento do município a partir da década de 1960. A abordagem em torno dessa construção espacial fundamenta-se no método materialista histórico, com qual atentou-se para a historicidade e para as contradições presentes nas formas como a dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz condicionou os fluxos migratórios que o povoaram a partir da década de 1960. Os dados coletados para a análise construída (dados de Censos Demográficos) foram possíveis graças ao trabalho coordenado pela Delegacia de Estatística do IBGE/Agência Municipal do IBGE em Imperatriz; além disso, foram realizadas entrevistas com migrantes que chegaram em Imperatriz em diferentes ciclos históricos de seu desenvolvimento. Tais dados, juntamente com informações bibliográficas e documentos relacionados à formação histórica de Imperatriz permitiram a construção da tese que está organizada em seis capítulos, discutindo as bases teóricas da migração, os deslocamentos populacionais na Região Nordeste nos séculos XX e XXI, os antecedentes históricos do povoamento no sul-maranhense e o processo migratório durante ocupação espacial do município de Imperatriz (na sua formação histórica e desenvolvimento no período de 1960 a 1980). Essas abordagens ensejaram as principais conclusões, indicando os condicionamentos dos ciclos econômicos – construção da rodovia Belém/Brasília; extração da madeira; expansão do cultivo do arroz; exploração do ouro – sobre os fluxos migratórios, coincidindo com deslocamentos de nordestinos motivados pela intensa estiagem nas décadas de 1950 e 1960. Constatou-se a importância de empresários, de proprietários de terras e de comerciantes maranhenses como atores propulsores dos fluxos através do estabelecimento de bases econômicas no município, incluindo implantação de estradas vicinais, viabilizando a comunicação e transporte de mão de obra, criando um campo favorável para as distintas trajetórias migratórias nutridas pela ampla conexão entre famílias e municípios. Constatou-se ainda a ação do Estado, propiciando fluxos migratórios através de projetos de povoamento da Amazônia. Em que pese as dificuldades existentes em diferentes fases do período analisado, em especial dificuldades de uma infraestrutura em formação, colocando-se limites importantes para o deslocamento populacional para a região onde está localizado o município de Imperatriz, pode-se afirmar que o processo migratório ocorrido a partir da segunda metade do século XX foi crucial para a formação do município, constituindo uma realidade populacional atual que destaca a atuação dos “não naturais” e dos seus descendentes, nascidos na própria Imperatriz.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Imperatriz (MA). Fluxo Migratório. Redes de Imigração.

ABSTRACT

This doctoral thesis is the result of a study carried out with the objective of analyzing how regional development dynamics condition the formation of migratory networks and, in this sense, the very configuration of migratory trajectories observed in a given space / time. The central area of analysis is the municipality of Imperatriz, located in the southwest of the state of Maranhão, which has a historical formation constituted by cycles of economic development, influencing the migratory flows responsible for the settlement of the municipality from the 1960s. This construction of space is based on the historical materialist method, with which historical historicity and the contradictions present in the ways in which the development dynamics of the municipality of Imperatriz conditioned the migratory flows that populated it from the 1960s onwards. The data collected for the analysis constructed (Demographic Census data) was possible thanks to the work coordinated by the Statistics Office of IBGE / IBGE Municipal Agency in Imperatriz; In addition, interviews were conducted with migrants who arrived in Imperatriz in different historical cycles of their development. These data, together with bibliographical information and documents related to the historical formation of Imperatriz allowed the construction of the thesis that is organized in six chapters, discussing the theoretical bases of migration, population displacements in the Northeast Region in the 20th and 21st centuries, settlement in southern Maranhão and the migratory process during space occupation of the municipality of Imperatriz (in its historical formation and development in the period from 1960 to 1980). These approaches led to the main conclusions, indicating the constraints of economic cycles – construction of the Belém / Brasília highway; wood extraction; expansion of rice cultivation; exploration of gold – on migratory flows, coinciding with displacements of northeastern people motivated by the intense drought in the 1950s and 1960s. The importance of entrepreneurs, landowners and merchants in Maranhão as actors in the flows through establishment of economic bases in the municipality, including the implantation of vicinal roads, enabling the communication and transportation of labor, creating a favorable field for the different migratory trajectories nourished by the ample connection between families and municipalities. It was also verified the action of the State, propitiating migratory flows through projects of population of the Amazon. Despite the difficulties in different phases of the period analyzed, in particular difficulties of an infrastructure in formation, imposing important limits for the population displacement to the region where the municipality of Imperatriz is located, it can be stated that the migratory process occurred from the second half of the twentieth century was crucial for the formation of the municipality, constituting a current population reality, which highlights the performance of the "unnatural" and their descendants, born in the Imperatriz herself.

Keywords: Regional development. Imperatriz (MA). Migratory Flow. Immigration Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 –	Mapa de localização da área de estudo: Região sul do Maranhão.....	14
Figura 02 –	Regiões de planejamento do estado do Maranhão.....	107
Quadro 01 –	Região sul do Maranhão por mesorregiões.....	107
Figura 03 –	Porto de Imperatriz – 1960.....	115
Figura 04 –	Imperatriz início da década de 1960.....	125
Figura 05 –	Trecho da Rodovia BR-010.....	133
Figura 06 –	Rota dos imigrantes do ciclo do arroz – início do século XX.....	140
Figura 07 –	Posse do Prefeito Simplício Moreira – Imperatriz 1948.....	142
Figura 08 –	Trajectoria dos imigrantes segundo suas origens.....	154
Figura 09 –	Origens dos imigrantes expoentes na formação estrutura e superestrutura de Imperatriz no período de 1960 a 1980.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População nordestina (livre, escrava e estrangeira) – 1870.....	63
Tabela 02 – População escrava por nível de instrução: Nordeste/1872	67
Tabela 03 – População livre por nível de instrução: Nordeste/1872.....	67
Tabela 04 – População livre: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – 1872.....	68
Tabela 05 – Migrações interestaduais do Nordeste – 192.....	69
Tabela 06 – Esperança de vida ao nascer segundo as Grandes Regiões – 1950/2000	72
Tabela 07 – Taxas de mortalidade infantil segundo as Grandes Regiões – 1950/2000....	73
Tabela 08 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, Brasil e Grandes Regiões – 1992/1999.....	73
Tabela 09 – Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, Brasil e Grandes Regiões – 1992/1999	74
Tabela 10 – Mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias da população de menos de 1 ano de idade – 1992/1998	74
Tabela 11 – Participação (%) no PIB – Brasil/ Grandes Regiões –1985-2000	75
Tabela 12 – Participação (%) dos estados do Nordeste no PIB regional – 2000	75
Tabela 13 – PIB per capita (R\$) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1997-2000.....	75
Tabela 14 – IDH-M / Brasil, Estados e Distrito Federal – 1991/2000/2010.....	76
Tabela 15 – Evolução da população urbana e rural, Brasil, Grandes Regiões e estados do Nordeste	78
Tabela 16 – Origem da população nordestina segundo as unidades da federação – 1960 a 1980	83
Tabela 17 – Percentual de Pessoas que se Instalaram no Município nos últimos 10 anos por estado pelo Censo 2010	84
Tabela 18 – Tendência da migração de brasileiros, 5 anos ou mais de idade, por regiões, nos períodos 1995/2000 e 1999/2004.....	85
Tabela 19 – Origens das Pessoas Instaladas após ano 2000 – Nordeste	85
Tabela 20 – Previsão de Investimentos – Sub-região Litorânea Sul – Nordeste.....	89
Tabela 21 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Litorânea Leste.....	93
Tabela 22 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Litorânea Norte.....	94
Tabela 23 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Cerrados	95
Tabela 24 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Meio-Norte	96
Tabela 25 – Projetos Previstos para a Sub-Região Ribeira do São Francisco.....	96
Tabela 26 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Sertão Norte.....	98
Tabela 27 – Principais Projetos Previsto para a Sub-Região Sertão Sul.....	99
Tabela 28 – População de Imperatriz por idade e sexo – 1960	149
Tabela 29 – População migrante por tempo de residência no município de Imperatriz e por sexo – 1960	149
Tabela 30 – População da microrregião de Imperatriz por idade e sexo – 1970.....	150
Tabela 31 – População migrante por tempo de residência na microrregião de Imperatriz e por sexo – 1970	151

Tabela 32 – População de migrantes em Imperatriz por lugar de nascimento, sexo, microrregião e município de Imperatriz – 1980.....	152
Tabela 33 – Origem do migrante de Imperatriz por procedência – zona urbana /zona rural e por sexo – 1980.....	153
Tabela 34 – População de 5 anos mais de idade por anos de estudo e por sexo – Imperatriz 1980	153
Tabela 35 – Mulheres de 15 anos ou mais, filhos tidos, filhos vivos, segundo a microrregião de Imperatriz – 1980.....	155
Tabela 36 – Mulheres de 15 anos ou mais, filhos tidos, filhos vivos, segundo o município de Imperatriz – 1980	155
Tabela 37 – População residente, por migração no município de residência atual segundo a microrregião de Imperatriz – 1980.....	156
Tabela 38 – População residente, por migração no município de residência atual segundo o município de Imperatriz – 1980.....	156
Tabela 39 – Pessoas de 10 anos ou mais por setor de atividade de dependência e condição de atividade, na microrregião de Imperatriz – 1980	158
Tabela 40 – Pessoas de 10 anos ou mais por setor de atividade de dependência e condição de atividade, no município de Imperatriz – 1980	158
Tabela 41 – Pessoas de 10 anos ou mais por rendimento médio mensal e sexo, na microrregião de Imperatriz – 1980.....	159
Tabela 42 – Pessoas de 10 anos ou mais por rendimento médio mensal e sexo, no município de Imperatriz – 1980	160
Tabela 43 – Pessoas de 10 ou mais com curso completo nos municípios do Sul do Maranhão – 1980.....	161
Tabela 44 – Contribuição dos imigrantes influentes na formação da estrutura e superestrutura de Imperatriz – MA, por lugar de origem.....	174

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEMAR	Centrais Elétricas do Maranhão
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFC	Estrada de Ferro Carajás
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FAMEM	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOCS	Inspetoria Federal de Obras contra a Seca
OIMT	Organização internacional de madeiras tropicais
PDNE	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SEDINC	Secretaria de Estado do desenvolvimento Indústria e Comércio
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REDES, MIGRAÇÕES INTERNAS E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	29
2.1	Redes migratórias: construções teóricas	29
2.1.1	Redes e outros paradigmas do fenômeno migratório.....	33
2.1.2	Redes na sociedade receptora	35
2.1.3	Revelação da presença de redes	36
2.2	Migração e trajetórias de desenvolvimento.....	38
2.3	Migração: tecendo caminhos para a construção do desenvolvimento regional	48
3	MIGRAÇÕES E A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO NORDESTE	59
3.1	Processo Migratório na Estruturação econômica do Nordeste: aspectos históricos.....	61
3.2	A região Nordeste no século XX: principais tendências e mudanças	79
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SUL DO MARANHÃO.....	106
4.1	Região das Chapadas das Mesas	108
4.2	Região do Baixo Balsas	111
4.3	Região Tocantins	112
4.4	Região dos Carajás	117
4.5	Região dos Gerais de Balsas	118
4.6	Região dos Guajajaras	120
4.7	Região dos Alpercatas	121
4.8	Sertão Maranhense.....	122
5	MIGRAÇÕES INTERNAS: REDES E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IMPERATRIZ (1960 – 1980)	127
5.1	A construção da rodovia Belém – Brasília (1950/1970)	130
5.1.1	Imigrantes trazidos pela construção da rodovia BR010	134
5.2	O ciclo da madeira (1960/1970)	136
5.3	O ciclo do arroz (1960/1970)	139
5.3.1	A expansão da lavoura do arroz: início de novas relações econômicas.....	144
5.4	O ciclo do ouro (1980)	145
5.4.1	Imperatriz como espaço de integração socioeconômica no ciclo do ouro	148
5.5	População e migração em Imperatriz.....	148
5.6	Relatos de imigrantes dos ciclos de desenvolvimento econômico de Imperatriz.....	163

5.7	Análise circunstanciada das questões fundamentais, dos fluxos migratórios da formação histórica de Imperatriz – 1960/1980	175
6	CONCLUSÃO.....	179
	REFERÊNCIAS	188
	APÊNDICES	209
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	209
	ANEXOS	211
	ANEXO A – MAPA DO ESTADO DO MARANHÃO	211
	ANEXO B – TELEGRAMA SOLICITANDO TRANSPORTE PARA IMIGRANTES.....	212
	ANEXO C– GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO DA COMPRA DE TERRENO NO ESTADO DO PARÁ.....	213
	ANEXO D – MIGRANTES EXPOENTES NA FORMAÇÃO DE IMPERATRIZ.....	214

1 INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado é resultado de um trabalho de investigação sobre migrações internas, com o objetivo de analisar dinâmicas regionais de desenvolvimento configuradas no contexto de redes e trajetórias migratórias, estruturadas em um determinado espaço/tempo. O espaço de estudo é a região sul do Estado do Maranhão, focalizando o município de Imperatriz através da sua formação histórica, constituída por ciclos de desenvolvimento econômico, no período de 1960 a 1980.

O estudo das migrações internas ocupa um auspicioso espaço de pesquisa, que promove novas discussões acadêmicas, buscando responder aos questionamentos teóricos confrontados com os diversificados movimentos populacionais, sobretudo nas escalas nacionais, regionais e locais. Esses são originados das constantes mudanças da sociedade, em resposta às recentes configurações assumidas pelo sistema de produção capitalista.

As migrações registradas internamente no Brasil podem ser referenciadas pelos deslocamentos de pessoas da região Nordeste para o Sudeste, ocorridos durante o processo de industrialização do país no século XX (SINGER, 2002). Esse e outros exemplos de processo migratório favoreceram o fortalecimento das discussões teóricas, em torno das causas de influência da migração interna e a relação estabelecida entre os locais de origem e de destino.

No âmbito dessas discussões estão presentes as consequências da migração no processo de desenvolvimento regional ou local, onde incidem as transformações socioeconômicas, tendo como referência o sudeste brasileiro, particularmente nas primeiras décadas do século XX (FAUSTO, 1995). Nessa ótica de análise são referenciadas as questões do atraso, expulsão no campo e atração pela cidade que envolveram essa fase da migração, mas também provocaram a desconcentração industrial a partir do surgimento de novos polos de investimento nas últimas décadas desse mesmo século, incluindo o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte.

Essa mudança, decorrente das diferenças regionais originadas pelo processo de industrialização nos moldes capitalistas, criou novos fluxos migratórios em uma perspectiva diferente, em alguns aspectos, dos movimentos migratórios do Nordeste para o Sudeste do país. Outros fatores e não apenas a indústria e a agricultura no Sudeste passaram a influenciar deslocamentos populacionais com características diferentes em relação aos espaços territoriais e tempo de permanência.

Nessa mudança de rumo dos deslocamentos populacionais se insere o município de Imperatriz como referência para o estudo da relação entre dinâmicas regionais de

desenvolvimento e fluxos migratórios na região Sudoeste do Estado do Maranhão. A formação histórica de Imperatriz, no período compreendido entre 1960 e 1980, foi constituída por “ciclos de desenvolvimento econômico”. Nesse sentido, atenta-se para os fluxos migratórios que, condicionados por esses diferentes “ciclos de desenvolvimento econômico”, contribuíram na dinâmica populacional do município de Imperatriz a partir da década de 1960.

Cabe destacar que o município de Imperatriz possuía, em 1950, apenas 14.064 habitantes e que em 1980 sua população chegou aos 220.095 habitantes. Esse crescimento populacional ocorreu em um contexto histórico em que a dinâmica de desenvolvimento de Imperatriz foi fortemente condicionada por aquilo que a historiografia do município designa “ciclos de desenvolvimento econômico de Imperatriz”. Destacam-se o “ciclo do arroz” (1950 – 1980), o “ciclo da madeira” (1970 – 1980) e o “ciclo do ouro” (década de 1980) (BARROS, 1996).

Os referidos ciclos representam uma importante contribuição para esclarecer fatos da organização espacial e do expressivo crescimento econômico que tornou Imperatriz o destaque regional do Sudoeste do Estado do Maranhão na segunda metade do século XX. O rápido crescimento populacional e econômico desse município contribuiu para que este ocupasse a segunda posição no Estado (em termos econômico depois da capital, São Luís), alcançando a posição dominante no setor de comércio e serviços da região sul do Maranhão (LIMA, 2008).

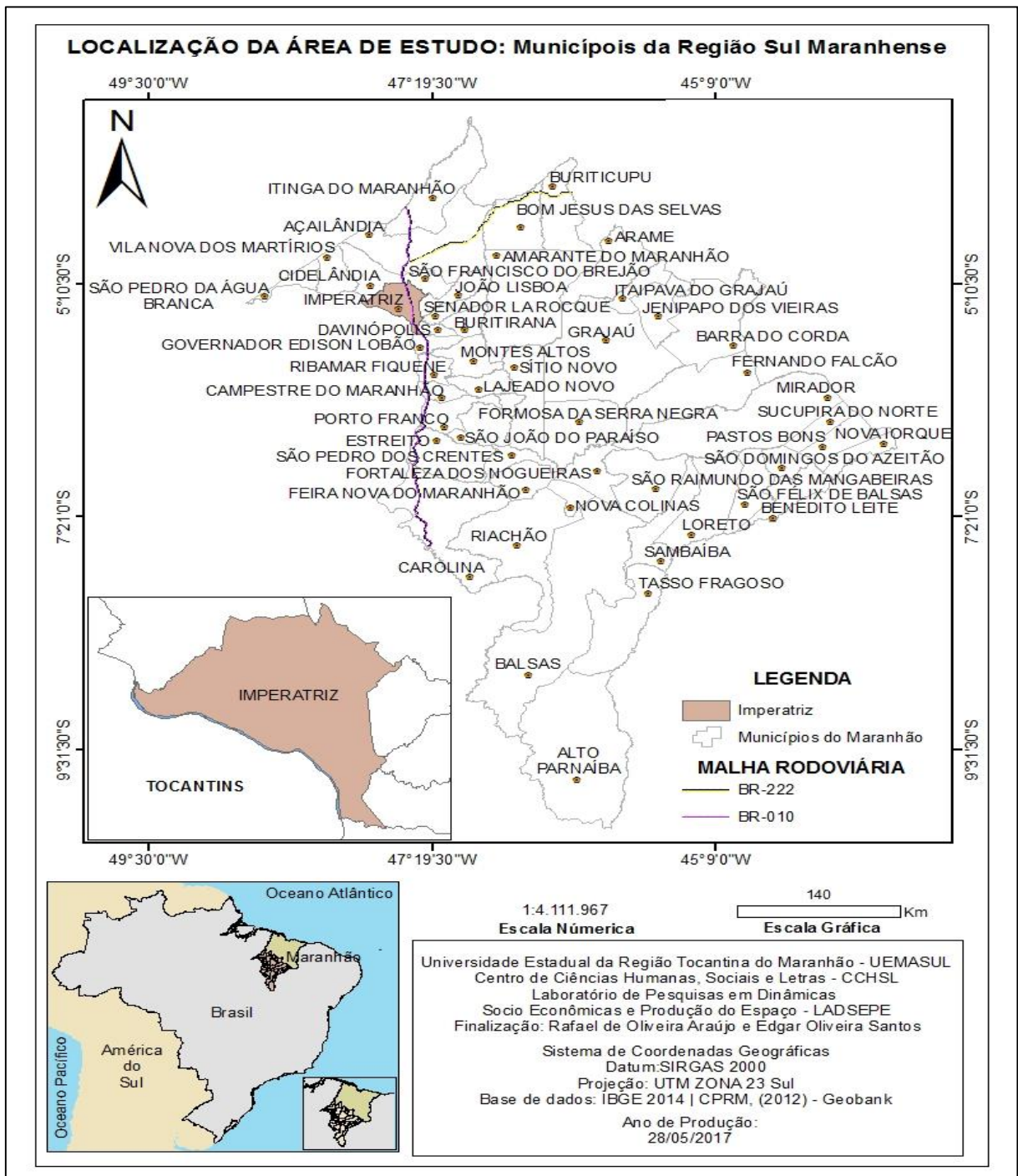
Especificamente sob o ponto de vista da dinâmica populacional, nos dados dos Censos Demográficos de 1960 até o ano de 1980 é possível perceber um surto de crescimento no município. Em 1960 Imperatriz possuía uma população total de 39.169; em 1970 atinge 80.722 habitantes; e, em 1980, a população total do município alcançou 220.079 habitantes, como já citado anteriormente (IBGE, 1960; 1970; 1980).

Esses números apresentam registros de uma grande mobilidade populacional, em especial a partir da década de 1960 que, além de outros fatores, pode ter sido proveniente de sua formação histórica, norteadas pela existência de ciclos econômicos que impulsionaram fluxos migratórios. Esses influenciaram o desenvolvimento do município maranhense e, conseqüentemente, de toda a região sul do estado do Maranhão.

A magnitude apontada pelos dados populacionais de Imperatriz no período entre 1960 e 1980 induz a acreditar que a maior parte da ocupação espacial daquele município ocorreu durante as décadas de 1970 e 1980. Esses dados levantam uma série de indagações, principalmente sobre a forma como se constituíram os fluxos migratórios a partir dos ciclos econômicos, responsáveis por essa ocupação populacional, bem como os fatores que contribuíram para incentivar a migração dos lugares de origem para Imperatriz. É neste sentido

que, considerando que os referidos ciclos econômicos foram concentrados no período de 1960 a 1980 (e que, provavelmente, contribuíram com essa força migratória, responsável pelo crescimento populacional de Imperatriz), questiona-se sobre como se organizaram os contingentes migratórios no município de Imperatriz no período.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo: Região sul do Maranhão



Fonte: Mapa elaborado pelo autor utilizando o software QGISDEKSTOP/1.8.0 (2017).

Ao problematizar a relação entre dinâmicas regionais de desenvolvimento e migração interna, o primeiro pressuposto considerado é que “as migrações constituem processo social”. A primeira implicação desse é que não são os indivíduos (isolados) que migram, mas sim “conjuntos sociais” que se transferem do espaço rural para o espaço urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro, mesmo de um país para outro. Além disso, as migrações têm regularidades que podem ser observadas na forma de fluxos migratórios (curta e longa duração, rural-urbano, urbano-urbano, migração de retorno, migrações seletivas e por etapas, etc.). Muitos desses fluxos, pela sua importância para a dinâmica espacial da economia e da sociedade, assumem regularidade de ordem estrutural, ou seja, se transformam em “trajetórias migratórias” (BRITO, 2002, p. 5) que são condicionadas pelas necessidades das sociedades, das economias, dos estados, definindo-se e redefinindo-se de acordo com as transformações que decorrem dessas necessidades.

Esse pressuposto adquire grande importância nesta tese na medida em que, ao colocar a dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz na segunda metade do século XX (com seus diferentes ciclos de desenvolvimento econômico) como condicionante dos fluxos migratórios, pergunta-se exatamente sobre esse condicionamento. Ou seja, questiona-se sobre como os diferentes ciclos de desenvolvimento econômico criaram necessidades para Imperatriz e região. Também se questiona como, em virtude das necessidades criadas (mas também das transformações nas necessidades, decorrente do surgimento de novos ciclos e da própria complexidade que o desenvolvimento adquirindo), os movimentos migratórios para Imperatriz foram se definindo e se redefinindo.

Importante notar, também, que as trajetórias migratórias no Brasil foram fortemente “alimentadas” pelo modo desigual com que o capitalismo se desenvolveu no território brasileiro. Isso condicionou movimentos da população de determinadas regiões, incapazes de integrar econômica e socialmente toda a sua população, para outras que mais intensamente desenvolveram a economia urbano-industrial ou se caracterizaram por serem regiões de expansão da fronteira agrícola (BRITO, 2002). Se esse processo histórico se materializou, mais visivelmente, através da migração de populações entre as macrorregiões (Nordeste para o Sul-Sudeste; Sul para o Centro-Oeste e Norte; Nordeste para o Norte) é preciso perceber que ele ocorreu, também, na medida em que foram se consolidando centros urbanos regionais (“cidades médias”), situados em regiões dentro de um mesmo estado que apresentaram um maior dinamismo econômico.

Colocam-se, a partir desse pressuposto, algumas primeiras questões importantes na definição dessa problemática, a ver: Que necessidades foram criadas pela dinâmica histórica de

desenvolvimento de Imperatriz, em especial durante o período de 1960 e 1980, e os “ciclos de desenvolvimento econômico” que caracterizaram o município naquele período? Como aquelas necessidades e condições de desenvolvimento condicionaram trajetórias migratórias, tanto na região onde está situada Imperatriz quanto de outras regiões brasileiras?

A análise das trajetórias migratórias, condicionadas pela dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz, requer, no entanto, uma abordagem teórica que permita, ao mesmo tempo, que os condicionamentos históricos sejam considerados, mas também que não se relativize a importância da ação dos indivíduos e dos grupos migrantes. Trata-se, portanto, de considerar o fenômeno migratório como uma construção social, o que significa pressupor que a realidade é construída socialmente e que, nesse sentido, os seres humanos fazem sua história, mas suas ações/interações/relações sociais são, sempre, ações/interações/relações sociais a partir de certa posição (BERGER; LUCKMANN, 1985).

É importante observar que as migrações não são fenômenos estritamente demográficos e que as trajetórias migratórias são fluxos caracterizados pela importância social das necessidades que se modificam em função dos desequilíbrios regionais (BRITO, 2002). Nesse mesmo enfoque, o conceito de redes migratórias compreende diferentes concepções, resultando daí diferentes perspectivas de análise das dinâmicas migratórias. Como destaca Marshal (1998), pelo menos quatro perspectivas estão presentes na discussão proposta a partir desse conceito: a análise do fluxo-chave da rede, com ênfase na sua expansão e propagação; a análise do sistema como um todo, enfatizando-se as estruturas migratórias; a análise que foca nos indivíduos, os “nós” das redes; e a importância que têm as relações interpessoais na constituição de redes migratórias.

Não se trata aqui de enfatizar as motivações individuais dos migrantes, que permitem compreender por que os mesmos decidem migrar para determinados lugares. Tampouco de uma análise centrada nas relações interpessoais, entre indivíduos ou entre indivíduos e instituições (famílias, igrejas, sindicatos etc.) que, afinal, condicionam as decisões dos migrantes. Ainda que essas questões tenham importância, o que se pretende analisar são as complexas relações que se estabelecem não somente entre os agentes e as instituições, mas também entre os diferentes espaços, compondo redes e, conseqüentemente, as trajetórias migratórias. Nessas há de se dar uma atenção especial às necessidades e às condições de desenvolvimento do município de Imperatriz como condicionamentos históricos dessas próprias relações.

Há a compreensão de que as redes migratórias configuram relações sociais, edificadas a partir das influências de um migrante em seu retorno, assim como são estabelecidas por um conjunto de expectativas mútuas, com comportamentos determinados, que apoiam o

movimento de pessoas, bens e informações. Conectam migrantes e não migrantes, instituições, comunidades de origem e os lugares definidos como “locais de destino”. Nesse sentido, entende-se também que as migrações apresentam o poder de construir vínculos duradouros entre pessoas e lugares (FAZITO, 2002).

A migração, porém, coincide com um processo de construção/reconstrução territorial em rede. As relações são construídas/reconstruídas entre os territórios de origem e de destino, e são processadas, aperfeiçoadas e mantidas pelos vínculos e contatos entrelaçados entre migrantes e não migrantes, instituições e migrantes, através de uma ação mútua de rede. Assim, é necessária uma abordagem histórica e relacional, na qual se conheçam os condicionamentos históricos desse processo relacional que define as trajetórias migratórias (SAQUET; MONDARDO, 2008). E é nesse sentido, portanto, que o problema de pesquisa dessa tese pode ser expresso através da seguinte pergunta-chave: Como as dinâmicas dos ciclos econômicos influenciaram redes e, conseqüentemente, as trajetórias migratórias no desenvolvimento de Imperatriz?

A migração deriva das relações entre as trajetórias que são orientadas a partir de redes circunscritas ao âmbito familiar. Contudo, essas redes podem ser ampliadas, ligando-se a outras, formando fluxos migratórios que interferem espacialmente no lugar de destino, com possibilidades transformadoras (TRUZZI, 2006). Os fluxos migratórios direcionados para Imperatriz, como se observa através dos dados populacionais mencionados, foram responsáveis pela grande ocupação espacial daquele município, transformando em um desenvolvido centro comercial da região sul do estado do Maranhão a partir de 1960. Os motivos e as formas dessa ocupação apresentam-se de modo implícito, registrado na trajetória dos ciclos econômicos de Imperatriz.

A necessidade de conhecer o processo migratório, responsável pela ampliação da população e sua participação no desenvolvimento desse município provocou a construção dos seguintes questionamentos norteadores: Como a dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz, caracterizada a partir da segunda metade do século XX por “ciclos de desenvolvimento econômico” condicionou os fluxos migratórios que, afinal, definiram o rápido e expressivo aumento populacional do município? Como se difundiram as informações que, no período entre 1960 e 1980, a partir de um território isolado da grande parte do estado do Maranhão, contribuíram para promover constantes fluxos migratórios? Que influência os fluxos migratórios tiveram na formação socioeconômica do município de Imperatriz a partir da década de 1960? Como analisar as alternativas integradoras do migrante no espaço urbano de

Imperatriz? Quais os fatores determinantes para a permanência definitiva dos contingentes populacionais que migraram para Imperatriz?

Diante desses questionamentos, essa tese tem como objetivo geral analisar como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a formação de redes migratórias e, nesse sentido, a própria configuração das trajetórias que se observam em um determinado espaço/tempo. Outros objetivos foram estabelecidos, na perspectiva de um atendimento específico, como: identificar, em cada ciclo de desenvolvimento econômico de Imperatriz, os fluxos migratórios e suas respectivas trajetórias e intersecções migratórias; compreender a dinâmica das migrações no contexto de Imperatriz, evidenciando as territorialidades (re)significadas com a experiência migratória, a partir de diferentes ciclos econômicos; analisar, a partir dos diferentes fluxos migratórios de Imperatriz, a importância desse município no desenvolvimento da região sul do estado do Maranhão.

A contribuição deste trabalho se verifica pelo estudo do processo migratório no contexto globalizado, considerando que ele assumiu novas formas de análise em função da ampliação das possibilidades econômicas, logísticas e, principalmente, de comunicação. Observa-se, assim, um maior grau de complexidade no em virtude da diversificação dos deslocamentos populacionais, das inovações nos processos de urbanização, das alternativas e facilidades de conexão entre as pessoas e da rapidez na aquisição de informações. Isso favorece a estruturação de redes de migração que auxiliam no planejamento dos diversos deslocamentos.

De acordo com Soares (2002), as redes sociais podem ser entendidas como o conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão ligadas por algum tipo de relação, podendo, inclusive, sobrepor-se diversas vezes dentro de um sistema de relações. Nessa concepção, as redes migratórias seriam uma rede social, precedida por outras redes que se adaptam ao objetivo de migrar, como as relações de parentesco, amizade, trabalho, entre outras.

Atualmente, as redes sociais desempenham um papel muito importante no processo migratório. Dessa forma, as pesquisas sobre migrações e suas trajetórias devem considerar o migrante, não somente em função de suas características pessoais, mas como uma entidade que possui relações vinculadas a outros conjuntos. O migrante conectado em uma rede social passa a ser um elo, formando um órgão que se comunica com distintos laços, incluindo famílias, amigos, colegas. Assim, estabelecem-se outras conexões, potencializando processos que ampliam as próprias redes (SOARES, 2002).

De acordo com Lima e Braga (2010), os fluxos migratórios sintetizam parte significativa das conexões estabelecidas entre os lugares. Isso se dá porque, geralmente, a decisão do local de destino pelos migrantes é dependente da preexistência de laços econômicos, culturais,

afetivos e solidários existentes. Nesse caso, o reconhecimento dos novos padrões migratórios, sob a ótica da participação dos lugares pode revelar aspectos mais amplos do que aqueles relacionados às discussões tradicionais da migração interna.

A reestruturação nas formas de produção criou uma nova dinâmica na migração interna no Brasil, especialmente com a ocorrência da migração de retorno e da rotatividade migratória¹, modificando conceitos clássicos como o de uma migração caracterizada por uma transferência permanente para outro lugar. Além das novas relações de trabalho da realidade atual, intensifica-se o processo de urbanização e metropolização das grandes cidades, aumentando o nível de reversibilidade das migrações (BAENINGER, 2012).

Analisar o processo migratório em Imperatriz considerando o seu povoamento em uma perspectiva histórica é construir uma trajetória em torno de um conjunto diversificado de circunstâncias, buscando elucidar os fatos registrados ao longo da formação do município. Imperatriz ficou, pelo menos até a metade do século XX, isolada da maior parte do estado do Maranhão e mesmo do país. “Ressurgiu” na segunda metade do século XX, mais especificamente a partir da década de 1960, com um rápido povoamento. Seu processo de ocupação espacial, focado em correntes migratórias, é difuso quanto aos fatores de influência para migração na origem, migração e permanência no destino. As variáveis “distância”, “tecnologia” e “condições econômicas”, consideradas por Ravenstein (1980) como fatores de influência, não se apresentavam como explicativas, consideradas as condições de isolamento de Imperatriz.

O presente trabalho conduz, entre outras proposições, o compromisso de esclarecer pontos dúbios, aqui destacados para viabilizar o alcance dos objetivos propostos, bem como estruturar os caminhos para futuras pesquisas, considerando que os registros existentes no acervo histórico desse município são dados informativos, desprovidos de questionamentos e discussões.

Os estudos científicos sobre Imperatriz ainda são considerados embrionários, em especial se comparados com a capital do Maranhão, São Luís. O ensino superior em Imperatriz iniciou-se em 08 de agosto de 1973, com a Lei Municipal nº 10, que criou a Fundação de Ensino Superior de Imperatriz – FEI (BARROS, 1995; 1996). O tempo transcorrido até o presente momento não foi significativo para uma produção científica compatível com a trajetória

¹ Rotatividade migratória é um conceito que surgiu para explicar a mudança no padrão tradicional da migração, eliminando a rigidez de um deslocamento de um lugar para outro de forma permanente. Isso ficou evidenciado com os constantes retornos dos migrantes do lugar de destino para o de origem, tornando a migração reversível (BAENINGER, 2012).

histórica desse lugar em estudo, que tem referência do ano de 1590, conforme antecedentes registrados por Barros (1995; 1996).

Considera-se a formação histórica de Imperatriz, referente ao seu povoamento, como caracterizada por um processo migratório de grandes proporções, em termos da quantidade de pessoas que se mudaram e se estabeleceram no município. Isso demonstra a significância do presente trabalho, na medida em que propõe a discussão sobre a caracterização dos ciclos econômicos responsáveis pela mobilização de pessoas e das redes associadas ao fluxo migratório. Com essa expectativa, entende-se que o estudo pode resultar em uma importante e original contribuição para a compreensão das interações sociais entre os atores inseridos na formação histórica não somente do município de Imperatriz, mas também de toda a região sul do estado do Maranhão.

Há que se considerar, por fim, a importância deste trabalho de tese de doutorado em desenvolvimento regional. Como destacam Etges e Degrandi (2012), há pelo menos dois enfoques que se destacam no debate sobre o desenvolvimento regional: um que “anuncia que na medida em que as relações de produção, tipicamente capitalistas, vão tornando-se hegemônicas, as regiões tenderiam a desaparecer, uma vez que as especificidades que as teriam originado também desapareceriam” (ETGES; DEGRANDI, 2012, p. 1), outro que “atribui tais desigualdades à própria lógica econômica do modo de produção capitalista, que se expressa pela concentração de capitais e de rendas, da qual deriva a exclusão econômica, social e, também, geográfica” (ETGES; DEGRANDI, 2012, p. 2), mas que enfatiza a diversidade regional como “particularidades que podem e devem ser potencializadas, como forma endógena de desenvolvimento regional” (ETGES; DEGRANDI, 2012, p. 2).

Essa segunda concepção de desenvolvimento regional torna-se, então, importante para a análise das trajetórias migratórias que constituíram a dinâmica populacional de Imperatriz no período entre 1960 e 1980. Por um lado, permitem que se perceba que o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil mostra-se, historicamente, desigual no espaço, integrando de forma diferenciada as regiões em sua lógica produtiva. Assim, cria as condições materiais para que populações se desloquem para espaços onde o capital se organiza para potencializar sua própria lógica de dominação e de reprodução ampliada.

Contudo, por outro lado, trata-se de uma concepção que enfatiza o fato de que as regiões não são passivas, pelo contrário, suas particularidades definem contornos às dinâmicas de desenvolvimento que atentam para os processos históricos e sociais que brotam das próprias relações que se constituem a partir dos sujeitos sociais regionais. E, nesse caso, como pressuposto de estudo sobre dinâmicas migratórias, trata-se de uma concepção que destaca a

importância da análise dessas dinâmicas não como fenômenos padronizados, mas como dinâmicas singulares, instituídas pelas próprias experiências das regiões.

É importante ressaltar que, no caso específico de Imperatriz, trata-se de um município que adquiriu, principalmente a partir da segunda metade do século XX, uma posição estratégica em toda a região sul do estado do Maranhão, constituindo-se em um polo de atração migratória. Mas também é preciso destacar que em seu processo histórico de integração da região Nordeste, na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o município colocou-se como “uma porta de entrada”. É, assim, um espaço de intermediações (econômicas, políticas) importantes e, nesse sentido, um espaço de atração migratória de pessoas oriundas de diferentes regiões do país. São singularidades históricas do município/região de Imperatriz que, certamente, definem particularidades ao processo migratório que podem (e devem) ser considerados pelos estudos que se propõem a investigar esse processo.

Com o propósito de investigar a relação entre as dinâmicas de desenvolvimento no município de Imperatriz e as redes e trajetórias migratórias, desde a formação histórica dos ciclos econômicos, esse trabalho fundamenta-se no método materialista-histórico. A partir do materialismo histórico se busca constituir os elementos necessários para a compreensão do fenômeno migratório enquanto processo histórico-social constituinte da própria dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz.

Em princípio, o “materialismo” indica o pensamento filosófico que tem a matéria como a primeira substância e a última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Trata-se de uma concepção de mundo segundo a qual a realidade é a matéria em movimento e as suas condições materiais concretas de desenvolvimento são fundamentais para a explicação de fenômenos que se apresentam em uma investigação, inclusive os mentais, sociais e históricos (ALVES, 2010).

O materialismo histórico possui origem associada ao pensamento de Karl Marx que, através desse método, considerou as formas de produção econômica como fatores cruciais do desenvolvimento das diferentes sociedades históricas. As demais dimensões da vida em sociedade (dimensões culturais e políticas como, por exemplo, a religião, o estado, a ciência, a arte, a filosofia) apresentam-se, assim, como dimensões condicionadas pela estrutura econômica (ALVES, 2010).

Marx constrói o materialismo histórico em oposição à dialética idealista de Hegel. O idealismo, diferente do materialismo, procura explicar o mundo pelas ideias, pelos conceitos ou pelo espírito. É a doutrina que afirma ser a consciência, a ideia, aquilo que determina o mundo e a existência do ser e das coisas. A visão marxista parte de uma abordagem ontológica

do conhecimento da realidade que se fundamenta na noção de cada modo do ser, bem como de suas interações com outros seres.

Na concepção de realidade constituída a partir do materialismo histórico, as coisas na natureza e na história aparecem em um determinado momento e em contínua transformação. Assim, esse método parte da concepção materialista da realidade e, através das análises, aborda de forma mais correta e abrangente os fenômenos e as leis que dirigem a sua evolução (THALHEIMER, 1979). Através desse método é possível perceber que o modo pelo qual os homens procuram os meios de subsistência condiciona suas representações sociais. As relações sociais de produção são, assim, fundamentais para os modos de ser e de pensar dos indivíduos e das classes sociais. A história não é um processo linear e contínuo, pelo contrário, é caracterizada pelas transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção e as forças produtivas (MARX; ENGELS. 2006).

É preciso, porém, avançar na análise do materialismo histórico para que se perceba (com maior clareza) quais são as implicações de sua utilização (enquanto método de abordagem) em uma pesquisa concreta. Nesse sentido, é importante destacar a análise de Triviños (1987) quando esse afirma que as pesquisas que utilizam o materialismo histórico como método devem atentar pelo menos para os seguintes aspectos: a realidade histórico-social tem uma existência concreta, que independe da consciência que se tem dela (a realidade tem objetividade); a realidade, além de ser objetiva, é dinâmica, está em constante mudança (é, portanto, processual); a dinâmica da realidade histórico-social não resulta de uma força exterior, mas, ao contrário, é constituinte de sua própria constituição contraditória, marcada por conflitos; a análise dos fenômenos histórico-sociais deve partir da observação dos fenômenos (partir do “concreto”) para, a partir dessa observação, atingir uma dimensão abstrata dos mesmos, analisando-os em sua totalidade, em suas partes constituintes, na relação entre as partes e entre essas e o todo (ir ao “concreto abstrato”), para, então, voltar ao concreto, agora não mais como uma realidade espontânea, imediata, mas como uma “realidade concreta pensada” (TRIVIÑOS, 1994, p. 49), compreendida em seus aspectos essenciais, naquilo que é singular e universal, necessário e contingente (para, então, chegar ao “concreto pensado”).

Assim, entende-se que através do materialismo histórico a análise das trajetórias migratórias que constituíram a dinâmica populacional do município de Imperatriz no período entre 1960 e 1980 implica a própria contextualização histórica da integração da região Nordeste na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Compreende-se aquele processo histórico que, com suas contradições, integrou a região de Imperatriz, criando necessidades e

condições que impulsionaram movimentos populacionais (para aquela região) tanto de regiões do estado do Maranhão quanto de outras regiões do país.

Partindo dessa concepção e buscando elementos que permitissem compreender e analisar a dinâmica populacional integrada no contexto histórico de Imperatriz foram obtidos dados empíricos, relacionados com a migração no município, condicionada pelos ciclos de desenvolvimento econômico. A coleta de dados utilizou-se do trabalho de campo coordenado pela Delegacia de Estatística do IBGE nas Unidades Federativas, nesse caso o Maranhão, e executado pela Agência Municipal do IBGE em Imperatriz. As buscas dos dados censitários de 1960, 1970 e 1980 incidiram sobre uma amostra de 25% (vinte e cinco por cento) dos domicílios e pessoas neles pesquisados (IBGE, 1960; 1970; 1980). Essa opção de busca de dados justificase pela necessidade de obtenção de resultados robustos, diante de um universo complexo (população de migrantes em Imperatriz – MA), na perspectiva de uma maior aproximação da realidade vivenciada no período em estudo.

A riqueza em termos das informações sobre migração é uma das principais características dos Censos Demográficos brasileiro. São reconhecidos internacionalmente pela variedade e a quantidade de questões sobre os movimentos migratórios oferecidas, em particular a partir do de 1970. Trata-se de uma “fotografia” de um momento específico (a data censitária), demonstrando que a maior parte das informações coletadas, especialmente as relativas às características socioeconômicas, refere-se ao momento do censo.

Deve-se considerar também que as potencialidades dos Censos Demográficos para o estudo da migração não se limitam aos quesitos levantados especificamente para a captação dos movimentos territoriais dos indivíduos. As oportunidades oferecidas pelos censos crescem ainda mais quando se observa a possibilidade dos inúmeros cruzamentos desses quesitos (CUNHA, 2012). Outros autores e trabalhos como Carvalho (1985) e Martine (1984) abordam a utilização dos dados censitários sobre migração, possibilitando enfrentar uma série de questões, que envolvem o fenômeno das migrações populacionais.

Carvalho (1992) e Rigotti (1999) sugerem a utilização dos censos de 1960 e 1970 para estudos sobre migrações internas e observam que foram direcionadas questões apenas para os não naturais do município. Contudo, eles afirmam que houve avanços importantes no Censo Demográfico de 1980, quando a investigação não se limitou aos não naturais. Além das migrações intermunicipais (deslocamentos entre municípios), foi perguntado também sobre as intramunicipais (deslocamentos entre zona rural e urbana do mesmo município).

As oportunidades oferecidas pelos censos demográficos aumentam quando se observa as possibilidades dos diversos cruzamentos dos quesitos, como os referentes à migração entre

si com as demais informações levantadas em torno das características demográficas e socioeconômicas da população. Os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 apresentaram grandes potencialidades para o estudo do fenômeno migratório pela representatividade e alcance espacial, em função do grande número de itens especificamente voltados a apreender diferentes particularidades desse fenômeno. Ressaltam-se nesse caso os que permitem estabelecer fluxos migratórios a partir da identificação do município de residência anterior do indivíduo ou de sua residência em um momento no passado (CUNHA, 2005).

As variáveis inseridas nos censos demográficos sobre migração buscam respostas que justifiquem as recentes mudanças da sociedade em seus deslocamentos populacionais, requerendo novos conceitos de migração, discutidos pelos estudiosos desse tema. O conceito do migrante varia em função da pesquisa e as características dos dados disponíveis (CARVALHO, 1992; RIGOTTI, 1999). Outros autores buscam, através dos debates, estabelecer conceitos que possam oferecer mais consistência ao estudo desse fenômeno, reduzindo as dificuldades ocasionadas pelas referidas mudanças. A migração é considerada como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Nessa ótica encontra-se Lee (1980), que evidencia a inexistência de limitações sobre distância.

A migração é, para Singer (1980), um fenômeno que assume a dimensão de classe social, respondendo aos processos social, econômico e político; as migrações internas são condicionadas ao processo global de mudanças (SINGER, 1980). Para esse autor, a compreensão das migrações está fundamentada no desenvolvimento do capitalismo (SINGER, 1976). Já para Martins (1986) as migrações temporárias estão relacionadas a várias manifestações, com as formas de valorização do capital e as mudanças nas relações sociais de produção.

Na literatura recente é difícil separar a migração temporária da definitiva (ALMEIDA; BAENINGER, 2011), sendo necessário estudar os espaços por onde circulam os indivíduos e situá-los na família ou na rede de relações sociais. Entende-se como migração, para efeitos deste estudo, a mudança de um lugar (território, município, região, estado, país) para outro, com o intuito de estabelecer residência, independentemente do tempo de permanência no local de destino. Os conceitos demográficos, através do tratamento dado às migrações por Martins (1986) e Singer (1976), em termos gerais, passam a ter referência no contexto histórico e a encontrar sustentação na base teórica da Sociologia. Estão ligados à tradição do materialismo histórico, com conceitos como o de classe social, de modo de produção, de valorização do capital e de relações de produção.

As análises mencionadas acima contribuem para uma organização dos dados, mostrando a importância de estudar esse fenômeno em um tempo e espaço delimitados – assim, seleciona-se o município de Imperatriz e o período em estudo (1960 a 1980), com suas condições espaciais no referido período. Os dados disponíveis nos censos demográficos possibilitam a construção de elementos empíricos capazes de explicar as dinâmicas regionais de Imperatriz a partir dos ciclos de desenvolvimento econômico.

Neste estudo de migração, sob a ótica do Desenvolvimento Regional, o conceito de migrante assume formas de uma dinâmica própria, considerando a ocupação espacial de Imperatriz e de sua divisão territorial. São assim considerados: a) os não naturais residentes, independentemente do tempo de permanência; b) os não naturais não residentes, mas que se integram à população através de movimentos pendulares² para o desempenho de atividades econômicas em Imperatriz; c) os naturais residentes que saíram de Imperatriz para exercer atividades econômicas e residir fora, independentemente do tempo de permanência, mas estavam residindo no município na data do censo.

Nos conceitos utilizados que atendem ao enquadramento dos quesitos em seus questionários, ressaltam-se os seguintes: a) população presente ou população de fato (pessoas presentes moradoras ou não no domicílio) e população residente ou população de direito (pessoas moradoras, mesmo que ausentes na data do censo); b) Situação de domicílio refere-se a localização urbana, suburbana ou rural; c) População urbana é aquela que reside nas cidades ou vilas; d) População rural é a que reside fora dos limites das cidades ou vilas; e) Condição de presença refere-se aos moradores presentes ou ausentes e não moradores presentes; f) Condição no domicílio indica os grupos familiares ou grupos conviventes; g) Atividade é representada pela ocupação habitual definida como atividade econômica, exercida durante a maior parte do ano anterior ao do censo; h) Ocupação é o emprego, cargo, função, profissão ou o ofício habitual exercido; e i) Condição de ocupação indica se o imóvel residencial é próprio, alugado ou outra condição.

Nos referidos censos encontram-se as Tabelas de números 32 a 38, que atendem aos quesitos sobre os não naturais no município, classificados por tempo de residência, situação no domicílio (urbano/rural), sexo, idade, lugar de domicílio anterior e lugar de nascimento (IBGE, 1970, p. 125 -135).

² Enquanto a migração envolve mudança de residência, os movimentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005). Contudo, neste trabalho essa finalidade refere-se à atividade econômica cotidiana, que inclui produção e consumo.

Constam ainda as Tabelas 2.1 a 2.9 (IBGE, 1980, p. 74-85) os quesitos como população residente por migração: no município, mesorregião e microrregião; idade; situação no domicílio atual e anterior. Pessoas não naturais no município: sexo; tempo de residência no município; idade e lugar de domicílio anterior; migração intermunicipal e intramunicipal (zona rural e zona urbana). A variável instrução está presente nas páginas 215 a 235, mas não atende diretamente à migração (IBGE, 1980, p. 80-153). Os aspectos referentes à atividade e renda de pessoas com 10 anos ou mais na mesorregião, microrregião e município constam também no Censo Demográfico (IBGE, 1980, p. 225-251), tratando especificamente da mão de obra.

Os quesitos elencados acima posicionam as análises visando identificar, em cada ciclo de desenvolvimento econômico de Imperatriz, os fluxos migratórios e suas respectivas trajetórias e interseções migratórias³. O destaque é dado principalmente aos quesitos referentes a lugar e situação de residência anterior, tempo de permanência e as atividades desenvolvidas. Esses dados também possibilitam compreender a dinâmica das migrações no contexto de Imperatriz, evidenciando as territorialidades (re)significadas com a experiência migratória, a partir de diferentes ciclos econômicos.

O processamento e a utilização dos dois Censos Demográficos (IBGE, 1970; 1980) possibilita esclarecer a composição das redes migratórias no Sudoeste maranhense e o desdobramento de suas trajetórias no período de 1960 a 1980. No aspecto das redes, os quesitos sobre lugar de residência anterior, idade e sexo dos censos demográficos indicam a existência de deslocamentos populacionais de vários municípios maranhenses para Imperatriz, sobretudo os mais próximos, dada a conexão entre eles. Desse modo acredita-se que houve inicialmente uma comunicação e, conseqüentemente, uma motivação para migrar produzida no ambiente familiar. Essa constatação se justifica pelas variáveis idade e sexo, apontando nesses deslocamentos as presenças significativas de mulheres e crianças com idades inferiores a 10 anos. Além da rede familiar, verifica-se a formação de redes entre os municípios, provavelmente pela propagação do fenômeno da migração nos mais próximos.

Para esclarecer sobre as trajetórias migratórias, direcionadas para Imperatriz, os censos demográficos de 1970 e 1980 apresentam o lugar de residência anterior nos 10 anos que precedem o censo. Esse quesito possibilita identificar a direção seguida pelo migrante. As trajetórias de 1940 a 1980 foram estruturadas para atender ao crescimento industrial e as regiões de expansão agrícola e mineral no Brasil (BRITO, 2002). Já as que ligaram os municípios

³ Conjunto dos migrantes que pertencem simultaneamente aos naturais e não naturais em virtude de parte do município ter sido desmembrada. Pessoas que mudaram de município sem ter realizado deslocamento e permaneceram realizando atividade produtiva no município de origem.

maranhenses à Imperatriz no período de 1960 a 1980 foram as mais significativas em termos de povoamento. Os municípios localizados próximos a Imperatriz e pertencentes a outros estados, como Goiás (atualmente Tocantins), Piauí e Pará apresentam um número inferior de trajetórias.

Além dos dados secundários utilizados foram realizadas entrevistas estruturadas que permitiram qualificar os dados censitários, na medida em que possibilitaram resgatar os relatos dos entrevistados sobre as trajetórias (individuais e coletivas) de quem migrou para Imperatriz em seus diferentes ciclos de desenvolvimento do período analisado. Essas tiveram um roteiro previamente construído contendo questões relacionadas ao perfil dos migrantes, aos locais de origem, às condições de trabalho antes do deslocamento, às condições de deslocamento, às condições de chegada e de instalações, às atividades que passaram a desenvolver em Imperatriz a partir da chegada (ver roteiro de entrevistas no Apêndice A). Os migrantes foram selecionados aleatoriamente para entrevista, contando com comerciantes, empresários, políticos, religiosos, trabalhadores com idades (no momento da realização das entrevistas) acima dos 60 anos, que se deslocaram para Imperatriz durante os ciclos do arroz, a construção da rodovia Belém-Brasília, o ciclo da madeira e do ouro.

Em função do exposto a organização desta tese é composta por seis partes, iniciando por esta introdução e cinco capítulos. O seguinte, com o objetivo de instigar novos estudos para o fenômeno migratório, aborda discussões teóricas na perspectiva das migrações internas e suas contribuições na construção e reconstrução espacial de produção inerentes aos recentes desígnios do sistema capitalista e sua interferência nas transformações das práticas produtivas, afetando o desenvolvimento regional.

O terceiro capítulo, objetivando analisar migrações e a dinâmica de desenvolvimento na Região Nordeste, busca, através de dados estatísticos, uma maior aproximação com as origens dessa região, possibilitando ampliar o poder explicativo sobre as causas e consequências desse processo migratório. O quarto capítulo apresenta contextualização do desenvolvimento do sul do Maranhão com o objetivo de construir esclarecimentos sobre a formação histórica do município de Imperatriz. Ressalta a participação dos principais municípios que integram essa região e a importância deles nos ciclos econômicos que influenciaram a dinâmica de desenvolvimento de Imperatriz a partir da segunda metade do século XX.

O quinto capítulo tem como objetivo abordar as migrações internas a partir das redes e trajetórias migratórias no contexto da formação histórica de Imperatriz no período entre 1960-1980. Assim, analisa os ciclos da construção da rodovia Belém/Brasília, a expansão do cultivo do arroz, a exploração do ouro e da madeira. Em função disso são citados exemplos das

trajetórias de atores importantes na edificação da estrutura e superestrutura de Imperatriz na concepção de Marx (2006). O sexto capítulo apresenta conclusões, evidenciando condicionamentos dos referidos ciclos econômicos sobre fluxos migratórios originados a partir de deslocamentos de nordestinos durante a intensa estiagem nas décadas de 1950 e 1960.

2 REDES, MIGRAÇÕES INTERNAS E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A sensível tarefa de tentar compreender as migrações internas é inerente ao entendimento dos inúmeros aspectos que integram uma sociedade, a partir da mobilidade espacial da população, com potencial para interagir socialmente e economicamente na construção e reconstrução do espaço habitado⁴. Diante desse entendimento, busca-se caminhos para uma melhor compreensão no âmbito dessas migrações a partir do século XX. Ademais, considerando-as como um processo social, entende-se que elas se constituem por complexos aspectos que dinamizam uma sociedade, promovendo um reordenamento, um povoamento espacial e/ou originando formas específicas produção do espaço.

Partindo dessa concepção, esse capítulo orienta-se a partir de aspectos condensados nos seguintes itens: Redes migratórias: construções teóricas – este item inclui discussões de diversos autores como Baily (1985); Fazito (2002); Kelly (1995); Massey (1990); Ramella (1995); Soares (2002), Truzzi (2006), Devoto (2004) e outros, visando explicar as redes em processo migratório destacando, as suas distintas formas de organização e utilização.

Em seguida são pensadas as trajetórias migratórias de desenvolvimento. O desenvolvimento regional como condicionante do processo migratório é evidenciado neste item, que contempla a mobilidade espacial no Brasil a partir do século XX, observando o novo padrão migratório orientado pelas transformações no processo de produção do sistema capitalista. Por fim, trata-se da migração: tecendo caminhos para a construção do desenvolvimento regional. Neste item discutem-se importantes teorias focalizando o fenômeno e suas causas sob a ótica neoclássica e estruturalista. Além desses enfoques iniciais são abordadas discussões teóricas sobre a influência dos fluxos migratórios no desenvolvimento econômico, realçando as dinâmicas migratórias recentes orientadas pelo sistema capitalista de produção.

2.1 Redes migratórias: construções teóricas

A partir da experiência histórica de recepção de imigrantes, ainda na segunda metade do século XIX, o fenômeno das migrações em cadeia e das redes sociais tem despertado interesse na literatura teórica sobre a migração de diversos grupos. O termo cadeias, concebido

⁴ Espaço habitado-- porções do território ocupadas pelo homem que vão mudando desigualmente de natureza e de composição exigindo nova definição" (SANTOS, 2008, p. 43-44).

na década de 1960 por pesquisadores australianos, foi originalmente definido como o movimento pelo qual os futuros migrantes recebem informações sobre oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e decidem como se alojar e como se empregar por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores (MACDONALD, 1964; TILLY, 1990).

A definição proposta por Baily (1985) considera cadeias a presença de contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias. A presença de amigos em ambas as sociedades, a emissora e a receptora, atua como fator fundamental para determinar quem emigrava, como escolhiam seu destino, onde se estabeleciam, como obtinham trabalho e com quem se relacionavam socialmente.

No entanto a delimitação do termo definido acima restringiu sua abrangência ao propor que o mecanismo de emigração em cadeia deveria se diferenciar de pelo menos outros três tipos: emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; emigração por meio de mecanismos semiespontâneos; e emigração por intermédio de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia (DEVOTO, 2004).

Observa-se que essa definição mais restrita de cadeias contrasta com o emprego da expressão redes migratórias, que podem ser definidas como complexos laços interpessoais que ligam migrantes e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco e amizade. Nessa mesma ótica de definição verifica-se algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como reunião de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos (KELLY, 1995; DEVOTO, 2004; MASSEY, 1988).

O emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura destacar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente com emigrantes anteriores. Assim, conheciam as oportunidades e dificuldades encontradas no destino pretendido, recebendo informações sobre as perspectivas de emprego, instalações, formas de contratações e financiamentos iniciais para atividade laboral.

É importante destacar o papel ativo daqueles que já tiveram uma experiência de migração e estão na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restringindo expectativas e investimentos futuros. Quanto ao financiamento da imigração e estratégias familiares observa-se que, no marco das cadeias migratórias, em algumas ocasiões, o próprio agente de contato no destino (parente, conhecido) facilita parcialmente ou integralmente o deslocamento migratório (TRUZZI, 2006).

Nessa discussão sobre redes migratórias verifica-se o contexto econômico e o ciclo de vida familiar, capaz de tecer diferentes estratégias, normalmente vivenciadas mais por famílias do que por indivíduos isolados. Existem ocasiões em que toda a família migra, quando a relação entre bocas para alimentar e braços para trabalhar é favorável, isto é, quando os filhos estão atingindo a adolescência. Tal estratégia foi muito comum entre os imigrantes que chegaram ao Brasil na condição de colonos rurais nos estados do Sul do país e no Espírito Santo (TRUZZI, 2006; BRETTELL, 1986).

Algumas situações são registradas pela migração de pessoas jovens, quando os entusiasmos e/ou ilusões são maiores e, sobretudo, quando se avalia que os potenciais benefícios advindos da emigração poderão ainda ser usufruídos, justamente porque se estima ter muitos anos de vida pela frente. Em outras, ainda, emigra-se porque o sistema de herança praticado na origem não comporta a permanência de todos os herdeiros na propriedade rural familiar, predispondo indivíduos a considerar seriamente a alternativa de deslocamento (TRUZZI, 2006).

No contexto internacional, utilizando como exemplo os Estados Unidos, houve a emigração de indivíduos italianos financiados por agentes recrutadores interessados em prover mão-de-obra barata, sobretudo para trabalhar em serviços públicos. Assim, estabeleceram-se laços clientelistas entre turmas de trabalhadores oriundas de uma determinada região e os elementos que as recrutavam. Os imigrantes recrutados por esse sistema ficavam, assim, à disposição de consignatários locais até que pagassem integralmente com seu trabalho o custo de suas passagens (TRUZZI, 2006).

No Brasil o fenômeno da imigração subsidiada assumiu proporções notáveis, sobretudo em São Paulo. Nesse caso, o financiamento contínuo, ao longo de décadas, e público (bancado pelo governo) priorizou a vinda não de indivíduos isolados, mas de famílias inteiras dispostas ao trabalho nas fazendas de café. Também ali se estabelecia um vínculo de obrigações entre as famílias de colonos e os proprietários, até que as primeiras lograssem, ao cabo de anos de trabalho, pagar suas dívidas relativas ao financiamento da viagem transatlântica. Diversos tipos de agentes recrutadores e financiadores atuaram em momentos diversos; destacam-se o proprietário da fazenda, as empresas privadas e os agentes contratados a serviço do governo (TRUZZI, 2006).

No processo anterior e posterior à migração, visando uma preparação para deslocamento, a informação constitui uma variável-chave, de acordo com a forma como ela se dissemina. Esses processos são normalmente concebidos por meio de redes, cujo grau de abrangência pode variar muito. Há redes circunscritas a círculos familiares, há outras mais

extensas que perpassam informações para um âmbito de bairro, município, e aquelas ainda maiores, que exercem impacto sobre toda uma microrregião.

Com referência a variável-chave é importante salientar que, inicialmente, aceitava-se como razoável que essa fosse a distância, ou seja quanto mais próximo um lugar do outro, maior seria a possibilidade de “contágio” da “febre” emigratória, pois a emigração, como um fermento possante, agita todos os lugares. “Todo mundo está em movimento e ninguém parece disposto a ficar, desde que possa, de um jeito ou de outro, arranjar dinheiro suficiente para pagar a viagem” (TRUZZI, 2006, p. 07).

Grieco (1987) analisou o pressuposto da proximidade física argumentando que, na verdade, vínculos pessoais fortes, nos quais existem o reconhecimento de relações recíprocas, são mais determinantes para fundamentar a decisão de emigrar. Nessa mesma perspectiva, Ramella (1995) sustenta que a informação não é a mesma para todos os vizinhos e conterrâneos de um lugar. Ela também não se transmite necessariamente de vizinho a vizinho, porque os canais por meio dos quais ela passa são as relações sociais fortes, que prescindem da distância e, por conseguinte, da frequência de contatos. Assim, conclui que a informação não se difunde por epidemia.

Essas e outras discussões levaram autores a utilizar a estrutura conceitual de redes, com densidades distintas, como modelo apropriado para representar a maneira como informações relevantes para a decisão de emigrar se disseminavam. Informações sobre oportunidades ou dificuldades fluem visando ajustes mais próximos da realidade. Assim, cada comunicação sobre um indivíduo em sua trajetória influencia o sistema como um todo (GRANOVETTER, 1973).

O fator confiança constitui outro ponto importante atribuído às referidas informações, o que enfatiza a importância das chamadas relações sociais primárias. A pessoa ou a família com pretensão de emigrar passava a confiar mais nas informações fornecidas, pessoalmente ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo. Essas tinham mais influência do que as propagandas difundidas por um agente recrutador, cujos lucros dependiam apenas do número de indivíduos que conseguisse deslocar. Assim, os contatos pessoais tornavam-se mais confiáveis do que as informações não pessoais (MARTES, 2000).

Diante dessas diferenças conceituais, é sempre conveniente distinguir entre redes sociais e redes migratórias – as primeiras preexistindo e, por vezes, alimentando as segundas. Isso significa afirmar que os mapas mentais dos que pensam em emigrar são diferentes dos mapas geográficos. Locais em outro continente, mas com pessoas da família e empregos podem ser emocional e materialmente próximos, enquanto espaços sociais vizinhos, mas sobre os quais

não se tem muitas referências, podem parecer muito distantes. Os emigrantes potenciais preferem informação e, sempre que possível, de confiança (HOERDER, 1999).

2.1.1 Redes e outros paradigmas do fenômeno migratório

Essas considerações, exploradas em termos de tradição disciplinar mais por historiadores e antropólogos do que por economistas, acabaram por trazer o conceito de redes para o centro da decisão de emigrar. Isso recupera o papel do agente e de sua rede de relações na decisão de partir, em contraposição ao clássico modelo no qual são enfatizadas as condições estruturais das regiões de origem e de destino dos imigrantes. Desse modo, atuando no interior de redes de relações pessoais, o emigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora.

Em outros termos, o migrante passou a ser visto como agente mobilizador de seu capital social. Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista. Elege-se o indivíduo e suas relações como foco de análise (MÍGUEZ, 1995). Do ponto de vista do esforço da pesquisa, isso significa uma clara opção pela micro-história, normalmente traduzida por uma redução da escala de observação e pelo uso intensivo de fontes nominativas. Baseia-se na convicção de que uma observação microscópica revelará aspectos e significados até então não observáveis em um campo de análise mais amplo. Pode-se partir de indivíduos a princípio tomados isoladamente, mas o que se persegue é identificar e recuperar suas redes de relacionamento (LEVI, 2001).

Mesmo que observada por alguns estudiosos como mero instrumento de pesquisa ou método de análise, a perspectiva de redes tenta explicar como são forjadas as relações sociais. Aplicadas aos fenômenos migratórios, acredita-se que fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos. Esse paradigma encontra-se em oposição aos pressupostos tanto da teoria econômica neoclássica, segundo os quais as relações sociais produzem efeitos nulos ou marginais sobre o comportamento do indivíduo. Isso se encontra na teoria sociológica funcionalista, na qual o indivíduo normativamente orientado encontra pouco espaço para uma ação autônoma. “Toda a ação social é vista como o resultado de constantes negociações, manipulações, escolhas e decisões do indivíduo em face de uma

realidade normativa que, embora abrangente, oferece, no entanto, múltiplas possibilidades a condutas e interpretações individuais” (LEVI, 2001, p. 98).

Nessa concepção, Brettell e Hollifield (2000) argumentaram que a teoria das migrações intervencionada por redes é bastante distinta das teorias fundamentadas nos modelos de escolha racional ou de tomada de decisão preferidos por alguns economistas e cientistas políticos. Em contraposição às teorias de mercado, que pressupõem a tomada de decisão dos imigrantes com base primordialmente em análises financeiras de custo-benefício, o recurso às redes muitas vezes é capaz de emprestar maior concretude aos processos migratórios. Na realidade, essa forma de análise não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos tomadores de decisões que potencialmente maximizarão sua situação financeira, mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas. Esse tipo de análise muitas vezes permitirá distinguir as sutis diferenças entre grupos ou comunidades francamente envolvidas em processos migratórios e outras, embora próximas geograficamente.

Entretanto, o enfoque também pode esclarecer por que em muitas ocasiões determinados fluxos migratórios se estendem ou se perpetuam, mesmo quando mudanças nas condições econômicas ou políticas (tanto na origem como no destino) em tese deveriam refreá-los. Isso ocorre porque as redes migratórias podem se tornar autoalimentadoras, ou seja, cada novo migrante reduz o custo de migrações subsequentes para o conjunto de seus amigos e parentes, de modo que alguns desses são induzidos a emigrar, o que amplia, por sua vez, o conjunto de indivíduos com vínculos fora da origem (MASSEY, 1990). Em relação aos fluxos migratórios observa-se que:

A rede associa migrantes a não-migrantes através do tempo e do espaço. Uma vez iniciados, os fluxos migratórios tornam-se auto-alimentados, na medida em que refletem a instauração de laços e de redes de informação, assistência e obrigação que se desenvolve entre o imigrado na sociedade de destino e amigos e parentes que permaneceram na área de origem (BOYD, 1989, p. 641).

Esse fenômeno, identificável, por exemplo, na imigração de mexicanos aos Estados Unidos ou de imigrantes de variadas nacionalidades que sucederam ao sistema *guestworker* (trabalhador convidado) na Europa, é apropriadamente denominado por alguns autores de efeito estoque. Para esse, mesmo que cessadas as condições estruturais que lhes deram início, os fluxos populacionais persistem porque o estoque de indivíduos de uma determinada origem incentiva e facilita a vinda de parentes ou conterrâneos (TRUZZI, 2006).

Passada a fase de deslocamento dos pioneiros, o processo migratório de massa tende a associar demandas e ofertas de mão-de-obra. O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das

quais fluem as informações sobre trabalho disponível. São os relacionamentos que determinam quem partirá e tomará tal trabalho. A informação não é concebida como um bem livre, pois os indivíduos as compartilham e dispõem de forma limitada, sempre dependentes de sua rede de relações.

2.1.2 Redes na sociedade receptora

Entende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção. Com isso há valor estratégico nos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade. Esses são normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns (TRUZZI, 2011).

O que se deseja, em cada um desses casos, é justamente aferir o grau em que as redes pré-emigratórias ainda operam no novo destino, a ponto de influenciar, respectivamente, aglomerações espaciais, opções profissionais, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes. Tome-se o caso das chamadas etnias comerciais que vieram a São Paulo. Nesse caso observa-se, por exemplo, o vigor com que as redes de sírios e libaneses operaram historicamente na construção de um nicho ocupacional no setor de armarinhos e confecções nesse estado e mesmo em todo o Brasil (TRUZZI, 2006).

O mesmo pode ser dito em relação ao papel das redes na rápida mobilidade socioeconômica dos judeus. Ou, ainda, atente-se para sua importante função no fornecimento de crédito entre coreanos. Entre os principais grupos de imigrantes que vieram a São Paulo (italianos, portugueses e espanhóis), é provável que redes menores, ainda que não abrangendo o conjunto de imigrantes de qualquer dessas nacionalidades, tenham igualmente operado. Isso se deu mesmo com o financiamento da imigração pelo governo e a alocação, por vezes casual, dos imigrantes nas fazendas cafeeiras, fatores que podem ter enfraquecido o papel exercido pelas redes (CHOI, 1991; TRUZZI, 2006).

Na verdade, não são apenas as redes de relações constituídas anteriormente à emigração que desenharão os vínculos étnicos na sociedade receptora: a própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes. Desde o embarque para deslocamento, novas redes vão se configurando, porque indivíduos e famílias se reconhecem na mesma condição (FAUSTO, 1998). Foi assim que, por exemplo, imigrantes com identidades e culturas próprias,

provenientes de diversas regiões da Itália, descobriram-se italianos no Brasil. Hoje brasileiros no exterior se reconhecem e desenvolvem identidades próprias ao grupo, porque compartilham da condição comum de imigrantes. Desse modo, as redes de envio e de recepção de migrantes interagem e conformam novas redes, formadoras de novas sociabilidades (ALVIM, 1986; BERTONHA, 2005; TILLY, 1990).

2.1.3 Revelação da presença de redes

As análises de redes proporcionam ao investigador um instrumento para identificar conexões entre pontos no interior de um determinado sistema. O conceito de redes em processos migratórios pode ser utilizado sob pelo menos três perspectivas distintas, não excludentes entre si. A utilização de uma ou outra abordagem dependerá do problema empírico concreto a ser enfrentado. Em primeiro lugar, estudos de difusão exploram a configuração de determinados fluxos-chave, perseguindo sua propagação no interior das redes. Um desses fluxos, já mencionado, é o da informação, seja ela mais ou menos confiável (MARSHALL, 1998).

A segunda perspectiva, chamada sistêmica, leva em consideração todos os participantes da rede, focalizando sua própria estrutura ao identificar a importância dos laços fracos para se obter informação sobre trabalho. Informações relevantes para esse fim são trazidas por indivíduos que têm acesso a diferentes fontes e não por aqueles do círculo mais próximo de relacionamento, que tendem somente a trazer informações redundantes (GRANOVETTER, 1973). Nesse sentido, Ambrosini (2005), atentando à prevalência de laços fortes, derivados de vínculos familiares ou de conterraneidade no interior das redes migratórias, observa que tais redes sociais nos países de destino expressam uma combinação de fragilidade e força. De um lado, o capital social, que produz sustentação mútua entre os integrantes da rede, pode ser alto, mas, em muitos casos, notável. De outro, o capital social, derivado das relações tecidas externamente à rede, com outros grupos, muitas vezes crucial à mobilidade social, é fraco.

Nessa operação, vinculam-se atributos e oportunidades a posições que o ator social ocupa em uma dada estrutura relacional. Além de determinar em boa medida o grau de autonomia ou dependência do ator relativamente aos demais, ela configura a estrutura de oportunidades desse no que diz respeito à facilidade de acesso a recursos de outros atores situados na rede ou fora dela. Em outras palavras, a forma das redes condiciona concretamente as relações dos indivíduos em interação. Neste contexto observa-se que:

Se em uma determinada rede cada ator possui recursos valorizados pelos restantes atores e se cada vínculo representar a possibilidade de obter esses recursos, então a

estrutura da rede representa uma estrutura de oportunidades determinante para o comportamento dos atores em presença [...]. Quer isso dizer que há um contexto macroscópico que estabelece condições estruturais, mas que no nível microscópico as decisões migratórias são influenciadas pela participação em redes sociais que proporcionam o acesso dos atores a determinados recursos, nomeadamente assistência e informação. (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 91).

Numa terceira perspectiva verifica-se, de modo semelhante, que redes egocêntricas identificam o escopo das relações sociais elaboradas em torno de um único ator, definido como um “nó” em meio a uma configuração estelar (DEGENNE; FORSÉ, 1999). Elas podem apoiar a construção de perfis biográficos e exploram a teia de relações tecidas por um único indivíduo ao longo de sua trajetória de vida. Assim o fez Devoto (2004), ao chamar a atenção para o papel-chave de intermediários e articuladores entre grupos sociais distintos, nomeadamente entre colônias de imigrantes e elites nativas em Buenos Aires. Ou, ainda, como estabeleceu Soares (2002) de modo mais sistematizado, ao analisar a centralidade da microrregião de Governador Valadares nos fluxos de brasileiros emigrados para fora do país.

Com relação às críticas, alguns autores como, Light, Bhachu e Karageorgis (1993) ressaltam a maior facilidade do conceito de explicar a continuidade de fluxos já estabelecidos do que propriamente o movimento de pioneiros em direção a um destino. Em outros termos, o modo como determinadas redes identificam, escolhem e se dirigem a novos destinos quando os anteriores se mostram saturados. Com o exemplo da migração subsidiada para São Paulo, em particular, é aplicável e particularmente relevante atentar para a crítica que Goss e Lindquist (1995) formulam. Eles sugerem que o conceito de redes enfatiza demasiadamente as dimensões informais dos processos que produzem a emigração, relegando a segundo plano o papel das agências e das instituições formais promotoras dos deslocamentos.

Há autores, como Nugent (1996), que sustentam, por exemplo, que o Brasil somente se incluiu entre os mais importantes países receptores da imigração em massa – ao lado dos Estados Unidos, da Argentina e do Canadá – graças à imigração subsidiada promovida institucionalmente pelo governo paulista. Por outro lado, tem-se experiências migratórias associadas a situações de extrema penúria e dificuldade nas regiões de origem dos imigrantes, provocadas por uma multiplicidade de fatores atuando simultaneamente, como sugeriu Franzina (2006). Esse enfoca a emigração de colonos provenientes do Vêneto (Itália) que, ainda que não invalidem, obviamente trazem para outro prisma a utilização do conceito de redes migratórias.

Um aspecto relevante nessa discussão é a existência também de dificuldades na aplicação concreta do conceito de redes aos estudos migratórios, sobretudo quando estes são estudados sob uma perspectiva histórica. Isso porque é sempre mais problemática, nesse caso, a utilização de fontes capazes de reconstituir com alguma fidelidade e de modo sistemático os

laços sociais que prevaleciam entre os migrantes, as informações a que tinham acesso e, sobretudo, a mentalidade que as avaliava.

Mesmo entre estudiosos de migrações contemporâneas, é comum se combinarem perspectivas distintas para explicar o processo social das migrações. Processos migratórios se iniciam com desequilíbrios macroestruturais entre regiões de origem e destino, mas são sustentados por fluxos contínuos de trocas (sobretudo interpessoais), alimentados pelas redes sociais. Assim, uma abordagem “pura” das redes sociais em processos migratórios descarte uma análise provisória do perfil dos migrantes, para abordar essencialmente a análise das relações entre indivíduos. Mas é mais comum que, diante do desafio de explicar um sistema migratório concreto, o investigador utilize paradigmas distintos para dar conta de determinadas situações empíricas (FAZITO, 2002; MASSEY et al., 1987).

2.2 Migração e trajetórias de desenvolvimento

Com o intuito de analisar a mobilidade espacial da população no Brasil na segunda metade do século XX, e na primeira década do século XXI, tendo como referência espacial estados e regiões observa-se que há um novo padrão migratório. Característico das últimas décadas, ele não significa uma transição plena. Pelo contrário, nele coexistem características do antigo e do novo e essa, talvez, seja a sua marca estrutural mais relevante, pois acompanha as próprias características do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro. Na perspectiva de deslocamentos espaciais e seus efeitos, para Hirschman (1958, p. 183): “Não importa quão forte e exagerada seja a preferência espacial dos agentes econômicos, uma vez que o crescimento se fortaleça em parte do território nacional, obviamente, coloca em movimento certas forças que atuam nas partes restantes”.

Nessa ótica a migração é definida como um fenômeno social cuja regularidade empírica pode ser observada pelo comportamento dos fluxos migratórios, pois esses, em sua maioria, assumem um papel fundamental do ponto de vista estrutural e podem ser considerados como trajetórias migratórias dominantes, determinantes para o estabelecimento do mercado de trabalho. No Brasil, as trajetórias dominantes têm sido potencializadas pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais que têm marcado o desenvolvimento do sistema capitalista (BRITO; RIGOTTI; CAMPOS, 2012).

Os movimentos migratórios interestaduais nas décadas de 1940 e 1950 já indicavam a configuração das trajetórias dominantes, pois elas articulavam as duas grandes reservas de mão de obra – na região Nordeste e no estado de Minas Gerais – com os estados de maior

crescimento da economia urbana industrial – Rio de Janeiro e São Paulo – e regiões de expansão da fronteira agrícola e mineral – nessa época, no Paraná e na região Centro-Oeste (BRITO, 2004).

No ponto de vista de Brito (2012) a migração interna interage com as dinâmicas da economia e da sociedade, refletindo espacialmente as suas desigualdades regionais e sociais. Esses deslocamentos migratórios, que formam os fluxos e contrafluxos das trajetórias, são característicos do novo padrão migratório, orientado desde os anos 1980. A tradição migratória não desapareceu, até porque as características de grande parte da sociedade brasileira não se alteraram, e a rigidez da estrutura social ainda impõe a migração como a única alternativa para melhoria de vida ou para ascensão social. Entretanto, o avanço dos meios de comunicação no momento atual, ampliado com as redes de interação social, têm acarretado novas orientações (BRITO; GARCIA; SOUZA, 2004).

O processo de reestruturação produtiva reduziu significativamente a geração de emprego e as novas oportunidades ocupacionais estruturaram um mercado de trabalho com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante. Consequentemente, os fundamentos econômicos, sociais e culturais das trajetórias migratórias foram fortemente comprometidos e marcados pela migração de retorno (BRITO, 2004).

Os argumentos teóricos de Duhram (1984) são esclarecedores sobre os fundamentos sociais no processo de migração, pois essa autora explica que a inserção econômica é um fundamento básico para que essa ocorra. A necessidade de melhorar as condições de vida pode contribuir para o abandono da sociedade de origem, onde não existe possibilidade para a ascensão social. Diante dessa concepção, ela entende que a migração não se concretiza apenas em função da pobreza extrema na sociedade de origem, mas pela expectativa de melhoria social. Duhram (1984) considera ainda a migração como a alternativa para a mobilidade social dos que residem nas regiões agrícolas tradicionais, pois trata-se de um componente fundamental da tradição cultural brasileira. Mais do que necessária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, a migração integra a cultura brasileira como uma forma de acesso à mobilidade social do indivíduo.

Complementando as inserções teóricas de Brito (2004) e Duhram (1984), na linha de um reordenamento dos deslocamentos populacionais orientados pelos rumos do desenvolvimento capitalista, Baeninger (2012) afirma que as migrações internas neste século XXI tornaram-se ainda mais complexas. Estudos recentes em torno dos processos migratórios permitem apontar tendências ao deslocamento da relação migração-industrialização (SINGER,

2002), migração-fronteira agrícola (MARTINE; CAMARGO, 1984), migração-desconcentração industrial (MATOS, 2000; BAENINGER, 1999), migração-emprego e migração-mobilidade social (FARIA, 1983). Contudo o contexto atual da economia e da reestruturação produtiva induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil.

Essa dinâmica recente pode ser entendida observando o cenário atual das migrações no país, com destaque para a Região Nordeste. Como delineiam as tendências dos últimos vinte anos, essa região continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos (ver capítulo III desta tese), o que indica a força da migração de retorno na composição de seus deslocamentos. Entretanto a dinâmica da redistribuição da população no espaço vincula-se, historicamente, às transformações estruturais pelas quais a sociedade brasileira passou, tendo como elementos básicos os processos migratórios e de urbanização (FARIA, 1991). Nessas transformações econômicas estruturaram-se e redefiniram-se os movimentos migratórios de acordo com os locais da produção de riqueza, como se observa, historicamente, as articulações da etapa econômica e a migração até pelo menos a última década do século XX (BAENINGER, 2012).

Ao associar essa discussão do reordenamento das migrações aos estudos do desenvolvimento econômico brasileiro na ótica dos deslocamentos populacionais, verifica-se a evidência do processo de industrialização inserido em um momento histórico da sociedade. Esse, apesar de registrar significativos deslocamentos migratórios, não é capaz de representar teoricamente os demais desdobramentos originados pelas novas configurações do sistema de produção capitalista (BAENINGER, 2012). Contudo, observa-se, que os teóricos da migração interna demonstram concebê-las (as novas configurações) como um processo social, ou seja, o indivíduo não decide migrar sozinho. Ele o faz associado e articulado sob o manto de uma rede de interações sociais, principalmente da família, que facilita a sua integração na região urbana comumente escolhida como destino (SOARES, 2002; BRAGA, 2004; FAZITO, 2002).

O enfoque estruturalista de Singer (1980, 2002) e seus fatores de expulsão se ocultam perante essa arquitetura da rede social, na qual o migrante, segundo Ramella (1995), racionalmente mobiliza recursos e relações com o fito de obter informações orientadoras dos fluxos para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a utilização do conceito de redes sociais vai ao encontro do movimento de superação das lacunas da teoria neoclássica na abordagem do aspecto da racionalidade. Essa agora estaria se manifestando não somente por uma decisão individual ou familiar, mas sim na busca de relações pessoais para a promoção da maximização no momento da migração. É importante ressaltar que:

A solidariedade, a coesão, a amizade subjacentes às redes de parentesco, de amizade e de pertença à mesma comunidade de origem permitem aos migrantes fortalecer-se e ajudar-se mutuamente para enfrentarem as tensões que se apresentam ao longo de todas as etapas do processo migratório. (CASTIGLIONI, 2009, p. 7).

Na noção de redes sociais estaria o condicionante da migração, sobretudo pelo papel facilitador da inserção no mercado de trabalho e na sociedade do lugar de destino. Contudo, os estudos sobre redes ainda são insuficientes para aglutinar as discussões teóricas que tipificam motivos, intensidades, permanência e formas de interferência das migrações internas (RAMELLA, 1995; OLIVEIRA, 2011).

Em função do esforço de análise para explicar determinadas estratégias de migração, alguns conceitos e ideias foram surgindo para denominar “corrente migratória”, “polos de atração/expulsão” e “redes pessoais e familiares”. Tornou-se cada vez mais comum o uso da rede social como representação de um sistema migratório no qual determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais e informações. Assim, estabelecem laços ou conexões sólidas na perspectiva de explicar a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento dos deslocamentos migratórios (FAZITO, 2002; KRITZ; ZLOTNIK, 1992; FAWCETT, 1989).

Observa-se nesse esforço de análise que se procura estabelecer um meio prático de identificar conexões e entrelaçamentos de atores dentro de um sistema determinado e, desse modo, representar padrões estruturais de relações que podem ser mais ou menos constantes ou totalmente imprevisíveis. A análise das causas do processo migratório pode ser enriquecida através da compreensão de padrões relacionais que compõem um sistema social ao demonstrar como atuam sobre os indivíduos e grupos as pressões de determinadas estruturas sociais. Pode ainda fazer o inverso, mostrando como processos migratórios consolidados ao nível institucional podem estancar devido a não adequação de atores aos padrões de um sistema específico (FAZITO, 2002).

Fazito (2002) entende que as redes sociais atuam sob uma concepção de que migrantes e não migrantes estão unidos em uma estrutura complexa de papéis sociais e relações interpessoais complementares, através das relações e da experiência cotidiana. Além disso, a noção de redes sociais na migração é mais facilmente compreendida a partir de uma perspectiva micro, centralizada nas ações e interações individuais.

Nessa mesma linha de interesse analítico, ressaltando as ações individualizadas, Ramella (1995) assegura que o conceito de rede tem-se revelado um instrumento valioso para estudar a ação social, ou seja, a rede de relações do indivíduo como fator de condicionamento de seu comportamento. Segundo esse autor, é nesse sentido que, ao confrontar-se com os mercados, o conceito de rede social tem reafirmado suas contribuições para a questão do

mercado de trabalho, problema que direta e indiretamente afeta a investigação sobre a emigração.

Assim as relações pessoais constituem canais de transmissão da informação e determinam quem terá oportunidade trabalho. A informação, portanto, é um importante recurso para os migrantes que, inseridos em uma rede, podem usar dessa vantagem, que se constitui em um poder. Por isso, as redes de relações dos emigrantes influenciam o acesso ao mercado de trabalho da sociedade receptora. Dessa forma são as redes de relações sociais que constroem e estruturam as oportunidades, sendo essas, portanto, socialmente determinadas (RAMELLA, 1995).

Reforçando a explicação anterior, as redes solidárias espalhadas nos distintos espaços geográficos revigoram os diferentes tipos de iniciativas e constituem elementos essenciais na multiplicação das atividades às quais se dedicam os migrantes, tanto nas sociedades de origem, como nas de acolhimento. As novas atividades têm incidências econômicas e provocam reestruturações no mercado de trabalho que promovem novas migrações de trabalhadores nos espaços de destino (PORTER, 2006; RAMOS, 2012).

Pesquisar sobre a migração na perspectiva do desenvolvimento – principalmente no Brasil, diante de suas dimensões continentais e sua extrema heterogeneidade espacial e cultural, bem como pela existência dos grandes fluxos migratórios – é de fundamental importância para compreender a evolução das regiões nos diferentes momentos do tempo. A aquisição desse conhecimento contribui para à formulação de políticas públicas promotoras de desenvolvimento regional (DINIZ, 2006). As consignadas e conduzidas tendo como base o processo migratório incidem sobre as necessidades e constituem excelentes aportes para o planejamento de investimentos públicos e privados. Elas buscam suprir as carências de adequação da infraestrutura e das condições básicas de uma determinada região, com vistas a atender um determinado crescimento populacional (DINIZ, 2006).

O desenvolvimento regional como um processo amplo de mudanças socioeconômicas está relacionado com a dinâmica dos deslocamentos populacionais e, desse modo, não só influencia como é influenciado pela decisão de migrar. Portanto, essa relação mútua entre migração e desenvolvimento contribui para que esses fenômenos sejam analisados concomitantemente, buscando entender sua complexidade. Desse modo, a migração deve ser compreendida como um processo integrante do desenvolvimento regional, com um dinâmica própria e impactos específicos sobre as origens e destinos dos migrantes (DE HAAS, 2008; LIMA, 2013).

Considerando as significativas mudanças das teorias de desenvolvimento regional ao longo do tempo é mister que se apresente uma breve evolução dessas teorias, no sentido de compreender as possibilidades e condicionamentos em torno da integração entre as trajetórias migratórias e o desenvolvimento regional. Fochezatto (2010), em sua análise que considera as teorias tradicionais, defendidas por Weber (1929), Christaller (1966) e Isard (1973) eram concentradas na preocupação básica de definir modelos de localização da produção, de forma a minimizar os custos de transporte. São teorias estáticas e limitam-se a quantificar os custos e os lucros na determinação da localização ótima da firma em uma determinada região.

A concentração e a aglomeração das indústrias estão presentes nessas teorias tradicionais, mas, segundo Krugman (1995), elas não conseguem contemplar a complexidade dos processos da concentração econômica em um determinado espaço. Isso porque estão desprovidas de mecanismos dinâmicos de autorreforço⁵ endógeno⁶ ocasionados pelas economias externas, decorrentes da concentração e aglomeração industrial. Por consequência, o desenvolvimento regional seriam mera consequência microeconômica da decisão de localização que minimizava custos de transporte.

Além das teorias tradicionais, outro grupo de teóricos do desenvolvimento regional, que vai até a década de 80, é composto por três teorias principais: a dos Polos de Crescimento, de Perroux (1955); a da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1957); e a dos Efeitos de Encadeamento para trás e para frente, de Hirschman (1958). Essas teorias enfatizam as interdependências setoriais como fator de localização das firmas e de desenvolvimento da região. Diferente das teorias tradicionais, essas passam a incorporar a ideia de economias externas⁷ e a olhar a região em seu conjunto, com a estrutura produtiva, suas interligações comerciais e tecnológicas, indo além da preocupação com a localização individual de firmas.

⁵ Retroalimentação (parte do produto do sistema que é reintroduzida) positiva porque intensificam cada vez mais os efeitos do processo criando-se um círculo vicioso (VASCONCELLOS, 2002).

⁶ O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Entretanto, o aspecto novo do processo, que traz à luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais (AMARAL FILHO, 1997).

⁷ São benefícios obtidos pelas empresas que se formam (ou já existente) em decorrência da implantação de um serviço público (por exemplo, energia elétrica) ou de uma indústria proporcionando as primeiras vantagens antes inexistentes. A existência de economias externas permite em geral a redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico (SANDRONI, 2005).

As teorias elaboradas a partir de 1980 incluem autores que defendem o aparecimento de oportunidades para que regiões e locais fora dos grandes eixos de aglomeração criem processos de desenvolvimento através de políticas de implantação de distritos industriais do tipo marshalliano⁸ ou através de reestruturação regional baseada na alta tecnologia e na intensificação de inovações. Nesse caso, a iniciativa deixa de ser apenas através do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado (AMARAL FILHO, 1997).

No contexto das novas teorias de desenvolvimento regional há uma grande variedade de visões. Uma tentativa de sistematização foi feita por Bekele e Jackson (2006), os quais fazem uma revisão das principais abordagens teóricas que tratam do agrupamento das atividades econômicas e sua relação com o desenvolvimento econômico regional. Eles propõem a seguinte classificação: a Nova Geografia Econômica (NGE); a Escola da Especialização Flexível; os Sistemas de Inovação Regional; a Teoria da Competitividade de Porter; e as Teorias de Crescimento Endógeno. Essa classificação consegue contemplar as múltiplas visões existentes, sem cair em um número excessivo de grupos, facilitando a compreensão das características distintivas entre os grupos.

A proposta da Nova Geografia Econômica, fundamentada nos trabalhos de Krugman (1991), apresenta como principais contribuições à teoria da aglomeração a introdução dos modelos envolvendo retornos crescentes e competição imperfeita. Sua origem está nas teorias de aglomeração e localização espacial e procura dar explicação para a distribuição das

⁸ O conceito de "Distrito Industrial" foi inicialmente descrito por Marshall (1890) no século XIX para caracterizar as "concentrações de pequenas e médias empresas localizadas ao redor das grandes indústrias", nos subúrbios das cidades inglesas. Dessa forma, pode-se afirmar que os "distritos industriais ingleses" eram constituídos por aglomerações de grandes, pequenas e médias empresas inter-relacionadas em microrregiões geográficas, produzindo bens em larga escala tanto para o mercado interno como para o mercado externo. Nesse tipo de sociedade, as pequenas e médias empresas (PMEs) eram fortemente "beneficiadas por fatores obtidos gratuitamente" na economia (infraestrutura, mão de obra já treinada, existência de recursos naturais locais, informações sobre as novas técnicas de produção, etc.). Além disso, as PMEs eram igualmente "beneficiadas pela proximidade geográfica entre as firmas" bem como pelo seu "elevado grau de inter-relacionamento", o que lhes asseguravam um clima propício à produção em larga escala, não só reduzindo custos de transporte e de outras transações, mas também proporcionando e agilizando a comunicação entre os produtores. Todos esses benefícios adquiridos pelas PMEs, nos "distritos industriais ingleses", Marshall (1890) denominou-os de "economias externas", ou seja, "ganhos obtidos pelas PMEs no mercado independentemente de suas ações" (infraestrutura, mão de obra treinada, recursos naturais, informações tecnológicas, proximidade geográfica entre as firmas, forte relacionamento interfirmas, etc.). As "economias externas", portanto, eram apontadas como as principais causas do extraordinário desenvolvimento socioeconômico alcançado pela Inglaterra no século XIX. Esse tipo de desenvolvimento é mais conhecido na literatura não só econômica, mas também entre sociólogos, geógrafos, antropólogos, etc., como a "teoria do desenvolvimento local", isto é, um modelo de desenvolvimento que não se baseia simplesmente na mensuração de variáveis econômicas como taxa juros, salários, inflação, déficit público, câmbio, etc., mas sim, nas potencialidades de uma determinada região geográfica delimitada, levando-se em consideração, principalmente, os recursos naturais existentes, a vocação trabalhista e produtiva da comunidade e fatores socioculturais como: laços familiares, confiança entre os agentes produtores, grau de relacionamento entre as empresas, cooperação interfirmas, costumes, tradições, religião, etnia, laços culturais, etc.) (MARSHALL, 1998).

atividades no espaço geográfico. A configuração espacial das atividades econômicas, ou concentração industrial, é o resultado de dois tipos de forças opostas, as de aglomeração e as de dispersão. As primeiras apontam, geralmente, as economias externas marshallianas como as principais responsáveis por sua origem; já as forças de dispersão incluem a imobilidade da mão de obra, o custo de transporte e os efeitos externos do meio ambiente (KRUGMAN; VENABLES, 1996).

O mecanismo gerador das externalidades, relacionado aos retornos crescentes, está baseado nas forças de interação do mercado e leva em consideração as transações da empresa com fornecedores e com os compradores do seu produto. Assim, o foco de sua abordagem está nos efeitos dos mecanismos de mercado como determinantes da aglomeração e da dispersão espaciais da indústria (KRUGMAN, 1991).

A Escola da Especialização Flexível concentra esforços no entendimento das transformações ocorridas, na esfera produtiva, com a derrocada do modelo fordista e o surgimento de um novo paradigma tecnológico a partir da década de 1980. O interesse maior dessa corrente é verificar as repercussões dessas transformações nas economias regionais e como essas regiões podem tirar proveito delas para a promoção do seu desenvolvimento.

Assim surgiram as proposições de formação de distritos industriais. Pyke, Becattini e Sengenberger (1990) entendem distrito industrial como um sistema produtivo local, caracterizado por um grande número de firmas envolvidas em vários estágios da produção de um produto homogêneo. Uma das características é que a maioria das empresas que compõem os distritos é de pequeno e de médio porte. Assim, ao invés de grandes empresas com estruturas verticais, típicas do modelo fordista, tem-se uma conformação horizontal, prevalecendo à concorrência e a cooperação. A coletividade de pequenas empresas interdependentes, em que a informação circula mais fluidamente, ocasionando novos conhecimentos e inovações, possibilita a geração de economias externas positivas e retornos crescentes.

O modelo dos distritos industriais dá ênfase à estreita relação existente entre as esferas econômica, política e social. Há uma forte integração entre essas esferas, de modo que o sucesso do distrito depende não apenas do seu desempenho econômico, mas também do social e do institucional. Em suma, o conceito dos distritos industriais é antagônico ao do modo de organização fordista, pois, segundo Piore e Sabel (1984), ele pressupõe a existência de um aglomerado de pequenas e médias empresas funcionando de maneira flexível e integrada entre si e com os ambientes político e social da região.

A Teoria da Competitividade de Porter apresenta como principal contribuição o estudo sobre a relação entre aglomeração industrial e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico

regional, através de uma visão de competitividade dos *clusters*⁹ industriais. A noção de prosperidade econômica está ligada à competitividade das firmas formadoras do *cluster* industrial que, por sua vez, é considerado a fonte de emprego, renda e inovação de uma região (BEKELE; JACKSON 2006).

O conceito de *cluster* desenvolvido por Porter (1990) é bastante amplo, envolvendo estratégias de aumento da produtividade e questões relacionadas com infraestrutura e instituições. Mas pode-se destacar como ponto mais relevante para o desenvolvimento a necessidade de haver um ambiente competitivo entre firmas da mesma indústria, proximamente localizadas. Assim, o aumento o desempenho econômico local está ligado à concentração de firmas, fornecedores e demais serviços de uma mesma indústria, de sua interação competitiva e de colaboração e dos *spillovers*¹⁰ de conhecimento. Destaca-se que boa parte dos benefícios produzidos no *cluster*, provenientes do aumento de produtividade e da inovação, está relacionada ao desenvolvimento de pesquisas em universidades e outras instituições públicas e privadas (PORTER, 1990; 2000).

As Teorias de Crescimento Endógeno têm a sua origem nas novas teorias do crescimento econômico, principalmente a partir dos trabalhos de Romer (1986) e Lucas (1988), as quais tentam endogenizar o progresso tecnológico. Esses modelos destacam a importância das externalidades associadas aos *spillovers* de conhecimento sobre o crescimento econômico. A ideia básica desses modelos, em sua versão regional, é a de que a aglomeração tem significativo impacto sobre a inovação e a transferência desse conhecimento, criando, portanto, um mecanismo de autorreforço.

Essas sínteses sobre evolução das teorias de desenvolvimento regional, demonstrada nos parágrafos anteriores, analisam de um modo geral a configuração espacial das atividades econômicas. Portanto, são abordados aspectos teóricos tradicionais e os novos modelos teóricos surgidos a partir da década de 1980. Nesses se percebe que as interferências, bem como as causas da migração não devem ser estudadas separadamente, nem de forma isolada em relação ao processo de desenvolvimento. Isso gera limitações para a análise considerando que o grau de desenvolvimento de uma região influencia as decisões de migrar e estas, por sua vez, têm

⁹ *Cluster* é um aglomerado de empresas em um território geográfico delimitado, ligadas entre si por relações comerciais, tecnológicas e troca de informações e que desfrutam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas (ROSENFELD, 1996).

¹⁰ É entendido como a promoção e a difusão do conhecimento, com impactos diretos na produtividade. Os *spillovers* do conhecimento apresentam uma característica singular que se traduz no derramamento do conhecimento sobre as pessoas, sobre a classe empresarial e organizacional e sobre o espaço local (AUDRETSCH; LEHMANN, 2005).

impactos sobre o desenvolvimento, especialmente nos lugares de origem dos migrantes (RAMOS, 2012).

No estudo da teoria das redes migratórias observa-se que na sua função encontra-se a formatação de um diagnóstico, o qual incide sobre o nível de desenvolvimento regional do destino pretendido. Nesse caso, a migração pode ser interpretada como uma resposta às expectativas desse destino, bem como às frustrações na origem. Nos diversos aspectos que influenciam essas expectativas estão incluídos os padrões de vida regionais, principalmente o bem estar individual que está relacionado às condições médias de infraestrutura domiciliar de cada localidade (SOUZA, 1973; LIMA, 2000).

O processo de desenvolvimento socioeconômico de uma região gera uma série de implicações para sua dinâmica populacional, a qual, por sua vez, possui efeitos mútuos sobre o primeiro. Particularmente, essa relação de reciprocidade afeta diretamente os padrões migratórios entre os lugares de origem e destino, visto que suas circunstâncias iniciais são modificadas pelo processo migratório ao mesmo tempo em que fluxos subsequentes são afetados pelo crescimento desses lugares (RAMOS, 2012).

O estudo das diversas construções teóricas sobre migração mostra a carência de reciprocidade entre elas. Para Massey (1990) essa fragmentação seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação aos seguintes aspectos condicionadores: a) se o tema deve ser estudado de forma simultânea ou segundo uma evolução temporal; b) se o entendimento da migração partiria de uma análise estrutural ou no âmbito individual; c) como será o nível de análise (domicílio, comunidade, região, etc.); e d) se o estudo apresenta destaque nas causas ou nos efeitos da migração. Esse autor acredita que o conhecimento teórico construído sobre migrações não fornece a robustez necessária para pesquisas.

Entre as teorias que explicam a perseverança dos fluxos migratórios e a sua continuidade no tempo deve-se ressaltar a importância das redes e trajetórias migratórias. Isso porque essas, como são constituídas por laços que estabelecem a conexão entre migrantes nos lugares de origem e destino, facilitam o fluxo de capital e informação sobre as condições de vida e as possibilidades de emprego nos destinos. Desse modo, essas conexões auxiliam os novos migrantes no planejamento e adaptação no novo ambiente e ainda aumentam a probabilidade de futuros fluxos migratórios (BRZOZOWSKI, 2012).

A teoria das redes é considerada essencial na explicação do porquê a migração não ocorre de modo uniforme pelo território nacional, considerando que existem determinadas regiões de alta concentração de migrantes, ligadas a lugares específicos através das redes (FUSCO, 2005). As expectativas presentes na decisão de migrar envolvendo a busca pela

melhoria de vida parecem constituir o cerne das discussões nas construções teóricas desse tema. Essas orientam o entendimento de uma perspectiva das novas migrações internas, uma vez que, no início desse século, elas tornaram-se ainda mais complexas. Portanto, o novo olhar para os processos migratórios conduz à substituição de conceitos, observando que duas dimensões estão particularmente presentes nessa redefinição: a reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; e a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas (BAENINGER, 2012).

Quando se relaciona a migração ao desenvolvimento regional, a discussão sobre a decisão de migrar associa o fenômeno do deslocamento aos aspectos socioeconômicos históricos e espaciais geográficos dos lugares de origem e de destino. O estudo do próximo capítulo pode apresentar melhores esclarecimentos, abordando a migração e as formas de desdobramento na perspectiva do desenvolvimento da região Nordeste.

2.3 Migração: tecendo caminhos para a construção do desenvolvimento regional

As abordagens teóricas sobre migração durante muito tempo foram divididas entre as correntes funcionalista e estruturalista, representadas por autores como Lee (1980) e Singer (1980), respectivamente. O primeiro acredita que o indivíduo decide migrar após analisar racionalmente a relação custo-benefício com o processo migratório. Nessa concepção, a migração seria a mudança permanente ou não de residência, independente da distância do deslocamento, da condição voluntária ou involuntária, podendo ser externa ou interna.

Para melhor esclarecer os processos migratórios, Lee (1980) estabelece a seguinte classificação: a) Fluxo e refluxo migratório – a eficiência do fluxo e do refluxo tende a ser baixa quando os locais de origem e de destino são semelhantes, essa eficiência eleva-se nas épocas de prosperidade e reduz em períodos de depressão; b) O volume de migração – sofre interferência dos fatores externos, principalmente o econômico, fazendo com que o migrante se sinta influenciado e tenha esperanças de respostas às suas necessidades; c) Características das migrações – nessa última classificação o autor destaca a seletividade, afirmando que as migrações são seletivas em razão das pessoas reagirem de formas diferentes aos fatores positivos e negativos presentes nos locais de origem e de destino. Segundo Lee (1980) os migrantes não constituem uma amostra aleatória da população, mas sim indivíduos com características pessoais específicas que reagem aos estímulos e obstáculos. Em contrapartida Singer (1980) observa que o fenômeno migratório é social assumindo dimensão de classe

social¹¹ e, portanto, reagindo de acordo com os aspectos econômicos, sociais e políticos ao tomar a decisão de migrar.

Quanto aos fatores determinantes da migração, esses seriam positivos, negativos ou nulos (obstáculos que podem interferir no processo, sobretudo de natureza econômica e legislativa), atribuídos tanto ao local de origem, de destino e pessoais (de índole psicológica e circunstancial, capazes de se sobreporem a simples equações de custos/benefícios na decisão de migrar). Para Lee (1980), a base para as escolhas encontra-se no aspecto da modernização. Em uma análise mais consistente, Singer (1980) coloca as desigualdades regionais como principal causa das migrações internas. Para esse autor, surgiriam fatores de expulsão na origem dos deslocamentos, criados pela introdução de relações de produção capitalista, aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo o nível de emprego, provocando a saída de camponeses e pequenos produtores. Além desse fator, ele observa o problema da estagnação associado à incapacidade de incrementação da agricultura de subsistência por parte desses agricultores (SINGER, 1980).

Com relação ao destino, Singer (1980) afirma que fatores da estagnação como insuficiência física da área produtiva conduziriam a uma maior dificuldade de inserção do migrante no mercado de trabalho. A migração é um fenômeno que se apresenta de forma intrínseca na constituição produtiva da sociedade, acarretando impactos tanto na origem como no destino. A ótica que direciona as análises desses dois autores se diferencia segundo os interesses pela questão sociológica do primeiro e econômica do segundo (LEE, 1980; SINGER, 1980).

No caso particular do Brasil, o enfoque teórico de Singer (1980) coloca as migrações como determinadas historicamente pela industrialização, pois essa impulsionada através da racionalidade econômica do progresso técnico cria economias de aglomeração reestruturando espacialmente as atividades. Assim as migrações internas atuam como um mecanismo de redistribuição da população em conformidade com os interesses do processo de industrialização. Nessa perspectiva, os migrantes são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, em um processo social determinante (SINGER, 1980). Dessa forma, complementa afirmando que:

Toda transferência de atividade do campo para à cidade parece ser motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades – que se traduz em sua urbanização – parece ser um requisito de sua crescente especialização

¹¹ Classe social é um conceito que estabelece conjuntos de pessoas inseridas no processo de produção apresentando condições semelhantes de atividade e ideologias. (MARX, 1995).

e conseqüente complementaridade. Há que acrescentar ainda o imenso crescimento das escalas de produção, que torna a especialização economicamente rentável e leva ao surgimento de estabelecimentos de grande porte. (SINGER, 2002, p. 31).

Já Todaro (1980), em seu modelo de concepção neoclássica, construiu uma teoria baseada nas migrações rurais-urbanas denominado de probabilístico, pois mede a possibilidade dos trabalhadores rurais migrarem para o setor moderno da economia urbana. Esse autor pressupõe que o migrante encontraria emprego no setor urbano, mesmo que existisse o desemprego. Desse modo, sua decisão de migrar estaria baseada no cálculo econômico de uma renda esperada futuramente e não de renda imediata após a migração.

A importância da migração interna no processo de redistribuição populacional, conforme a visão de Singer (1980), é reconhecida por Todaro (1980). Segundo ele, a transferência de excedente populacional trata-se de um fenômeno associado à própria história do progresso material de um país. Assim, existe a necessidade de transferir a população do setor agrícola tradicional para a indústria moderna, onde a produtividade é mais vantajosa em função do progresso técnico (SINGER, 1980).

A concepção marxista da utilização do conceito de exército industrial de reserva¹², vinculada ao entendimento de Singer (1980), não coincide com a visão de Todaro (1980). Contudo, existem semelhanças quanto à relevância das migrações para o desenvolvimento do capitalismo. Todaro (1980) acredita que os imigrantes tendem a se transferir, com o tempo, para os setores modernos da economia. A análise de Singer é menos otimista; contudo, esses dois autores compreendem as migrações como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo e para a mobilidade social dos indivíduos, dentro do contexto dos desequilíbrios setoriais e espaciais de uma economia em desenvolvimento (TODARO, 1980).

No confronto das abordagens neoclássica e estruturalista, Vainer (2001) afirma que nessa primeira teoria a lógica locacional da empresa seria utilizada pelos migrantes, os detentores de capital ou da força de trabalho, que maximizariam seus ganhos em um espaço escolhido, como território de liberdade. A migração seria o movimento para onde essa liberdade se concretizaria.

¹²Expressão utilizada por Karl Marx em sua crítica da economia política referindo-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede às necessidades da produção. Segundo ele, para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e a garantia do processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para a redução dos salários (MARX, 2008).

Assim, as motivações são tomadas como meras atualizações subjetivas das determinações estruturais. Os indivíduos ou grupos sociais tendem a ser percebidos apenas como atores de um cenário estrutural tendo como base o mercado. Desse modo observa-se que:

Neoclássicos e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel da coerção na produção e reprodução dos deslocamentos e localizações do trabalho no movimento normal do desenvolvimento capitalista. Em consequência suas análises acabam por omitir dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações. (VAINER, 1998, p. 828).

Do ponto de vista marxista, a dupla dimensão da liberdade sob o domínio do capital manifesta-se primeiro como positiva, pela livre circulação da força de trabalho. Mas é também negativa, pois ele não possui os meios de reprodução. Logo, é livre para circular em busca de compradores de sua força de trabalho, única mercadoria que dispõe. Portanto, longe de natural, essa mobilidade seria resultado de um processo histórico marcado pelo domínio espacial (VAINER, 1998).

As abordagens teóricas da migração despertam interesses nas diversas áreas do conhecimento e, desse modo, são estudadas sob diversos olhares. No entanto, para Simmons (1991), essas discussões estariam gerando um paradoxo. Ou seja, abordagens antropológicas, demográficas, econômicas, sociológicas, históricas e geográficas estenderam seus domínios de interesses, cobrindo uma ampla frente de padrões históricos e contemporâneos dos movimentos migratórios. Todavia, os modelos explicativos existentes seriam aplicáveis em situações particulares, não sendo capazes de integrar as diversas formas de manifestação do fenômeno migratório (SIMMONS, 1991).

As teorias migratórias foram, de um modo geral, influenciadas pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico, sendo fundamentadas no enfoque estruturalista e na teoria da modernização. Entretanto, em um ambiente pós-industrial, as ligações entre os movimentos são dadas sobre a base de redes interpessoais, comunicações articuladas, retroalimentação e interdependência de sistemas em uma economia global (SIMMONS, 1991). Nesse sentido, Simmons (1991) sustenta que as migrações estariam definidas em termos tão amplos que poderiam estar incluindo todos os níveis diferentes de fenômenos e possivelmente nenhuma explicação daria conta de contemplar todos. Assim, ele assevera que a solução seria o uso de tipologias descritivas de modo a isolar o fenômeno e interpretá-lo no marco de análise que se ajuste a cada caso específico.

Nas teorias neoclássica e histórico-estruturalista encontram-se divergências quanto à escala do fenômeno: enquanto a primeira centraliza as ações nos indivíduos ou famílias, a segunda aponta para os determinantes da estrutura social sobre os deslocamentos. Quanto ao

entendimento sobre os espaços da migração, as formulações teóricas parecem convergir para uma leitura dualista do papel exercido pela rede de lugares. Enquanto existem localidades com poder de atrair pessoas, em função do seu dinamismo econômico, outras perdem população. A busca por uma melhor compreensão para o estudo das migrações internas brasileiras tem sido um grande desafio (LIMA; BRAGA, 2010).

A discussão sobre migração e desenvolvimento tem oscilado desde o otimismo¹³ desenvolvimentista nas décadas de 1950 e 1960, até pontos de vista pessimistas¹⁴ neomarxistas nos anos 1970 e 1980, voltando a visões mais otimistas nas décadas de 1990 e 2000. Contudo, as evidências empíricas que apontam para a heterogeneidade dos impactos migratórios têm desafiado essas visões. Os pontos de vista são, em grande parte, orientados ideologicamente e desviam a atenção das restrições estruturais e do papel vital dos Estados na formação de condições favoráveis para que ocorram impactos positivos na migração (DE HASS, 2010).

Os estudos que tentam incluir migração na política econômica são associados com a suposição de que a emigração pode contribuir positivamente para o desenvolvimento do país de origem dos imigrantes. Entretanto, essa análise otimista que está dominando a discussão econômica nos últimos vinte anos é questionada pelo enfoque pessimista, com a pressuposição de que emigram os indivíduos mais qualificados. Nesse caso, a migração é um fenômeno associado com danos para os Estados emissores, contribuindo para o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais (DE HASS, 2010).

A relação entre migração e desenvolvimento em uma concepção de análise estrutural é abordada ainda por Oliveira, Garcia e Stern (1980). Esses admitem ser a migração interna uma consequência do desenvolvimento regional, pois essa relação assume, no seu desenrolar, características específicas segundo as modalidades desse processo de desenvolvimento. Observa-se, então, que essa abordagem busca explicar esses fenômenos a partir de um enfoque das características estruturais que se manifestam na sua formação, destacando os tipos de vínculos entre uma e outra característica – principalmente os fatores políticos e econômicos presentes no desenvolvimento.

¹³ A perspectiva otimista na migração se origina do pensamento neoclássico sobre migração e desenvolvimento, que dominou o debate até o início da década de 1970, em que o fluxo migratório era visto de forma otimista por beneficiar ao imigrante na sua busca por melhores condições socioeconômicas. A região de origem por reduzir a pressão demográfica da pobreza e da miséria e a região de destino ao receber capital humano qualificado pronto para transferir seus conhecimentos originários (DE HASS, 2010).

¹⁴ A perspectiva pessimista em relação à migração ganhou força sob a égide do pensamento histórico-estruturalista, que questionava as premissas da teoria neoclássica, observando que, em situações de crises humanitárias decorrentes de conflitos armados (conflitos de terra), eventos naturais (seca no Nordeste), mesmo os mais pobres são forçados à migração ainda que sujeitos aos custos e riscos da transferência para outro lugar, região ou país (DE HASS, 2010).

Desse modo, é fundamental que as migrações sejam consideradas como um processo em que estão envolvidos grupos sociais, não como sujeitos isolados que se deslocam no espaço em decorrência de transformações econômicas e mesmo sociais em um determinado local. Da mesma forma, a compreensão dessas transformações é alicerçada na dinâmica presente nas relações de produção, do processo de acumulação do capital – que são historicamente estabelecidas (SINGER, 1977; MARTINS, 1986).

De acordo com Singer (1977), as migrações internas são historicamente condicionadas como o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não deverão ser separadas. Nesse sentido, o primeiro passo para o estudo das migrações é encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório. Essas abordagens mostram que são as mudanças estruturais que definem as particularidades dos fluxos migratórios, pois incidem sobre o processo produtivo. Remetem o movimento migratório à própria dinâmica de expansão do capitalismo e das relações de produção, fundamentais aos processos históricos e institucionais que se configuram em fatores de composição do quadro de determinações estruturais vigentes na sociedade (RIPPEL, 2005).

Admite-se, então, que nas motivações das migrações encontram-se causas estruturais que se convertem em fonte e origem do processo, pois as transformações não afetam do mesmo modo aos diferentes grupos componentes da estrutura social – considerando que apenas determinados segmentos da sociedade são obrigados a migrar. Assim, entende-se que vários fluxos migratórios de um único território ou região, em função da diversidade das situações e dos grupos sociais, podem ser atingidos pelas transformações das condições estruturais do mercado e da produção (RIPPEL, 2005; SINGER, 1976).

A relação entre emigração e desenvolvimento sugere que o impacto dessa naquele, para a maior parte dos países, tende a ser positivo. Entretanto, isso se dá no curto prazo, pois a emigração raramente parece ser capaz de induzir mudanças sociais e econômicas suficientes para alavancar o desenvolvimento dos países de origem. Nesses, os efeitos do fenômeno migratório são inúmeros. As migrações podem constituir-se como um obstáculo em virtude do contingente de pessoal qualificado que se desloca, possibilitando que jovens trabalhadores dinâmicos saiam para o exterior, reduzindo assim as pressões para a mudança social (FISHER, 1997; GONÇALVES, 2009).

A migração é favorável para o país emissor quando os ganhos provenientes do incremento de capital humano no destino podem ser utilizados produtivamente no retorno e se os rendimentos transferidos forem superiores aos custos de formação do migrante. Uma das grandes influências da saída do país de origem decorre das remessas enviadas pelos emigrantes,

pois elas têm efeitos significativos para as contas nacionais de muitos países emissores, melhorando a situação do balanço de pagamentos (GONÇALVES, 2009).

As referidas remessas podem conduzir ao aumento das desigualdades sociais no país de origem considerando que essas, direcionadas para as famílias dos emigrantes, não beneficiam as famílias menos favorecidas locais. Mas, no longo prazo e se articuladas com políticas macroeconômicas adequadas, poderão ter impacto econômico relevante dado que o investimento geralmente cria postos de trabalho. Essas podem também gerar efeitos de dependência nos países emissores, encorajando a continuidade de emigração da população. Os laços de ligação entre a origem e destino assumem geralmente o papel de propulsor do desenvolvimento local ou regional, no qual os emigrantes tornam-se transmissores de conhecimentos, de poupanças e tecnologia. Entretanto, existe o risco de criar-se uma cultura de emigração que se retransmite e influencia os jovens (GONÇALVES, 2009).

Na visão de Castles e Davidson (2000) o processo de desenvolvimento de um país gera migrações, uma vez que a melhoria das condições econômicas e educacionais proporciona aos indivíduos o desejo de buscarem melhores alternativas em outros lugares. Esse autor acrescenta ainda que as classes mais pobres tendem a não emigrar porque não possuem recursos que permitam conhecer as oportunidades existentes para encontrar trabalho e acomodação em outro espaço.

Os enfoques teóricos abordados até aqui contemplam relações entre países, mas no vasto elenco das discussões teóricas sobre migração predominantemente externa é possível observar que uma das primeiras a tratar da interna nasce com os estudos de Ravenstein (1980). Esse sistematizou e analisou deslocamentos populacionais internos constatando, por exemplo, que, a maioria ocorria entre lugares de curtas distâncias. Além disso, os movimentos geravam outros, em sentido inverso; os deslocamentos mais distantes eram realizados por migrantes que buscavam os centros mais dinâmicos de comércio ou indústria; a propensão de migração dos naturais de zonas rurais é muito maior que dos nativos de áreas urbanas. Para o autor, desenvolvimento da indústria e do comércio contribuiu para o aumento das migrações em que o motivo econômico foi preponderante, originado pelo desejo de melhorar a situação do patrimônio em bens materiais (RAVENSTEIN, 1980).

O estudo preliminar de Ravenstein (1980) foi um esforço inicial para a construção de teorias da migração interna e, com base nas reflexões edificadas por esse autor, surgiram outras, centradas em análises econômicas e sociológicas, advindas sobretudo das teorias do

desenvolvimento econômico¹⁵ e da teoria da modernização social¹⁶. A visão econômica admite que as migrações transfiram população de regiões agrícolas densamente povoadas e de baixa produtividade para os setores urbanos e industriais da economia capitalista, onde há maior produtividade.

Os estudos migratórios devem considerar o migrante não somente por seus atributos pessoais ou intenções individuais, mas sim como uma entidade dotada de relações que se conecta a outras, definidas por laços de parentesco, amizade, conhecimento e trabalho. Nesta perspectiva, os movimentos populacionais são, também, a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações nas quais o indivíduo se insere (SOARES, 2002). As razões que originam um determinado deslocamento podem estar associadas às transformações estruturais nas sociedades. No entanto, a continuidade da migração provavelmente está mais relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino que conferem estabilidade aos fluxos contínuos entre duas ou mais localidades. Desse modo, as redes sociais não são elaboradas no movimento migratório, mas transformadas por ele na medida em que se reforçam as conexões existentes entre o migrante e outros atores da sociedade (SOARES, 2002).

As redes sociais podem ser compreendidas então, como o conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais conectadas por algum tipo de relação, podendo inclusive se sobrepor inúmeras vezes dentro de um sistema de relações. As redes migratórias seriam, então, uma espécie de rede social, precedida por outras redes que se adaptam ao objetivo de

¹⁵ O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. O desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias, contudo as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão de obra do meio rural para o setor urbano, redução das importações de produtos primários e menor dependência de auxílio externo. A ONU usa indicadores para classificar os países segundo o grau de desenvolvimento como, índice de mortalidade infantil; expectativa de vida média; grau de dependência econômica externa; nível de industrialização, potencial científico e tecnológico; grau de alfabetização; instrução e condições sanitárias. Entre os obstáculos ao desenvolvimento estão: 1) dificuldade de toda a população integrar-se à economia nacional (entre outros fatores, por inexistência de um sistema de transporte eficiente que interligue de fato as regiões do país); 2) isolamento social cultural ou econômico, representado por barreiras linguísticas e religiosas entre diferentes setores da população e por subsistemas econômicos alienados do conjunto da economia nacional (empresas estrangeiras, latifúndios etc.); 3) dificuldade de encaminhamento do excedente potencial da economia para os setores prioritários (indústria de base, transporte energia etc.) de cujo crescimento depende todo o processo (SANDRONI, 2005).

¹⁶ A Teoria da Modernização no plano social estuda o desenvolvimento urbano, intensa migração do campo para a cidade, maior diversificação das profissões e surgimento de novas camadas sociais com valores e interesses particulares. No plano cultural os estudos abordam entre outros assuntos a expansão dos meios de comunicação de massa e educação. De um modo geral as análises do processo de modernização desenvolve-se dentro de uma sistemática de equilíbrios e conflitos variando conforme o ritmo em que ela se realiza e os agentes sociais que mobiliza, com o intuito de promover mudança econômica, social e política superando estruturas tradicionais da sociedade (SANDRONI, 2005).

migrar, como as relações de parentesco, amizade, trabalho, etc. (SOARES, 2002; FAZITO, 2002). Desse modo os fluxos migratórios internos na rede urbana brasileira podem ser compreendidos segundo a perspectiva de análise na qual as localidades são os atores conectados por laços gerados pela migração, formando uma rede social que contém vários níveis.

Essa concepção permite trabalhar sobre alguns princípios básicos, como assinala Soares (2002): a) os laços relacionais ou conexões entre atores são canais de transferência de recursos b) os modelos de rede conceituam estruturas (sociais, econômicas, políticas, demográficas, etc.) como padrões duráveis de relações entre atores. Essa forma de tratamento das redes migratórias, ao evidenciar os laços entre imigrantes, pode contribuir para os estudos de redes urbanas, já que as redes sociais presentes na migração integram o conjunto das interações espaciais que compõem os sistemas de cidades. Evidentemente, quanto mais relações entre centros urbanos forem descobertas, mais consistentes tornam-se os modelos teóricos explicativos para as redes de localidades centrais (SOARES, 2002).

As redes presentes nas localidades de origem e destino podem colocar o imigrante mais rapidamente no mercado de trabalho, principalmente ao se considerar que podem selecionar melhores níveis de qualificação. Assim, a compreensão da contribuição dos imigrantes para a evolução da rede urbana brasileira pode ser enriquecida na consideração dos padrões relacionais expressos nas redes sociais da migração (MATOS, 2004; BRAGA, 2004).

No Brasil, os deslocamentos populacionais a partir da década de 1930 até os anos 1970 mostram algumas tendências gerais: a enorme transferência de população do meio rural para o urbano que, refletindo as distintas etapas do processo de desenvolvimento, contribuiu para o esvaziamento do primeiro; as migrações com destino às fronteiras agrícolas; e o intenso fenômeno da metropolização e a acentuada concentração urbana (BAENINGER, 2000).

Observa-se ainda que durante o período de 1970 e 1980 algumas características se destacaram: o esgotamento dos deslocamentos com destino às fronteiras agrícolas – nas fronteiras do Paraná e do Centro-Oeste, e na Amazônia, na primeira metade dos anos 1980, bem como os grandes movimentos migratórios do meio rural para o urbano. Nos anos 1970 iniciava-se a intensificação dos deslocamentos populacionais do tipo urbano-urbano, principalmente aqueles intrametropolitanos, reforçando as vertentes da metropolização e da concentração da população em aglomerações de maior porte (BAENINGER, 2000).

Tratando-se da discussão do espaço urbano presente no título desse item, é necessário apontar para algumas discussões conceituais relativas a esse espaço. De acordo com Cunha (2005), a análise de uma realidade complexa como é a urbanização nos tempos de globalização e reestruturação produtiva, principalmente no Brasil, com significativa extensão e diversidade

territorial, sempre esbarra em dificuldades metodológicas. Essas tratam especialmente daquelas relacionadas às características das informações utilizadas e com as novas relações que têm sido observadas recentemente entre campo e cidade. Acredita-se que a questão dos deslocamentos campo-cidade, ou vice-versa, passou a adquirir novos contornos, em termos de seus significados, volumes e intensidades (CUNHA, 2005).

A dificuldade de análise para delimitar o que é rural e o que é urbano é demonstrada também por autores como Silva (1997), Champion e Hugo (2003), pois, segundo eles o primeiro hoje só pode ser entendido como uma conexão com o segundo, do ponto de vista espacial. Segundo Silva (1997), no contexto da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Veiga (2002) sustenta que o rural brasileiro é muito maior do que o apontado pelos dados do IBGE, pois, segundo ele, foram consideradas urbanas todas as sedes municipais, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados. Isso levaria a um inchamento do setor urbano e, com isso, a profundas distorções da rede urbana brasileira. Nesse caso, uma das primeiras dificuldades surge das bases conceituais a partir das quais os dados são levantados. De fato, o problema do analista já se apresenta pelo fato de que a definição das categorias "urbano" e "rural" são prerrogativas dos municípios. Por esse motivo, podem variar de uma região para outra, bem como depender de injunções e interesses.

Em função da complexa diversidade de um país, seria muito importante uma definição mais consistente e possível de ser comparada. Mesmo critérios usados por outros países como, por exemplo, o tamanho de localidade, sua densidade demográfica, etc. poderiam ser problemáticos no caso do Brasil. Isso porque os significados desses indicadores certamente seriam distintos dependendo do contexto regional em que são mensurados (CHAMPION; HUGO, 2003; CUNHA, 2005).

Além da discussão conceitual sobre urbano e rural, que incide sobre a migração interna, essa apresenta alterações quanto às suas formas relacionadas com a ocupação do espaço urbano. Os dados do Censo Demográfico de 1970 indicam mudança nos fluxos de migração interna como parte da transição demográfica brasileira. Nos anos 1980 já se apresentaria um significativo movimento nos fluxos migratórios de retorno em direção ao Nordeste (RIBEIRO; CARVALHO; WONG, 1996).

As mudanças nos fluxos migratórios acompanham as alterações que implicam nas novas formas de produção e novos espaços urbanos. No contexto atual da urbanização brasileira, tem-se o surgimento das cidades médias como elementos fundamentais para compreender a

migração de retorno para o Nordeste brasileiro. A influência dos processos de reestruturação global vem modificando as formas urbanas das sociedades brasileiras, levando-as para um tipo de urbanização com uma desmetropolização. Em grande parte, o incremento populacional nas cidades médias deve-se ao crescimento dos centros intermediários pertencentes às regiões metropolitanas (CARVALHO, 2008).

De acordo com Baeninger (2012), o panorama migratório deste século apresenta dois grandes conjuntos redistributivos nacionais. Um é caracterizado pela variação migratória metropolitana, marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais saindo do Sudeste em direção ao Nordeste. O outro refere-se à interiorização migratória, com trajetórias de curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos nos estados e nas regiões.

Os processos migratórios tornaram-se reversíveis adquirindo significado distinto quando se contempla dinâmicas urbano-regionais específicas. As migrações redefinem seus polos, configurando mais áreas de retenção do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência. Essas modificações são consequências de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional que promoveram efeitos nos campos políticos e econômicos (BAENINGER, 2012).

As referidas modificações interferem na decisão de migrar e, portanto, na decisão de permanecer ou não na região, estado ou município para aonde se migrou em períodos anteriores. Os grandes fluxos e as grandes distâncias não são os mais frequentes. As migrações internas passaram a dominar as curtas distâncias, principalmente dentro de uma mesma região de abrangência, podendo ser sazonais em áreas de modernização agrícola ou entre municípios em áreas de maior urbanização. Nessa nova estruturação a migração de retorno associa-se a uma gama muito variada de contextos, tornando muito complexa a própria concepção de retorno (BAENINGER, 2012).

3 MIGRAÇÕES E A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO NORDESTE

O Nordeste brasileiro é analisado neste capítulo com foco nas migrações internas, como ponto de partida para entender a concepção de desenvolvimento e suas repercussões, Prado Jr (1969) destaca algumas diretrizes buscando sintetizar a mobilidade para o povoamento no início da formação econômica do Brasil, ou seja ele considera que um importante deslocamento se verifica do interior para o litoral, assim sobressaem estados como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e o Maranhão e verifica-se deslocamento do eixo econômico da mineração para a agricultura. A mobilização do interior para o litoral, corresponde a um grande adensamento da população e isto se constitui no campo demográfico, o fato global mais sensível do período da ocupação espacial do Nordeste.

A partir dessa noção do direcionamento de contingentes populacionais é oportuno descrever sobre as formas de produção que se insere e passa a influenciar a formação econômica não apenas dessa região, Nordeste, mas de todo o país. A organização econômica naquela era colonial, presente tanto na agricultura como na mineração constituía a grande unidade produtora, reunindo numerosos contingentes de trabalhadores escravos, dirigida pelo colono branco. Nesse sistema de organização do trabalho e da propriedade se origina a concentração extrema de riqueza característica da economia colonial (PRADO Jr, 1969).

É deste tipo de organização em que se constituiu toda a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO JR, 1969, p. 143).

A mudança na dinâmica populacional com o declínio econômico do Nordeste fez surgir outras dinâmicas e conseqüentemente novos deslocamentos migratórios, considerando que as migrações evidenciadas nesse século XIX eram constituídas em grande parte por imigrantes portugueses, desse modo as diferenças entre as regiões Nordeste e Norte começam a ser construída no final desse século, quando coincidem, a grande seca da história nordestina, do período de 1877-1879, e o auge do primeiro ciclo da borracha (1870-1912). A seca e a necessidade de mão de obra para a extração do látex, que chegou a representar 40% das exportações nacionais, combinaram-se para transformar a Amazônia num polo de atração dos agricultores pobres afetados pela estiagem, levando para os seringais cerca de 500 mil nordestinos, entre os anos de 1870 e 1910 (ANDRADE, 1977).

A discussão acerca do fenômeno das migrações nordestinas desta parte do estudo busca uma aproximação com as origens, pois, desse modo, tornam-se mais claras as causas e consequências de grande parte desse processo migratório. Integra-se a este o desenvolvimento regional, que se apresenta como uma grande preocupação da época, sendo precedido pelo problema da seca e necessidade de controle do território da Amazônia. Entre os fatores responsáveis pela saída de pessoas do Nordeste nos períodos de 1870 a 1920 estão as frequentes e longas estiagens e os conflitos no meio rural em função da estrutura fundiária nordestina (ANDRADE, 1977).

O longo período de estiagem assinalado acima, apesar desse referencial histórico ainda permanece presente e aparentemente, com poucas alternativas de solução. Para Josué de Castro (1951), o Brasil apresenta-se com cinco grandes regiões: a Amazônia, de clima equatorial superúmido; o Nordeste Açucareiro, com o clima equatorial úmido, com duas estações, uma seca e outra chuvosa; o Nordeste seco, hoje chamado semi-árido, que vinha sendo assolado, periodicamente, desde o início da colonização, no século XVI, por grandes secas; o Centro Oeste, com clima tropical; e, finalmente, o Sul, com clima subtropical.

Para um melhor entendimento em torno do desenvolvimento, observa-se que essa caracterização através de uma divisão regional, com os tipos de regiões brasileiras associadas aos aspectos físicos e geográficos permite compreender por que Castro (1951) afirma que em função dessas variações climáticas ocorreriam também variações nos sistemas alimentares, ou seja nas três primeiras regiões registrava-se, o problema da fome, endêmica ou epidêmica. Enquanto na Amazônia a fome era provocada sobretudo por razões de ordem natural, nos dois Nordeste (seco e chuvoso) ela era provocada por razões de ordem social, como consequência da ação do homem, a partir do processo de povoamento.

Em função disso Josué de Castro (1951, p. 74) complementa:

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta.

As condições e alternativas de destino migratório verificam-se já no ciclo do ouro de Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Também a Amazônia se apresentava, no final do século XIX, como o lugar de riquezas naturais abundantes. Essa migração, além de ser propagada por alguns donos de seringais em suas viagens para recrutar trabalhadores, era apoiada pelo governo do estado do Pará. Esse estabeleceu núcleos coloniais de migração em torno da estrada de ferro do município de Bragança, a nordeste de Belém (ANDRADE, 1977).

Aliados aos interesses desse governo estavam não somente as ações colonizadoras e de povoamento, mas também o desejo de prover a região amazônica de um excedente de mão de obra. Esse foi o período áureo de expansão da exploração da borracha que representou um momento histórico, econômico e social brasileiro, tendo sido importante principalmente na formação socioespacial da Amazônia (SOUZA, 1994; CANCELA, 2006; WEINSTEIN, 2002; AGUIAR, 2009).

Com o esforço para estabelecer um ponto de partida das análises em torno das migrações no Nordeste na perspectiva do desenvolvimento regional, esse capítulo possui duas partes. Na primeira é trazida a estruturação econômica e social do Nordeste, com seus aspectos históricos. Aborda-se a chegada de migrantes condicionados pela estruturação econômica dessa região, constituída principalmente da extração de madeira, da produção de açúcar e algodão. Nesse contexto, analisa-se as primeiras tentativas de desenvolvimento regional através das iniciativas de combate à seca e discute-se as condições de produção e formas de acesso à terra.

A segunda parte traz algumas características da região Nordeste no século XX, com suas principais tendências e mudanças. Este item analisa o crescimento econômico da região e o desenvolvimento regional, bem como os investimentos estatais exemplificados com implantação de empresas produtoras de energia elétrica e investimentos na indústria (têxteis, siderúrgicas, fertilizantes, petroquímica, etc.). Incluem-se abordagens dos movimentos migratórios de 1950 a 1970 rumo ao Sudeste e o processo de desconcentração industrial verificado no país a partir de 1970. Finaliza-se o terceiro capítulo com algumas discussões de Celso Furtado (1989; 2008) e Francisco de Oliveira (1981; 1983), cujos trabalhos abordam as desigualdades regionais com foco no nordeste brasileiro.

3.1 Processo Migratório na Estruturação Econômica do Nordeste: aspectos históricos

Para fundamentar o processo migratório que marcou a região Nordeste, faz-se necessário mencionar um pouco sobre suas raízes. Desse modo, observa-se que foi ali que se iniciou um processo de ocupação espacial no Brasil, com uma migração de indivíduos exploradores que, conseqüentemente provocaram deslocamentos de nativos para outros lugares. A estruturação da produção, a partir dessa exploração inicial, baseou-se na extração de madeira. No século seguinte alcançou destaque através da produção e exportação de açúcar (FAUSTO, 1995).

A queda nos preços desse produto no mercado externo contribuiu para que essa região perdesse sua importância econômica, cedendo inclusive a sede da capital do país para o Rio de

Janeiro em 1763. Contudo, sua influência permaneceu em função da força econômica do açúcar e do algodão. Além disso, concentrava metade da população do país – 47% no Nordeste e 3% no Norte (NOVAIS, 1989).

As migrações condicionadas pelo modelo de estruturação econômica do Nordeste apresentaram características próprias de um sistema escravista. De acordo com Prado Jr (1969) aos escravos faltavam os requisitos indispensáveis para formação de uma classe social. E mesmo a população livre das camadas médias e inferiores não atuavam sobre elas fatores capazes de estabelecer uma coesão social com possibilidades de uma eficiente atuação política. As disparidades de interesses superavam a percepção de classes nitidamente constituídas, pois formavam simples aglomerados de indivíduos.

Essa é a descrição da estrutura social do Nordeste no primeiro século e meio da colonização, ou seja, de um lado os proprietários rurais, a classe dos senhores de engenho e fazendeiros; de outro a população formada pelos trabalhadores do campo, escravos e semi-livres. A partir da simplicidade da infraestrutura econômica deriva a da estrutura social representada pela pequena classe de proprietários, e a grande força de trabalho numa configuração de exploração e opressão (PRADO JR, 1994).

O poder alcançado pelo Nordeste no início da história econômica do país sofre essas consequências supracitadas. O ciclo do ouro (1700-1760) em Minas Gerais fortaleceu o Sudeste, juntamente com a produção e ascensão do café a partir de 1830. Esses fenômenos coincidiram com os períodos de secas – principalmente o de 1720 a 1727 – contribuindo para grandes migrações, deslocando aproximadamente 500 mil nordestinos (ANDRADE, 1977).

Além dos fatores motivacionais dessa migração, somam-se a busca por melhorias das condições de vida no Sudeste e na Amazônia, provocando inúmeras trajetórias originadas por redes estruturadas principalmente a partir de familiares e recrutadores de mão de obra. No bojo desse conjunto de condições determinantes para tal migração verifica-se o modelo econômico nordestino, baseado na mão de obra escrava na produção exportadora e em atividades de subsistência, como a agricultura e a pecuária, com baixa produtividade (ANDRADE, 1977; FURTADO, 2008).

Os fundamentos do modelo de inserção brasileira sob a lógica da dinâmica do capital comercial europeu, que propiciaram os fatores de êxito da empresa agrícola baseada na produção de açúcar teve como espaço o Nordeste, em especial o Litoral da Mata. Ali prosperou a “primeira grande empresa colonial europeia” (FURTADO, 2008, p. 31). A população dessa região era organizada de acordo com a Tabela a seguir.

Tabela 1 – População nordestina (livre, escrava e estrangeira) – 1872

Nordeste/ UF	Livre	Escrava	Estrangeira livre	Estrangeira escrava
AL	812.268	35.741	1.346	2.427
BA	1.211.792	167.824	12.116	10.286
CE	689.776	31.913	1.909	149
MA	284.101	74.989	3.517	1.741
PB	354.700	21.526	661	185
PE	752.011	89.028	10.411	3.084
PI	178.127	28.795	904	242
RN	220.050	18.020	570	426
SE	153.620	22.628	545	1.395
Total	4.656.445	490.464	31.979	19.935

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Recenseamento do Brasil em 1872 (BRASIL, 1874?).

A Tabela acima foi elaborada para este estudo, adaptada para a configuração atual dos estados integrantes da Região Nordeste, pois naquela época o “Império do Brasil” era composto por províncias. Todas utilizavam o sistema escravista e grande parte da população livre desenvolvia atividades agrícolas nas terras dos grandes proprietários. Quanto aos estrangeiros, o Recenseamento em análise refere-se à população de fato e população de direito, sendo a primeira realmente recenseada, incluindo os presentes e os hóspedes, e na segunda o conjunto dos presentes, excluindo os hóspedes. O maior contingente entre as duas populações no Brasil é a de direito com uma diferença de 6.436, demonstrando a existência de grande número de pessoas estrangeiras com domicílio legal no Brasil, mas ausente desse país.

É importante frisar que no século XVII, antes desse surto migratório, a grande produção açucareira era apoiada pela atividade agropecuária, produzindo alimentos – principalmente carne e produtos agrícolas para o abastecimento da região. Com a queda nessa produção, principal o foco econômico nacional mudou para o Sudeste, para a produção de café e a exploração de minerais. Nessa fase destaca-se o interesse pela implantação de um polo econômico na Amazônia, motivado pela expansão da exploração da borracha. Este evento coincide com o declínio da pecuária extensiva em virtude da longa estiagem registrada nesse período (ANDRADE, 2006).

Apesar de ter iniciado um processo econômico de destaque e, concomitantemente, um expressivo povoamento, a região Nordeste não se estruturou proporcionalmente às necessidades do seu contingente populacional. Seu modelo econômico primário exportador e concentrador de renda demonstrou fragilidade diante da grande redução de preços do mercado externo e da inexistência de alternativas produtivas, além da produção de alimentos para o consumo interno (ANDRADE, 2006).

A economia nordestina organizou-se produtivamente utilizando-se da monocultura, não adquiriu o controle do mercado externo ou possuía demanda interna suficiente para se perpetuar

economicamente no país. Essa dependência, aliada a um sistema escravista, tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento regional. Diante disso, as discussões ocuparam-se com a queda da economia açucareira e o enfraquecimento da pecuária, motivado pelas secas do início do século XVIII (ANDRADE, 2006).

Com o fim da fase áurea do açúcar, os debates sobre o Nordeste assumiram o tema do subdesenvolvimento, mas a expansão da Revolução Industrial fez florescer a produção do algodão como um novo mercado de matéria prima para tecidos. Esse foi o segundo produto a ser plantado em larga escala, concorrendo espacialmente com a cana (BNB, 1964). Naquela época – segunda metade do século XVIII –, observou-se alguns indícios de abandono do regime de escravidão para o emprego da mão de obra assalariada. Além disso, houveram inovações na produção com o uso de fertilizantes, como cal e potássio, e o surgimento de engenhos utilizando máquina a vapor. As mudanças introduzidas no Nordeste no final desse século e início do seguinte foram importantes, mas não renunciavam um desenvolvimento. Isso porque o poder sobre a terra continuava concentrado, tendo algumas partes cedidas para exploração de trabalho em regime de semiescravidão (ANDRADE, 2006).

A terra inculta ou abandonada era cedida pela corte para quem se dispusesse a cultivar. Essa forma de acesso à terra aliava-se a outro meio de ocupação cujo registro, através das paróquias, permitia a sua apropriação, mas este sistema foi interrompido com a lei de terras¹⁷ de 1850 (BRASIL, 1850). Estabeleceu-se assim que toda terra não ocupada até o momento era considerada pública e o acesso se daria por meio de compra. Essa organização condicionou a posse de terras ao poder dos mais fortes economicamente. Desse modo, a concentração fundiária no Brasil contou com esse incremento influenciador de um modelo de distribuição de terras de forma desigual (SANCHES, 2008).

A persistência da monocultura e a força criada em torno dos senhores de engenho transmitiu uma herança de atraso e domínio constituída durante o período colonial. Isso foi

¹⁷“Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte: Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes [...]” (BRASIL, 1850)

fortemente sentido no Nordeste, mesmo contribuindo de modo geral para a formação social e econômica do Brasil. Assim, inevitavelmente prescreveu-se um cenário de recrudescimento da condição de pobreza no campo, promovendo surtos migratórios responsáveis pelo crescimento e desorganização da vida urbana brasileira (FURTADO, 2008; ARAÚJO; SANTOS 2009).

Pensar o desenvolvimento econômico dessa região a partir de uma acentuada desigualdade socioeconômica, arraigada desde o período colonial, envolveu alguns estudos, inicialmente voltados para a crise hídrica do Nordeste, posto que a base econômica regional era a agricultura, dependente do clima. No contexto das ideias criadas em torno desse problema das secas, a transposição do rio São Francisco no século XIX foi defendida como solução, mas essa alternativa não chegou a termo. Em 1912 (século XX) essa proposta retornou, com a criação da Inspetoria Federal de Obras contra a Seca (IOCS), a instituição de um órgão pioneiro em estudos científicos sobre o desenvolvimento do Nordeste, que além da construção de açudes, perfurações de poços e rodovias produziu importantes trabalhos de pesquisa.

Destacam-se: *Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais e do norte do Brasil CE, RN e PB*, de Roderic Crandall (Fortaleza: IOCS, 1910); *Notas botânicas*, de Alberto Lofgren (Fortaleza: IOCS, 1912); *Relatório dos trabalhos executados durante os anos de 1912, 1913, 1914 e 1915* apresentado ao ministro da Viação e Obras Públicas pelo subinspetor em exercício José Aires de Sousa (Rio de Janeiro: IOCS, 1913, 1914 e 1916); *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Ceará e parte do Piauí* (Rio de Janeiro: IOCS, 1913) e *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará*, ambos de Horatio Small (Rio de Janeiro: IOCS, 1913 e 1914); *Estudo sobre as manobras do estado da Bahia, em relação ao problema das secas*, de Léo Zehner (Rio de Janeiro: IOCS, 1914); L. SOPPER, Ralph H. *Geologia e suprimento d'água subterrânea em Sergipe e no norte e nordeste da Bahia* (Rio de Janeiro: IFOCS, 1923), de Ralph H. Sopper, e *Notas sobre as medições e descargas de rios*, de Gerald Warring (s.l. e s.d.) (MORAES, 2009).

Os trabalhos destacados acima somam-se a outros, que se perderam no tempo em função da dificuldade de manutenção de acervos e das formas inovadoras de gestão a partir dos anos 1990, que optaram por outras discussões. Os estudos técnicos e as ações dessa Inspetoria (IOCS/IFOCS) deram origem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, em 1909. Esse órgão estudou a problemática do semiárido, construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais, campos de pouso, implantou redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas, etc., culminando com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (CARVALHO, 2009).

O conjunto de trabalhos científicos da IFOCS, evidenciado por essa síntese amostral dos títulos elencados acima, revela o apelo tecnocrata em detrimento de uma análise psicossocial, que buscasse mitigar os danos causados pelo modelo econômico colonial. De acordo com Veloso (2000) a influência política da elite regional ficou demonstrada na própria estrutura político-organizacional do DNOCS, incluindo aí a localização da sede da agência – no Rio de Janeiro –, caracterizando uma centralização de poderes administrativos desconectados da realidade espacial nordestina (CASTRO, 1992).

A agência pública em análise assumiu o papel de interlocutor privilegiado das reivindicações das elites regionais nordestinas, exercendo a função de um órgão pioneiro na formação e intermediação de políticas governamentais no combate aos efeitos das secas nessa região. Em função dessa perspectiva, era pouco provável que os graves problemas sociais e econômicos fossem amenizados, pois a rigorosa hierarquia social e o monopólio da informação explicam o autoritarismo da classe dirigente. Isso contribuiu para que o ecológico, o econômico, o social e o político se aglutinassem para produzir o “duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste” (FURTADO, 1989, p. 23).

As tentativas pioneiras do desenvolvimento nordestino depararam-se frontalmente com uma economia agroexportadora baseada no trabalho escravo e estruturada em uma organização de fazendas firmadas no controle fundiário, com o agravante de uma população sem a propriedade da terra e sobrevivendo da agricultura com exploração do tipo meeiro, sem salário. Essa situação foi vivenciada desde o século XVI até a segunda metade do século XX, quando surge a SUDENE e inicia-se um trabalho de reparação dos prejuízos originados por esse atraso regional secular (ARAÚJO, 2009).

A superintendência em epígrafe, orientada inicialmente sob a égide de Celso Furtado, continha propostas com mudanças possíveis de serem realizadas para melhoria da Região. Embora muitas conquistas tenham sido alcançadas, elas não foram suficientes para que se criasse, efetivamente, uma consciência regional no Nordeste e para que as suas lideranças mais expressivas atuassem decisivamente nesta direção, rompendo com as raízes do coronelismo que marcam a sua história (AQUINO, 2004).

Exemplificando as ações da superintendência, foram montadas na região nordestina filiais de grandes empresas do Sul do país que, movidas por uma moderna tecnologia poupadora de mão de obra, implicaram na redução do mercado de trabalho regional. Houve, em função disso, um deslocamento político dos centros de decisão para fora da região. Em um breve resumo sobre as mudanças promovidas pela SUDENE, pode-se afirmar que elas evidenciaram a contradição entre o crescimento do setor industrial da economia nordestina e o atraso em que

se manteve a agricultura, agravando-se as dificuldades na oferta de empregos e de alimentos (AQUINO, 2004).

O modelo econômico que originou um atraso de mais de três séculos no Nordeste, provavelmente influenciou as ações de desenvolvimento da SUDENE. Como base analítica tem-se os dados nas Tabelas a seguir, mostrando as dimensões sociais e econômicas, que podem aduzir a outros elementos de discussão. Ainda assim, percebe-se uma mesma concepção de centralização do poder econômico e político nas mãos dos grandes senhores de terras e dos engenhos, privilegiados com os incentivos dessa superintendência. A partir desses dados abre-se também o debate noutra linha, admitindo-se que nem todos os lugares de uma região são suscetíveis a um mesmo planejamento regional e, por conta disso, valoriza-se o poder da competitividade como força de integração nacional, mantendo ou ampliando-se as desigualdades internas.

Tabela 2 – População escrava por nível de instrução: Nordeste – 1872

Províncias	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Alagoas	53	35.688
Bahia	64	167.760
Ceará	06	23.839
Maranhão	89	32.369
Paraíba	12	13.013
Pernambuco	61	21.465
Piauí	72	124.917
Rio Grande do Norte	47	31.866
Sergipe	22.428
Total	404	473.345

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Recenseamento do Brasil em 1872 (BRASIL, 1874?).

A Tabela 2 realça uma realidade distante no tempo, mas poderia ser um prenúncio quanto ao nível de instrução e até mesmo de um futuro desenvolvimento. Nota-se que o Maranhão, naquela época, liderava indicadores de instrução juntamente com Pernambuco, ambos com 0,3% da população escrava sabendo ler e escrever. Enquanto isso, estados como a Bahia e o Ceará apresentavam níveis de 0,04% e 0,03%, respectivamente.

Tabela 3 – População livre por nível de instrução: Nordeste – 1872

Províncias	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Alagoas	41.860	270.467
Bahia	249.072	982.720
Ceará	79.565	1.110.213
Maranhão	68.571	214.650
Paraíba	41.212	313.488
Pernambuco	147.323	505.188
Piauí	27.765	150.657
Rio Grande do Norte	34.022	181.137
Sergipe	28.934	126.486
Total	718.324	3.855.006

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Recenseamento do Brasil em 1872. (BRASIL, 1874?).

Na Tabela 3, da população livre, o Maranhão lidera a quantidade de pessoas sabendo ler e escrever com 24%, seguido de estados como Pernambuco, com 22%, e Bahia, com 20%. É oportuno analisar sobre os dados dessas Tabelas o espaço temporal de quase quatro séculos (1500 – 1872) para organização desse território nordestino. Esse atingiu o apogeu na produção mundial de açúcar durante o século XVII, mas não foi capaz de produzir as mudanças sociais necessárias e compatíveis com o crescimento econômico. A quantidade de pessoas analfabetas revela não somente uma associação entre o grau de instrução e os métodos de produção, como também a falta de visão estratégica e/ou ilusão quanto ao futuro por parte dos proprietários dos meios de produtivos.

Tabela 4 – População livre: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – 1872

Províncias	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Espírito Santo	9.837	50.266
Goiás	22.546	127.087
Minas Gerais	217.568	1.445.623
Paraná	31.316	84.355
Rio de Janeiro	114.590	374.887
São Paulo	140.167	503.675
Total	536.024	2.585.893

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Recenseamento do Brasil em 1872 (BRASIL, 1874?).

As desigualdades geradas entre as províncias são evidentes na medida em que são calculados os percentuais de pessoas que sabem ler e escrever a partir da Tabela 4. Nesse aspecto, observa-se ainda que as províncias com maiores contingentes populacionais não são as que apresentam os percentuais mais significativos. Por exemplo, Ceará, Minas Gerais e Bahia mostram respectivamente 6,6%, 13% e 20% da população total livre sabendo ler e escrever, enquanto Paraná, Sergipe e Maranhão, nesses mesmos aspectos e populações muito inferiores, apresentam percentuais como 27%, 26,9% e 24% respectivamente.

Considerando que a população livre era composta em sua maioria por agricultores sem-terra, cuja mão de obra não exigia melhor qualificação, possivelmente não havia interesse voltado para um processo de alfabetização que contemplasse um número maior de pessoas. Isso favorecia a liderança dos proprietários dos meios de produção sobre uma grande parcela da população. A grande população no Nordeste na época influenciava o crescimento econômico, principalmente na cultura da cana e do algodão, mas não exercia interferência positiva no desenvolvimento. Ademais, o sistema produtivo ainda continha uma parcela significativa de mão de obra escrava, como mostra a Tabela 2.

As inserções rumo ao desenvolvimento do Nordeste apresentam destaque na primeira metade do século XX, através dos resultados obtidos a partir do censo de 1920, que fornecem parâmetros para analisar possibilidades e tendências das mudanças sociais a serem alcançadas.

O aspecto da migração registrado nesse censo detectou a presença de 1.897 pessoas residentes no exterior e além desse total, 8.333 pessoas residentes no Brasil estavam ausentes do país, dessas, 649 domiciliadas no Nordeste. As migrações interestaduais, neste estudo exemplificado com base nos estados nordestinos, estão demonstradas na Tabela seguinte.

Tabela 5 – Migrações interestaduais do Nordeste – 1920

UF	Destinos													Total
	AL	BA	CE	DF	MA	MG	PA	PE	PI	RJ	RN	SP	SE	
AL	----	49	23	51	8	10	41	353	3	53	11	16	53	671
BA	66	----	70	187	33	220	127	168	116	107	23	71	446	1.634
CE	26	49	--	80	71	10	270	214	180	46	162	33	9	1.150
MA	32	69	155	21	----	58	378	48	467	26	29	9	3	1.295
PB	123	353	490	35	19	65	65	836	11	42	338	67	2	2.446
PE	473	120	203	221	54	9	158	--	133	343	175	151	38	2.078
PI	7	133	1.270	23	352	40	53	117	---	30	10	14	10	2.059
RN	13	15	121	39	12	7	62	99	2	63	--	23	5	461
SE	95	278	3	32	4	7	8	26	1	33	2	19	--	508
Total	835	1.066	2.335	689	553	426	1.162	1.861	913	743	750	403	566	12.302

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Recenseamento do Brasil, 1920 (BRASIL, 1927).

A migração temporária, apresentada na Tabela 5, indica deslocamentos de pessoas dos estados nordestinos listados na primeira coluna da esquerda. A busca dos destinos podem ter sido motivada pelas facilidades das curtas distâncias que ligam determinados estados, como Paraíba/Pernambuco; Piauí/Ceará; Paraíba/Ceará; Maranhão/Piauí. As unidades federativas de fora do Nordeste, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pará foram incluídas nessa Tabela por apresentarem significativas relações com a região nordestina, destacando-se, nesse caso, a relação entre Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Os dados do Recenseamento de 1920 (BRASIL, 1927) permitem observar um comportamento populacional diferente do censo anterior, com um segmento de pessoas livres interagindo no sistema produtivo de forma diversificada, como se pode deduzir pela dinâmica das migrações exemplificadas com estados do Nordeste. Essa tendência à mudança continua sendo demonstrada no censo de 1940 (IBGE, 1940), quando nessa região as atividades econômicas são variadas. Mesmo concentrando ainda 2.598.217 de pessoas na agricultura, pecuária e silvicultura, são evidenciados um bom número de participantes na indústria extrativa e de transformação, no comércio de mercadoria, de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização, defesa nacional, segurança pública, profissões liberais, culto, ensino particular, serviços e atividades sociais. A partir do censo seguinte que serão analisadas de forma mais clara as influências das ações conduzidas pelos órgãos de desenvolvimento, mencionados nos parágrafos anteriores.

O que se deve definir como desenvolvimento nas ações da SUDENE? Como ocorreram as mudanças sociais no Nordeste a partir da segunda metade do século XX? O primeiro questionamento exige em seu atendimento uma inserção nos resultados das atividades conduzidas por esse órgão. Quanto ao segundo, torna-se necessário transitar pelas discussões desenvolvimentistas orientadas por Veiga (2005); essas certamente subsidiarão as duas questões.

Numa síntese sobre ações da SUDENE encontram-se as seguintes ações: expansão e modernização da infraestrutura de transportes, energia e saneamento básico; capacitação das Universidades Federais do Nordeste através de programas de formação de mestres e doutores; desenvolvimento de uma base industrial moderna e competitiva através do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR; implantação, ampliação e modernização de empreendimentos competitivos com base na concessão de incentivos de isenção total ou parcial do imposto de renda; e implantação de sistema de orientação das pequenas e médias empresas para integrar as cadeias produtivas regionais.

Se entende-se que o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, pode-se afirmar que as ações da SUDENE desenvolveram o Nordeste. Entretanto, se forem utilizados outros critérios, como o bom uso e preservação da natureza, a redução das desigualdades sociais, a desconcentração da riqueza e a manutenção das liberdades pessoais, não é possível manter essa mesma afirmação antes de analisar indicadores socioeconômicos. No período em análise não era comum estabelecer distinção entre crescimento e desenvolvimento porque as nações consideradas desenvolvidas na época (1960) tornaram-se ricas através da industrialização. Por outro lado, os países subdesenvolvidos eram pobres, com processo de industrialização principiante ou inexistente (VEIGA, 2005).

Observa-se que durante a condução das ações da SUDENE anteriormente citadas ocorreram mudanças sociais. A alfabetização, por exemplo, apresentava no censo de 1960, 34,2% da população sabendo ler e escrever enquanto 65,8% eram analfabetos nessa região (IBGE, 1960). Em comparação, o Sudeste tinha 61,1% lendo e escrevendo e 38,7% analfabetos (IBGE, 1960). O Brasil, em 1920, tinha apenas 20% da população alfabetizada (BRASIL, 1927).

É importante salientar que esses dados percentuais, referentes ao Nordeste e Sudeste foram calculados a partir de uma composição dessas regiões, adaptando-as ao padrão atual da divisão regional brasileira. Isso significa que a região Nordeste aparece aqui com as nove unidades federativas, com a inclusão dos estados de Sergipe e Bahia, excluída a região Leste

existente nesse censo. Enquanto isso, no Sudeste foi incluído o estado de São Paulo, que antes pertencia à região Sul.

Ainda com essa mesma pretensão de avaliar os impactos das ações da SUDENE sobre a educação, verificou-se que no censo de 1970 o Nordeste mostrou um crescimento no nível da alfabetização. Passou a apresentar 39,2% da população alfabetizada; nesse mesmo período o Sudeste alcançou 71,5% da população nesse quesito. Nesse caso, as duas regiões mostram mudanças, a primeira com um crescimento de 5% e a segunda de 10,4% (IBGE, 1970). Uma tentativa de esclarecer essa diferença é que nessa época o país passava por um processo de industrialização centralizado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Se o entendimento do desenvolvimento não deve orientar-se a partir da industrialização (VEIGA, 2005), como excluí-la nas situações em que ela provoca a qualificação da população, aumentando seus níveis de educação, transformando-a em mão de obra para a indústria? E por que então utilizar a educação como indicador de desenvolvimento?

A escolaridade, juntamente à renda e longevidade, consta do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Na concepção de Haq (1995), só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Essa explicação, que responde ao porquê da pergunta que encerra o parágrafo anterior é rechaçada em parte pelas considerações de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). Esses admitem que a educação básica e a educação profissional – sendo a primeira uma conquista efetiva e de qualidade e ambas um direito – são fundamentais para todas as dimensões da vida, sob condições plenas de justiça, de cidadania e de democracia (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2009).

Em função disso, o acesso à educação básica e à formação profissional de qualidade possibilita uma inserção ativa e autônoma nos processos de produção, principalmente sob as novas bases da ciência e da tecnologia. Contudo, as abordagens dominantes da relação entre educação, formação profissional e desenvolvimento não consideram as estruturas de poder em relações sociais que produzem e naturalizam o dualismo no campo educacional (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2009).

A afirmação dominante – que os países subdesenvolvidos, periféricos ou semiperiféricos e os grupos sociais socialmente excluídos, pobres e de baixa renda estão nesta situação porque apresentam escolaridade e educação profissional insuficientes – é considerada não somente falsa, mas inversa. Esta inversão se efetiva por ocultar as relações assimétricas de poder entre nações e entre grupos e classes sociais na divisão internacional do trabalho. Ainda que educação e desenvolvimento estejam sempre correlacionados, os países e as populações

pobres não têm na educação básica e profissional a determinação fundamental de seu atraso e pobreza (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2009).

Tomando como base a estruturação econômica do Nordeste, sua pobreza está vinculada aos processos históricos de colonização e de uma constante subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo. Esses impedem o seu desenvolvimento autônomo, não permitem a universalização de uma educação de qualidade. O esforço empreendido para desenvolver essa região foi dinamizado pela “superestrutura” SUDENE, orientada por uma “estrutura” sob a égide da classe dominante constituída por fazendeiros, pecuaristas e senhores de engenhos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS 2009).

O reflexo da estruturação econômica nordestina apresenta-se pelos indicadores sociais em uma constante dicotomia. Ou seja, se o domínio econômico brasileiro teve início no Nordeste nos primeiros séculos do seu descobrimento, isso não constituiu sua plena hegemonia. A monocultura, os interesses individualizados e corporativos e a centralização da riqueza são aspectos que justificam a persistência do atraso e da pobreza, contrastando com a oportunidade pioneira dessa região, onde teve origem a formação econômica do Brasil.

Tabela 6 – Esperança de vida ao nascer segundo as Grandes Regiões – 1950/2000

Brasil/Regiões	Ano					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	43,3	48,0	52,7	62,5	66,9	70,4
Norte	44,3	52,6	54,1	60,8	66,8	69,5
Nordeste	35,9	40,0	43,3	58,3	62,9	67,1
Sudeste	48,0	53,1	57,4	64,8	68,8	72,0
Sul	52,7	57,5	60,0	66,0	70,3	72,8
Centro-Oeste	50,3	52,9	57,6	62,9	68,4	71,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 (IBGE, 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000a).

Os dados da Tabela acima são esclarecidos de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000a), ou seja, entre os anos de 1950 e 2000, a população do Brasil passou de 51,9 milhões para 169,8 milhões de pessoas, a esperança de vida aumentou de 43,3 para 70,4 anos. Além disso, a taxa de fecundidade total reduziu em mais da metade, baixando de 6,2 para 2,4 filhos por mulher. O início da segunda metade do Século XX caracterizou-se pelo declínio das taxas de mortalidade por redução de doenças infecciosas e parasitárias. Outro fator que pode ser acrescido consiste na melhoria dos sistemas de saneamento básico, principalmente dos grandes centros urbanos. Entretanto, observa-se que o Nordeste e Norte mantêm-se abaixo da média nacional. Provavelmente os fatores citados pelo IBGE como responsáveis pelo aumento da esperança de vida não tiveram a mesma incidência sobre essas duas grandes regiões.

Tabela 7 – Taxas de mortalidade infantil segundo as Grandes Regiões – 1950/2000

Brasil/Regiões	Ano					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	135	124	115	82	47,5	29,7
Norte	145,4	122,9	104,3	79,4	45,1	29,5
Nordeste	175,0	164,1	146,4	115,3	75,9	42,3
Sudeste	122	110	96,2	57	32,5	21,3
Sul	109	96	81,9	58,9	28	18,9
Centro-Oeste	119	115	89,7	69,6	33,3	21,6

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 (IBGE, 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000a).

A taxa de mortalidade infantil, constante na Tabela 7, tem sido historicamente utilizada como um bom indicador de avaliação das condições de saúde e de vida da população, interpretada como a probabilidade de um nascido vivo falecer antes de completar o seu primeiro ano de vida. Os valores da taxa de mortalidade infantil até 1980 foram classificados como altos; já os de 2000 poderiam ser considerados médios¹⁸. No âmbito regional, as taxas de mortalidade infantil da Região Nordeste sempre se mantiveram em patamares elevados, embora com tendência declinante.

Por outro lado, a Região Sul vem mantendo os menores níveis de mortalidade no País. Os números apresentados pelo IBGE confirmam uma redução dessa taxa, inclusive no Nordeste, justificada pela adoção de grandes programas de atenção básica na saúde no Brasil. Dentre esses, pode-se citar: Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (1976); Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste – PIASS (1976); Programa do Leite para Crianças Carentes (1985); Programa de Medicamentos e Imunológicos (1985); Programa Nacional de Atenção à Saúde Materno-Infantil, Vacinação e Aleitamento (1980); Sistema Único de Saúde – SUS (1990); entre outros (IBGE, 2000a).

Tabela 8 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, Brasil e Grandes Regiões – 1992/1999

Anos	Brasil	N	NE	SE	S	CO
1992	17,2	12,0	32,7	10,9	10,2	14,5
1999	13,3	11,6	26,6	7,8	7,8	10,8

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (IBGE, 1992-1995; 1999).

A Tabela 8 mostra a taxa de analfabetismo referindo-se às pessoas que não tiveram nenhum ou pouco acesso à educação. Já a Tabela 9, a seguir, fala do analfabetismo funcional,

¹⁸ A taxa de mortalidade infantil é definida como o número de óbitos de menores de um ano de idade (por mil nascidos vivos), em determinada área geográfica e período. As taxas de mortalidade infantil, de acordo com a OMS, são geralmente classificadas em altas (50‰ ou mais), médias (20‰ – 49‰) e baixas (menos de 20‰) (IBGE, 2000a)

ou seja, as pessoas capazes de identificar letras e números, mas não de interpretar textos e realizar operações matemáticas mais complexas. Os números percentuais destacados nas duas Tabelas apontam uma relação de desvantagem entre o Nordeste e as demais regiões.

Tabela 9 – Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, Brasil e Grandes Regiões – 1992/1999

Anos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
1992	36,9	33,2	55,2	29,4	28,9	33,8
1999	29,4	28,7	46,2	22,3	21,8	27,1

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (IBGE, 1992-1995; 1999).

No aspecto do analfabetismo funcional, apresentado na Tabela 6, a distância percentual do Nordeste em relação à média nacional é mais reduzida. Mesmo assim, a região não consegue sair da última colocação.

Tabela 10 – Mortalidade proporcional por doenças infecciosas e parasitárias da população de menos de 1 ano de idade – 1992/1998

Anos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
1992	13,5	15,5	17,6	10,3	11,1	14,3
1998	11,0	11,1	16,3	7,6	8,1	8,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Barros (1972).

Os números destacados na Tabela 10 destacam o Nordeste com níveis de mortalidade acima das demais regiões, inclusive da média nacional. Os aspectos vinculados à educação e saúde, apresentados nas Tabelas 6 a 10, buscam estabelecer comparações entre regiões referentes ao desenvolvimento, considerando os incentivos para esse fim. Não se pode afirmar que não houve melhoria na condição de vida dos nordestinos com base nos dados em análise. Entretanto, quando se compara com outras regiões, percebe-se que o déficit do Nordeste é bem maior, com projeções sociais que sinalizam a permanência dessa região na última colocação.

A finalidade desses registros é mostrar a condição do Nordeste, com elevados índices negativos diante das demais regiões, comprometendo o desenvolvimento socioeconômico dos seus habitantes. Partindo desses fatos é possível admitir que o processo de desenvolvimento do Nordeste se manteve aliado à uma concepção balizada pelos interesses das minorias do poder econômico. Isso acarretou avanços sociais mínimos em relação à população que ostenta a segunda posição nacional em tamanho; essas questões provavelmente contribuiriam para criar motivações migratórias de forma involuntária.

Tabela 11 – Participação (%) no PIB – Brasil/ Grandes Regiões –1985/2000

Anos	Brasil	N	NE	SE	S	CO
1985	100	3,84	14,10	60,15	17,10	4,81
1986	100	4,38	14,07	58,55	17,62	5,38
1987	100	4,4	13,13	60,18	17,34	4,95
1988	100	4,35	12,83	60,32	17,51	5,0
1989	100	4,93	12,30	59,36	18,64	4,77
1990	100	4,94	12,86	58,83	18,21	5,16
1991	100	4,71	13,37	58,71	17,11	6,10
1992	100	4,32	12,92	58,79	18,30	5,67
1993	100	5,24	12,82	57,73	18,42	5,79
1994	100	5,09	12,87	57,27	18,67	6,10
1995	100	4,64	12,78	58,72	17,89	5,98
1996	100	4,64	13,17	58,07	18,03	6,08
1997	100	4,42	13,09	58,57	17,68	6,25
1998	100	4,48	13,05	58,16	17,48	6,84
1999	100	4,45	13,11	58,25	17,75	6,44
2000	100	4,60	13,09	57,79	17,57	6,95

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Contas Nacionais (IBGE, 2000b).

Os comentários transcritos nos parágrafos anteriores sobre indicadores sociais do Nordeste apontam essa região em uma posição ainda desconfortável. Entretanto, a Tabela 11, referente a dados econômicos, mostra que, quando se trata da participação no Produto Interno Bruto – PIB, o Nordeste supera o Norte e o Centro-Oeste em várias décadas.

Tabela 12 – Participação (%) dos estados do Nordeste no PIB regional – 2000

NE	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
100	5,04	33,44	14,43	6,39	6,41	20,21	3,70	6,45	4,87

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Contas Nacionais (IBGE, 2000b).

A partir da inserção econômica do Nordeste no PIB brasileiro é importante analisar a Tabela 12, visando verificar de que forma essa riqueza – constante da Tabela 11 – foi gerada. O estado da Bahia participa com 33,44% da riqueza da região Nordeste e Pernambuco com 20,21%. Entende-se, desse modo, que essa renda (considera-se aqui a igualdade Produto = Renda) não foi distribuída de forma igualitária. Por essa ótica, acredita-se que grande parte dos investimentos canalizados pelo governo através da SUDENE priorizou o crescimento econômico e não a redução das desigualdades entre os estados da região.

Tabela 13 – PIB per capita (R\$) – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 1997-2000

Brasil / UF	1997	1998	1999	2000
Brasil	5.327	5.518	5.800	6.473
Norte	3.176	3.300	3.416	3.907
Rondônia	3.200	3.452	3.694	4.065
Acre	2.528	2.725	2.847	3.037
Amazonas	5.496	5.613	5.634	6.668
Roraima	2.103	2.440	2.584	3.417
Pará	2.513	2.605	2.734	3.041
Amapá	3.585	3.382	3.428	4.098

Continuação...				
Brasil / UF	1997	1998	1999	2000
Tocantins	1 .575	1 .741	1 .850	2 .110
Nordeste	2 .461	2 .549	2 .699	3 .014
Maranhão	1 .359	1 .308	1 .416	1 .627
Piauí	1 .524	1 .578	1 .677	1 .872
Ceará	2 .465	2 .602	2 .658	2 .794
Rio G. do Norte	2 .492	2 .525	2 .786	3 .343
Paraíba	2 .071	2 .137	2 .319	2 .681
Pernambuco	3 .044	3 .190	3 .313	3 .673
Alagoas	2 .103	2 .219	2 .299	2.485
Sergipe	2 .842	2 .904	3 .087	3 .310
Bahia	2 .905	3 .014	3 .239	3 .680
Sudeste	7 .314	7 .524	7 .923	8 .774
Minas Gerais	5 .042	5 .113	5 .294	5 .925
Espírito Santo	5 .469	5 .771	6 .139	6 .931
Rio de Janeiro	7 .003	7 .139	8 .028	9 .571
São Paulo	8 .696	8 .993	9 .304	9 .995
Sul	6 .337	6 .500	6 .950	7 .692
Paraná	5 .707	6 .063	6 .513	6 .882
Santa Catarina	6 .210	6 .224	6 .745	7 .902
Rio G. do Sul	6 .991	7 .052	7 .467	8.341
Centro-Oeste	4 .932	5 .560	5 .480	6 .559
Mato G. do Sul	4 .656	4 .964	5 .309	5 .697
Mato Grosso	3 .855	4 .090	4 .743	5 .342
Goiás	3 .385	3 .609	3 .639	4 .316
Distrito Federal	10. 350	12. 768	11. 07	14. 405

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Contas Nacionais (IBGE, 2000b).

Nessa Tabela observa-se o indicador renda per capita, visando detectar reflexos do que foi a origem da formação econômica do Nordeste. A desigualdade assinalada coloca em destaque negativo os estados do Maranhão e do Piauí, com as menores rendas do país. O Nordeste aparece na última posição com R\$ 3.014 reais (ano 2000), muito distanciado da média nacional de R\$ 6.473 (em 2000). É fato que o cálculo da renda per capita não garante plenamente as condições de um desenvolvimento regional, mas considera-se neste estudo a possibilidade do reinvestimento de parte da renda gerada no próprio estado, principalmente pela manutenção do nível de empregos (IBGE, 2000a).

Tabela 14 – IDH-M / Brasil, Estados e Distrito Federal – 1991/2000/2010

Brasil, Estados e Distrito Federal	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Acre	0,402	0,517	0,663
Alagoas	0,370	0,471	0,631
Amapá	0,472	0,577	0,708
Amazonas	0,430	0,515	0,674
Bahia	0,386	0,512	0,660
Ceará	0,405	0,541	0,682
Distrito Federal	0,616	0,725	0,824
Espírito Santo	0,505	0,640	0,740
Goiás	0,487	0,615	0,735
Maranhão	0,357	0,476	0,639
Mato Grosso do Sul	0,488	0,613	0,729

Continuação...	1991	2000	2010
Brasil, Estados e Distrito Federal			
Mato Grosso	0,449	0,601	0,725
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731
Paraíba	0,382	0,506	0,658
Paraná	0,507	0,650	0,749
Pará	0,413	0,518	0,646
Pernambuco	0,440	0,544	0,673
Piauí	0,362	0,484	0,646
Rio de Janeiro	0,573	0,664	0,761
Rio Grande do Norte	0,428	0,552	0,684
Rio Grande do Sul	0,542	0,664	0,746
Rondônia	0,407	0,537	0,690
Roraima	0,459	0,598	0,707
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774
São Paulo	0,578	0,702	0,783
Sergipe	0,408	0,518	0,665
Tocantins	0,369	0,525	0,699

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (ATLAS BRASIL, 2013).

Com referência ao Índice de Desenvolvimento Humano no Censo Demográfico de 2000, os resultados apontam os estados de Alagoas, Maranhão e Piauí, pertencentes ao Nordeste, com baixo desenvolvimento. Como se trata das últimas colocações em uma região com baixos índices, convém salientar pontos de reflexão na concepção Haq (1995). Esses afirmam que o desenvolvimento somente acontece quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas e que as pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas. O pensamento desses autores ou mesmo essa pretensão de mensurar desenvolvimento por esse IDH defronta-se com a complexidade de medir capacidades de participar de decisões que afetam a vida das pessoas. Considerando esse aspecto como fundamental e refletindo sobre a trajetória histórica econômica dessa região, as ações emanadas pelo governo dificilmente permitirão que se alcance esse desenvolvimento (VEIGA, 2005).

Uma observação deve ser feita com base na Tabela 15, a seguir, quanto à população urbana e rural dos três estados mencionados – Alagoas, Maranhão e Piauí. Esses, diferentemente dos demais da região, ainda concentram grande parte da população na zona rural – aproximadamente 50% em 1980. Nesse aspecto, é pertinente retomar a discussão sobre a estrutura do IDH que, mesmo partindo de uma ideia de construção de um instrumento sintético, não sendo somente dependente da dimensão econômica, percebe-se que o efeito da renda é aparentemente significativo (HAQ, 1995; IBGE, 2000a).

Tabela 15 – Evolução da população urbana e rural, Brasil, Grandes Regiões e estados do Nordeste

BRASIL, REGIÕES UF/NE	1960¹ Urbana	1960¹ Rural	1970¹ Urbana	1970¹ Rural	1980¹ Urbana	1980¹ Rural	1991² Urbana	1991² Rural	2000² Urbana	2000² Rural	2010² Urbana	2010² Rural
BRASIL	32.004.817	38.987.526	52.904.744	41.603.839	82.013.375	39.137.198	110.875.826	36.041.633	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.007
NORTE	1.041.213	1.888.792	1.784.223	2.404.090	3.398.897	3.368.352	5.931.567	4.325.699	9.002.962	3.890.599	11.664.509	4.199.945
NORDESTE	7.680.681	14.748.192	11.980.937	16.694.173	17.959.640	17.459.516	25.753.355	16.716.870	32.929.318	14.763.935	38.821.246	14.260.704
SUDESTE	17.818.649	13.244.329	29.347.170	10.984.799	43.550.664	9.029.863	55.149.437	7.511.263	65.441.516	6.855.835	74.696.178	5.668.232
SUL	4.469.103	7.423.004	7.434.196	9.249.355	12.153.971	7.226.155	16.392.710	5.724.316	20.306.542	4.783.241	23.260.896	4.125.995
CENTRO-OESTE	995.171	1.683.209	2.358.218	2.271.422	4.950.203	2.053.312	7.648.757	1.763.485	10.075.212	1.541.533	12.482.963	1.575.131
UF	1960¹ Urbana	1960¹ Rural	1970¹ Urbana	1970¹ Rural	1980¹ Urbana	1980¹ Rural	1991² Urbana	1991² Rural	2000² Urbana	2000² Rural	2010² Urbana	2010² Rural
MA	448.509	2.043.630	771.790	2.265.345	1.296.413	2.800.818	1.972.008	2.957.021	3.357.898	2.285.062	4.147.149	2.427.640
PI	298.152	965.216	561.081	1.173.813	931.204	1.256.946	1.366.218	1.214.997	1.787.192	1.054.010	2.050.959	1.067.401
CE	1.124.829	2.213.027	1.811.202	2.680.388	2.877.555	2.502.877	4.158.059	2.204.561	5.304.554	2.113.922	6.346.557	2.105.824
RN	435.189	722.069	751.064	860.542	1.140.697	792.429	1.668.165	745.956	2.032.163	739.375	2.464.991	703.036
PB	708.051	1.309.972	1.019.338	1.426.081	1.479.705	1.330.327	2.051.576	1.149.101	2.443.590	995.754	2.838.678	927.850
PE	1.858.078	2.280.211	2.862.489	2.391.412	3.864.285	2.379.990	5.046.535	2.076.013	6.052.930	1.859.007	7.052.210	1.744.238
AL	428.228	842.834	642.208	963.966	995.344	1.016.531	1.481.125	1.031.866	1.917.922	901.250	2.297.860	822.634
SE	295.929	464.344	421.358	489.893	629.415	527.227	1.001.940	489.927	1.271.465	510.249	1.520.366	547.651
BA	2.083.716	3.906.889	3.140.407	4.442.733	4.745.022	4.852.371	7.007.729	4.847.428	8.761.604	4.305.306	10.102.476	3.914.430

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 1960; 1970; 1980; 1991; 2000a; 2010).

(1) População recenseada. (2) População residente.

Os estados de Alagoas, Maranhão e Piauí, pertencentes ao Nordeste, apresentam as menores rendas da região (Tabela 13). Para que o crescimento econômico possa provocar benefícios e ampliar as capacidades humanas, principalmente a possibilidade de uma vida longa e saudável, a renda apresenta-se como um importante indicador de desenvolvimento (HAQ, 1995). Cabe ressaltar que a região, nas décadas iniciais da produção econômica, manteve o domínio da renda nacional, mas essa não reproduziu um campo de forças favoráveis ao desenvolvimento como um projeto ético-político, com políticas públicas fixando prioridades. Entretanto, difundiu-se uma crença economicista geradora de um crescimento desigual e polarizado, que deu destaque a lugares com médio desenvolvimento humano – notadamente as capitais dos estados, que exercem uma força de atração sobre os investimentos e, conseqüentemente, sobre o capital humano.

3.2 A região Nordeste no século XX: principais tendências e mudanças

A partir de uma síntese da estrutura econômica e social da região Nordeste com base nas últimas décadas do século XX, esse texto procura inicialmente analisar uma mudança no modelo econômico de desenvolvimento regional. Anteriormente, esse se encontrava focado na combinação indústria-Estado, estribado em uma dinâmica migratória, mas transformou-se em um modelo de estruturação industrial de base competitiva, com redução da presença direta do Estado na economia. Com o intuito de viabilizar desenvolvimento no Nordeste, o Estado investiu em infraestruturas como energia, transporte, siderurgia, fertilizantes, petroquímica, extração de petróleo, alimentos, têxtil e na exploração de matérias-primas e bens intermediários. A participação de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, através do sistema 34/18¹⁹ foi importante e a indústria manteve-se como o caminho a ser seguido, muito embora sem definição clara de suas vantagens.

A influência no crescimento econômico do Nordeste foi visível, mormente com os reflexos da modernidade, pois essa não se expressou nos primeiros momentos da construção econômica do Brasil, mas manifestou-se durante os séculos XIX e XX. Aparece com o intervencionismo estatal industrial e na estruturação das ações da SUDENE, que priorizou projetos, domínios, economias de escala, hierarquia, centralização, capital produtivo, capital

¹⁹ Mecanismo que permitia a concessão de estímulos fiscais e financeiros a projetos industriais, agropecuários e de telecomunicações localizados na área de jurisdição da SUDENE. Esse sistema tinha as seguintes características: a) possibilidade de a pessoa jurídica deduzir até 50% do imposto de renda devido, desde que os recursos fossem reinvestidos em projetos industriais, considerados pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento do Nordeste; b) obrigatoriedade de contrapartida de recursos próprios e; c) exigência do cumprimento dos prazos estabelecidos nos projetos, sob pena de reversão dos recursos para o Tesouro Nacional (CANCELA, 2006).

monopolista e totalização, seguindo tendências propostas para modernidade fordista (HARVEY, 1992).

As formas de organização do espaço nessa região podem ser avaliadas sob a ótica de Harvey (2005) a partir de diferentes aspectos: a) domínio do espaço – a forma como os indivíduos ou grupos poderosos organizam a produção e dominam o espaço; b) apropriação do espaço – o espaço é construído a partir das demandas da sociedade no decorrer da sua história e, desse modo, é uma construção social, pois a forma de apropriação desse espaço é determinada pelo modo de produção dessa sociedade; c) produção do espaço – processo de criação de novos sistemas e novas modalidades de representação.

Os aspectos assinalados no parágrafo anterior sugerem ligações com a teoria do desenvolvimento geográfico desigual na concepção marxista de Harvey (2006). Essa é útil sobretudo para justificar a realidade dos dados indicadores de desenvolvimento regional analisados no item 3.1. Desse modo, é possível ampliar o esforço explicativo a partir dos fundamentos do materialismo histórico na organização espacial da produção do Nordeste. Desse modo, Harvey (2006) admite algumas condicionantes na organização do espaço a partir da referida teoria, por exemplo: a) as lutas políticas, sociais, e de classe nas distintas escalas (nacional, regional, local) geográficas; b) incorporação material dos processos de acumulação de capital; e c) acumulação por espoliação²⁰.

As abordagens de Oliveira (1981) em torno dessas ações consideram uma ironia a prática política de desenvolvimento do Nordeste, posto que essa concentrou seu potencial na expansão das empresas oligopolistas do Centro-Sul. Assim, contradiz a abordagem teórica embasada nos desequilíbrios regionais, bem como o sistema de incentivos fiscais conhecidos como 34/18. Para esse autor existe uma contradição: enquanto a retórica dos planos, programas e políticas de desenvolvimento regional continuava a mesma, a prática real da política implementada era completamente diferente.

²⁰ É uma generalização do conceito de acumulação primitiva do capital em que ativos pré-existentes são reunidos, como força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias e colocados em circulação como capital. A origem do modo de produção capitalista não está ligada a uma pura e simples racionalização da divisão do trabalho social, mas sim a um processo de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa e corporativa, que separou o produtor direto dos seus meios de produção e formou enormes massas de indigentes e desocupados, na verdade uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada. Desse modo essas formas de atuação geraram historicamente as duas classes antagonistas da sociedade industrial capitalista, a burguesia e o proletariado (MARX, 2011). Em uma outra ótica mais aproximada da concepção de Harvey o regime de acumulação é a razão pela qual o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está situado no centro das relações econômicas e sociais. A referência mais importante é para as instituições financeiras e, entre essas, especialmente as não bancárias, que seriam constitutivas de um capital com traços particulares, nos quais esse tipo de capital é hegemônico, determinado ou configurando um novo capitalismo (HARVEY, 2006).

Segundo Cohn (1978) o governo brasileiro atuou no Nordeste somente para promover algum socorro em decorrência do flagelo provocado pelo fenômeno das secas. O problema do Nordeste, para o Brasil, era de caráter estritamente regional e representado unicamente pelas secas a que a região está sujeita. Isso é claro pois os órgãos criados e destinados a socorrer essa região – como a Inspetoria de Obras contra as Secas (IFOCS), subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e que, a partir de 1945, transformou-se no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), também subordinado ao governo federal – foram, de forma despropositada, sediados no Rio de Janeiro (COHN, 1978).

Nessa caracterização, pautada por um crescimento sob a égide estatal com reflexo da modernidade, é importante ressaltar que desde 1930 o Brasil iniciou um processo de mudança na sua estrutura econômica, embora o Nordeste permanecesse na mesma condição de atraso econômico e social. Essa condição é explicada pela piora das condições de vida nas periferias mais atrasadas – como nas regiões Norte, Nordeste e interior de Minas Gerais – que ampliou os fatores de expulsão de contingentes humanos regionais para as economias urbanas do Rio de Janeiro, São Paulo e na fronteira do Paraná (CANO, 1988).

Desse modo, a persistência pelo crescimento econômico não permite identificar elementos da pós-modernidade na região nordestina, onde as ações se confundem no tempo. Na concepção de Harvey (1992), ainda vive-se uma sociedade em que a produção em função de lucros continua como a base organizadora da vida econômica. Nesse caso, existem duas áreas de dificuldades em um sistema econômico capitalista, que têm que ser negociadas com sucesso para a permanência viável desse sistema. A primeira ocorre das qualidades desordenadas dos mercados de fixação de preços e a segunda decorre da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição do valor da produção e dos lucros (HARVEY, 1992).

As mudanças no Nordeste, apontadas nos parágrafos anteriores, capitaneadas pela SUDENE, ocorreram quando no âmbito global a pós-modernidade apresentava-se como centro das discussões. Enquanto isso, no Brasil inicia-se uma era de mobilidade espacial da população em uma abrangência condicionada pelas transformações da sociedade. Nessa perspectiva os diferentes contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos são as referências para as diferentes manifestações, explicações e interpretações das migrações internas (BAENINGER, 2012).

Grande parte da migração é condicionada pela mobilização do sistema capitalista, que transforma, política e economicamente, principalmente as nações em processo de crescimento e desenvolvimento. Para Harvey (1992) “são abundantes os sinais e marcas de modificações

radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado” (HARVEY, 1992, p. 119).

Nas tendências associadas a essa etapa econômica referenciada pelo Nordeste, o histórico das migrações no Brasil e seus aportes teóricos estiveram, até o final do século XX, embasados nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e penetração do capitalismo em âmbito nacional. Desse modo, as migrações rurais/urbanas, a industrialização, a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva e o processo de urbanização constituíram-se sob a dinâmica migratória que finaliza o século passado (BAENINGER, 2012).

Os deslocamentos migratórios de pessoas apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas, uma vez que embora essa seja sempre definida como uma mudança de residência, ela abrange sentidos, direções, causas e consequências diversificadas. Determinado tipo de movimento migratório teve sua expressão em um momento e pode ter significado diferente noutra etapa e em outro espaço. Esse contexto diversificado de deslocamentos possibilita uma abertura de reconstrução teórico-metodológica do fenômeno migratório, que permite apreender suas dimensões teórico-explicativas em cada situação histórica (BAENINGER, 2012).

A partir da década de 1970, quando o Brasil passou por um processo caracterizado por uma desconcentração industrial dos grandes centros industriais principalmente no Sudeste, as causas aparecem como se incentivadas pelo governo federal na perspectiva de desenvolvimento regional. Autorizou-se governos estaduais e municipais a promoverem incentivos fiscais para a implantação de indústrias em seus territórios ou admitiu-se a mudança no sistema capitalista de produção, com o emprego de novas tecnologias e a estratégia da terceirização. Essas causas estavam associadas ao aproveitamento dos investimentos do governo em infraestrutura de transporte e energia elétrica nas regiões periféricas (DINIZ, 1991).

Esse processo de desconcentração beneficiou as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste com investimentos, possibilitando novos direcionamentos dos fluxos migratórios e, conseqüentemente, o surgimento de necessidades locais em função da expansão do nível de emprego. Essa desconcentração foi potencializada pela especulação imobiliária e por fatores ligados ao próprio mercado de trabalho (NEGRI 1986; PACHECO, 1996; SABOIA 2007; SOARES, 2002).

A mudança espacial da indústria deu origem a um tipo de migração caracterizada pela saída de pessoas principalmente das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Conseqüentemente, outros centros dinâmicos regionais passaram a atrair os fluxos migratórios marcados pelo processo de industrialização do Brasil (DINIZ, 1993; DINIZ; CROCCO, 1996).

Assim, estabelece-se a migração de retorno, ou seja, a volta de migrantes para suas origens ou para outros polos econômicos constituídos com a estratégia de desconcentração. As novas formas de produzir exigiram também outra forma de deslocamento, o de curta distância entre municípios, estabelecendo um movimento pendular.

O conceito de "migração pendular" é antigo na literatura e aparece nas análises de Beaujeu-Garnier (1980), dentre outros clássicos da Geografia Humana. Esse tipo de deslocamento não é considerado como uma migração por alguns autores. Consiste na movimentação de trabalhadores, que normalmente deixam seu município de domicílio no período da manhã para cumprir jornada de trabalho em outro de maior dinamismo, retornando somente à noite (CUNHA, 1995; ÂNTICO, 2004; BAENINGER, 2000).

As novas formas de migração no Brasil, surgidas a partir da década de 1980, envolvem novos processos e um maior envolvimento nas relações com o desenvolvimento social e regional, frente às transformações observadas no país. Essas são referentes aos seus processos produtivos e sua repercussão no mercado de trabalho. A região Nordeste sediou alguns polos de crescimento econômico como o Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia, a instalação de novas plantas industriais no Ceará, Pernambuco e Bahia, o polo comercial de Imperatriz no Maranhão, o fortalecimento das atividades turísticas e reaparelhamento da agricultura para exportação. Esses incrementos no setor produtivo contribuíram tanto para a absorção de uma população que potencialmente migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno, oriundos principalmente do Sudeste (CUNHA; BAENINGER, 2005; CANO, 1988; PACHECO, 1996).

Tabela 16 – Origem da população nordestina segundo as unidades da federação

UF	1960	1970	1980
Acre	1.205	2.386	2.649
Alagoas	1.219.560	1.581.998	1.988.363
Amapá	71	785	827
Amazonas	5.377	6.819	9.794
Bahia	20.005	7.239.623	9.050.512
Ceará	3.463.742	4.510.334	5.411.652
Distrito Federal	15	1.814	10.116
Espírito Santo	692	8.777	21.903
Goiás	3.205	8.082	23.376
Maranhão	2.052.428	2.616.551	3.616.800
Paraná	1.995	9.312	23.452
Pará	10.049	12.610	24.279
Pernambuco	4.025.351	5.111.245	6.075.063
Piauí	1.382.334	1.801.323	2.247.412

Continuação...			
UF	1960	1970	1980
Rio Grande do Sul	2.622	4.389	10.148
Rondônia	220	1.870	2.783
Roraima	128	410	773
Santa Catarina	1.159	1.158	2.906
São Paulo	7.021	39.025	113.755
Sergipe	8.208	919.218	1.126.878
Goiás	3.205	8.082	23.376
Sem declaração de origem	3.312	----	26.573

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 (IBGE, 1960; 1970; 1980).

A Tabela 16 mostra as novas formas de migração conforme parágrafo anterior, nela é possível observar a existência de migrantes de todas as grandes regiões do País compondo a população migrante nordestina e um crescimento ascendente dos fluxos migratórios no período de 1960 a 1980. Isso esclarece o surgimento de um processo de desconcentração industrial do Sudeste e a implantação de novos polos de crescimento econômico, como o exemplo do polo de Imperatriz no Maranhão, implantado nesse período, provocando uma significativa afluência de pessoas conforme capítulo 5.

Tabela 17 – Percentual de Pessoas que se Instalaram nos Municípios nos últimos 10 anos por estado pelo Censo 2010 Nordeste

UF	POP/TOTAL	NOVOS MORADORES	ORIGEM NOVOS MORADORES			ORIGEM NOVOS MORADORES (%)		
			Própria UF País	Outra UF Outro		Própria UF Outro UF País	Outro	
AL	3.120.494	357.886	220.078	137.808	1.184	61,49	38,51	11,47
BA	14.016.906	1.653.063	1.078.334	574.729	14.675	65,23	34,77	11,79
CE	8.452.381	870.431	585.934	284.497	6.820	67,32	32,68	10,30
MA	6.574.789	744.935	484.998	259.936	2.179	65,11	34,89	11,33
PB	3.766.528	461.903	244.833	217.070	3.140	53,01	46,99	12,26
PE	8.796.448	1.051.479	685.339	366.140	7.079	65,18	34,82	11,95
PI	3.118.360	325.526	158.926	166.600	777	48,82	51,18	10,44
RN	3.168.027	459.985	304.126	155.859	2.923	66,12	33,88	14,52
SE	2.068.017	278.384	161.317	117.067	527	57,95	42,05	13,46
NE	53.081.950	6.203.591	3.923.886	2.279.706	39.304	63,25	36,75	11,69

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Para observar tendências migratórias no Nordeste, neste início do século XXI, foram utilizados os dados da Tabela 17. Nela verifica-se que 6.203.591 milhões de pessoas constituíram um fluxo migratório na região a partir de 2000. Desse total observa-se que 63,25% deslocou-se na própria UF. Os estados com quantidades mais expressivas de deslocamentos (BA, PE, CE e MA) são detentores de polos de crescimento. Cabe também considerar que o fato dos mais populosos terem recebido mais moradores de outros estados, nos últimos 10 anos,

pode caracterizar uma migração de retorno às origens no momento de atrativos no campo do trabalho.

Tabela 18 – Tendência da migração de brasileiros, 5 anos ou mais de idade, por regiões, nos períodos 1995/2000 e 1999/2004

Regiões	1995 a 2000			1999 a 2004		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Norte	556.393	493.680	62.713	525.363	452.415	72.948
Nordeste	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.266.064	1.338.095	-72.031
Sudeste	2.120.563	1.662.152	458.411	1.599.396	1.741.471	-142.075
Sul	610.354	629.554	-19.200	629.158	556.822	72.336
Centro-Oeste	852.908	590.902	262.006	773.851	546.838	227.013

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000a; 2005; SANDRONI, 2005).

Na avaliação da tendência da migração nordestina a partir da Tabela 18 existem sinais de redução do número de migrantes que deixam o Nordeste e, em contrapartida; um aumento no quantitativo que chega, resultando em uma redução do saldo migratório -SM²¹. Isso demonstra uma reação econômica produtiva da região, que provavelmente criou uma capacidade de absorção de mão de obra em função do volume de investimentos aplicados a partir das últimas décadas do século passado. Parte dessa realidade pode ser elencada a seguir, com uma Tabela demonstrativo das origens dos imigrantes e uma sinopse sobre o incremento que transformou o Nordeste em uma região de grandes atrativos para investimentos.

Tabela 19 – Origens das Pessoas Instaladas após o ano 2000 nos Estados Nordestinos

UF	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Total
RO	202	1.934	2.389	1.428	1.091	1.086	527	742	323	9.722
AC	170	261	754	144	90	491	9	230	29	2.178
AM	826	1.540	5.462	3.929	1.013	2.669	842	1.580	497	18.358
RR	98	360	1.316	2.550	480	529	347	592		6.273
PA	1.044	7.070	13.362	65.315	2.230	4.517	6.621	2.760	823	103.742
AP	20	329	1.394	3.105	327	348	330	662	82	6.597
TO	463	3.063	1.831	16.037	491	1.385	2.075	388	289	26.022
MA	723	4.038	13.526	484.998	2.172	3.957	39.696	1.850	669	551.629
PI	261	7.462	18.112	39.851	1.611	8.506	158.926	1.370	304	236.403
CE	2.885	14.914	585.934	12.661	10.283	20.911	15.968	17.330	1.311	682.197
RN	1.324	4.254	13.819	1.099	21.435	7.558	872	304.126	606	355.093
PB	2.503	8.827	10.592	2.921	244.833	38.677	1.336	27.984	1.593	339.266
PE	37.988	43.493	22.417	6.030	46.582	685.339	7.379	14.044	6.008	869.280
AL	220.078	16.779	3.141	1.785	2.695	35.942	839	1.957	23.540	306.756
SE	11.144	29.215	908	947	981	3.447	511	1.125	161.317	209.595
BA	10.287	1.078.334	11.909	4.729	6.498	40.472	6.824	4.426	35.370	1.198.849
MG	3.112	48.740	6.180	6.145	2.828	6.951	2.527	3.646	2.256	82.385
ES	608	25.389	1.180	839	393	1.112	432	477	432	30.862
RJ	4.882	31.318	7.472	8.254	34.981	20.167	3.886	16.930	6.013	153.903
SP	41.138	214.949	78.469	23.172	52.070	108.890	40.821	29.779	23.015	612.303
PR	1.105	8.715	3.389	2.218	1.481	2.976	816	1.319	990	23.008
SC	655	3.365	1.795	977	956	1.414	595	1.103	443	11.294

²¹ Saldo migratório é a diferença entre as pessoas que entram e saem de um país. Pode ser positivo, negativo ou nulo, representado pela fórmula: SM=I-E.

UF	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Total
RS	691	6.514	3.099	2.019	1.648	3.057	941	1.400	774	20.143
MS	685	2.368	959	787	1.099	1.168	662	1.204	370	9.300
MT	2.117	3.675	1.624	4.933	567	1.757	1.448	685	758	17.564
GO	1.391	19.966	5.286	13.781	2.850	3.649	6.433	2.829	632	56.817
DF	1.434	19.755	12.636	14.899	7.632	5.338	17.972	5.737	1.890	87.293

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados da Amostra do Censo Demográfico (IBGE, 2000).

Essa mobilidade, caracterizada pelos dados acima (TABELA 19), indica uma forte pressão migratória dentro de cada estado do Nordeste. Isso pode ser associado aos investimentos em pontos destacados, como as capitais e outros polos de crescimento, a proximidade e o retorno. Tomando-se como base o Maranhão, que possui o polo de Imperatriz situado no sudoeste, os maiores volumes de migrantes têm como origem o Pará, o Piauí, o Ceará, Goiás e Tocantins que são limítrofes com esse polo, além de São Paulo, também assinalado na Tabela para explicar a hipótese de retorno. A força de atração da migração dos polos de crescimento do Nordeste é demonstrada pelos seguintes exemplos:

- O polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, constitui uma das principais estruturas econômicas da produção de bens intermediários no Nordeste. Implementado ao longo dos anos 1970, importou em investimento cerca de US\$ 4,5 bilhões. Esse complexo industrial foi viabilizado com a participação de capitais privados nacionais e multinacionais e com o suporte estatal. Em 1990, contribuiu com 13,6% da receita tributária do estado da Bahia, sendo de 32,8% o seu peso na receita do ICMS gerado pela indústria de transformação. Além disso, concorreu para alterar estruturalmente a economia baiana (aumentando o peso do setor secundário de 12%, em 1960, para quase 30% do PIB estadual em 1990), contribuindo também para a elevação das exportações do estado (LIMA, 1994).

- Outro polo destacado registrou-se em Fortaleza, Ceará, com a indústria têxtil e de confecções que desponta como um dos importantes centros do setor, tanto em âmbito regional como nacional. Entre 1970 e 1985 o número de estabelecimentos têxteis do Ceará cresceu de 155 para 358, enquanto os ligados à confecção passavam de 152 para 850. Em 1991, segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, o polo cearense reunia cerca de três mil empresas, gerava 60 mil empregos diretos e era responsável por 12% do ICMS do Ceará (LIMA, 1994).

- O complexo minero-metalúrgico do Maranhão está associado aos desdobramentos do Programa Grande Carajás (PGC) e ao interesse do capital multinacional em diversificar suas fontes de abastecimento de matérias-primas. Para a montagem desse polo, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) desempenhou um dos papéis principais, implantando a infraestrutura para exploração-exportação de minério de ferro. Em função desses investimentos, impactos

importantes já se notavam nos anos 80: o PIB total do estado aumentou de US\$ 2 bilhões em 1980 para US\$ 3 bilhões em 1987, tendo o produto da indústria ampliado sua participação no total estadual de 14,3% para 21,8%. Cortando regiões anteriormente isoladas, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) integrou-as ao circuito da produção mercantil e contribuiu para dinamizar o polo agrícola do sul do Maranhão, onde a produção de soja se expande (LIMA, 1994).

- O projeto Celmar, que tem a CVRD como sócio, destina-se a produzir celulose em Imperatriz, com investimentos de US\$ 1,2 bilhão, produção estimada em 420 mil toneladas/ano, gerando diretamente 800 empregos, e mais três mil no reflorestamento, além de cerca de 3.200 empregos indiretos (LIMA, 1994). Além disso, a Estrada de Ferro Carajás ajudou a dinamizar a instalação de usinas de ferrogusa e de ferroliga ao longo de sua extensão (LIMA, 1994).

- O projeto da Alumar também tem grande peso atualmente na indústria maranhense. Trata-se de uma associação de várias empresas, que resultou em projeto de investimento da ordem de US\$ 2 bilhões para a produção de três milhões de toneladas/ano de alumina e 500 mil de alumínio. Gera, na fase atual, um milhão de toneladas de alumina e 350 mil de alumínio. De forma semelhante ao caso da CVRD, a Alumar é responsável por significativo fluxo mensal de rendimentos, pelo menos para os padrões locais, na economia de São Luiz (LIMA, 1994).

- Na divisa entre os estados da Bahia e Pernambuco ao Norte, foi implantado nos anos 70 o Complexo Agroindustrial de Petrolina-Juazeiro com base nos grandes projetos de irrigação, produzindo para o comércio. Ao mesmo tempo deu-se a implantação de grandes projetos de médias empresas nacionais e internacionais. Nesse complexo instalaram-se diversas plantas industriais nos ramos de processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, equipamentos para irrigação, materiais de construção, fertilizantes e rações. Cerca de 60 mil hectares foram utilizados e a indústria criou aproximadamente 24 mil empregos (GALVÃO, 1990).

- Na parte oeste da Bahia houve uma junção de áreas com as terras do sul maranhense e piauiense onde se expandiu a produção de soja com utilização de novas tecnologias e subsídios governamentais aliados aos investimentos públicos em infraestrutura (GALVÃO, 1990). No período entre 1980/81 e 1985/86, a área plantada com soja expandiu-se 143 vezes e a produção em 848 vezes, enquanto crescia também a produção de arroz. A safra de 1991/92 atingiu uma produção de 800 mil toneladas de grãos no oeste da Bahia, especialmente de soja (460 mil toneladas), milho, arroz e feijão. Essa produção elevou-se ainda para cerca de um milhão de toneladas em 1992, quando se uniram as produções dos quatro estados – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – dessa mesma região do cerrado nordestino (ARAÚJO, 1999; GALVÃO, 1990).

Avaliar tendências relativas ao desenvolvimento econômico do Nordeste no século XXI exige responder ao seguinte questionamento: como reverter a brutal desigualdade social da organização de uma estrutura econômica implantada no Nordeste desde a sua origem? Admitindo que a superestrutura provenha dessa estrutura, o espaço-temporal de cinco séculos parece ser extremamente curto para essa transformação socioeconômica. As formas de produzir no Nordeste foram dinamizadas, como se observa na síntese descrita acima, mas permaneceram os encaminhamentos concentradores de riqueza. É importante ressaltar que a divisão do território brasileiro em macrorregiões torna cada vez mais obscura a realidade do país. Quando se trata do grande investimento industrial, fica clara uma seletividade espacial, notadamente quando é orientada para as demais regiões que não o Sudeste. No caso nordestino, essa escolha seletiva direciona privilégios para o estado da Bahia (ARAÚJO, 1997).

No ponto de vista de Haddad (1997), não resta dúvida de que, no conjunto do panorama nacional, o potencial locacional de áreas do Sul-Sudeste para atrair os novos investimentos é, em quantidade e qualidade, bem maior que o encontrado no Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Contudo, tornam-se particularmente atraentes nesse novo contexto as cidades médias dessas regiões, localizadas próximas a eixos de transportes e, portanto, dotadas de boas condições de acessibilidade, importante em tempos de abertura comercial e globalização intensa (CAMPOLINA DINIZ, 1994; HADDAD, 1997). Mas, se as tendências de mercado indicam os espaços mais atraentes – normalmente situados em áreas já concentradas – seria mais sensato se os restritos investimentos patrocinados pelo governo federal não contribuíssem, ainda mais, para a ampliação das disparidades – tão perversas no Brasil – e assegurassem a compatibilidade entre inserção na globalização e integração dos diversos espaços do país (ARAÚJO, 1999).

As transformações assinaladas no contexto mundial, que refletiram nas mudanças no Brasil a partir dos anos 90, com a intensa política de abertura comercial, priorização à integração competitiva, reformas profundas na ação do estado e implementação de um programa de estabilização, com uma reestruturação produtiva do setor privado, contemplou o crescimento econômico nordestino através do apoio estatal reforçando a estratégia de desconcentração industrial, iniciada em décadas anteriores. Essa ocasião serviu de referência para promover discussões, visando esclarecer a migração de retorno, que se tornou evidente, mas; após determinado período esse deslocamento foi atenuado, considerando que o espectro da reconcentração voltou a influenciar a emigração para o Sudeste, mesmo que de forma reduzida.

De acordo com Araújo (1999) a inserção do Brasil na economia mundial globalizada tende a ser muito diferenciada, segundo os diversos subespaços econômicos desse amplo e heterogêneo país. Na ótica de Pacheco (1996) essa é uma forte tendência, determinada pelo

próprio estilo de crescimento da economia mundial, que é profundamente assimétrico. Não é difícil perceber que os interesses globais dominantes priorizam os espaços competitivos. Essa dura realidade, marcada como a expansão dos grandes grupos econômicos, dificulta o amplo desenvolvimento regional. Desse modo evidenciam-se os polos regionais de crescimento, ao tempo em que se fortalecem os prognósticos de recrudescimento das desigualdades, mormente no Nordeste.

Essa interferência econômica global explicada por esses autores criou novas dinâmicas migratórias, que segundo Baeninger (2012) apresentou o cenário migratório do século XXI em dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro marcado pelos volumes de migrantes de retorno interestaduais saindo do Sudeste em direção ao Nordeste e o segundo vetor refere-se a um processo de interiorização, com trajetórias migratórias de curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões (BAENINGER, 2012).

Desse modo observa-se que apesar de existirem ainda formas tradicionais de expulsão (SINGER, 2002), as evidências sinalizam que as migrações significativas coincidem com as ações de investimentos conduzidas nos lugares destacados, dotados de requisitos que os tornam competitivos. Essa observação fundamenta-se a partir da Tabela 16, com os novos moradores da região, da Tabela 17, apresentando uma tendência migratória, e da 18 que mostra as origens das pessoas instaladas na região após o ano de 2000.

A dinâmica representada por meio dos dados dessas Tabelas pressupõe o resultado dos investimentos elencados nas Tabelas 19 a 26, que demonstram a estratégia espacial nordestina, fruto do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE, no qual essa região foi dividida em oito sub-regiões de planejamento. No centro das análises aqui propostas apresentam-se elementos vinculados ao processo que deu origem a produção econômica dessa região, que ainda mantém uma visão desenvolvimentista baseada na centralização das unidades produtoras, induzindo os constantes deslocamentos migratórios populacionais em escala intermunicipal e interestadual.

Tabela 20 – Previsão de Investimentos – Sub-região Litorânea Sul – Nordeste

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Bahia Sul Celulose	Ampliação da Bahia Sul para o aumento da produção de celulose, que deve passar de 680 mil toneladas/ano para 1.680 milhão toneladas/ano.	BA	2.640,00
M. Dias Branco	Construção de um complexo que inclui a moagem, uma fábrica de massas e biscoitos e um porto.	BA	1.320,00
Indorama	Instalação de uma unidade têxtil.	BA	660,00

Continuação...			
Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Continental Ag	Instalação de uma fábrica de pneus para automóveis, com produção de cinco a oito milhões de pneus por ano.	BA	572,00
Grupo Iberostar	Construção de resort com quatro hotéis e um campo de golfe.	BA	550,00
Cimentos Sergipe (Grupo Votorantim)	A maior fábrica da Votorantim Cimentos no Nordeste. Será a base das exportações brasileiras da companhia. A unidade receberá investimentos na construção de uma terceira linha fabril, que vai duplicar a capacidade de sua produção.	SE	440,00
Bridgestone Firestone	Construção de uma fábrica que terá capacidade de produção diária de oito mil pneus para veículos de passeio e caminhonetes.	BA	373,00
Continental ag	Construção de uma fábrica de pneus para a linha de produção de automóveis e caminhões. Anualmente serão produzidos seis milhões de pneus para automóvel e picapes e 700 mil unidades para caminhões.	BA	319,00
Bahia Sul Celulose	Aumento da base de plantio de eucaliptos.	BA	286,00
Vini artefatos	Instalação de uma unidade industrial para produzir malhas têxteis.	BA	93,50
Fillatice Sul- Americana	Fabricação de fios de elastano.	BA	93,50
Nestlé Brasil	Nova fábrica de café solúvel.	ES	86,30
Braskem (Grupo Norberto Odebrecht)	Aumento da capacidade de armazenagem do terminal de nafta do Porto de Aratu. Parte do investimento será usada na ampliação do calado do terminal, que poderá receber navios com tonelagem até 40% maior que a capacidade atual.	BA	70,50
Construtora Norberto Odebrecht	Investimento no aumento da capacidade de armazenagem de nafta do terminal, com o objetivo de dobrá-la.	BA	70,40
Vila Galé	Construção de um hotel.	BA	69,20
Café Damasco	Ampliação da unidade de torrefação e moagem de café.	BA	49,80
CVC	Construção de um hotel estilo resort. O projeto inclui 270 apartamentos e 50 bangalôs, sendo que dez deles serão construídos dentro d'água. Além disso, haverá um centro de convenções com 5 mil m ² , campo de golfe e alojamento.	SE	44,00
Lusomar Maricultura	Ampliação e modernização de sua unidade de produção de camarão.	BA	37,40
Per Plastic Perfilados Plásticos	Instalação de uma unidade industrial para produzir perfilados plásticos.	BA	33,00
Bahia Pet	Instalação de uma fábrica de "flakes" e resinas PET.	BA	32,00
Toro e Viapol	Implantação de unidades de produção de insumos para as indústrias automobilística, petroquímica e de construção civil.	BA	29,90
Confecções Camacan	Fabricação de malhas e artigos têxteis.	BA	28,40
Brasflex Componentes Têxteis	Instalação de uma fábrica de artigos têxteis.	BA	24,50
Companhia Vale do Rio Doce	Investimento na área de logística, conclusão da primeira etapa de construção do Terminal de Camaçari (TERCAM) e melhoria da estrutura ferroviária para transporte de cargas.	BA	23,20
Papaiz Metais	Ampliar a unidade de produção de fechaduras, dobradiços e acessórios.	BA	23,10
Dopec	Ampliar a unidade de injeção e pintura de peças plásticas de 167 mil carros para 250 mil carros por ano.	BA	22,90

Continuação...				
Projeto		Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Pestana Hotéis e Resorts	Hotéis e Resorts	Abertura do hotel Convento do Carmo.	BA	15,40
Linde Therapeutics	Gás	Investimento para fornecer oxigênio gasoso via tubulação para a Eka Bahia.	BA	12,30
Ricardo Eletro		Abertura, até dezembro de 2004, de 16 lojas de eletrodomésticos.	BA	11,50
Grupo Bahia Pet		Reciclar as embalagens de PET.	BA	11,00
Coelba (Iberdrola)		Digitalização e automação de subestações de energia (SE) e deve implantar equipamentos digitais para controle remoto via comunicação de dados.	BA	11,00
Dorf Ketal		Instalação de uma fábrica para a produção de aditivos.	BA	10,70
Indústria Alimentícia Maratá		Investimento na industrialização do café, fabricação de sucos para exportação, produção de alimentos em geral (chá, vinagre, etc.) e modernização das fábricas.	SE	8,80
Companhia Vale do Rio Doce		Nova solução logística para o transporte de granito entre o norte e o sul do Espírito Santo. O terminal, que será construído, permitirá transportar por trem parte do granito hoje levado via caminhão.	ES	7,50
Cromitec Resinas do Nordeste		Instalação de uma fábrica para a produção de resinas de poliéster insaturadas.	BA	7,30
Embramotor		Instalação de uma unidade industrial para produzir tanquinhos eletrônicos.	BA	6,60
Monte Pascoal		Investimento na segunda linha de produção da empresa para dobrar a capacidade de extração e processamento de caulim coloidal (coalt).	BA	6,60
Toro e Viapol		Implantação de unidades de produção de insumos para as indústrias automobilística, petroquímica e de construção civil.	BA	20,60
Usina Termelétrica Camaçari		Capacidade de 360 MW	BA	568,00
Usina Termelétrica Sergipe		Capacidade de 135 MW	SE	202,00
Usina Hidrelétrica Pedra do Cavalo		Capacidade de 160 MW	BA	180,00
BR-101		Duplicação de trecho com 372 km, até o entroncamento com a BR-324	SE	148,00
Linha de Transmissão Sistema Multimodal do São Francisco		Trecho entre as cidades de Camaçari e Sapeaçu	BA	110,00
Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros		Implantação C. Port (em fase final de obras)	BA	100,00
Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros		Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros Com 1600 m de comprimento e 21 m de largura, ligará o litoral norte ao litoral sul	SE	90,00
Contorno Ferroviário São Félix		Trecho com 17 km de extensão, incluindo ponte com 610 m na cidade de São Félix, da Ferrovia Centro-Alcântara (FCA). Visa agilizar o transporte de produtos do Polo de Camaçari	BA	70,00
Porto de Salvador		Expansão no cais de Água de meninos; construção de berços e retroáreas; reativação do ramal ferroviário; dragagem	BA	50,00

Continuação...			
Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Aeroporto de Salvador	Melhorias no terminal de cargas doméstico e internacional	BA	13,00
Rodovia Estância	Trecho de 20 km até o entroncamento com a BR-101 na capital do estado	SE	12,00
TOTAL		54	549.795,40

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2005).

Com o intuito de verificar melhor os investimentos dispostos acima é necessário saber que a região Litorânea Sul equivale ao conjunto territorial formado por áreas agropastoris e de produção cacauera. Limita-se ao norte com a região Litorânea Leste e com a região Ribeira do São Francisco; a leste com o oceano Atlântico; a oeste com as regiões de planejamento do Sertão Sul e dos Cerrados; e ao sul com o Estado do Rio de Janeiro. Possui uma área de 133.868,0km², distribuídos por três estados: Sergipe (46), Bahia (134) e Espírito Santo (77), uma população de 10.715.099 habitantes, dos quais 8.674.319 residem em áreas urbanas (IBGE, 2000a). A região Litorânea Sul é a que apresenta o maior PIB per capita em 2000, R\$5.672,47, bem superior à média (R\$3.227,03) da área em estudo, com IDH de 0,669, o maior das oito regiões de planejamento. Os serviços terciários são ofertados no aglomerado metropolitano de Salvador, aglomerados metropolitanos de Aracaju e Vitória (IPEA/PNUD, 2003).

O setor secundário (indústria) da região, embora muito concentrado no aglomerado metropolitano de Salvador, detém em Camaçari o mais desenvolvido polo petroquímico da área de atuação da ADENE – Agência do Desenvolvimento do Nordeste²², assim como se encontra na Bahia o único centro de montagem de automóveis da macrorregião. No setor primário, os destaques da economia regional são as cadeias produtivas do cacau e da celulose. A região também dispõe de considerável infraestrutura econômica, formada principalmente por cinco aeroportos comerciais (Salvador, Aracaju, Vitória do Espírito, Ilhéus e Porto Seguro), quatro portos marítimos (Aratu, no aglomerado metropolitano de Salvador, Tubarão, no aglomerado submetropolitano de Vitória, Aracaju e Ilhéus). Contudo observa-se na Tabela 19 a concentração dos investimentos contempla em grande parte o estado da Bahia (MELO, 1978).

²² ADENE foi criada em 2001 em seguida foi extinta com a replantagem da SUDENE. Esta visa promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Sua área de atuação é a totalidade de nove estados nordestinos e o extremo norte de Minas Gerais, toda a porção mineira do Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo.

Tabela 21 – Principais projetos previstos para a Sub-Região Litorânea Leste

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valores R\$(milhões)
REFINARIA DE PETRÓLEO PDVSA e PETROBRAS	Unidade para refino de 200.000 barris dia de petróleo	PE	5.750.00
AMANCO BRASIL	Grupo Nueva (construção de fábrica no porto de Suape que produzirá tubos, conexões e prod. Hidosanitários)	PE	15.18
ESTALEIRO CAMARGO CORREA BRASIL	Construção de Estaleiro voltado para plataformas de petróleo e grandes navios	PE	391.00
HIGIENE RHODIA	Unidade para fabricação de misturas concentradas de xampus, condicionantes e demaquilantes	PE	173.63
TERMINAL DE CONTEINERS SUAPE – PE	Construção de 25.000 m de pátios destinados aos contêineres e aos acessos viários	PE	4.60
ICTSIINFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	Ampliação do número de tomadas para contêineres frigoríficos, bem como ampliação da retroárea para movimentação de contêineres.	PE	46.00
CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO ARCOR	Instalação de um parque com quatro fábricas e uma central de distribuição	PE	242.90
USINA TERMELÉTRICA COTEMINAS	Localizada no município de São Gonçalo do Amarante, terá capacidade de 100 MW	RN	150.00
AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Terraplanagem para construção do novo aeroporto	RN	90.00
POLIÉSTER PETROBRÁS & GRUPO MOSSI GHISOLFI (GMG)	Instalação de unidade fabril para produzir embalagens PET, ácido teraftálico purificado (PTA) –poliéster	PE	1.840.00
POLIÉSTER PETROBRÁS & GRUPO MOSSI GHISOLFI (GMG)	Instalação de unidade fabril para produzir embalagens PET, ácido teraftálico purificado (PTA) –poliéster	PE	1.840.00
PORTO DE SUAPE	Construção de um novo cais	PE	238.00
PORTO DE RECIFE	Dragagem e melhorias no canal de acesso	PE	120.00
PORTO DE MACEIÓ	Construção do cais para contêineres; melhorias nos berços; dragagem e derrocamento	AL	42.00
USINA TERMOALAGOAS	Localizada no município de Messias, terá capacidade de 143 MW	AL	214.00
AEROPORTO DE MACEIÓ	Melhorias no terminal de passageiros e ampliação do sistema de pistas e pátios de aeronaves	AL	217.00
Total	15 9.534.31	15	9.534.31

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC/PDNE (2005).

A região Litorânea Leste possui uma área de 38.824,6km², pertencentes a 198 municípios, distribuídos por quatro Estados: Rio Grande do Norte (19), Paraíba (53), Pernambuco (63) e Alagoas (63), com população total é de 9.307.985 habitantes, dos quais 7.834.179 residem nas zonas urbanas (IBGE, 2000a). A região concentra grande parte da economia macrorregional, principalmente nos setores terciário e secundário. No setor industrial, a região dispõe de um amplo e diversificado parque, localizado principalmente no estado de Pernambuco. No setor primário, o grande destaque é a cadeia produtiva sucro-alcooleira, tanto por sua participação do PIB regional, como pelo número de pessoas ocupadas.

A região também dispõe de considerável infraestrutura econômica, constituída, sobretudo, por quatro aeroportos comerciais, dos quais dois internacionais (Recife e Natal). Conta ainda com cinco portos marítimos, uma densa rede de estradas pavimentadas e complexo sistema de telecomunicações, além de redes de abastecimento de água encanada e de energia elétrica. Como pode-se observar na Tabela 21, os esforços estão voltados para o estado de Pernambuco.

Tabela 22 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Litorânea Norte

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valores R\$ (em milhões)
AGESCO (Aquiraz gestão de condomínio),	Construção de empreendimento turístico e hoteleiro	CE	546.85
GRUPO HOTELEIRO DOM PEDRO	Construção de Complexo Turístico com hotéis, C. Convenções, praia etc.	CE	562.94
NOVA ATLÂNTIDA	Investimento na construção da primeira fase da cidade turística que inclui 14 hotéis, 13“resorts” e 6 condomínios residenciais.	CE	3450.00
NORDESTE DIGITAL LINE	Ampliar a fabricação de CDs e DVDs.	CE	0.74
GRUPO G & F	Investimento em criação de camarão marinho de cativeiro	CE	2.28
PETROBAS/LUBRIOR	Modernização e ampliação da capacidade de processamento de asfalto, lubrificantes e derivados do petróleo.	CE	21.85
GRUPO GERDAU	Ampliação da capacidade para 150 mil ton/ano e modernização de processos e maquinário.	CE	61.19
CVRD/BAOSTEEL/ARCELORB V STEEL WORKS (Consórcio)	Instalação de unidade siderúrgica com capacidade de 7,5 milhões toneladas de placas de aço/ano MA 6.90	MA	6.90
VICUNHA TÊXTIL	Ampliação do parque têxtil, com aumento na produção de índigo e brim, na ordem de dois milhões de peças/ ano.	CE	115.00
USINA TERMO CEARÁ	Localizado no município de Caucaia, aumentará a capacidade de 220 MW para 312 MW.	CE	457.00
PORTO DE PECÉM	Melhorias para receber cargas de múltiplo uso	CE	250.00
PORTO DE FORTALEZA	Aprofundamento do cais	CE	202.00
PORTO DE ITAQUI	Melhorias na capacidade operacional; recuperação e dragagem dos berços; pavimentação de trecho de 16 km da BR-135 do porto até Pedrinhas.	MA	164.00
AEROPORTO DE PARNAÍBA	Recuperação do Aeroporto de Parnaíba	PI	49.00
CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA	Centro Espacial de Alcântara (CEA), que englobará o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).	MA	650.00
TOTAL		17	6.595.07

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC/PDNE (2005).

Essa região, com investimentos previstos na Tabela 22, representa o Litoral Norte. Situa-se na fachada costeira dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, limitando-se a oeste com o Meio Norte; ao sul com o Meio Norte e o Sertão Norte; a leste com o Sertão Norte; e ao norte com o oceano Atlântico. Tem extensão territorial de 60.242,5 km², distribuídos por 83 municípios, dos quais 41 pertencentes ao estado do Maranhão, 8 ao Piauí e 34 ao Ceará. A região possuía em 2000 uma população 5.181.671 habitantes, sendo 4.163.999 residentes em áreas urbanas e apenas 1.017.672 moradores rurais. Quanto ao desenvolvimento humano, a região apresentou o IDH-M médio, em 2000, de 0,605, o penúltimo no rol das oito regiões, sendo maior apenas do que o do Meio Norte (0,573). Esse índice relativamente baixo explica-se pelos valores baixos dos componentes renda (0,480) e longevidade (0,625) (IPEA/PNUD, 2003).

As atividades econômicas mais importantes da região Litorânea Norte são as terciárias e secundárias. As primeiras são as dos subsetores comercial e de prestação de serviços e ocorrem no setor urbano. Por sua vez, as atividades industriais encontram-se principalmente no aglomerado metropolitano de Fortaleza e, em menor escala, no aglomerado submetropolitano de São Luís; também ocorre com alguma significância no aglomerado sub-regional de Parnaíba-Luís Correia. No setor terciário da economia da região merece destaque a cadeia produtiva do turismo. Conforme a Tabela 22 os esforços estão voltados para o estado do Ceará.

Tabela 23 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Cerrados

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valores R\$ (em milhões)
BR-135	Ampliação do trecho de 110 km entre as cidades de São Desidério e Correntina	BA	136,00
BRASIL ECODIESEL	Investimento em plantio de mamona, em unidade esmagadora e produção do biodiesel na cidade de Floriano.	PI	9.2,00
FERROROVAI NORTE SUL, RAMAL SUL	Implantação do trecho de 204 km entre as cidades de Estreito e Balsas. Objetivo é melhorar o acesso até o porto de Itaqui.	MA	55,00
BR – 135	Construção de trecho rodoviário de 45 km na BR 135/BA, Barreira – Divisa PI/BA.	BA	23,00
TOTAL			223.20

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC/PDNE (2005).

A região dos Cerrados estende-se pelo sul do Maranhão, sudoeste do Piauí, oeste da Bahia e porção sul da área mineira de atuação da SUDENE. Limita-se ao norte com a região do Meio-Norte; a leste com as regiões do Sertão Norte, Ribeira do São Francisco e Sertão Sul; e a sudeste com a região Litorânea Sul. Ocupa uma área de 359.164,6km², distribuídos por 168 municípios de quatro estados: Maranhão (36), Piauí (36), Bahia (16) e Minas Gerais (80). Possui uma população total de 2.560.694 habitantes; desses 1.639.255 residem em áreas

urbanas. As atividades econômicas mais importantes são as da cadeia produtiva da soja, seguida da produção de milho e arroz, bem como da criação de bovinos. A principal função da região é a de produção de grãos para o mercado macrorregional e, sobretudo, para o mercado externo. O estado da Bahia, como apresentado na Tabela 23, detém mais de 50% dos investimentos.

Tabela 24 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Meio-Norte

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valores R\$ (em milhões)
Aeroporto de Barreirinhas	Construção de um aeroporto	MA	10,00
MA-034	Pavimentação do entroncamento da BR-226 com a cidade de Buriti Bravo	MA	10,00
Ferrovias Norte-Sul, ramal sul.	Implantação do trecho de 204 km entre as cidades de Estreito e Balsas. Objetivo é melhorar o acesso até o porto de Itaqui.	MA	55,00
TOTAL			75,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC/PDNE (2005).

A região do Meio Norte corresponde é formada pelas áreas centro ocidental do estado do Maranhão e centro-oeste do Piauí. Ocupa uma área de 226.830,20km², pertencentes a 190 municípios dos estados do Maranhão (140) e do Piauí (50). Em 2000, a região continha uma população de 4.791.319 habitantes, dos quais 2.968.963 eram residentes em áreas urbanas, do que resulta uma densidade demográfica de 21,1hab./km² e uma taxa de urbanização de 62,0%. É um segmento do território nordestino em que as suas microrregiões geográficas apresentam condições sociais e econômicas caracterizadas por baixo rendimento médio domiciliar por habitante e variação do PIB média e baixa, de acordo com a classificação da (PNDR/MI, 2003). Trata-se, portanto, de uma região pouco desenvolvida e pouco dinâmica, exceto a microrregião de Teresina, onde os rendimentos são um pouco melhores. Apesar da fragilidade dos aspectos socioeconômicos dessa sub-região observa-se, através da Tabela 24, que os investimentos são reduzidos e de baixo impactos em termos econômicos para a população local.

Tabela 25 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Ribeira do São Francisco

Projeto	Projeto Descrição	UF	Valor R\$ (em milhões)
Revitalização do São Francisco	Obras de saneamento ambiental.	NE	1.000,00
BR- 135	Trecho de 110 km entre as cidades de São Desidério e Correntina.	BA	68,00
Sistema Integrado de Abastecimento de Santana	Rede de abastecimento de água com 145 km de extensão.	BA	16,00
Projeto Pontal Sistema com captação no rio São Francisco.	Área irrigada de 7897 hectares.	PE	256,00

Canal do Sertão	Projeto visa levar água para irrigar um terço do interior do estado.	AL	600,00
Continuação...			
Projeto	Projeto Descrição	UF	Valor R\$ (em milhões)
Projeto Baixo do Irecê	Sistema de captação no rio São Francisco. Área irrigada de 59000 hectares.	BA	750,00
Projeto Salitre	Sistema com captação no rio São Francisco. Área irrigada de 31000 hectares	BA	362,00
Sistema Multimodal do São Francisco	Dragagem de aprofundamento, derrocamento e proteção das margens do Rio São Francisco.	BA	78,10
Sistema Adutor Sertanejo	Recuperação e automação dos sistemas irrigados	SE	50,00
Sistema de irrigação	Região entre as cidades de Jacaré e Curitiba.	SE	29,00
Sistema Adutor do Agreste	Rede de abastecimento de água com 32 km de extensão.	SE	11,00
Ferrovía Transnordestina	Trecho de 245 km entre as cidades de Petrolina e Salgueiro.	PE	134,00
TOTAL		15	3.354.20

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC/PDNE (2005).

A região da Ribeira do São Francisco corresponde, aproximadamente, à área dos Vales Irrigados (LINS; BURGOS, 1985) isto é, ao vale do rio São Francisco e a partes das bacias de alguns afluentes. Situa-se no centro da macrorregião Nordeste, separando as regiões do Sertão Norte e do Sertão Sul, bem como essa última da região dos Cerrados. Estende-se pela porção oeste do estado de Alagoas, noroeste de Sergipe, sudoeste de Pernambuco, norte, noroeste e oeste da Bahia, além de uma pequena parte do noroeste da área mineira de atuação da SUDENE. Tem uma área de 214.157,7km², pertencentes a 126 municípios, de cinco estados: Pernambuco (15), Alagoas (38), Sergipe (19), Bahia (34) e Minas Gerais (20). A região tem uma população de 2.804.182 habitantes, dos quais 1.521.997 são residentes em áreas urbanas. Quanto à qualidade de vida, o IDH era de apenas 0,607 em 2000, o terceiro mais baixo da área, superior a apenas ao do Meio Norte (0,573) e à da Litorânea Norte (0,605) (IPEA/PNUD, 2003).

Em decorrência da disponibilidade de água, a agricultura irrigada constitui a base da economia regional. Destacam-se na região as cadeias produtivas da uva e da manga, além de vários arranjos produtivos locais como os da cebola, do melão, do arroz e da banana. No setor secundário, o grande destaque é a geração de energia hidrelétrica em Paulo Afonso, Sobradinho, Itaparica e Xingó, exportada para todo o Nordeste. No setor terciário, o comércio e as atividades de prestação de serviços têm maior importância no aglomerado regional de Petrolina/Juazeiro e no centro zonal de Paulo Afonso, onde, além dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços típicos, ocorrem atividades regulares de turismo. Os maiores investimentos estão no estado da Bahia, conforme a Tabela 25.

Tabela 26 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Sertão Norte

Projeto	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Jandaia	Construção de uma unidade para ampliar a capacidade de processamento de frutas das atuais 4 mil toneladas para 20 mil toneladas.	CE	14,10
Grendene	Instalação de uma fábrica para a produção de calçados.	CE	24,20
Brasil Ecodiesel	Investimento em plantio de mamona, na implantação de uma esmagadora e em uma unidade industrial para a produção de biodiesel.	PI	8,80
Neoenergia	Investimento na conclusão da Termoação, termelétrica do Rio Grande do Norte, que vai gerar 340 megawatts de potência a partir de 2007.	RN	290,40
Ferrovia Transnordestina	Sertão Norte para restante.	NE	4.000,00
Integração de Bacias	Traçado de acordo com Projeto São Francisco.	NE	4.000,00
Usina Termelétrica Vale do Açú	Localizada no município de Altos Rodrigues, terá capacidade de 347 MW.	RN	900,00
BR-232	Duplicação do trecho de 148 km entre a cidade de São Caetano e Recife.	PE	200,00
Ferrovia Transnordestina (ramal do Gesso)	Trecho de 112 km entre as cidades de Parnamirim e Araripina.	PE	144,00
BR-020	Trecho de 128 km entre as cidades de São Raimundo Nonato e Picos	PI	135,00
Ferrovia Transnordestina	(Trecho pernambucano) Trecho de 245 km entre Petrolina e Salgueiro, objetiva escoar os grãos do sul do PI e oeste do MA.	PE	134,00
Adutora do Oeste	Rede de abastecimento de água com 721 km de extensão.	PE	114,00
Barragem Castanhão	Barragem com 7 bilhões de m ³ de capacidade. Visa abastecer de água a região metropolitana de Fortaleza e outras regiões do estado.	CE	82,00
Barragem Poço do Marruá	Capacidade de 293 milhões de m ³ de água para atender os municípios do semiárido.	PI	73,00
TOTAL		14	10.119,50

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC/PDNE (2005).

A região do Sertão Norte ocupa as porções semiáridas, centro-oriental do Piauí, o estado do Ceará, exceto a faixa costeira norte, os estados do Rio Grande Norte, da Paraíba e de Pernambuco, exclusive a faixa costeira e a parte do vale do rio São Francisco na porção sudoeste do território pernambucano. Possui área de 435.154,7km², distribuída por 701 municípios, pertencentes a cinco estados: Piauí (127), Ceará (150), Rio Grande do Norte (148), Paraíba (170) e Pernambuco (107). Em 2000, era ocupada por uma população de 11.533.487 habitantes, dos quais 6.804.319 eram residentes em áreas urbanas. O IDH-M médio do Sertão Norte em 2000 foi de 0,611, pouco menor do que a média da área de atuação da SUDENE (0,620), porém, significativamente maior do que o seu próprio IDH-M em 1991 (0,499), mostrando uma tendência de melhoria significativa no seu desenvolvimento humano no período (IPEA/PNUD, 2003).

As atividades econômicas mais importantes são as comerciais e de prestação de serviços que, naturalmente, ocorrem. Em segundo plano, as atividades industriais encontram-se principalmente nos aglomerados e centros regionais Caruaru, Campina Grande, Crato, Juazeiro-Barbalha e Mossoró. No setor rural, os arranjos e cadeias produtivas predominantes são: da pecuária bovina de corte e leite; laticínios; pecuária ovino-caprina; avicultura e algodão; sal de cozinha e petróleo (no Rio Grande do Norte); e de minerais e rochas principalmente no Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco. Como decorrência das limitações climáticas, da escassez de solos agricultáveis e do baixo nível tecnológico, a produtividade e a produção agropecuária da região são relativamente pequenas quando comparadas com outras regiões do País e até mesmo do Nordeste. Disso resulta uma baixa competitividade dos produtos da região do Sertão Norte. Os investimentos como se apresentam na Tabela 26, são mais expressivos para o estado de Pernambuco.

Tabela 27 – Principais Projetos Previstos para a Sub-Região Sertão Sul

Projetos	Descrição do Investimento	UF	Valor R\$ (em milhões)
Petrobrás	Investimentos na exploração e desenvolvimento da produção, combinada e em separado, de óleo e gás natural.	BA	391,60
Companhia Brasileira Cimentos	de Instalação de uma fábrica para a industrialização de calcário.	BA	262,30
Pirelli	Investimento para expandir a produção de pneus na fábrica de Feira de Santana, para 13.000 pneus por dia.	BA	176,00
Igualbahia Indústria Comércio	e Instalação de uma unidade industrial para produzir artefatos de plásticos.	BA	94,80
	Demais Projetos		196,90
TOTAL			1.121,60

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do MDIC (2005).

Esta última região, o Sertão Sul (TABELA 27), estende-se pela parte semiárida dos estados da Bahia e de Sergipe, bem como da área mineira de atuação da SUDENE, localizada próxima do território baiano, parte sudoeste das terras sergipanas e segmento norte oriental da área de atuação da SUDENE em Minas Gerais. Limita-se ao norte e a oeste com a região Ribeira do São Francisco, a leste como a região Litorânea Sul e ao sul com a região dos Cerrados. Com uma área territorial de 328.822,7km², distribuída por 306 municípios, pertencentes a três Estados: Sergipe (10), Bahia (231) e Minas Gerais (65), a região continha, em 2000, uma população 6.534.121 habitantes, dos quais 3.448.713 residiam em áreas urbanas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) médio, em 2000, era de 0,618, ligeiramente abaixo do IDH-M médio da área de atuação da ADENE (0,620). Aliás, em 1991, o IDH-M médio do Sertão Sul já era de 0,511 (IPEA/PNUD, 2003).

As atividades econômicas mais importantes da região Sertão Sul são as comerciais e de prestação de serviços. As atividades industriais concentram-se principalmente em Feira de Santana e Montes Claros. No setor primário, o destaque é a pecuária bovina associada, em alguns lugares, às culturas de feijão e milho. Também ocorrem áreas de produção de sisal e mamona. Mas é a cadeia produtiva da pecuária bovina de corte e de leite que confere maior identidade rural à região. Os investimentos estão concentrados no estado da Bahia, em sua maioria, apontando para grandes empresas.

As tendências indicadas pelos dados de investimentos dessas Tabelas não se traduzem em convencimento de que a estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste alcançará uma inclusão social pela redução das desigualdades e da pobreza. Tampouco afirma que se desenvolverá sustentabilidade do meio ambiente que assegure a continuidade do processo econômico e a qualidade de vida da população, como consta nos objetivos do PNDE. Contudo, percebe-se que o aspecto da competitividade da economia regional, permitindo sua adequada inserção na economia nacional e mundial pode ser alcançada. É notório que a concentração de esforços dinamizadores permanece privilegiando a sub-região litorânea do Nordeste, com destaque para o estado da Bahia, concentrando quase 50% dos investimentos, e os estados de Pernambuco e Ceará.

Complementando o esforço de explicar as tendências migratórias em sua nova configuração, fortemente aliadas ao mercado de trabalho, observa-se as previsões de investimentos expostas nas Tabelas acima. Essas associam-se ao intenso processo de mudanças globais representando estímulos à produção, visto que transferem mão de obra de áreas com escassas oportunidades de renda e emprego para áreas com maiores, contribuindo para o aumento do padrão de vida dos próprios migrantes (LEWIS, 1969).

No caso do Nordeste e sua propensão à concentração de investimentos nos três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará), são valorizadas as economias externas para explicar a localização, o padrão de crescimento das atividades produtivas, o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, os fluxos migratórios. Assim, o desenvolvimento recente das tecnologias, especialmente de comunicações e transportes, e o processo de urbanização desempenham papel central na nova organização espacial da produção. Por sua vez, elas produzem implicações diretas sobre a condição de ocupação dos trabalhadores, pois, em regiões mais populosas, cujas atividades principais são mais intensivas em capital e em serviços sofisticados, a inserção dos mesmos torna-se mais complexa (SIMÕES; OLIVEIRA; LIMA, 2011).

Neste século os direcionamentos migratórios estabeleceram polos de crescimento, estruturados a partir da segunda metade do século XX, que se intensificaram com o processo

de desconcentração industrial do Sudeste, orientado pelas transformações do cenário internacional. Essas mudanças influenciaram as decisões de migrar; as migrações mostraram novas formas, como aparecem na Tabela 18, no qual o Nordeste reduziu o número de emigrantes para o Sudeste e, em contrapartida, essa região aumentou a saída de emigrantes para aquela. No ponto de vista de Baeninger (2012), encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil, implica considerar que, para a conceitualização de rotatividade migratória²³, torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade. Essa foi denominada como reflexiva (GIDDENS, 1991), de risco (BECK, 1992) e da tecnologia da informação (CASTELLS, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global. Esses promovem “mecanismos de desencaixe” como efeito das relações entre esses âmbitos (GIDDENS, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e nas migrações nos variados contextos regionais (BAENINGER, 2012).

Diante das discussões orientadas em torno das principais tendências e mudanças que envolvem os movimentos migratórios na região Nordeste, conclui-se que o mercado de trabalho tem sido a estrutura propulsora dos deslocamentos da mão de obra. Essa, involuntariamente ou não, atende aos desígnios do grande capital, demonstrado pelos investimentos privados subsidiados pelo Estado em uma configuração global. Ficou evidente, assim, a expansão econômica nordestina do mesmo modo que a permanência das desigualdades entre as unidades federativas. Os interesses produtivos voltam-se para as metrópoles e outros polos dessa região, intensificando as migrações interestaduais e entre as sub-regiões ou municípios, como no caso do estado da Bahia, que registrou uma migração de mais de um milhão de pessoas a partir do ano 2000 (TABELA 19) dentro da mesma Unidade Federativa.

Com a globalização, o fortalecimento das bases de produção e comércio tornaram-se imprescindíveis para a manutenção de um bom nível de competitividade regional, nacional e global, que garanta a geração de empregos diretos e indiretos. Nessa perspectiva encontra-se o desafio de atender plenamente a região diante de um *trade off*. Esse que põe de um lado sub-

²³ O conceito de rotatividade migratória contempla, por sua vez, como primeiro pressuposto, um fenômeno migratório eminentemente urbano e que constitui um fato social, em que, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada. A segunda premissa do conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios – via rotatividade migratória – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida. A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade. O conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios e, mais que isto, seus espaços de vida, com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas (BAENINGER, 2012).

regiões dotadas de infraestrutura sofisticada, comunicação de alto nível, sistema multimodal de transportes, distritos industriais e do outro as sub-regiões contemplando o semiárido, o cerrado e o meio norte, onde as condições produtivas não se equivalem aos polos mais desenvolvidos. Por conseguinte, não apresentam ótimas oportunidades de economia de escala e de escopo e, conseqüentemente, não são atraentes para os diversos tipos de negócio na atual conjuntura econômica.

Assim criam-se centros econômicos dinâmicos conectados a outros de mesmo porte, na mesma região, estado ou país. Ao mesmo tempo, geram-se fluxos migratórios caracterizados por uma “rotatividade migratória” (BAENINGER, 2012) alimentada pelas idas e vindas entre espaços urbanos em uma intensa mobilidade populacional. Essas desabilitam conceitos tradicionais da migração como, por exemplo, a origem e o destino, porque essa atual dinâmica demonstra mais afinidade com a flexibilidade do sistema capitalista de produção recentemente organizado pelo poder de mobilização do grande capital. Os deslocamentos são propensos na direção dos mercados de trabalho e assumem forma de temporalidade de acordo com o tipo e a duração do emprego adquirido.

Com base nas discussões encaminhadas neste capítulo e com o propósito de construir ilações que fortaleçam esclarecimentos à guisa de um processo de produção espacial implantado para o desenvolvimento do Nordeste, torna-se necessário compartilhar pontos de vista de Furtado (1989; 2008), Oliveira (1981; 1983) e Carvalho (2008). Esses são importantes sobretudo no âmbito do desenvolvimento desigual, visando complementar esse estudo do desenvolvimento regional nordestino e seus reflexos na região sul do Maranhão.

Mandel (1982) afirma que a acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital. O processo de industrialização, acompanhado pelo avanço da área urbana e do setor de serviços que o seguiu tem se fortalecido nas últimas décadas do século passado na região Nordeste. O atraso que marcou a região no século XIX até meados do século XX tem sido diagnosticado pela ausência de industrialização, tendo como vetor exponencial o investimento.

Há um paralelismo entre as disparidades regionais e as disparidades entre as nações que se conformam no conjunto do sistema capitalista, mediante sua lógica de funcionamento nos vários estágios de seu desenvolvimento, respeitando suas peculiaridades regionais. O desenvolvimento industrial de São Paulo começou a definir a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou seja, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional. Assim, para entender o caminho seguido pela região Nordeste é preciso analisá-la no contexto

da formação do centro econômico dominante no país, a região Centro-Sul. (BARRETO; LIMA, 2015; OLIVEIRA, 1981).

A análise deve partir do processo originário de acumulação de capital. Portanto, a região Nordeste, a partir das diretrizes desse centro capitalista nacional, começou a assumir um papel na divisão do trabalho que passaria a influenciá-la. Concomitantemente, marcaria também as inter-relações com o restante do país e com o centro econômico dominante. Nessa questão Oliveira (1981) é taxativo ao afirmar que o ciclo capitalista formado “toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais ou das regiões” (OLIVEIRA, 1981, p. 75-76).

O processo de centralização do capital, como uma das faces do desequilíbrio – que foi se formando no centro dominante via extração do excedente formado no Nordeste – só poderia levar aos desequilíbrios entre as regiões. Assim, as disparidades são o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre as regiões Nordeste e Centro-Sul (OLIVEIRA, 1981).

Partindo do pressuposto que a estrutura fundiária é um ponto fundamental para entender a organização econômica e social nessa região, torna-se necessário buscar elementos históricos da posse da terra na região Nordeste – como visto em Furtado (2008), Andrade (2006), Fausto (1995) e Sanches (2008) no item 3.1 deste capítulo. Esses determinaram sua estrutura econômica e as relações sociais de produção. Embora essa posse da terra tenha ocorrido na era colonial, ela atendeu antes aos estímulos de colonização, por meio da doação de grandes extensões de terras (capitanias hereditárias e sesmarias).

A raiz dessa concentração de terras garantiu um domínio inexorável, como demonstram os seguintes dados: os 3,0 milhões de estabelecimentos com até 10 hectares ocupam 2,7% da área total do País, enquanto que 50 mil estabelecimentos com mais de 1000 hectares ocupam 43,7% dessa área (IBGE, 1985). No caso do Nordeste, verifica-se que uma possível explicação encontra respaldo na sua estruturação econômica, iniciando pela exploração de produtos agrícolas e industrialização de produtos primários, produção de matérias primas e alimentos – caracterizando um modelo primário exportador²⁴ (PEREIRA, 1977).

Partindo dessa breve reflexão, é possível entender os direcionamentos dos demonstrativos dos projetos de investimentos (Tabelas 20 a 27), visando desenvolver a região. Encontra-se ali um foco em exploração mineral; usinas e barragens de acumulação de água para geração de energia elétrica; produção de celulose; cimento; refinarias de petróleo; rodovias;

²⁴ Esse modelo tende a manter os países como exportadores de produtos primários de origem agrícola ou extrativa. Abundância de terras, agricultura extensiva, monocultura, progresso técnico inexistente, índices muito baixos de remuneração para mão de obra (PEREIRA, 1977).

estradas de ferro; agricultura de grande impacto ambiental (mamona, soja e milho); ampliação de aeroportos; polo petroquímico etc. Essas ações se caracterizam por demandar significativas áreas para o processo de produção.

No ponto de vista de Carvalho (2008), o período 1960-2000 ficou marcado na economia nordestina pelas taxas positivas de crescimento e progressiva articulação à economia brasileira. As quatro décadas correspondem a etapas distintas desse período: 1960, de expansão; 1970, de continuidade do crescimento; 1980, de desaceleração e 1990, de mais desaceleração e crise.

Em termos de distribuição espacial dos referidos investimentos, observa-se que a industrialização regional incidiu no litoral e principalmente nas três capitais mais importantes – Salvador, Recife e Fortaleza. Desse modo, os padrões da ocupação permaneceram igualmente concentrados, considerando que esses espaços são os mais dinâmicos em relação aos demais espaços do Nordeste. Nesse sentido, verifica-se que a resultante da política de incentivos da SUDENE acabou favorecendo a concentração espacial e setorial dos investimentos em apenas três estados da região nordestina, não atendendo a proposta de reduzir as disparidades intra e inter-regionais (BARRETO; LIMA, 2015; ABLAS; PINTO, 2009).

De forma implícita essas estratégias de desenvolvimento estão ancoradas na política de industrialização do Nordeste, incentivada pelo governo e marcada pela instalação de indústrias extra regionais em pontos específicos, com o deslocamento de indústrias do Sudeste e Sul. Essa orientação contrariava as diretrizes do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)²⁵, que indicava a criação de um complexo industrial genuinamente nordestino (capital, mão de obra e matéria-prima locais) como propulsor do desenvolvimento.

Segundo Carvalho (2011), junto aos interesses da implantação de complexos industriais se somaria uma reformulação no sistema de incentivos fiscais que culminou na criação do Sistema Finor. Sua lógica de funcionamento se revelaria muito mais ao alcance das grandes empresas. Contrariando ainda as proposições do GTDN, a rigor, desde meados da década de 1960, a política de industrialização do Nordeste vinha privilegiando os grandes compartimentos industriais. Essa tendência ampliou-se com a implantação dos complexos industriais no Nordeste (ver Tabelas 20 a 27).

Com relação ao Maranhão, é importante frisar que, para o IBGE, até meados do século XX esse estado não pertencia ao Nordeste; as terras maranhenses integravam o Meio-Norte²⁶.

²⁵ Foi criado em 1958 e coordenado por Celso Furtado visando à industrialização da Região Nordeste. Em seguida foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como um desdobramento do GTDN para planejar o desenvolvimento da Região Nordeste (SANDRONI, 2005).

²⁶ Sub região nordestina formada pelos estados do Maranhão e Piauí (porção oeste). Corresponde a uma faixa de transição entre a floresta Amazônica e o semiárido do Nordeste, onde a vegetação natural predominante é a mata

Ao propor a criação da SUDENE, no final da década de 1950, Celso Furtado incluiu esse na área de atuação daquele órgão, passando a integrar o Nordeste também para o IBGE. Em seu trabalho, reconhece as especificidades da ocupação maranhense e considera como dois “sistemas autônomos” o do Pará e o do Maranhão. Esse último está articulado com a região açucareira através da pecuária, enquanto o sistema paraense baseava-se na economia extrativa vegetal. O sistema maranhense, após crise na produção do açúcar e euforia na produção algodoeira, reaparece através da Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste constituindo a base para a criação da SUDENE (FURTADO, 1984).

Em função da emigração de nordestinos partindo em direção dessa então fronteira agrícola – o Maranhão – o autor propõe o uso de suas terras úmidas e férteis para abrigar uma base agrícola moderna voltada para a produção de alimentos, a ser realizada por nordestinos na segunda metade do século XX. Nesse contexto, uma das principais contribuições da análise que Furtado faz ao processo de ocupação humana e econômica do Nordeste e ao entendimento das bases históricas da questão nordestina é a compreensão da estrutura e da dinâmica do sistema econômico baseado na pecuária, no algodão e na agricultura de subsistência. Assim é a estrutura socioeconômica do Nordeste semiárido, transformado depois em área de forte emigração e embrião de crises sociais extremas em momentos de prolongada estiagem (FURTADO, 1989; ARAÚJO; SANTOS, 2009).

Desse modo, ao concentrar seus efeitos, sobretudo na agricultura de subsistência, na qual se encontra a maior parte da população, a seca ganha o caráter de catástrofe social e de problema de dimensão nacional, a exemplo do que ocorreu com a forte estiagem de 1877-1879, que trouxe o governo para o centro das atenções (FURTADO, 1989; ARAÚJO; SANTOS, 2009). Oliveira (1981) considera que aí está, inclusive, uma contribuição teórica de Furtado ao entendimento da questão regional brasileira. Ao montar o que Oliveira chama de “modelo de equilíbrio” – no qual a sobrevivência dos baixos padrões de produtividade é um mecanismo endógeno de articulação entre a produção de subsistência e a produção de mercadorias no interior do latifúndio pecuário nordestino – Furtado teria desvendado o segredo da manutenção da arcaica estrutura agrária do Nordeste. Ou seja, para esse autor a seca, que antes era o problema central do Nordeste, é consequência (e não causa) da questão sertaneja. A causa encontra-se na estrutura social e econômica que ali se reproduzia há séculos e, portanto, era isso que precisava ser transformado (FURTADO, 1989; ARAÚJO; SANTOS, 2009).

dos cocais. A economia é baseada no extrativismo vegetal, pecuária extensiva, agricultura tradicional de algodão, cana-de-açúcar e arroz (IBGE, 1983)

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SUL DO MARANHÃO

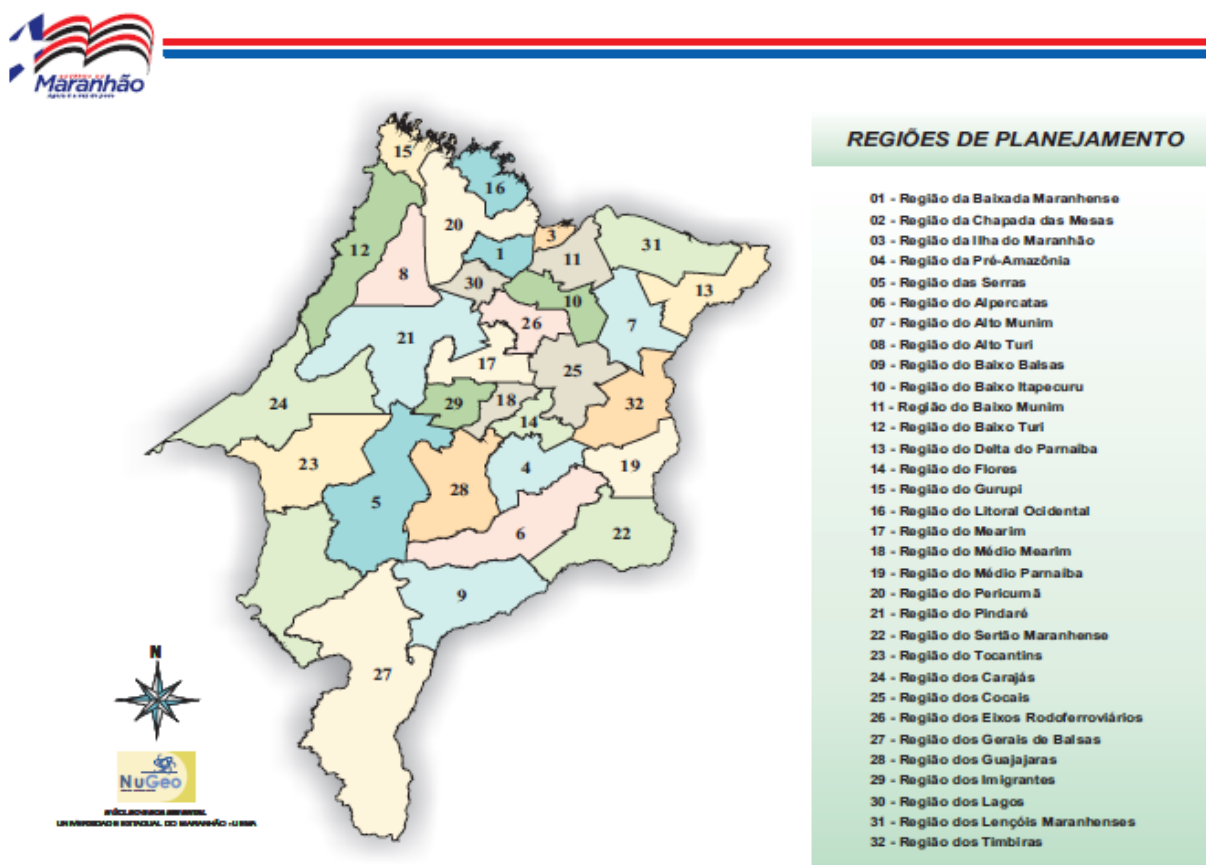
A Região Sul do estado do Maranhão é formada por um conjunto de mesorregiões que serão apresentadas neste capítulo com o objetivo de construir uma base de dados históricos característicos dessa região. Isso permite fundamentar as análises em torno dos deslocamentos populacionais para povoamento dando origem, desse modo, ao próprio desenvolvimento regional. A soma das interpretações sobre as formas de ocupação espacial de cada mesorregião inclui naturalmente elementos essenciais da formação histórica do município de Imperatriz. É principalmente através da organização espacial dos municípios do sul do Maranhão que se constroem explicações sobre a estruturação de grande parte dos fluxos migratórios para Imperatriz. Os antecedentes históricos, que relatam o desenvolvimento econômico do sul maranhense, envolvem discussões com direcionamentos, focalizando aspectos históricos e econômicos. Dessa forma as abordagens neste capítulo contemplam prioritariamente, o povoamento e as formas de estruturação da atividade econômica dessa região.

Quanto ao povoamento, é importante ressaltar que no século XIX o sul do Maranhão era conhecido como o Sertão Maranhense (SANTOS, 2012). O sertão é conceituado por alguns autores como um lugar de terras distantes e pouco férteis (ARRUDA, 2000). Esa região era também chamada de Sertão de Pastos Bons, que teve como pioneiros de destaque os criadores de gado e proprietários de engenhos de açúcar, oriundos de Pernambuco e Bahia (CABRAL, 1992).

Historicamente, a região Sul (ANEXO A) era habitada por tribos indígenas e os casos registrados como povoamento implicam entender a ocorrência de inúmeros conflitos, caracterizados por expulsão, apropriação de terras indígenas, escravidão e assassinatos. O caráter histórico e dominador daquela época excluía o nativo do contexto econômico e, em grande parte, também dos registros oficiais, estabelecendo um povoamento através do processo migratório, dos indígenas em fuga e dos não naturais, como migrantes, que chegaram ao seu destino planejado. Na composição desse povoamento encontra-se também o escravo não índio trazido para instalação dos referidos engenhos.

Diante do exposto acima, as referidas mesorregiões são: Chapada das Mesas; Região do Tocantins; Carajás; Gerais de Balsas; Guajajaras; Alpercatas; Baixo Balsas e Sertão Maranhense. Essas serão abordadas a seguir, em seus aspectos importantes, destacando em cada uma delas os principais municípios presentes no seu desenvolvimento. Essa região pode ser observada através do mapa e do quadro demonstrativo da sua área e população a seguir.

Figura 2 – Regiões de planejamento do estado do Maranhão



Fonte: Governo do Estado do Maranhão (2007) e IBGE (2001).

REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO 07

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (2008).

Quadro 1 – Região sul do Maranhão por mesorregiões

MESORREGIÕES	ÁREA/km ²	POPULAÇÃO		
		Urbana	Rural	Total
Chapada das Mesas	16.747,10	69.671	41.754	111.425
Baixo Balsas	14.469,5	28.169	20.663	48.832
Tocantins	14.920,4	282.927	77.658	360.585
Carajás	18.739,9	158.161	89.902	248.063
Gerais de Balsas	37.437,0	95.148	38.076	133.224
Guajaras	12.976,3	50.508	51.130	101.638
Alpercatas	14.299,9	62.810	47.582	110.392
Sertão Maranhense	12.833,2	77.297	50.875	128.172

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IMESC (2008).

É importante observar que essa organização espacial do sul maranhense, com regiões de planejamento não existia no período de 1960 – 1980, portanto seus dados oficiais são registrados através da Lei nº108, do estado do Maranhão, de 21/11/2007, contudo, o histórico de cada uma dessas regiões a seguir possibilita compreender as formas de ocupação espacial em cada momento, estabelecendo uma relação com as respectivas áreas e as populações constituídas, listadas no quadro acima.

4.1 Região da Chapada das Mesas

Essa região, segundo os dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos – IMESC (2008), abrange uma área de 16.748,1km², localizada no planalto maranhense, onde predominam serras em forma de chapadas. Nessa região foi criado o polo turístico da Chapada das Mesas²⁷. O processo de colonização dessa região foi iniciado com a expansão da pecuária extensiva de subsistência, em complementação à cultura de arroz, principal produto. Utilizou-se de um caminho natural através do rio Tocantins, nos meados do século XIX. Suas potencialidades naturais favoreceram o dinamismo econômico e o processo de ocupação territorial. Grandes extensões de terra foram ocupadas para o desenvolvimento de atividades primárias, como a agricultura, pecuária e a extração de madeira (IMESC, 2008). Os municípios que integram essa região apresentam-se de acordo com os seguintes históricos, que condicionaram desenvolvimento:

Os registros da década de 1950 mostram uma porção imensa de uma gleba que se estendia do rio Lajeado ao riacho Natividade e da Água Boa ao Rio Tocantins, uma floresta densa e inexplorada, onde predominavam com toda a pujança o babaçual. Eram terras em campo aberto, sem demarcação, registradas no cartório da cidade em nome de seus proprietários, os irmãos Odilon e Epídio de Vasconcelos Milhomem (IBGE, 2016).

É importante ressaltar, que o nascimento desse município deu-se através da exploração e comércio da amêndoa do babaçu. Na década de 1950 era grande o interesse na indústria de Belém do Pará por esse produto. O coco babaçu era transportado em barcos que partiam carregados de Tocantinópolis (município que já se chamava Boa Vista do Tocantins em 1943, teve o seu nome mudado para o de Tocantinópolis) para o município de Porto Franco – MA,

²⁷ O parque nacional da Chapada das Mesas é uma área de proteção ambiental que abrange 160 046 hectares de Cerrado nos municípios de Carolina, Riachão, Estreito e Imperatriz, no centro-sul do Maranhão (IMESC, 2008).

seguindo depois para o Pará. Com a valorização da amêndoa de babaçu, migrantes maranhenses, piauienses e cearenses deslocaram-se para esse município do estado do Tocantins, contribuindo com o progresso da cidade.

Em Campestre do Maranhão as primeiras famílias que se instalaram foram: João Secundo, Claro Macêdo e sua esposa Dona Josefa e Caboclo Pedro. Eles ergueram as primeiras casas. Com o início da construção da rodovia BR-010 Belém-Brasília, pelo ano de 1958, o pequeno povoado foi crescendo até a beira dessa estrada. Esse povoado foi desmembrado do município de Porto Franco e elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Campestre do Maranhão, pela Lei Estadual n.º 6.143, de 10-11-1994 (IBGE, 2015; CAMPESTRE DO MARANHÃO, 2015).

Limitando-se ao Norte com o município do Estreito (MA), a Leste com o município de Riachão (MA) e a Oeste e Sul com o estado do Tocantins encontra-se o município de Carolina pertencente a microrregião do Tocantins. O acesso à cidade se dá através do transporte fluvial em alguns trechos do rio Tocantins, por via rodoviária através da BR-230 e BR-010 e por via aérea (PINESE, 2003).

Historicamente a formação do município de Carolina está relacionada com a delimitação das fronteiras entre os estados do Maranhão e Goiás (atual Tocantins). A Coroa Portuguesa ordenou a formação de expedições para explorar o rio Tocantins para o estabelecimento de rotas comerciais entre as Províncias do Maranhão, Goiás e Grão Pará. A partir dessas expedições a região às margens do rio Tocantins, nessa localização, continua a ser povoada com a formação de fazendas de gado e atividades comerciais (PINESE, 2003).

Antes da colonização, Carolina era território dos Timbira, que era um conjunto de povos indígenas como os Apanyekrá, Apinayé, Canela, Gavião do Oeste, Krahó, Krinkatí e Pukobyê, tipicamente do Maranhão. Com a urbanização da cidade, a população foi reduzida e as tribos remanescentes se espalharam pelo norte do país, sobretudo pelo Pará e Tocantins. Estima-se que hoje existam 8 mil índios Timbiras. Alguns costumes perpetuaram-se até os dias atuais, como pratos típicos à base de peixes e o artesanato (PINESE, 2003).

O solo é pobre para agricultura, no período da estação de seca desaparece a vegetação e em consequências surge o êxodo rural, o aparecimento da mão-de-obra do boia-fria, o desmatamento, a erosão, a contaminação das águas, a perda da biodiversidade, e até a escassez dos frutos característicos do cerrado (PINESE, 2003).

A cidade de Carolina dominou a região no início do século XX em função da comunicação com outros centros através da navegação fluvial, o transporte rodoviário e aéreo. Lá foi construída a segunda hidrelétrica do país e a primeira da região Norte, na década de 1940,

localizada no rio Itapecuruzinho, afluente do rio Manoel Alves Grande, que desemboca no rio Tocantins pela margem direita, no município de Carolina (QUEIROZ, 2000).

Carolina foi o centro econômico-financeiro importante do sul do estado, com influência sobre grande parte do sul piauiense, Pará e norte de Goiás (atualmente Tocantins). Tinha comunicação com Belém pelo rio Tocantins e por avião com todo o país. Essa ligação aérea era promovida pela empresa Lóide Aéreo Nacional que, naquela época (década de 1940), fazia voos para Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza, Carolina, Formosa e Bom Jesus da Lapa (QUEIROZ, 2000).

Na década de 1960, com a construção da Rodovia BR 010 (Belém-Brasília), o eixo do desenvolvimento do Sul do Maranhão é transferido para Imperatriz, que inicia um processo de rápido crescimento econômico, neutralizando o progresso de Carolina, que fica estagnado naquela ocasião. Essa mudança incide sobre pontos de reflexão da Teoria do Desenvolvimento Regional, na ótica de Myrdal (1972) e Hirschman (1958), sobre o desenvolvimento de uma região e as possíveis consequências sobre outra nos países subdesenvolvidos. Superar a paralização das atividades econômicas de Carolina tem sido um desafio. A alternativa encontrada para minimizar o colapso tem sido o turismo ecológico, com a exploração do espaço natural formado pelo conjunto de cachoeiras.

Nessa região destaca-se o município de Estreito que estabelece limite com o estado do Tocantins. A história desse município tem registros no começo do século XIX. Os primeiros moradores do território se fixaram em terras de propriedade de fazendeiros carolinenses (município de Carolina), ali desenvolvendo a lavoura e, mais tarde, a pecuária. Nos registros históricos desses pioneiros no povoamento de Estreito destacou-se o senhor Virgílio Rodrigues Franco. A história da povoação está dividida em duas fases. Inicialmente consta rio Tocantins como fator de desenvolvimento, já que a aquisição de mercadorias e o escoamento da produção só eram possíveis por esse rio. Depois está relacionado à implantação da rodovia Belém-Brasília, que impulsiona o grande crescimento socioeconômico desse município (IBGE, 2015).

O município de Porto Franco que integra essa região experimentou grande surto de desenvolvimento a partir de 1938, quando foi elevado à categoria de município e em seguida com a construção da rodovia Belém-Brasília, a partir de 1958, conquistando um rápido crescimento econômico e populacional.

Outros municípios também integram essa região da Chapada das Mesas, como: Feira Nova do Maranhão, Lajeado Novo, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes. Os transportes rodoviário, ferroviário e fluvial exercem papéis importantes no desenvolvimento da região, tendo inclusive, contribuído para o seu povoamento e para o surgimento de novos municípios.

As rodovias mais importantes são a BR-010 (Belém-Brasília) e a BR-226. No extrativismo, sobressai-se a extração de madeira. Na indústria, destacam-se os móveis e, mais recente, a fábrica de esmagamento de soja. A lavoura temporária é a atividade mais importante da agricultura regional e suas culturas principais são arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Dos produtos da lavoura permanente, a banana é o mais destacado.

4.2 A Região do Baixo Balsas

A atividade econômica principal da região está voltada para a produção de arroz e pecuária, tendo influência também a soja. O rebanho bovino vem se destacando pela qualidade e verifica-se também o desenvolvimento da caprinocultura. Outra importante atividade econômica da região está voltada para o turismo, motivada pela diversidade da fauna e da flora dos cerrados, pelas chapadas, cachoeiras e grutas, e pelos passeios em embarcações típicas pelos rios Balsas e Parnaíba. A região do Baixo Balsas é promissora, necessitando, portanto, de integração das políticas para alavancar o desenvolvimento. O Banco do Brasil aplica recursos nessa região, por meio do PRONAF, o que, conseqüentemente, gera melhoria da qualidade de vida aos agricultores, assim como aquece a economia local. Apresenta uma extensão de 14.469,5 km, formada pelos seguintes municípios: São Raimundo das Mangabeiras, São Domingos do Azeitão, Loreto, Benedito Leite, São Félix de Balsas e Sambaíba (IBGE, 2016).

A ocupação espacial tem registros do município de São Raimundo das Mangabeiras, que foi criado como distrito em 1925, subordinado ao município de Loreto situado na ribeira do rio Neves, teve o início do povoamento com os moradores Faustino Trindade e Sabino Bezerra. Com a chegada de novos moradores, São Raimundo do Rio Neves se desenvolveu, tornando-se um dos principais centros comerciais do alto sertão maranhense. A população compunha-se de comerciantes, vendedores ambulantes, fazendeiros, lavradores e forasteiros dos mais variados lugares. Quando foi elevado à categoria de Vila, recebeu o nome de São Raimundo das Mangabeiras, sendo depois classificado como município de mesmo nome em 31 de dezembro de 1948, desmembrado de Loreto (IBGE, 2016).

Nesse aspecto de povoamento o município de São Felix de Balsas recebeu os primeiros moradores oriundos do Piauí e dos municípios vizinhos, que chegaram à região em busca de terras para a lavoura. Esses migrantes dedicaram-se ao cultivo do arroz, milho, feijão, mandioca e também à extração da amêndoa do babaçu. A emancipação à categoria de município com, a denominação de São Félix de Balsas ocorre através da lei estadual nº 1852 de 09 de novembro de 1959 (IBGE, 2016).

É importante destacar o município de Loreto, Distrito criado com essa denominação pela lei provincial nº 296, de 10 de novembro de 1851, subordinado ao município de Pastos Bons²⁸. Foi desmembrado da antiga província do sul do Maranhão, sediada em Pastos Bons, que se constituía do Vale do Tocantins, Vale do Parnaíba, o Vale de Balsas e do rio Neves e o Vale do Itapecuru. Seu povoamento aconteceu por volta de 1830 por migrantes oriundos do estado do Piauí. Em 1873, Loreto é elevado à categoria de vila e em 1938 aconteceu sua emancipação (IBGE, 2016).

4.3 Região do Tocantins

A denominação de Região do Tocantins representa a importância do rio Tocantins na paisagem, além da influência no processo de integração. Do século XVIII até metade do século XX a população dessa região estabeleceu comércio diretamente com o Pará, estado do qual recebeu uma grande influência sociocultural, e também com o estado do Tocantins, que se liga à Região do Bico do Papagaio²⁹. Os municípios dessa Região são: Amarante do Maranhão, Buritirana, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Senador La Roque, que ocupam uma área de 14.920,4 Km² com 360.585 habitantes (IMESC, 2008).

O povoamento dessa região apresenta registros de 1916, quando alguns lavradores – dentre esses, Francisco Rodrigues dos Santos, atraídos pela fertilidade do solo e do clima favorável à plantação, fixaram residências visando a exploração das matas. A partir dessa data até a década de 1940 a evolução desse município, embora lenta, foi contínua, recebendo outros migrantes, como Francisco Viana, conhecido pelo codinome de Chico Fiteiro e famílias

²⁸ O município de Pastos Bons é considerado o marco da expansão territorial do sertão maranhense. É destacado pela exuberância de sua pastagem natural. A sua ocupação foi motivada pela expansão da economia açucareira, que dependia do gado para alimentar a população e servia como força motriz dos engenhos, esse aspecto estimulou a multiplicação de currais e proliferação das fazendas nessa localidade. (CABRAL, 1992, p.23) Os primeiros povoadores vieram de Pernambuco e da Bahia em 1764, criadores de gado, situaram fazendas em toda a região. O elemento negro prestou grande contribuição no devassamento do território do município. Várias foram as fazendas de escravos instaladas, tendo esse elemento contribuindo fortemente na tarefa de plantar e devassar a terra (IBGE, 2016).

²⁹ É uma das microrregiões do estado brasileiro do Tocantins pertencente à mesorregião Ocidental do Tocantins. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 198.388 habitantes e está dividida em 25 municípios. Possui uma área total de 15.767,856 km², constituída pelos seguintes municípios: Aguiarnópolis, Ananás (Tocantins), Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

originárias do município de Tuntum (MA). Em 1947 o município contava com trinta casas residenciais (IBGE, 2016).

Em 1949 chegaram de outros estados, como a Paraíba, Pernambuco, Ceará, etc., inúmeras pessoas com intuito de explorar as terras de Amarante, buscando a plantação da cana de açúcar para fins de comercialização. A partir desse registro surgem outras informações sobre o período de 1949 a 1960, destacando a chegada de migrantes para a prática da lavoura, sendo esses mercadores e proletários³⁰. Neste particular, Nascimento (2016), considera que nesse período houve migrações forçadas e espontâneas³¹, com um número relativamente baixo de mercadores e proletariados. Já em 1977 vieram muitos fazendeiros de vários estados, estimulados por baixos preços de terra, implantando a pecuária intensiva (NASCIMENTO, 1998; FAMEM, 2016).

Essa migração foi estimulada a partir da década de 1980, com a exploração da madeira, que, com as outras atividades da agricultura, provocou um grande crescimento populacional. Esse aumento já era sinalizado observando a progressão, que elevava os números do censo de 1960, com uma população passando de 10.512 para 13.831 em 1970, alcançando 17.009 em 1980. Neste caso, verifica-se que naquela ocasião e naquele município existiam indícios de fatores promocionais de migração referentes à extração de madeira e à agricultura. Essas atividades desenvolveram economicamente o município de Amarante, incentivando a comercialização de produtos manufaturados, mas a agricultura foi quem mais estimulou a migração (CNM, 2016).

O município de Imperatriz integrante dessa região pertenceu à província do Pará até 12 de junho de 1852. Três anos depois da partida da expedição que saiu do porto de Belém, em 26 de junho de 1849. Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, capelão dessa expedição, foi o fundador da povoação, que marca a origem desse município. Essa recebeu inicialmente o nome oficial de Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins.

Depois de quatro anos, em 27 de agosto de 1856, a lei n.º 398 criou a Vila de Imperatriz, nome dado em homenagem à imperatriz Tereza Cristina (IBGE, 2016). Essa é elevada à categoria de cidade em 1924, pela Lei n.º 1.179 do governo do estado do Maranhão.

³⁰ Nesse caso refere-se ao camponês, operário, trabalhador, trazido de um outro lugar, sob a liderança de um contratante, para exercer atividades produtivas no campo. Homem de nível de vida relativamente baixo, cujo sustento depende da remuneração recebida pelo trabalho que exerce em ofício ou profissão manual ou mecânica (FERREIRA, 2012).

³¹ Migração forçada é entendida quando os fatores de influência não dependem da vontade do migrante, ou seja, ele é obrigado a abandonar o lugar onde vive, como é o caso da seca nordestina do final do século XIX e início do século XX, que neutralizou as condições de subsistência de parte da população rural de alguns municípios do Nordeste. Entende-se como migração espontânea quando o indivíduo tem o interesse de mudar do lugar onde vive para outro que ele considera mais vantajoso.

Esse marco histórico de fundação de Imperatriz não estabelece uma conexão específica com o espaço delimitado do atual município, pois naquela época a vila de Santa Tereza de Imperatriz abrangia uma enorme área – que atualmente comporta aproximadamente 20 municípios. No final do século XIX e início do século XX a dinâmica socioeconômica dessa vila era representada pelas povoações de Carolina, Porto Franco, Montes Altos e Amarante (FRANKLIN, 2008).

Os registros referentes à organização política de Imperatriz no início do século XX não são claros quanto à sede da prefeitura. A organização administrativa do município ainda era incipiente em virtude da estrutura política vivenciada no Brasil. Naquela época, os mandatários do período de 1930 a 1948 em Imperatriz foram nomeados pelo governo do interventor federal, contudo, a partir de 1948 há registros de prefeito eleito e a sede da prefeitura dentro dos atuais limites territoriais de Imperatriz (ENCICLOPÉDIA DE IMPERATRIZ, 2003).

Os ganhos de crescimento através da estruturação de ciclos econômicos, que geraram fluxos migratórios, não se explicam plenamente com o advento da implantação da rodovia Belém-Brasília. O expressivo número de migrantes deslocado para Imperatriz exige entender as razões do contexto nacional que nortearam ações precursoras e, conseqüentemente, instigaram pessoas na decisão de migrar.

Cano (1988) comenta que o novo padrão de acumulação desse período – pós-1930 – no Brasil, centrado na industrialização, exigia uma integração do mercado nacional. Esse apresentava dificuldades em função das enormes distâncias entre os estados e a carência dos meios de transporte. Desse modo, inicia-se a partir da década de 1940 uma fase de construção e modernização rodoviária que atingiu grande destaque com o Plano de Metas³², quando as regiões mais distantes como Norte e Nordeste foram melhor interligadas com o resto do país. A propagação desse Plano pode ser entendida como embrião de ações precursoras de desenvolvimento com migrações que beneficiou Imperatriz. O planejamento para a construção de Brasília – DF, simultaneamente com uma rodovia de integração nacional, de forma rápida envolveu atos e fatos políticos, mormente tratando-se de um plano estratégico, estruturado como plataforma de uma candidatura à presidência do Brasil.

Imperatriz ressurgiu em 1948 no cenário político nacional e, segundo Franklin (2008), o prefeito eleito, Simplício Moreira, auxiliado por meio do senador Francisco de Assis

³² O Plano de Metas foi o programa de industrialização e modernização conduzido na presidência de Juscelino Kubitschek, que reunia um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, que "daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. Esse Plano de Metas foi marcado por investimentos em estradas, em siderúrgicas, em usinas hidrelétricas, na marinha mercante e pela construção de Brasília (1995).

Chateaubriand Bandeira de Melo, conseguiu que a rodovia Belém-Brasília passasse por Imperatriz e que essa sediase a base da segunda frente de trabalho da área maranhense. Provavelmente esses arranjos nutriram a crença de que a construção dessa rodovia seria capaz de fomentar o crescimento econômico no município e, conseqüentemente, induziram a motivação na decisão dos distintos migrantes, que escolheriam Imperatriz como destino.

Em virtude da grande distância (650 Km) e a inexistência de um acesso rodoviário adequado, o município ficou isolado da capital São Luís e de grande parte do estado até o ano de 1958, tendo a sua ligação comercial com Belém através do seu porto no rio Tocantins. O seu desenvolvimento econômico inicia com a construção da rodovia Belém-Brasília, a partir de 1960. Nesse momento Imperatriz foi submetida a um acelerado surto de crescimento, sendo considerado, na década de 1970, o município mais progressista do país, recebendo contingentes migratórios das mais diversas procedências (IBGE, 2016).

Figura 3 – Porto de Imperatriz – 1960



Fonte: Enciclopédia de Imperatriz (2003).

Esse porto pode ser considerado uma grande referência do município de Imperatriz nessa região do sul do Maranhão, considerando sua importância no estabelecimento de ligação

com a sede da Província do Grão Pará (Belém) e com outros municípios como Marabá (PA). Observa-se, inclusive, que nesse contexto histórico o registro da história da fundação dessa referida povoação provém do estado do Pará, enquanto outros municípios sul-maranhenses apresentam históricos de fundação caracterizados principalmente por incursões nordestinas buscando a Amazônia Oriental (BARROS, 1995; 1996; 1972).

A microrregião de Imperatriz se consolidou para seu crescimento econômico com municípios próximos como, João Lisboa (MA) originado do povoado denominado Gameleira, situado a 12 km desse, que registra o nome de Joaquim Alves da Silva, como o primeiro morador. Outros migrantes também ocuparam aquele povoado, que em 1961 foi emancipado (IBGE, 2016). Nessa microrregião destaca-se historicamente o município de Montes Altos, com registro desde o século XIX, quando o seu primeiro morador em 1898, de nome Quirino fez plantações de cana-de-açúcar e passou a fabricar aguardente. A emancipação de Montes Altos aconteceu em 1955 (IBGE, 2016).

Os demais municípios como Buritirana e Senador La Roque, foram desmembrados de Davinópolis e Governador Edson Lobão e Ribamar Fiquene pertenciam a Imperatriz e foram emancipados no século XX (IBGE, 2015). É interessante destacar que, de um modo geral, esses municípios integravam o território de Imperatriz.

Essa microrregião apresentou um desenvolvimento econômico, movido pelos fatores destacados nos municípios analisados, como a agricultura em função das terras de boa qualidade, a extração da madeira, a criação de gado bovino, a extração do coco babaçu, a pesca e a construção da BR-010 Belém-Brasília. Na agricultura, a base principal era a produção de arroz, feijão, mandioca e milho. Na pecuária reside a sua mais importante atividade, destacando-se o rebanho bovino para corte, destinada aos grandes centros regionais. O extrativismo vegetal é evidenciado pelo aproveitamento do coco babaçu e frutos regionais. A extração predatória e ilegal de madeira é constante nessa região, principalmente no município de Amarante do Maranhão, onde espécies como o mogno, andiroba, a sucupira, entre outras, são destinadas à exportação e ao atendimento do mercado interno. A atividade pesqueira desenvolve-se, principalmente no rio Tocantins, com sua produção diária de pescado, dirigida ao consumo na região (SEDINC/SUPAI 2008).

A microrregião de Imperatriz está interligada através das seguintes rodovias: a) BR-010 (Belém-Brasília), desenvolve-se no sentido sul/norte, passando pelos seguintes municípios: Ribamar Fiquene, Edson Lobão, Davinópolis e Imperatriz, prolongando, nesta região, até o extremo norte do último município citado; b) MA-006 – Atravessa um pequeno trecho do nordeste de Amarante do Maranhão, servindo de divisa entre este município e Arame; c) MA-

122 – Surge na região a partir de Imperatriz, desenvolvendo-se no sentido transversal até o município de João Lisboa; desvia-se para o sudoeste, incorporando, ao seu trajeto os municípios de Senador La Roque, Buritirana e Amarante do Maranhão; d) MA-275 – No município de Amarante do Maranhão, desenvolve-se do sudoeste até o município de Montes Altos, onde termina o trecho asfaltado, passando pelo extremo sul de Amarante do Maranhão. Vale ressaltar que o traçado da ferrovia Norte-Sul tem parte do seu trajeto no município de Imperatriz, atravessando-o ao centro (IBGE, 2016).

4.4 Região dos Carajás

A Região dos Carajás é referência econômica da Estrada de Ferro Carajás, onde estão os projetos siderúrgicos que integram o Programa Grande Carajás³³. Situada na parte sudoeste do Maranhão, é considerada como a Amazônia Maranhense. O processo de crescimento econômico foi originado também através da construção da BR-010 (Belém-Brasília) e da BR-222, que liga Santa Luzia/Açailândia. Conta ainda com a Estrada de Ferro Carajás, que transporta o minério de ferro para as usinas siderúrgicas de Açailândia e para o porto de Itaqui em São Luís (MA). A região abrange oito municípios: Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios, cuja área total é de 18.739,9 km², com uma população de 248.063 habitantes (SEDINC/SUPAI 2008).

Observa-se que essa região dos Carajás faz limite com a região do Tocantins e dessa forma a microrregião de Imperatriz abrange municípios nessa região como, Açailândia, que surgiu em 1958, com as obras da BR-010, o que mobilizou aproximadamente 1.200 trabalhadores para região. Naquela ocasião, a notícia circulou o Brasil e países vizinhos, informando que a terra era boa com vários riachos permanentes, fartura de madeiras de lei e de

³³ O Programa Grande Carajás é um projeto de exploração mineral, das décadas de 1970 e 1980, nas mais ricas áreas minerais do planeta, pela Companhia Vale do Rio Doce (hoje Companhia VALE). Abrange 900 mil km², em uma área que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e engloba terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão. Esse Programa tinha como objetivo realizar a exploração integrada dos recursos dessa área, que contem, minério de ferro, ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel e cobre e minérios raros. A vida útil das reservas de ferro, estimada na década de 1980, era de cerca de 500 anos. Carajás não se limitou apenas a explorar a mineração; existiam outros projetos agropecuários de extração florestal, que tinham por objetivo o desenvolvimento da região. Para a consolidação desse projeto, foi implantada uma importante infraestrutura, que incluiu a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, localizado no Porto do Itaqui, em São Luís. De Carajás até o Porto do Itaqui, em São Luís foi construída uma ferrovia para facilitar o escoamento dessas riquezas minerais, que são em sua grande maioria exportadas (COELHO, 2014).

uma mata exuberante. Atraídos por essa notícia, trabalhadores e aventureiros com suas famílias foram morar em Açailândia.

Os primeiros a chegar foram os trabalhadores da linha de frente da rodovia Belém-Brasília que, na sua maioria, eram oriundos dos municípios de Barra do Corda, Pedreiras e Caxias, todos no Maranhão. Os seguintes foram os missionários da Igreja Presbiteriana (de nacionalidade norte-americana), que vieram acompanhados de alguns coreanos, baianos, cearenses, capixabas, goianos, mineiros, pernambucanos, paraibanos, piauienses, etc. Em seguida chegaram os italianos, sírios, japoneses, libaneses, portugueses e ucranianos. Esses migrantes chegavam diariamente na região (IBGE, 2016).

4.5 Região dos Gerais de Balsas

Os campos cerrados que cobrem o planalto central brasileiro são denominados Gerais; e, como o relevo meridional do Maranhão é um prolongamento do planalto central do país, habituou-se a usar a mesma denominação ao conjunto ambiental relevo/vegetação desse estado. Daí a expressão Gerais de Balsas, adotada antes pelo IBGE, na regionalização microrregional e, conseqüentemente, aproveitada para a região que ora se apresenta (SEDINC/SUPAI, 2008).

Essa corresponde a uma das partes mais elevadas do estado, onde estão presentes inúmeras chapadas revestidas de campos cerrados. Destaca-se por um processo dinâmico de modernização agrícola, especialmente na cultura de soja e, também, de arroz, milho e algodão. Esse processo está relacionado à migração de um contingente populacional do sul do país, que adquiriu terras e estruturou fazendas, principalmente em Balsas (MA) e Riachão (MA). A pecuária, antes ligada ao pastoreio, também passou por técnicas modernas com pastos plantados e uma grande influência de animais de raça (SEDINC/SUPAI, 2008).

A cidade de Balsas é destaque como o centro dinâmico da região que, embora sofra influência de Imperatriz, vem se fortalecendo gradativamente, a partir da década de 1980, graças ao desempenho do setor de serviços e aos novos estabelecimentos industriais e comerciais (SEDINC/ SUPAI 2008).

A comunicação rodoviária efetua-se através da MA-006, rodovia de integração estadual, que se distribui praticamente do extremo sul ao extremo norte do estado. Portanto, atravessa toda a região, beneficiando as sedes dos municípios de Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Balsas e Riachão. Outras estradas servem, também, à essa região, destacando-se as seguintes: a) BR-230 – Passa pelo município de São Raimundo das Mangabeiras, no sentido nordeste/sudeste; b) MA-140 – Estrada que atravessa o oeste de todo o município de Riachão no sentido norte/sul;

c) MA-132 – É uma via que parte do município de Riachão, segue em direção sudeste até encontrar a MA-140; d) MA-375 – Um pequeno trecho ao leste de São Raimundo das Mangabeiras; e e) MA-376 – Pequeno trecho próximo ao município de Alto Parnaíba (DNIT, 2010).

Politicamente a região é formada pelos municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas, Riachão e Tasso Fragoso. Com uma área de 37.437,0 km², onde vivem 133.224 habitantes, a região apresenta baixa densidade demográfica de 3,6 habitantes por km², Caracteriza-se, desse modo, como um grande vazão demográfico, em se tratando desta regionalização (IMESC, 2008).

O povoamento dessa região é representado pelo município de Alto Parnaíba (MA), situado na margem esquerda do Rio Parnaíba, teve um registro de ocupação espacial a partir de Francisco Luís de Freitas, seu primeiro povoador que buscava de uma área adequada ao cultivo agrícola, instalando a Fazenda Barcelona. Depois chegou Cândido Lustosa, abandonando o Piauí e fixando-se na mesma área. Essa fazenda foi doada para a Igreja local em 1866 por Francisco Luís de Freitas e sua mulher Micaela Abreu (IBGE, 2016).

Destaca-se nessa região o município de Balsas, originado no final do século XIX, quando havia um grande número de fazendeiros que possuíam fazendas (dentre elas: São José, Santa Isabel, Flor do Dia, depois denominada Água Branca, Castelo, Brejo Grande) nas margens do Rio Balsas. As terras dessa região eram pertencentes a grandes proprietários que residiam na sede do município de Riachão, como as famílias Coelho e o Tenente-Coronel Daniel Alves Rego. Inicialmente com o nome de Santo Antônio de Balsas, era um povoado pertencente ao município de Riachão (FAMEM, 2016).

O porto das Caraíbas, denominado anteriormente Porto das Passagens, no Rio Balsas, pelo fato de haver um contínuo movimento de viajantes, patrões e vaqueiros da região, foi considerado o ponto de melhor acesso às fazendas do município de Riachão. O contínuo movimento de viajantes despertou interesse pelo local, fazendo com que surgisse ali um pequeno comércio (FAMEM, 2016). O primeiro morador foi o canoeiro José Pedro, que fazia as passagens no rio, onde estabeleceu uma pequena casa de comércio (quitanda), em que vendia cachaça, rapadura, farinha de mandioca, milho e mercadorias em geral, trazidas do comércio de Teresina-PI, necessárias aos fazendeiros e viajantes.

No histórico do povoado de Balsas consta a instalação de um baiano, Antônio Ferreira Jacobina, mercador de fumo nos sertões (FAMEM, 2016). Em 1933 é elevado à categoria de município e, através do decreto-lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943, o município de passou a denominar-se simplesmente Balsas. Teve em sua origem a presença de vaqueiros nordestinos

que abandonaram outras regiões fugindo da seca. Transformou-se em vastos campos produtores de soja a partir do final do século XX (FAMEM, 2016).

Semelhante a essa forma de povoamento de Balsas-MA Riachão (MA) teve sua ocupação espacial com o primeiro registro a fixação das famílias dos fazendeiros Elias Ferreira Barros e Manoel Coelho Paredes em 1808, vindos do município de Pastos Bons. Esses fundaram o povoado que mais tarde receberia o nome de Riachão, tornado município pela lei nº 269 de 31 de dezembro de 1948 (PORTAL DO MUNICÍPIO DE RIACHÃO, 2016).

4.6 Região dos Guajajaras

Essa é uma região que tem o nome do primeiro povo ali habitante, que ainda se mantém ocupando diversos espaços distribuídos em várias aldeias indígenas. Esse espaço regional, de acordo com o relatório do IMESC (2008), representa uma das maiores áreas territoriais do Estado. Sua economia tem como principal fonte de recursos a rizicultura e a pecuária. A lavoura desenvolve-se nos vales, nas áreas mais úmidas e férteis, enquanto a pecuária está nas partes mais elevadas, nas chapadas com cobertura de cerrados.

O processo de ocupação tem registros no pastoreio e colaborou para uma baixa densidade demográfica, embora as rodovias venham favorecendo o surgimento lento de novos núcleos rurais, especialmente fazendas de gado (IBGE, 2016). A extensão territorial é de 12.976,3 km², com uma população de 101.638 habitantes, caracterizando-se com uma baixa densidade demográfica de 7,8 habitantes por km².

A região é servida pelas seguintes rodovias: a) BR-226: atravessa a região de nordeste a oeste, passando pelos municípios de Barra do Corda e Grajaú (onde cruza com a MA-006); b) MA-006 – alcança a região pelo oeste, a partir da cidade de Arame, daí segue para o Sul, passando pelos municípios de Grajaú e Formosa da Serra Negra, alcançando o sul da região; c) MA-012 – Penetra pelo norte da região, até alcançar a BR-226; d) MA-272 – Inicia no município de Barra do Corda, dirigindo-se em direção Leste e depois para o Sul, até o mu de Fernando Falcão; e) MA-328 – Parte de BR-226 no povoado Marajá e dirige-se para o norte até a divisa de Itaipava de Grajaú, com Lagoa Grande do Maranhão; f) MA-329 – Distribui-se entre os povoados Nova Galileia (Grajaú) e o município de Itaipava do Grajaú; g) MA-384 – Começa na cidade de Jenipapo dos Vieiras, seguindo para o norte, até o povoado Pecha. É formado pelos municípios de Barra do Corda, Fernando Falcão, Jenipapo dos Vieiras (IMESC, 2008).

O município de Barra do Corda, apresenta-se com uma forte referência histórica das tribos indígenas Guajajaras e Canelas. Os primeiros habitam mais de 10 terras indígenas na

margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão. Sua história de mais de 380 anos de contato foi marcada tanto por aproximações com os brancos como por recusas totais, submissões, revoltas e grandes tragédias. A revolta de 1901 contra os missionários capuchinhos teve como resposta a última "guerra contra os índios" na história do Brasil. Quanto aos Canelas, até a década de 1940 tinham pouco contato com a sociedade e com outros grupos indígenas. Atualmente têm sofrido uma forte interferência da FUNAI, de fazendeiros e de missionários. Em contrapartida, têm procurado reaver a autonomia de suas atividades produtivas e manter sua vitalidade cultural, expressa por uma complexa vida ritual, práticas xamânicas e intrincada organização social (ENCICLOPÉDIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2016).

4.7 Região dos Alpercatas

A Região dos Alpercatas localiza-se na parte sudoeste do planalto maranhense, tendo como principais referências desse relevo as serras do Itapecuru e das Alpercatas, ambas divisoras de águas dos rios com os mesmos nomes, que formam a bacia do Itapecuru. A vegetação característica é de campos cerrados, com mata dos cocais e de galerias nos vales (IMESC, 2007). Corresponde a uma área de ocupação antiga, que tem como embrião a frente pecuarista baiana e pernambucana³⁴. Daí a sua tradição no pastoreio que, através da influência de migrantes mais recentes, vem se transformando em uma pecuária intensiva, voltada principalmente para o corte, cujos rebanhos ocupam as partes mais elevadas, nas chapadas. A cultura do arroz desenvolve-se nos vales, nas proximidades dos rios e riachos, onde os solos são mais úmidos e argilosos. O babaçu teve, em tempos passados, grande importância nessa economia, o que não acontece no momento atual.

A região é servida pelas seguintes rodovias: a) BR-135 – Atravessa a região no sentido transversal, passando pelo município de Colinas, além de um ramal, que vai até o município de Jatobá; b) MA-034 – desenvolve-se ao leste da região, passando pelo município de Buriti Bravo; c) MA-132 – inicia a partir do município de Colinas, seguindo em direção norte e depois nordeste, beneficiando também o município de Buriti Bravo; d) MA-270 – passa pelos municípios de Sucupira do Norte, Mirador e termina no município de Colinas. É composta dos seguintes municípios: Buriti Bravo, Colinas, Fortuna, Jatobá, Mirador e Sucupira do Norte, com uma extensão de 14.299,9 km², 110.392 habitantes e densidade demográfica de 7,7 hab/km².

³⁴ Frente pecuarista no Maranhão e no Tocantins – Em meados do século XVIII ocupa-se o Sul do Maranhão, no que se denominaria Sertões de Pastos Bons. Segundo Capistrano de Abreu, em 1761 havia 44 fazendas em Pastos Bons (ABREU, 1998)

Os registros históricos marcam o início do desbravamento desse território no período da Regência do Príncipe Pedro I, com a vinda de portugueses, estabelecidos em Pastos Bons que, desejosos de alargar suas propriedades, fixaram-se em um planalto próximo às barrancas do rio Itapecuru. Os desbravadores, tendo boa situação econômica, em curto espaço de tempo desenvolveram a povoação, cultivando cana-de-açúcar, algodão, e explorando a pecuária. Deve-se ressaltar a valiosa colaboração da população negra no desbravamento do território (IBGE, 2016).

Outros desbravadores vieram dos municípios de Nova Iorque-MA, Pastos Bons-MA e Colinas-MA, se fixando com suas famílias nessa região para, em seguida, iniciar o cultivo da lavoura, no que foram bem sucedidos, dada a boa qualidade de terra. Está em privilegiada localização, já que era cortado por estradas que davam acesso a várias localidades. Passou assim a despertar o interesse de comerciantes ambulantes, liderados por João Paraibano, radicado em Brejo do Paraibano. Daí em diante, novos moradores foram chegando e, dentro em pouco, surgia um povoado (IBGE, 2016).

4.8 Sertão Maranhense

Localiza-se no sudoeste do Maranhão, caracterizando-se por apresentar relevo mais elevado, com inúmeras chapadas. Os solos arenosos são cobertos por uma vegetação esparsa de campos cerrados, onde se desenvolve a pecuária extensiva em função da pastagem natural; registram-se alguns exemplos de pecuária intensiva. Embora o rebanho bovino seja o mais importante, o caprino vem se desenvolvendo, sendo utilizado para o consumo local. Na agricultura destaca-se o arroz e a mandioca. O excedente do consumo é comercializado com o estado do Piauí, que possui grande influência socioeconômica e cultural, especialmente através do município de Floriano (PI). As vaquejadas são comuns em todos os municípios, principalmente em Paraibano (MA); isso atrai muitos visitantes, assim como as cachoeiras, a fauna e a flora próprias dos cerrados.

No processo de ocupação do estado essa região se destaca como a “porta de entrada” da corrente pastoril que povoou o Maranhão através de Pastos Bons no século XVIII e, depois conquistou todo o sertão maranhense (ABREU, 1998; VELHO, 2009). Um outro fato que provocou a entrada de outro segmento migratório, a partir da década de 1950 do século XX, foi a fuga da seca e da expropriação da terra de migrantes de outros estados nordestinos (IBGE, 2016).

A comunicação é estabelecida pelas seguintes rodovias: a) BR-230 – partindo do município de Barão de Grajaú (MA), à margem esquerda do rio Parnaíba, segue em direção ao centro da região até alcançar o município de São João dos Patos (MA); a partir daí volta-se para o sudoeste atravessando nesse sentido o centro do município de Paraibano e todo o município de Pastos Bons no sentido nordeste/oeste; b) BR-135 – Alcança o norte da região, atravessa o município de Paraibano em direção ao centro até convergir com a BR-230 no povoado grozimbo. Há também um outro trecho entre o povoado Boa Esperança e a BR-230 na divisa de São João dos Patos e Sucupira do Riachão; c) MA-034 – Inicia na região pelo norte de São João dos Patos até a sede desse município; outro trecho passa pelo centro de Lagoa do Mato indo até a sua sede municipal; d) MA-368 – Sai de Orozimbo, atravessa o nordeste de Pastos Bons, prolongando-se até o município de Nova Iorque, até atingir a MA-369 que une Pastos Bons a Nova Iorque; e e) MA-270 – une os municípios de Pastos Bons e Sucupira do Norte (este último município em outra região).

Nessa região estão os seguintes municípios: Barão de Grajaú, Lagoa do Mato, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos e Sucupira do Riachão, com uma área de 12.833,2 km² ocupada por uma população de 128.172 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 10,0 habitantes por km² (IBGE, 2016).

Observa-se nessa região uma grande referência do processo migratório do sul maranhense, o município de Pastos Bons (MA), pois a partir deste os pernambucanos e baianos se estabelecerem nesse município em 1764, que conserva o nome que lhe deram os primeiros bandeirantes – Pastos Bons. Os referidos bandeirantes edificaram uma Igreja e também fizeram plantações e pastagens. Os primeiros povoadores situaram fazendas em toda a região. Com a fundação de Pastos Bons os habitantes de Caxias (MA), à margem do Itapecuru, subiram para o agreste à procura dos afamados campos para os seus rebanhos. A mão de obra escrava foi importante, contribuindo no devassamento do território; várias foram as fazendas instaladas em Pastos Bons com a participação de escravos (IBGE, 2016).

A migração, observada a partir do final do século XIX e início do século XX, provocou esses deslocamentos apontados nessas mesorregiões, tendo como principais fatores os vinculados aos efeitos das secas sobre a economia regional e os grandes prejuízos causados aos agricultores e pecuaristas localizados no semiárido dos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraíba e Piauí. As migrações nesse contexto foram orientadas, ao longo dos anos, para quase todo o Brasil, com destaque para o Maranhão, Pará, Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e capitais do Nordeste (VILLA, 2002).

A construção de uma estrutura social no sul do Maranhão entre os séculos XIX e XX deve-se em grande parte às frentes dos nordestinos fugindo das secas e às frentes da pecuária que povoaram os municípios dessa região. Essa tem como referência socioeconômica uma força de trabalho caracterizada pela pobreza e pelos proprietários de terra e/ou latifundiários (pioneiros) que estabeleceram um sistema de poder orientado pelas condições de produção (FURTADO, 1972; TROVÃO, 2008).

Observando as migrações por essa ótica, justificam-se as condições de estagnação associadas a incapacidade de incrementar a agricultura de subsistência. Também acirram-se os fatores de expulsão, que se inserem sobre as diferentes tentativas de estabelecimento do agricultor migrante. Esses antecedentes sul-maranhenses, representados pelas desigualdades regionais, orientam as análises. Essas explicam as bases da origem de uma estrutura de produção, caracterizada por um poder iníquo que se ampliou através de uma infraestrutura³⁵ dominante naquela época e uma superestrutura³⁶ erigida por influência da primeira. Nessas condições, o imigrante torna-se um emigrante potencial, dadas as dificuldades de se estabelecer produtivamente a partir da sua força de trabalho (SINGER, 1980; MARX, 2006).

Partindo dessa concepção o município de Imperatriz, mesmo se integrando tardiamente a região Sul do Maranhão, norteou-se por esses mesmos princípios de poder, o econômico e conseqüentemente o político. Seu surgimento está vinculado ao ciclo do arroz, com sua estrutura urbana acostada ao rio Tocantins em 1960. A Figura 11 ilustra a configuração da cidade nesse período.

³⁵ A infraestrutura compreende as forças e relações de produção – condições de trabalho entre empregador-empregado, a divisão do trabalho e relações de propriedade – na qual as pessoas entram para produzir as necessidades e comodidades da vida. Essas relações determinam outras relações e ideias da sociedade, que são descritas como a sua superestrutura (MARX, 2006).

³⁶ A superestrutura de uma sociedade inclui a cultura, instituições, estruturas de poder político, papel social, rituais e o Estado. A infraestrutura determina a superestrutura, mas sua relação não é estritamente causal, porque a superestrutura muitas vezes influencia a infraestrutura. No entanto, a influência da infraestrutura predomina (MARX, 2006).

Figura 4 – Imperatriz início da década de 1960

Fonte: Enciclopédia de Imperatriz 2003.

A região em análise encontra-se hoje marcada pelo agronegócio e pela produção familiar. Assim, percebe-se a presença de sujeitos que apresentam formas diversas de pensar o uso da terra, com tempos também diferenciados, traduzidos pelo uso de tecnologias modernas ou não. Desse modo, essa região surge como um espaço híbrido, um complexo jogo de relações mútuas, com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo (ROCHA, 2015).

Observa-se que o sul maranhense é um espaço que está em movimento e que é carregado de transformações na contemporaneidade, encontrando-se vinculado às demais escalas. Os sujeitos aí presentes vêm reelaborando suas práticas, seus modos de vida, mas guardando representações oriundas de experiências e relações específicas. Esse movimento espacial, objetivando a expansão da fronteira do capital, bem como a situação dos pequenos trabalhadores, sobretudo rurais, ilustra de forma inequívoca as transformações econômicas e socioespaciais no campo brasileiro. É especialmente importante para compreender o Sul

maranhense a partir da inserção desse espaço nos mecanismos de reprodução do capital em escala nacional e global, articulada através da intervenção do Estado (FERREIRA, 2012; ROCHA, 2015).

Essa inserção no Sul do Maranhão tem registro a partir de 1970, quando os migrantes oriundos da região Sul do país subiram as chapadas do cerrado, conseguindo incentivos para começar a agricultura moderna do arroz e, depois, da soja. Na década de 1990, com a liberalização da economia, instalaram na região de Balsas (MA) uma significativa cadeia produtiva de soja. A ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão está diretamente relacionado com os processos de industrialização e urbanização do Brasil e do estado, vinculados com os movimentos da economia mundial (CUNHA, 2015).

Assim são estabelecidas as condições de desenvolvimento através dos dois eixos de comunicação que passam a limitar Imperatriz ao Leste pela rodovia BR-010 e a Oeste pelo rio Tocantins. A via terrestre eliminou o isolamento do município com São Luís (capital do estado) e ampliou as possibilidades de conexão fácil com Belém, Goiânia e toda a região Nordeste. Imperatriz, distante de Goiânia aproximadamente 1.300 Km e de Belém 650 Km (DNIT, 2010), passou a oferecer a partir da década de 1960 viabilidades econômicas principalmente para empreendimentos, tendo como base a redução dos custos de logística empresarial no compartilhamento das despesas de transporte, na aquisição e distribuição de produtos.

5 MIGRAÇÕES INTERNAS: REDES E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE IMPERATRIZ (1960-1980)

Vários ciclos de desenvolvimento econômico aconteceram no sudoeste maranhense, mas, para estabelecer um ponto de partida, nessas análises utiliza-se a decadência do período aurífero, das minas de Goiás (atualmente estado do Tocantins). Esse foi importante para que o foco da produção econômica do Centro-Oeste, no início do século XIX, tomasse um novo sentido para o Norte desse estado, com as atividades de extrativismo e criação de gado. Nesse mesmo contexto de decadência e mudança incluem-se os deslocamentos populacionais registrados no Nordeste, provocados pelas secas, mormente no final dos séculos XVIII e XIX e início do século XX. Assim, originou-se uma migração de parte da população de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Bahia e Ceará em direção aos sertões de Pastos Bons (ver figura 10, no capítulo quatro) no Maranhão (BRITO, 2009; ABREU, 1998).

Em função dessa mudança, as frentes agrícolas³⁷ e pastoril avançaram no sertão de Pastos Bons, prosseguindo até Imperatriz. Os pioneiros, sejam qual for a sua descendência, apresentam traços característicos, como o espírito especulativo das grandes iniciativas e a confiança no futuro para comprar novas terras ao invés de investir nas propriedades que possuem. Nessa mesma linha de estabelecimento de conceitos, os geógrafos desde os anos 1940 importaram a designação de zona pioneira referindo-se à frente pioneira. Martins (1997) analisa esse termo – frente pioneira – associando-o à fronteira econômica; o termo frente de expansão aparece correlacionado à fronteira demográfica (ETGES, 2012; WAIBEL, 1958).

Na opinião de Martins (1997), fronteira econômica representa a inserção do capital sobre o espaço, representando a modernização das formas de produção, provocando a valorização do espaço que, desse modo, constitui uma análise semelhante à frente pioneira. Para ele, o termo frente pioneira está relacionado à ideia de que na fronteira se cria o novo, uma nova sociedade fundamentada no mercado e nas suas relações sociais. Essa frente, como afirma esse autor, é também a situação espacial e social que atrai a modernização e constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, tradicionalistas e com população reduzida.

Na metade do século XIX o ciclo do gado predominava na região Sul do Maranhão, apresentando como destaque o comércio do couro, importante na fabricação de diversos

³⁷ A frente de expansão agrícola é costumeiramente realizada pelos posseiros, que iniciam um processo de cultivo sobre as terras devolutas, envolvendo agricultura familiar e de subsistência. No entanto, essa frente de expansão costuma ser rapidamente sucedida por uma frente pioneira, representada por grandes fazendeiros, que, através do processo de grilagem (falsificação de documentos e títulos de propriedades), afirmam serem eles os donos das terras utilizadas por posseiros e até mesmo grupos indígenas (PENA, 2016).

produtos comercializados em Belém, Bahia, Piauí e Pernambuco (ABREU, 1998). Os deslocamentos das frentes eram conjugados, observando-se que a frente agrícola se constituía na lavoura de subsistência que, por sua vez, servia de apoio para a pecuária. Mesmo diante dos interesses que impulsionavam as frentes, principalmente a pastoril, esse avanço foi bloqueado pela densa floresta da pré-Amazônia, que caracterizava a microrregião de Imperatriz, cujo acesso era realizado através do rio Tocantins (VELHO, 2009).

No presente capítulo busca-se, por meio de dados empíricos, investigar indícios de influências das relações socioeconômicas dos ciclos de desenvolvimento, construídas através de processos migratórios durante ocupação espacial do município de Imperatriz, na sua formação histórica no período de 1960 a 1980. O método de análise dos dados empíricos fundamenta-se principalmente pelos registros censitários, pois “a riqueza em termos das informações sobre migração é uma das principais características dos Censos Demográficos brasileiro” (CUNHA, 2012, p. 29). Para esse autor, trata-se de uma “fotografia” de um momento específico, demonstrando que a maior parte das informações coletadas, especialmente as relativas às características socioeconômicas, refere-se ao momento do censo.

Outros autores como Carvalho (1985), Martine (1984), Carvalho e Machado (1992) e Rigotti (1999) abordam a utilização dos dados censitários sobre migração, possibilitando enfrentar uma série de questões que envolvem o fenômeno das migrações internas. Assim, o estudo dos dados apresentados em forma de Tabelas e Figuras contribuem para esclarecer a formação dos fluxos migratórios, orientados pelos ciclos de desenvolvimento econômico em Imperatriz.

Ainda com o propósito de buscar informações que qualifiquem os dados censitários, esse capítulo apresenta informes originados através relatos de entrevistas, utilizando-se de migrantes como um importante referencial representativo de atividades desenvolvidas nos referidos ciclos de desenvolvimento econômico da formação histórica de Imperatriz. Esses informes interpretados estão aliados a outros, obtidos com pesquisa documental. Circunstanciando esse conjunto de dados, as interpretações consideram o contexto histórico e social como fonte de produção de resultados esclarecedores.

Para Bardin (2007) a análise de conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de técnicas que descrevem e analisam conteúdos emitidos em um processo de comunicação (escrita ou falada). O processo dessa forma de análise compreende, segundo Bardin (2007), três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados (análise e interpretação). (BARDIN, 2007). A fase da pré-análise compreende a organização do material a ser analisado, objetivando-se, com isso, tornar esse material operacional e sistematizar as ideias iniciais.

É um momento de organização do material, compreendendo o estabelecimento do contato com os documentos da coleta de dados, a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses (se for o caso) e dos objetivos, a elaboração dos primeiros indicadores, através de recortes de textos, identificação de termos, palavras, frases etc. (BARDIN, 2007). A fase posterior, da exploração do material, tem como característica principal o estabelecimento de categorias, a identificação de unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos (entrevistas, documentos secundários etc.). Trata-se, também, da categorização do material, estabelecendo uma integração entre as categorias empíricas e as categorias teóricas e metodológicas. A terceira fase, do tratamento dos resultados, compreende a inferência e a interpretação; é a fase destinada ao tratamento analítico e crítico dos resultados (BARDIN, 2007). Para Triviños (1987), o investigador que utiliza análise de conteúdo não fica somente no conteúdo manifesto dos documentos, aventurando-se também na análise dos conteúdos latentes:

Na interação dos materiais (documentos oficiais ou não e ainda das respostas de outros instrumentos de pesquisa) não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem. O primeiro pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, em uma visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativas para o indivíduo e a sociedade; o segundo abre perspectivas, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas de conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico (TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

Em relação à categorização, inclusive, é importante destacar que, desde já, algumas das categorias se definem a partir do método de abordagem adotado (totalidade, singularidade, contradição, práxis) e da perspectiva teórica adotada (redes de migração, relações sociais, agentes das redes, fatores de atração migratória, fatores de integração de imigrantes, trajetórias migratórias etc.). Essas se somam às categorias construídas a partir dos próprios dados empíricos levantados.

Desse modo, esse capítulo apresenta-se com sete itens, além desses comentários introdutórios. O primeiro trata dos imigrantes atraídos pela construção da rodovia Belém-Brasília no trecho da BR-010; o segundo analisa a expansão da atividade extrativa, que caracteriza o ciclo da madeira em Imperatriz; o terceiro tem como propósito esclarecer as relações entre migrantes agricultores, principalmente os maranhenses e a produção do arroz no período de 1960 a 1980; o quarto estuda a dinâmica migratória no ciclo do ouro e o seu embate na ocupação do espaço em Imperatriz a partir do declínio ciclo do arroz, as dificuldades de sobrevivência e a busca por alternativas; o quinto trata da população e da migração em Imperatriz; enquanto o sexto tem o objetivo de analisar características dos imigrantes

considerados expoentes na formação histórica de Imperatriz; finalmente, o sétimo aborda uma análise circunstanciada das questões fundamentais, dos fluxos migratórios da formação histórica de Imperatriz de 1960 a 1980.

5.1 A construção da rodovia Belém-Brasília (1950-1970)

O objetivo desse tema é analisar como o ciclo da construção da rodovia Belém-Brasília se constituiu e influenciou o surgimento de novos ciclos econômicos. A partir disso, condicionou a dinâmica dos fluxos migratórios, possibilitando o desenvolvimento econômico de Imperatriz. A relação entre o transporte e o desenvolvimento regional é uma temática presente nas discussões dos teóricos desenvolvimentistas. Entre os assuntos que despertam interesses estão: o estudo do papel de rodovia na mobilização dos fatores de produção e o efeito no crescimento regional (SIEBERT, 1969) e o papel dos transportes no desenvolvimento regional (BECKER, 1974).

Haddad (1996) e Diniz (1993) discutem a questão das desigualdades regionais e seus aspectos estruturais, considerando que a associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimento em infraestrutura possui caráter perverso em certo sentido. Contudo, os investimentos em saneamento, habitação, rodovias, entre outros setores, contribuem para a eficiência e o crescimento econômico do país. Entretanto, seu impacto sobre as economias regionais (estados e municípios) pode ser bastante heterogêneo e atuar no sentido de concentrar a renda e os recursos econômicos, acentuando a desigualdade regional.

Esse estudo sobre a rodovia Belém-Brasília aponta para a importância dessa via de integração nacional no desenvolvimento regional e, a propósito disso, algumas teorias do desenvolvimento regional – relacionadas com localização, transporte e desigualdade regional – serão apresentadas. A intenção é esclarecer a possibilidade de uma rodovia de integração é capaz de promover o desenvolvimento regional. Parte dos dados empíricos referentes ao processo de ocupação e implantação do sistema de produção econômica, abordados na introdução deste capítulo, contribuirão com essas discussões.

No século XX os estudiosos do desenvolvimento regional contribuíram para aumentar discussões sobre os modelos de localização, aliados com as propostas e análises sobre os custos de transporte e de mão-de-obra. Weber (1929) procurou explicar as razões da localização industrial, enfatizando o papel dos custos de transporte de matérias primas e produtos acabados, em função da localização dos mercados consumidores. Christaller (1966), através do conceito de centralidade urbana, objetivando explicar os determinantes da concentração urbana,

destacou a importância das características produtivas de atividades, que exigiam escala e consumo simultâneo para a produção, especialmente dos serviços. Seus estudos facilitam o entendimento dos desequilíbrios regionais e setoriais. Sua teoria trata também das relações entre áreas distintas, centrais e periféricas, geradoras de forte migração pendular.

Entre as teorias do desenvolvimento desigual, destaca-se a teoria da causação circular acumulativa, de Myrdal (1957), que foi posteriormente, elaborada como um modelo formal por Kaldor (1970). Essa teoria, segundo Myrdal (1957), propõe que a partir de uma aglomeração inicial, uma região na qual existisse economia de escala e desenvolvimento tecnológico atrairia novos recursos, que reforçariam circularmente a sua expansão. Esse autor observa que o contrário ocorreria nas regiões atrasadas. Buscando explicar a natureza desigual do desenvolvimento econômico, Myrdal (1972) desenvolveu a noção de causação circular cumulativa, mostrando o processo de polarização do capital e dos recursos humanos para as regiões mais desenvolvidas e perpetuando a desigualdade.

Hirshmann (1958), nessa mesma ótica, demonstrou a tendência de aumentar a desigualdade por processo semelhante ao apontado por Myrdal, mesmo tendo reconhecido a possibilidade de algum reflexo do crescimento das regiões ricas sobre as regiões pobres. Esse foi por ele denominado efeito de gotejamento; considera ainda o papel do capital social básico na criação de condições do desenvolvimento nas regiões menos desenvolvidas. As etapas do desenvolvimento, teorizadas por Rostow (1963), explicam que o desenvolvimento de países e/ou regiões e o subdesenvolvimento de outros eram consequência da fase em que se encontravam. Esse autor esclarece que em dado momento da história ocorre o subdesenvolvimento relativo de uns países/regiões em relação aos outros.

Finalmente a Teoria do Desenvolvimento Polarizado apresenta o espaço como um sistema de regiões e trata o desenvolvimento como inovação. Ou seja, esse se dá em função de mudanças nas estruturas limitadoras da capacidade de crescimento e transformação do sistema, atribuindo a influência decisiva aos padrões de autoridade-dependência entre as áreas (FRIEDMANN, 1968). Partindo dessa concepção o desenvolvimento regional surge através de uma mudança na estrutura das relações inter-regionais (BECKER, 1974).

Com essa base teórica são analisados os dados empíricos coletados ao longo da rodovia Belém-Brasília no período de 1974 a 1976, em uma pesquisa (NAEA/UFGA, 1980) envolvendo cinquenta municípios do Pará, Maranhão e Goiás, pelo Núcleo de Autos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFGA). Foram abordados 795 chefes de famílias em cinco municípios (Castanhal – PA, Imperatriz – MA, Araguaína – GO, Gurupi – GO e Ceres – GO), escolhidos em função da maior heterogeneidade social de sua população.

Um dos principais objetivos dessa pesquisa era documentar a mobilidade espacial e ocupacional dos migrantes, reconstituindo o histórico familiar dos deslocamentos e dos empregos. Constatou-se que 598 (75%) eram filhos de lavradores e desses, 286 possuíam pequenas propriedades, 256 como posseiros³⁸; 56 trabalhavam como assalariados. Esses números mudam em 1975 e passam a figurar com 60 assalariados, 194 posseiros e 55 proprietários. Esses últimos possuíam terras com áreas entre cerca de 10 e 100 hectares, sendo um quarto com propriedades de menos de 10 ha; um terço entre 10 e 50 ha e um quarto com áreas entre 50 e 100 ha. (ACEVEDO, 1980)

Nessa mudança, além desses agricultores, se inclui os pecuaristas; onde antes existiam dois, depois passaram a ser nove pecuaristas. Essa redução foi observada na agricultura ao mesmo tempo em que houve aumento de pessoas no comércio, de para 125; na construção civil passaram de 49 para 79 empregados. A saída do emprego na agricultura caracteriza uma preferência, desistência ou expulsão (ACEVEDO, 1980).

A autora dessa pesquisa, a Prof^a Dr^a Rosa Elizabeth Acevedo, entre outros questionamentos, indaga se a mudança seria questão de afinidade entre as ocupações, problemas de habilidade profissional ou restrição na organização econômica regional. Seu questionamento é justificado considerando que o direcionamento dos estudos sobre migrações e colonização na Amazônia implica pensar a fixação do colono à terra ou a permanência do migrante no seu lugar destino. A mobilidade é considerada como um imprevisto. Contudo, na dialética capital-trabalho a mobilidade é vista como uma exigência do capital, que precisa tornar o trabalho perfeitamente móvel para poder subordiná-lo à sua dominação (MARX, 2011).

Na corrida pela ocupação das margens da rodovia Belém-Brasília ficou evidenciado o poder da força do Estado, a especulação e o domínio do capital financeiro. De acordo com Acevedo (1980) foi constatado no cadastro de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) seis das 200 e 15 das 500 maiores empresas do Brasil. A mobilidade mencionada acima, caracterizada principalmente pela redução de 286 para 55 pequenas propriedades e de 256 para 194 posseiros, pode ser causada, em parte, pela apropriação de grandes latifúndios com o aval do Estado.

É importante ressaltar que nos interesses estratégicos do Governo Federal daquela época incluía-se a reorganização da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da

³⁸ Posseiros são lavradores (agricultores) que, juntamente com a família, ocupam pequenas áreas de terras devolutas ou improdutivas, isto é, terras que não estão sendo utilizadas e que pertencem ao governo. Ou seja, são trabalhadores rurais que têm a posse, mas não têm um documento oficial que prove que eles são donos ou proprietários da terra.

Amazônia (SPVEA). Essa contemplava os seguintes objetivos: a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; e c) Desenvolver a Amazônia em um sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (BARROS, 1972).

Reportando-se de forma mais específica ao território maranhense a partir deste parágrafo, a rodovia Belém-Brasília teve como base, para sustentação da segunda frente de trabalho, o trecho compreendido pelo sudoeste maranhense em 1958. Essa frente foi dividida em dois sentidos: um até a divisa com Goiás (atual estado do Tocantins) e outro até a divisa do Maranhão com o Pará (BARROS, 1995). Essa escolha colocou Imperatriz como o centro da organização dos trabalhos referentes à mão de obra, máquinas e equipamentos necessários para desbravar parte da imensa floresta amazônica, visando a construção do trecho da rodovia Belém-Brasília (FIGURA 12).

Figura 5 – Trecho da Rodovia BR-010



Fonte: IMESC (2008).

A abordagem desse importante assunto inclui aspectos que fomentam discussões em torno da chegada de migrantes, seus interesses e possibilidades dentro de uma nova estrutura social de produção. O trabalho de abertura da selva amazônica naquela época e naquele espaço aglutinava o início da formação de um sistema de produção econômica, a construção do perfil do migrante através de trabalhadores que já estavam incluídos na obra desde o início dos trabalhos, além de outros recrutados para a difícil tarefa de abertura da floresta.

A repercussão sobre os trabalhos da rodovia despertou os interesses de migrantes instalados nessa região Sul do Maranhão em função da agricultura e pecuária, conforme relatos anteriores (vistos no Capítulo quatro), dando início a outros deslocamentos tendo como destino Imperatriz. O foco das atividades econômicas deixa de ser o município de Carolina, como já mencionado. Essa fase de abertura da floresta Amazônica desperta a cobiça dos empresários do ramo madeireiro (BARROS, 1995).

Discorrer sobre a conexão entre a migração e os diversos aspectos situados no âmbito da implantação de uma rodovia de integração nacional, implica entender as necessidades que deram origem ao itinerário rodoviário, ligando distintos lugares do Sul maranhense anteriormente desconectados. A história do Brasil mostra o período de 1950 a 1980 envolvido pela ideologia desenvolvimentista, quando vários projetos de infraestrutura foram elaborados e implantados na região Amazônica com o propósito de povoá-la, incluindo principalmente eixos rodoviários e a exploração e exportação de recursos minerais (FAUSTO, 2012; MARQUES, 2004).

Essa ideologia associou-se à concepção de integração e segurança nacional, a qual priorizou a ocupação espacial de regiões consideradas de baixa densidade demográfica, situadas entre as grandes regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Portanto, busca-se refletir essa questão geopolítica, além de outras, para reunir elementos que auxiliem a esclarecer como as obras transitórias de construção da rodovia BR-010 não apenas trouxeram imigrantes atrelados diretamente a essa atividade, como também para o efetivo processo de ocupação espacial da região. Partindo dessa premissa, acredita-se que distintos interesses, tipos de pessoas e suas qualificações formaram fluxos migratórios vinculados a essa obra.

5.1.1 Imigrantes trazidos pela construção da rodovia BR-010

Além dos imigrantes mencionados no capítulo IV, que em uma condição pioneira deram início ao povoamento dos municípios sul-maranhenses – mobilizados em função da agricultura em terras férteis, pecuária, extração da castanha e minérios –, outros deslocaram-se motivados a desfrutar outras oportunidades. Dentre essas, pode-se mencionar: a) a certeza de conseguir emprego com a magnitude dessa obra de construção da rodovia na Amazônia; b) o processo de recrutamento de mão de obra conduzido por atores interessados, embasado na propagação das grandes riquezas dessa região; e c) a necessidade de acompanhamento familiar solidário à decisão de migrar e fixar moradia na perspectiva de uma reconstrução para sobrevivência.

Em torno da região Amazônica sustenta-se um histórico de migração de nordestinos em virtude da expansão da exploração da borracha ocorrida no século XIX, que entrou em declínio no início do século XX. Os remanescentes dessa frente de trabalho se fixaram na região dos seringais do Pará. Provavelmente em função disso foram criadas relações pessoais e familiares, unindo principalmente as regiões fronteiriças entre o Norte e Nordeste que, conseqüentemente, integram a Amazônia Oriental.

Ainda buscando fortalecer o entendimento o processo de recrutamento de mão de obra conduzido por atores interessados, evidenciando as riquezas naturais do Brasil e em particular da Amazônia, é necessário ressaltar que houveram interesses exploratórios desde o início do descobrimento. Despertou-se assim a preocupação econômica estratégica dos governantes para o estabelecimento do controle territorial, mormente das regiões detentoras desse patrimônio natural. No governo de Getúlio Vargas foi instituída a Marcha para o Oeste brasileiro³⁹ com a finalidade de incentivar a migração, criar colônias agrícolas, construir estradas e incentivar a produção agropecuária através da Reforma Agrária e do incentivo à produção agropecuária de sustentação (COELHO, 2010).

Como é possível observar, desde o período que antecede a construção da rodovia Belém-Brasília já existia um apelo vinculado à geopolítica, com objetivos de garantir o preenchimento dos espaços considerados vazios demográficos. As estratégias pautavam, entre outros aspectos, a necessidade de estruturar redes, viabilizando articulações para estabelecerem o domínio e controle de determinado território. A importância das redes no processo de apropriação do espaço verifica-se através de sua multiplicação nos mais variados tipos de conexão. Destacam-se as redes de estradas ligando os lugares e as regiões, que por sua vez originam outras no campo da comunicação. Facilita-se, assim, a proliferação de redes sociais providas de informações sobre as facilidades de ligação, conectando pessoas a outros conjuntos de informações, que reproduziram condições para subsidiar decisões de migrar.

Aborda-se neste estudo a influência dos processos de construção dessa rodovia no trecho compreendido entre o município de Imperatriz e o estado do Pará. Naquela época, década de 1950, esse município continha o distrito de Açailândia, onde se formou o eixo de ligação da BR-010 com a BR-222, condição que permaneceu até o início da década de 1980. Desse modo, os dois lugares apresentam-se neste texto como um espaço sede da obra em estudo, que recebeu os primeiros fluxos migratórios de camponeses nordestinos maranhenses oriundos das frentes

³⁹ Marcha para o Oeste foi projetado pelo governo Vargas no período de 1937 a 1945 para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Enquanto a maior parte da população brasileira ocupava aproximadamente um terço do território nacional, as regiões Norte e Centro-oeste, permaneciam esparsamente povoadas (COELHO, 2010).

de expansão, efetivando uma ocupação inicial na década de 1960. A propagação de sucesso dos primeiros migrantes, notadamente pela aquisição de emprego, fez com que outras pessoas oriundas de diversas partes do país, guiadas pela força das informações, migrassem na busca de terras para investimentos em serrarias, madeiras, pecuária e agricultura nesse município (CARNEIRO, 1997).

Nascimento (1998), em suas narrativas, descreve os nomes de trabalhadores que deram início a essa construção, destacando: José Dias (topógrafo); Alberto Gomes e Miron Celestino da Silva (auxiliares da topografia); Manoel Euzébio da Costa e Severino (balizeiros); João Ferreira da Silva, Moacir Celestino da Silva e Francisco Celestino da Silva (machadeiros); Ezequias Celestino da Silva (facãozeiro); Pedro Moura Fé (apontador); Manoel Antônio (estaqueiro); Porfírio Gomes Aquino e Luís Gonzaga (caçadores) e Moacir Campos Milhomem (encarregado geral). Com a contratação de 11 empreiteiras, o fichamento de cerca de 3.400 trabalhadores pela Rodobrás acelerou o fluxo migratório, que atendia ao município e ao distrito citados no parágrafo anterior (NASCIMENTO, 1998).

Nascimento (1998) exemplifica a referida migração narrando a trajetória de João Neves de Oliveira. Esse migrou do município de Barra do Corda (MA) para Imperatriz, juntamente com a família, em busca de emprego, sendo fichado como trabalhador braçal nas obras da rodovia Belém-Brasília. Estabeleceu-se no distrito de Açailândia, sendo considerado o primeiro posseiro em uma roça comunitária (em parceria com outros posseiros) (NASCIMENTO, 1998). Os maranhenses constituíram o maior número de migrantes. Grande parte deles, caracterizados como mão de obra dessa construção, eram lavradores acompanhados de seus familiares, tornando-se posseiros e/ou assalariados, enquanto outros foram identificados como pecuaristas, comerciantes e proprietários de indústrias (ACEVEDO, 1980).

5.2 O ciclo da madeira (1960-1970)

A extração de madeira é um assunto que envolve distintas abordagens. O período de 1960 a 1970, desse estudo, é caracterizada pela expansão da atividade extrativa, formando o ciclo da madeira em Imperatriz. Seguindo a mesma linha dos assuntos anteriormente discutidos, no estudo deste ciclo verifica-se a relação dessa atividade com o desenvolvimento da região sul do Maranhão. Essa integra parte da Amazônia, considerada uma das principais regiões produtoras de madeira tropical do mundo (OIMT, 2006).

Antes da abertura da floresta para a construção da rodovia Belém-Brasília a extração comercial de madeira não era uma atividade interessante. Liderando o campo extrativista estava

a borracha, a castanha do Pará e o cacau. Outro aspecto desmotivador era a inexistência de acessos para a exploração na selva e de vias para o transporte. O forte crescimento populacional, iniciado a partir década de 1960, foi facilitado com a abertura das seguintes rodovias: Belém-Brasília, que corta o Oeste Maranhense no território do município; BR-226, que liga Teresina à Região Tocantina; e BR-222, que liga a região do Mearim às terras devolutas do Alto Pindaré.

A abertura e posterior asfaltamento das estradas federais e estaduais permitiram facilitar a comunicação rodoviária entre Imperatriz e Belém (PA), São Luís (MA), Anápolis (GO), Brasília (DF), Goiânia (GO), São Paulo (SP), além de todo o Centro-Oeste e o Nordeste. Facilitou-se a ocupação demográfica da fronteira agrícola representada, na época, pelas terras devolutas e virgens da pré-Amazônia maranhense. O acesso à mata para o início das obras da rodovia permitiu que diversas pessoas, entre trabalhadores e aventureiros migrantes com interesses diferenciados promovessem a exploração desordenada de madeira.

A partir da década de 1970 a exploração madeireira tornou-se uma atividade de grande importância econômica na região (VERÍSSIMO et al., 2014). A construção das estradas como a BR-010 (Belém-Brasília) possibilitou o acesso a recursos florestais em florestas densas de terra firme ricas em madeiras de valor comercial, destacando-se espécies como mogno (*Swietenia macrophylla*), ipê (*Tabebuia* sp.), cedro (*Cedrela odorata*), freijó (*Cordia* sp.), cerejeira (*Torresia* sp.), cumaru (*Dypterix* sp.) jatobá (*Hymenaea courbaril*) e maçaranduba (*Hymenaea courbaril*) (VERÍSSIMO et al. 2014).

A exploração da madeira inicialmente era de forma simples, com a derrubada da árvore e o transporte das toras. Em seguida foram instaladas seis pequenas serrarias. O município possuía apenas um motor gerador de energia, que atendia inclusive vários estabelecimentos comerciais, industriais, oficinas, hotéis etc. (MOREIRA, 1997). A partir da implantação das Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) em 1971, Imperatriz toma um rápido impulso e grande crescimento, tanto econômico quanto populacional. O primeiro foi fortemente acionado pelo ciclo da madeira, em franca expansão, que atraiu aproximadamente 300 empresas do ramo madeireiro para Imperatriz na década de 1970. Os produtos, incluindo móveis, eram destinados aos estados do Maranhão, Pará, Goiás, Piauí, Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (COUTINHO, 1994).

O processo de produção do segmento madeireiro, registrado a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília até o final da década de 1970, acelerou o movimento migratório destinado para a extração da madeira. Esse provocou o desmatamento e, conseqüentemente, liberou espaços para interessados na agricultura e na pecuária. Apesar da riqueza natural encontrada com a abertura da floresta, ao longo dessa rodovia, a falta de organização nesse

processo desequilibrado de exploração aponta para um ciclo de grande crescimento econômico, mas de rápido declínio. Esse se deu especialmente pela falta de infraestrutura, principalmente de energia elétrica suficiente para a grande demanda empresarial.

Esse desequilíbrio inibiu as possibilidades de desenvolvimento regional, naquela época, considerando as precárias condições de grande parte dos migrantes que abandonaram o semiárido nordestino. Como foi identificado no primeiro item desse capítulo, os migrantes eram em sua maioria pequenos agricultores, posseiros, trabalhadores rurais (lavrador e extrativista vegetal), pecuaristas e vaqueiros, atraídos pelo *boom* provocado pela abertura das rodovias. Isso ocorreu inicialmente no caso da abertura da estrada ligando Grajaú à Imperatriz, (MA-122, antes da rodovia BR-010), que possibilitou diversas trajetórias migratórias, tendo Grajaú como um dos pontos nodais de irradiação, informações e motivações para a formação de redes migratórias, influenciadas pela lavoura do arroz em terras devolutas e férteis (MOREIRA, 1997).

A abertura da mata na região pré-Amazônica maranhense, no município de Imperatriz, pode ser considerada como o marco inicial de uma exploração desordenada de madeira. Apesar de não se integrar diretamente a um plano maior de construção de uma rodovia de integração nacional, essa (a BR-010) fez, inevitavelmente, uma perigosa revelação dos seus valiosos recursos naturais, despertando a ambição das pessoas e grupos ligados ao ramo madeireiro. A intensa exploração de madeira transcorre após a conclusão das obras dessa rodovia, motivada pela facilidade de escoamento do produto.

Há que se considerar que esse ciclo surge entre o período das obras e dos conflitos de terra para a agricultura, pois nesse contexto haviam migrantes trabalhadores buscando um espaço para sobrevivência familiar em uma coexistência conflituosa com grupos empresariais de interesses comerciais. Esses últimos eram cadastrados pelo INCRA, supostamente enquadrados no plano de integração nacional, conforme objetivos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (ACEVEDO, 1980).

A complexa logística de transporte da madeira colocava de fora um possível interesse de exploração comercial por parte de um lavrador ou pequeno produtor. Diante disso, as relações produtivas ocorreram com a implantação de centenas de empreendimentos em Imperatriz a partir da década de 1970. Esses utilizaram-se de parte da mão de obra migrante, produzindo para os estados do Maranhão, Pará, Goiás, Piauí, Bahia, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ACEVEDO, 1980; COUTINHO, 1994; VERÍSSIMO et al., 2014).

O ciclo da madeira contemplou o período considerado de franca desorganização espacial pelo fato de ter surgido através do oportunismo desfrutado pelos fluxos migratórios, condicionados principalmente pelas redes familiares durante o acesso à farta floresta primária. Imperatriz se transformou em um ponto de convergência, reunindo a estruturação de uma base de segurança nacional – demandando a instalação de diversos órgãos oficiais –, uma rede de comércio madeireiro ilegal e trabalhadores em conflitos de terra com grandes proprietários (MOREIRA, 1997).

Desse caótico quadro espacial tem-se início a organização da superestrutura dessa região, com a interferência de normas característica da inserção do Estado na sociedade. Esse, na ocasião, se encontrava diante dos planos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Considerava ser essa uma região de transição, havia a ideia de integrá-la ao Nordeste. Nesse caso, a ação da classe dominante foi conduzida pelo uso da força do Estado, como também pela ideologia capitalista de domínio através da propriedade dos meios de produção (MARX, 1993).

Se, por um lado, prevaleceu o rigor da Lei de Terras do Governo Sarney, dificultando o acesso à terra pelo pequeno agricultor (LIMA, 2008), por outro evidenciou-se a permissividade da extração e exportação madeireira de forma ilegal durante a década de 1970. Dentre as indústrias madeireiras destacavam-se os grupos Galleti, Cikel. Carajás, Madeira Daniel, Sudoeste do Maranhão, Vener Line e Morais Madeira Ltda. (NASCIMENTO, 1998).

5.3 O ciclo do arroz (1960-1970)

Esse tema encaminha-se sob o propósito de esclarecer as relações entre migrantes agricultores, principalmente maranhenses, e a produção do arroz no período em análise. Para situar uma abordagem do ciclo do arroz em Imperatriz é importante ressaltar que esse se insere em uma produção estadual e, desse modo justifica-se aqui um breve comentário do surgimento dessa produção no Maranhão. Os registros da origem são do século XVIII; apontam a existência do arroz nesse estado como produto nativo, uma espécie, conhecida como Vermelho ou Veneza. Essa não foi aceita pelos colonizadores, que impuseram o cultivo do arroz Carolina⁴⁰ (DOURADO, 2008).

⁴⁰ O nome “arroz da Carolina” é uma alusão à sua procedência, mais precisamente a Carolina do Sul, nos Estados Unidos, onde floresceu uma próspera sociedade baseada nesse cultivo, entre os séculos XVIII e XIX; ali, o arroz foi introduzido pelos escravos oriundos do oeste africano ainda no período da América Colonial.

Esse arroz branco, imposto pelo colonizador, teve excelente adaptação às condições climáticas da região compreendida pelas então vilas de Itapecuru-Mirim, Alcântara, Guimarães, Icatu e Mearim, na província do Maranhão. O plantio se disseminou para as demais províncias do Nordeste, onde não houve restrição ao cultivo; foi ainda muito plantado nas várzeas do semiárido dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (VIVEIROS, 1954). Na segunda metade desse século XVIII, foram exportadas 2.800 arrobas desse arroz para Portugal. Em virtude da boa qualidade do produto, a metrópole enviou para a colônia os utensílios necessários à construção da primeira fábrica de beneficiamento de arroz. As colheitas foram crescendo e o arroz passou a constar entre os itens de exportação da colônia (VIVEIROS, 1954).

Após esse histórico introdutório, é necessário estruturar o ciclo do arroz em Imperatriz a partir do início do século XX, quando migrantes oriundos do Nordeste, fugindo das secas penetravam no Maranhão em busca de terras disponíveis. Chegavam inicialmente pelo porto de Tutóia (MA) e pelo Vale do Parnaíba, tendo como acesso o município de Floriano (PI), que faz fronteira com o Maranhão e, ainda, Teresina (PI). Os migrantes encontravam em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu estado de origem, como terras abundantes e devolutas, solo úmido e a presença constante das chuvas (TROVÃO, 2012).

Figura 6 – Rota dos imigrantes do ciclo do arroz – início do século XX



Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2008).

As terras maranhenses tiveram sua ocupação na parte sul com a participação de nordestinos. A propagação da boa qualidade das terras na Amazônia tem um registro histórico conhecido desde a exploração da borracha, com expansão no período de 1879 a 1912 (BENCHIMOL, 1992) com a produção e exportação do arroz no século XVIII e a grande produção do algodão⁴¹ da metade desse para o final do século XIX. Convém destacar que o Maranhão se integra administrativamente à região Nordeste, estabelecendo uma vizinhança com o Norte do País, ocupando a Amazônia oriental. Representava uma alternativa para os fugitivos das secas e aqueles que espontaneamente migraram buscando terras sem donos e de utilidade para agricultura, pecuária ou para especulação comercial.

Os municípios do sul maranhense, que fazem fronteiras com estados do Piauí, Bahia e Goiás, receberam os primeiros migrantes nessa parte do Maranhão. Os primeiros povoadores do município de Pastos Bons, oriundos da Bahia, Pernambuco e Piauí, instalaram fazendas e serviram de referência para que os habitantes de Caxias (MA), à margem do rio Itapecuru, subissem para o agreste à procura dos afamados campos para os seus rebanhos.

O acesso à Imperatriz, naquela época, era realizado através do rio Tocantins e as ligações de abastecimento eram estabelecidas com Belém, que originalmente manteve o vínculo oficial através da capitania do Grão-Pará. No período de 1930 a 1940 a população economicamente ativa de Imperatriz tinha atividade de agricultura rudimentar na coleta de castanha do Pará e na pecuária extensiva (SILVA; 1997). Essa atividade era exercida nas matas de Marabá (PA,) durante períodos alternados de seis meses em uma relação capital-trabalho idêntica ao da extração da borracha, ou seja, escravidão por dívida⁴². Esse ciclo terminou no final da década de 1940 em virtude da crise financeira no município paraense (BARROS, 1972; SANTOS, 1980).

⁴¹ O Maranhão foi o primeiro grande produtor de algodão no Brasil no século XVIII. Começou a produzir e exportar em 1760, para Portugal e este, exportava para a Inglaterra. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, criada em 1756, era a principal responsável pela produção, obtenção de mão-de-obra escrava africana e comercialização do produto na Europa. A produção comercial de algodão, fez da capital maranhense, a terceira cidade mais populosa do país. Esse apogeu terminou no fim do século XIX, devido à recuperação da produção norte-americana e à abolição da escravatura (BARBOSA, 2012).

⁴² Escravidão por dívida ou sistema de aviamento consiste no adiantamento de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao trabalhador, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. É uma forma de crédito que o sistema financeiro formal utiliza, diante da incapacidade de chegar até o trabalhador. Mas esses dois sistemas de crédito, o formal e o informal, não são excludentes. Ao contrário, o sistema bancário alimenta as firmas aviadoras com créditos, de modo que o sistema informal não poderia subsistir sem a injeção creditícia do capital financeiro (Banco da Amazônia, 1966:188). No caso da castanha o patrão fornece mercadorias, créditos, bens de consumo e instrumentos de trabalho, medicamentos e dinheiro para ser pago com a produção recolhida na época da safra. Esse sistema foi um dos meios que o sistema capitalista de produção, encontrou para se apropriar do volume de castanha extraído nas matas da Amazônia, viabilizando uma maior acumulação de capital (SANTOS, 1980, p. 161).

Esse prefácio justifica o estabelecimento de uma conexão entre o fim do ciclo da castanha e início do ciclo do arroz em Imperatriz, originando os fluxos migratórios. Naquela ocasião – início da década de 1950 – o Prefeito de Imperatriz, Simplício Moreira, construiu a estrada que liga Imperatriz com Montes Altos (MA-280) e com Sitio Novo (MA-275), ligando-se assim à capital do estado e ao Nordeste.

Figura 7 – Posse do Prefeito Simplício Moreira – Imperatriz 1948



Fonte: Enciclopédia de Imperatriz (2003).

É importante ressaltar, visando construir os caminhos da edificação do sistema de produção de Imperatriz, que o citado Prefeito migrou de Grajaú (MA) para esse município, juntamente com sua família, no final do século XIX. Então o seu pai, na condição de empreendedor, implantou indústria de cerâmica (telhas, tijolos, ladrilhos, potes etc.), adquiriu terras para agricultura e comprou do Governo Federal no estado do Pará diversos pontos de castanhais em uma área de aproximadamente 4.356.00.00 hectares (Guia de Recolhimento de Impostos, Diretoria Geral de Obras Públicas, Terras e Viação, 3ª Sessão do Pará, de 13 de junho de 1946 – ANEXO 2). Na condição de proprietário de castanhais, enviava 120 trabalhadores de Imperatriz para Marabá em 18 embarcações próprias em uma viagem de 5 dias, para retornar quando terminava a safra das castanhas (MOREIRA, 1997).

A década de 1950, com a utilização das estradas MA-275 e MA-280, marca a entrada de migrantes agricultores procedentes do Piauí e Ceará que ocuparam a parte oeste, margeando o rio Tocantins. Simplício Moreira aparece como um importante agente promotor da dinâmica migratória desse ciclo. Na qualidade de comerciante e proprietário de beneficiadora de arroz, comprava as produções regionais (arroz, algodão, milho, farinha etc.) para revender. Recebeu

vários telegramas de outros municípios, solicitando caminhão para transportar migrantes (ANEXO 3). O seu genro, Manoel Ribeiro Soares também aparece nos registros (MOREIRA, 1997), como empresário (intermediário) que comprava e exportava a produção do município, distribuía sementes, possuía usinas de beneficiamento de arroz e algodão e fazia empréstimos aos pequenos agricultores para o plantio (MOREIRA, 1997).

Estão presentes na gestão de Simplício Moreira os primeiros sinais de reconhecimento de pertencimento com as frequentes entradas de migrantes agricultores e a necessidade de iniciar uma organização espacial do município. Assim, registra-se doações de áreas para implantação de instituições (igreja de Fátima, praça de Fátima, escola no povoado Boca da Mata, Ministério da Aeronáutica, etc.), criação de normas para o funcionamento do município (Código de Postura – Lei nº 11, de 05 de outubro de 1948) e a criação e instalação da Câmara Municipal.

Em 1957, na gestão de Raimundo de Moraes Barros, através da Lei 97, de 30 de abril 1957, verifica-se uma normatização sobre arrendamento, aforamento e alienação a qualquer título de terra patrimônio do município. Esses atos indicam a preocupação com as delimitações geográficas e a construção de territorialidades⁴³. O território de Imperatriz – envolvido por uma grande população de migrantes, ávidos por terras para habitação e trabalho – se organizava e se caracterizava, naquela época, pela influência e ação dos atores na conquista dos seus próprios espaços (MOREIRA, 1997).

Essa dinâmica espacial é condicionada pela forte estruturação capitalista do ciclo do arroz que criou uma base econômica voltada para esse produto sob a dependência do capital fixo⁴⁴ (MARX, 2006) empregado pelo empresário, que migrou espontaneamente, com o fito de obter ampliação de riqueza na Amazônia. Em 1956 o arroz era o principal produto agrícola comercializado em Imperatriz, com uma produção de 18.700 sacos em casca (SANCHES, 2003). Com o início das obras da rodovia Belém-Brasília em 1958, o fluxo migratório intensifica e o município passa a apresentar um desordenado crescimento populacional e econômico (BARROS, 1996).

A organização do sistema capitalista de produção do território em análise, nesse ciclo do arroz, estrutura-se a partir da decadência de uma relação pré-capitalista extrativista em

⁴³ A configuração territorial ou geográfica é o conjunto formado pelos sistemas naturais de uma determinada área e pelos “acréscimos que os homens “super impuseram” a esses sistemas naturais” (SANTOS, 2006, p. 38).

⁴⁴ O capital fixo é aquele capital empregado em um processo produtivo como meios de produção as máquinas-ferramentas, as instalações, equipamentos, matérias primas, combustíveis, etc. Na teoria marxista do valor é a parte do capital que apenas transfere seu valor para as mercadorias que estão sendo produzidas (SANDRONI, 2005).

regime de aviação, conduzindo o trabalhador a uma semiescravidão, independentemente de cor e raça, baseada sobretudo na condição econômica.

Quanto à forma produção do ciclo do arroz, percebe-se uma evolução com parte do cultivo sob a responsabilidade dos pequenos produtores. Entretanto, esses são dependentes do capital financeiro e, conseqüentemente, da estrutura tecnológica de beneficiamento, da logística de armazenamento, transporte e exportação. De um modo geral, caracterizam-se os dois segmentos na estrutura de produção: uma força de trabalho constituída pelos trabalhadores rurais sem a propriedade da terra, os posseiros e os pequenos produtores de um lado; e do outro lado os proprietários dos meios de produção (grandes extensões de terra, equipamentos agrícolas, máquinas de beneficiamento, transporte, recurso financeiro, sementes e bens de consumo não duráveis).

5.3.1 A expansão da lavoura do arroz: início de novas relações econômicas

O plantio do arroz apresenta uma forte contribuição no povoamento do sudoeste maranhense. Nesse particular, é fato que o migrante ocupa, naturalmente, espaços geográficos através dos seus deslocamentos. No caso brasileiro têm-se grande extensão territorial, com uma população mal distribuída, fixada de forma deficiente no território, dispersa e móvel. Observa-se aí que o pensamento dominante da época – décadas de 1940, 1950, 1960 – era estribado em grande parte na exigência de que os contingentes migratórios fossem constituídos de agricultores, ensejando desse modo o fortalecimento da agricultura (PRADO JR, 1969).

É importante recordar que o histórico da produção de arroz no Maranhão foi significativo desde o século XVIII. Esse fato provavelmente possibilitou a transferência de habilidades através dos tempos pelas famílias de agricultores que deslocaram-se para o sul do estado em busca de terras férteis e devolutas na Amazônia. As motivações que impuseram aos migrantes seus deslocamentos são próprias das disputas por espaços na formação econômica do Nordeste, em particular no Maranhão. Ali grande parte das áreas demarcadas pelo INCRA pertencem aos grandes grupos empresariais econômicos, que transformaram inúmeras áreas de pequenas propriedades em grandes extensões para a moderna agricultura de exportação (ACEVEDO, 1980).

Nessa organização espacial, os fluxos migratórios, em sua maioria de agricultores (ver Tabelas 44 e 45), ingressaram em uma fase considerada como a última alternativa: ocupar a periferia do meio urbano. Isso porque a agricultura, seu espaço de atuação, passou a beneficiar-se do progresso científico e tecnológico com uma produção maior, mas reduzindo a necessidade

de mão de obra. Com isso, tanto o espaço rural como o urbano tornam-se instrumentalizados e o capital constante⁴⁵, que antes era apanágio do setor industrial urbano, passa a caracterizar também o rural na forma de implementos e máquinas (SANTOS, 2008).

Esse introito busca um ponto de partida na relação do importante ciclo do arroz com os fluxos migratórios que penetraram na microrregião de Imperatriz, pois o estudo desse ciclo nos apresentou um momento de expansão a partir de 1960, com a inauguração da rodovia Belém-Brasília. Esse grande crescimento na produção e comercialização agrícola, com destaque para o arroz, promoveu o município de Imperatriz à categoria de polo econômico da região sul do estado, passando a ser um dos maiores produtores dessa riqueza agrícola no Nordeste (MOREIRA, 1997; BARROS, 1996; LIMA, 2008; FONSECA, 2008).

A conquista dessa colocação instigou a migração de novos interessados em explorar a agricultura nessa região. O acesso criado através das novas rodovias viabilizou o fluxo de uma migração espontânea, na qual eram evidentes interesses além da simples sobrevivência ou da busca de alternativas de vida. Essas migrações foram marcadas também pela busca por melhores lucros através da exploração dos recursos naturais, propagados como a riqueza da Amazônia. O fenômeno da expansão do arroz e a cobiça desses novos migrantes favoreceram a transição da agricultura tradicional para a de exportação. Essa floresceu por ser uma atividade mais acolhida em termos de crédito, preços justos, garantia de comercialização e novas tecnologias. Nessa perspectiva, as culturas da soja e milho apresentaram-se como mais apropriadas para esses migrantes – particularmente gaúchos –, enquanto outros se utilizaram de boa parte dos campos de arroz, transformando-os em pastos para a pecuária bovina (FONSECA, 2008).

5.4 O ciclo do ouro (1980)

Aqui se pretende esclarecer a dinâmica migratória e o seu embate na ocupação do espaço em Imperatriz a partir do declínio ciclo do arroz, as dificuldades de sobrevivência e a busca por alternativas. As formas de produção implantadas em Imperatriz, desde a exploração dos castanhais até o ciclo do arroz, não permitiram que a força de trabalho construísse uma sustentabilidade ao longo do tempo. O excedente de mão de obra, oriundo da decadência da economia castanheira, teve pela frente a alternativa na agricultura, pois essa, com a expansão

⁴⁵ Na teoria marxista do valor, a parte do capital total que apenas transfere seu valor para as mercadorias que estão sendo produzidas não criando a mais-valia. Em termos materiais o capital constante é composto pelos meios de produção: máquinas, equipamentos, edificações, matérias-primas, combustíveis etc. (SANDRONI, 2005).

produtiva do arroz, configurou-se nos moldes de produção capitalista, através da centralização da propriedade dos meios de produção pela restrita elite econômica. Assim, surgia a partir da força empresarial implantada, com a percepção dos lucros da borracha e da castanha (BARROS, 1972).

A organização da superestrutura teve início com o crescimento desordenado instalado no município de Imperatriz. Com o advento das obras da BR-010, a desordem na ocupação de terras devolutas criou iniciativas do poder público, proibindo o aforamento⁴⁶, o arrendamento⁴⁷ e a alienação de terras pertencentes ao município (Lei nº 97/1957). Criou-se o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais do Maranhão em função dos vários conflitos que tinham como foco a disputa territorial e o direito à terra. As questões envolviam latifundiários, criadores de gado e comerciantes, além dos trabalhadores. A organização sindical foi orientada pelo Movimento de Educação de Base (MEB), órgão ligado à igreja católica (BARROS, 1972).

Antes desse período mais acirrado pela disputa de terra, existe um fato que estabelece diretamente a conexão com esse ciclo do ouro. Trata-se de evidenciar o início da inquietação na região pela extração mineral. As décadas de 1940 e 1950 mostra a fragilidade econômica da castanha e, ao mesmo tempo, a necessidade de encontrar novas alternativas substitutas. A busca pelos garimpos naquela época não foi dispensada. Havia antecedentes da exploração de minérios nas minas de Goiás e o seu esgotamento provocou deslocamento de pessoas na direção norte, para a região do Tocantins-Araguaia, conhecida como uma área de prováveis minas de pedras preciosas (BARROS, 1996).

Em 1956 em Arapoema (TO) descobre-se uma grande jazida de cristal de rocha às margens do rio Jenipapo. Naquela época, o garimpo de cristal de Xambioá (TO) encontrava-se em declínio, sendo substituído pelo famoso garimpo de Rebojo no município de Araguanã (TO) que atraiu centenas de pessoas de toda a região. Esse município surge em 1952 e Arapoema é

⁴⁶ Aforamento é o ato de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida para exploração ou usufruto ao seu ocupante pelo proprietário. Era um ato jurídico privado que se praticou até à década de 1960. Os aforamentos podiam ser concedidos por pessoas públicas (por exemplo, mosteiros, Ordens religiosas etc.) ou privadas, como casas senhoriais. Geralmente eram feitos especificando um certo número de gerações em que o foro (quantia em dinheiro ou espécies, ou ambas) seria pago anualmente ao senhorio. Mesmo que Enfiteuse – contrato que atribui ao titular o direito de explorar um imóvel alheio, sem lhe destruir a essência, mediante pagamento de um foro anual (SANDRONI, 2005).

⁴⁷ Arrendamento é um contrato de cessão de um fator de produção, pelo qual seu proprietário o entrega a outro para ser explorado, mediante determinada remuneração. O sistema de arrendamento de terras, já usado na época da expansão, constitui-se em um dos traços característicos dos regimes agrários de muitos países. Ainda hoje, é elevada a proporção de arrendatários na agricultura de algumas regiões. Porém, em outras regiões, a execução de programas de reforma agrária reduziu a importância deste sistema. É o mesmo que um contrato pelo qual o proprietário de um imóvel passa para uma pessoa ou empresa (o arrendatário) o direito de uso e exploração do mesmo durante certo tempo, em troca de determinada soma paga em dinheiro, mas também em produto ou em trabalho (SANDRONI, 2005).

constituído em virtude da mina do Rebojo. Foram atraídos ainda garimpeiros de outros estados, principalmente do Maranhão, Pará e do Piauí. O cristal extraído era levado para o Rio de Janeiro e embarcado para os Estados Unidos (PREFEITURA DE ARAGUANÃ/PORAL DOS CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL, 2010). A explicação sobre o interesse pela exploração do cristal de rocha estava na cotação do mercado que, na época da II Guerra, elevou os preços desse minério utilizado para a fabricação de componentes bélicos. Nesse ciclo Imperatriz firmou-se como uma base de fornecimento de mão de obra, além de servir de portão de acesso para os garimpos do Tocantins e Pará (BARROS, 1972).

O garimpo de Serra Pelada aparece no final do ano de 1979 e foi considerado o maior a céu aberto do mundo. O grande contingente populacional que optou pela aventura nesse garimpo foi condicionado pelos seguintes fatores: a) queda nos preços do arroz; b) declínio da atividade madeireira; c) os grandes conflitos pela posse da terra; d) grande número de desempregados; e) crise inflacionária nacional; e f) significativos aumentos no preço do petróleo (COSTA, 1993). Os efeitos causados ao município de Imperatriz foram caracterizados pelo esvaziamento⁴⁸, com a saída das pessoas principalmente da agricultura para a região de Serra Pelada, pela transferência de recursos financeiros de empreendimentos para custear o garimpo e o fornecimento de produtos necessários para a sobrevivência dos garimpeiros.

As informações obtidas nos estudos dos ciclos econômicos dos parágrafos anteriores auxiliam na construção das análises dos próximos, fundamentadas pelos dados censitários de 1960, 1970 e 1980, dispostos através Tabelas demonstrativas. Esses dados identificam os ciclos e suas trajetórias, bem como a importância de Imperatriz no desenvolvimento regional. Com relação aos Censos, consideram-se inicialmente os dados quantitativos (quantidade, idade e sexo) da população imperatrizense para avaliar possibilidades e envolvimento nas atividades através dos ciclos e a taxa de fecundidade para verificar o nível de influência dos nascidos no crescimento da população. A migração inclui dados característicos citados (quantidade, idade e sexo), mais o tempo de residência em Imperatriz e a procedência do migrante, conciliando cada ciclo com os fluxos migratórios.

As Tabelas que seguem correspondem aos aspectos dos Censos Demográficos mencionados, que terão suas análises alinhadas com os ciclos, buscando ampliar esclarecimentos para a consecução dos objetivos propostos nesta tese. Os fatos observados, como as bases estruturantes para uma explosão migratória, foram voltados para uma preocupação de crescimento econômico em que as condições e formas de ocupação do espaço

⁴⁸Esse esvaziamento caracterizou-se pela saída temporária na busca de atividade, sem a mudança de residência, como no caso da extração de castanha em Marabá (MOREIRA, 1997).

não indicavam perspectivas de desenvolvimento regional. Isso porque as disputas territoriais no município em análise prenunciavam a implantação dos próprios fundamentos do sistema capitalista, voltado para a exploração e exportação das riquezas naturais, pecuária extensiva e utilização de uma força de trabalho dependente economicamente.

5.4.1 Imperatriz como espaço de integração socioeconômica no ciclo do ouro

O município de Imperatriz foi significativo nesse ciclo, que neste estudo toma como grande referência o garimpo de Serra Pelada no sul do Pará. As condições registradas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 contemplavam nesse período: o auge e início da decadência da produção do arroz, os conflitos de posse de terras, o processo de modernização da agricultura e o incremento das fazendas de gado bovino. Considerando que a maior parte da força de trabalho migrante era de lavradores, esses defrontavam-se, na época, com a falta de possibilidades de emprego e com a insegurança para os trabalhadores no campo. O surgimento desse garimpo provocou uma desmobilização na agricultura, criando constantes deslocamentos entre a região de Serra Pelada e Imperatriz, levando um imenso contingente populacional a buscar ouro nesse garimpo.

A dinâmica espacial, em função desse fenômeno, estabeleceu esse município como o lugar de fornecimento de mão de obra temporária e de suprimentos requisitados pelos garimpeiros. Foi ainda uma espécie de lugar de retroalimentação financeira, caracterizada pela aplicação de recursos na exploração do ouro, através dos comerciantes e empresários de Imperatriz. O clima de expectativa envolvendo possibilidades e práticas extrativas tradicionais para a sobrevivência no Norte e Nordeste era sustentado por um passado não tão distante. A selva amazônica ainda escondia riquezas que nutriam sonhos de grandes descobertas, como a jazida de Arapoema (TO) e dos garimpos de cristal de Xambioá (TO) e Rebojo, na década de 1950. Desse modo, admite-se que, dadas essas condições, tornam-se esclarecedoras a profusão de indivíduos que se aventuraram na busca de riqueza nas minas de ouro de Serra Pelada (MOURA, 2008; WANDERLEY, 2015).

5.5 População e migração em Imperatriz

Além dos dados bibliográficos em torno dos ciclos em questão, uma avaliação quantitativa dessa migração, condicionada a partir desses ciclos (construção da BR-010, extração da madeira e produção de arroz) pode ser analisada com os dados das Tabelas a seguir.

Tabela 28 – População de Imperatriz por idade e sexo – 1960

Totais		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
20.557	18.612	612	603	637	609	625	618	676	653
4 anos		5 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 24 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
691	652	2.930	2.862	2.393	2.295	2.002	1.923	2.205	1.915
25 a 29 anos		30 a 34 anos		35 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1.792	1.639	1.530	1.144	1.116	896	1.739	1.349	923	773
60 a 69 anos			70 anos e mais			Idade ignorada			
Homem	Mulher		Homem	Mulher		Homem	Mulher		
471	422		155	183		58	76		

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1960 (IBGE, 1960).

Os dados acima visam estruturar as análises a partir da década de 1960, evidenciando a constituição dessa população em termos de sexo e faixa etária, em uma perspectiva de recurso humano e sua influência na formação econômica do município de Imperatriz. É importante ressaltar que a população total da Tabela 28 (39.169 habitantes) refere-se a esse município que, naquela época, englobava áreas hoje pertencentes aos municípios de Açailândia e Davinópolis.

Tabela 29 – População migrante por tempo de residência no município de Imperatriz e por sexo – 1960

Totais		Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
16.144	14.756	4.807	4.391	3.122	2.762	2.542	2.379	1.796	1.657
4 anos		5 anos		6 a 10 anos		11 ou mais		Sem declarar	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1.195	1.093	927	868	1.229	1.129	510	460	16	17

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1960 (IBGE, 1960).

Estabelecendo um cruzamento dos dados da Tabela 28 (População Total de Imperatriz em 1960 – PTI/1960) com a Tabela 29 (População Migrante de Imperatriz em 1960 – PMI/1960), percebe-se que a população total de Imperatriz em 1960 era 39.169 habitantes, dos quais 30.900 eram migrantes. Esses formaram os maiores contingentes, chegados entre a segunda metade da década de 1950 (menos de um ano de residência com base na data de referência do Censo – 1º de setembro 1960) e os primeiros anos da década seguinte, conforme a Tabela 31 (migrantes residentes em Imperatriz, com tempo de residência entre menos de um até seis anos), mostrando um total de aproximadamente 29.897 pessoas nesse período. De acordo com Cunha (2012), as oportunidades apontadas pelos censos se ampliam quando se trabalha com as inúmeras possibilidades de cruzamentos desses quesitos.

Fazendo uma relação com os fatos narrados sobre o ciclo do arroz, a abertura das estradas MA-275 e MA-280 e, ainda, o registro do empenho de líderes políticos como Simplício Moreira na década de 1950, para transportar migrantes para esse município, conclui-se que

esses são fortes indícios para explicar como fluxos migratórios foram condicionados, principalmente por esse ciclo do arroz. Esses fatores que possibilitaram o acesso de agricultores, procedentes de outros municípios maranhenses, do Piauí e do Ceará para Imperatriz (ver Tabela 32, migrantes por lugar de nascimento). Esses fatores também esclarecerem as formas de organização de um espaço produtivo caracterizado por uma estrutura que se definia pelos proprietários dos meios de produção (transporte, terra, máquinas e equipamentos) e pelos detentores da força de trabalho.

Tabela 30 – População da microrregião de Imperatriz por idade e sexo – 1970

Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2.982	2.907	2.548	2.466	2.797	2.729	2.764	2.715	2.565	2.640
De 5 a 9 anos		De 10 a 14 anos		De 15 a 19 anos		De 20 a 24 anos		De 25 a 29 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
11.171	11.171	9.240	6.767	5.729	5.729	9.240	9.317	7.638	8.105
De 30 a 34 anos		De 35 a 39 anos		De 40 a 49 anos		De 50 a 59		De 60 a 69 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
5.217	4.363	6.046	3.685	1.948	1.948	4.363	3.624	6.046	5.008
De 70 e mais				Idade ignorada				Total	
Homem		Mulher		Homem		Mulher			
744		792		125		133		155.262	

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1970 (IBGE, 1970).

Os estudos migratórios de Imperatriz a partir dessa década de 1970, constantes da Tabela 30, consideram os dados que incluem a microrregião⁴⁹. Isso se justifica em razão das estradas que foram construídas que viabilizaram uma maior integração do território imperatrizense, reunindo as povoações, como o exemplo de Açailândia. Ressalta-se que Açailândia, pertencente à Imperatriz, foi responsável pela maior produção de arroz da região sul maranhense nessa década. Considerando que na década de 1960 a população total era 39.169 habitantes (Tabela 28) e na década de 1970 aumenta para 155.262 habitantes (Tabela 30), a diferença representada pelo incremento de 116.093 pessoas na população e o predomínio da cultura do arroz em Imperatriz, naquela época, pode ter contribuído para o destaque dessa produção no sul do Maranhão.

⁴⁹ A microrregião de Imperatriz é composta pelos municípios de: Amarante do Maranhão, Imperatriz, João Lisboa, Montes Altos e Porto Franco (IBGE, 1980).

Tabela 31 – População migrante por tempo de residência na microrregião de Imperatriz e por sexo – 1970

Menos de 1 ano		1 ano		2 anos		3 anos		4 anos	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
7.355	6.785	4.435	3.978	4.858	4.665	3.816	3.537	2.555	2.256
5 anos		6 a 10 anos		11 ou mais		Sem declarar		Total	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher		
2.391	2.367	11.034	10.623	6.973	6.063	0	0	83.691	

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1970 (IBGE, 1970).

A população da microrregião de Imperatriz na década de 1970 alcança um total 155.262 habitantes, sendo 83.691 (Tabela 31) migrantes. A construção da rodovia Belém/Brasília – BR-010, juntamente com a expansão da extração da madeira formam os ciclos que condicionaram uma grande mobilização migratória. Observa-se porém, que o Censo Demográfico de 1970 teve como data de referência em 1º de setembro de 1970. Na pergunta ao migrante sobre o tempo de residência em Imperatriz, aqueles que afirmaram residir há menos de um ano totalizam 14.140 indivíduos, ou seja, migraram praticamente dentro dessa década. O restante (69.551) enquadra-se dentro da década de 1960, em virtude de já residirem há um ano ou mais no município, considerada a data de referência.

Com relação aos dois ciclos, conforme os dados acima, a construção da rodovia BR-010 exerceu o maior poder de motivação para os deslocamentos. Essa construção se concretizou na década de 1960 (inaugurada em 1961) e seus efeitos foram multiplicadores para a migração. Existe uma relação aproximada de implantação de rodovia de integração regional (MA-275 e MA-280) com o desenvolvimento econômico e também com possibilidades de desequilíbrios regionais (SIEBERT, 1969; HADDAD, 1996; DINIZ, 1993). Dois diante dessa concepção, nem todos os municípios contemplados por uma rodovia de integração nacional usufruem igualmente dos mesmos benefícios.

A importância desse ciclo (construção da rodovia BR-010) para o desenvolvimento regional é analisada neste trabalho em uma perspectiva positiva, posto que facilita a comunicação e a integração regional, com a troca de produtos e serviços que se completam entre as regiões. Há também outra visão, negativa, quando esse desenvolvimento provoca efeitos de polarização, como ocorreu nessa região sul maranhense. Assinala o crescimento e desenvolvimento do polo de Imperatriz em detrimento dos demais municípios, que ainda não conseguem sobrepor em termos populacionais e de renda o vigor econômico produzido na microrregião de Imperatriz (MYRDAL, 1957; 1972; HIRSHMANN, 1958).

A contribuição da rodovia aparece facilitando o transporte do arroz para outras regiões e viabilizando a chegada de diversos produtos manufaturados em uma relação aparentemente desigual em termos de geração de empregos e de qualificação da mão de obra. Após a queda do ciclo do arroz e o surgimento da exploração de minérios, principalmente com a mina de Serra Pelada no final de 1979, o fluxo migratório atingiu grandes proporções, como assinalado nas Tabelas a seguir.

Tabela 32 – População de migrantes em Imperatriz por lugar de nascimento, sexo, microrregião e município de Imperatriz – 1980

UF	Total município	Homem	Mulher	Total microrregião	Homem	Mulher
RO	148	78	70	173	92	81
AC	87	35	52	99	43	56
AM	67	32	35	88	41	47
RR	43	13	30	50	20	30
PA	2.033	1.034	999	2.309	1.173	1.136
AP	68	31	37	71	31	40
MA	137.832	69.375	68.457	181.043	91.478	89.565
PI	14.930	7.819	7.111	19.142	10.086	9.056
CE	14.164	7.615	6.549	17.631	9.598	833
RN	1.235	676	559	1.429	776	653
PB	2.297	2.297	1.314	2.650	1.519	1.131
PE	3.401	1.832	1.569	4.235	2.314	1.921
AL	333	179	154	358	191	167
SE	171	80	91	171	80	91
BA	6.581	3.412	3.169	6.803	3.520	3.283
MG	5.986	3.173	2.813	6.220	3.508	3.112
ES	1.680	857	823	1.748	911	637
RJ	208	117	91	220	124	96
SP	885	497	388	943	530	413
PR	445	230	215	536	278	258
SC	101	43	58	105	47	58
RS	183	104	79	237	143	94
MS	227	20	25	73	40	30
MT	45	107	120	266	127	139
GO	6.679	3.089	3.590	6.544	4.089	4.455
DF	154	77	77	221	110	111
N/DECLAR OU EXTERIOR	198	82	116	206	86	120

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

A Tabela 32 apresenta uma distribuição dos migrantes conforme lugar de nascimento, destacando-se os maranhenses que se utilizaram das estradas (MA-275, MA-280, MA-226, MA-122, MA-335, MA-006, MA-375, MA-012, MA-230, BR-010 e BR-226) para acessarem a microrregião de Imperatriz (FIGURA 15). É observado nessa Tabela que o propósito da seleção por sexo mostrou indícios de uma mobilização estruturada em uma decisão familiar (quantidades idênticas de homens e mulheres) para estabelecer residência no local de destino.

Convém salientar que essa população migrante, registrada no Censo Demográfico de 1980, engloba principalmente os fluxos migratórios das décadas de 1960 e 1970.

Tabela 33 – População de migrantes em Imperatriz por procedência urbana e rural e sexo – 1980

Total	Zona Urbana		Total	Zona Rural	
	Homem	Mulher		Homem	Mulher
53.269	26.236	27.033	84.563	43.139	41.424

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

O grande número de migrantes procedentes da zona rural, como mostra a Tabela 33, associa-se às características dos ciclos econômicos, principalmente os ciclos da madeira e do arroz. Esses provavelmente motivaram o imigrante oriundo da zona rural ao deslocamento, com as habilidades inerentes com as oportunidades apresentadas no auge desses ciclos em Imperatriz.

Tabela 34 – População de 5 anos ou mais de idade, por anos de estudo e sexo, Imperatriz – 1980

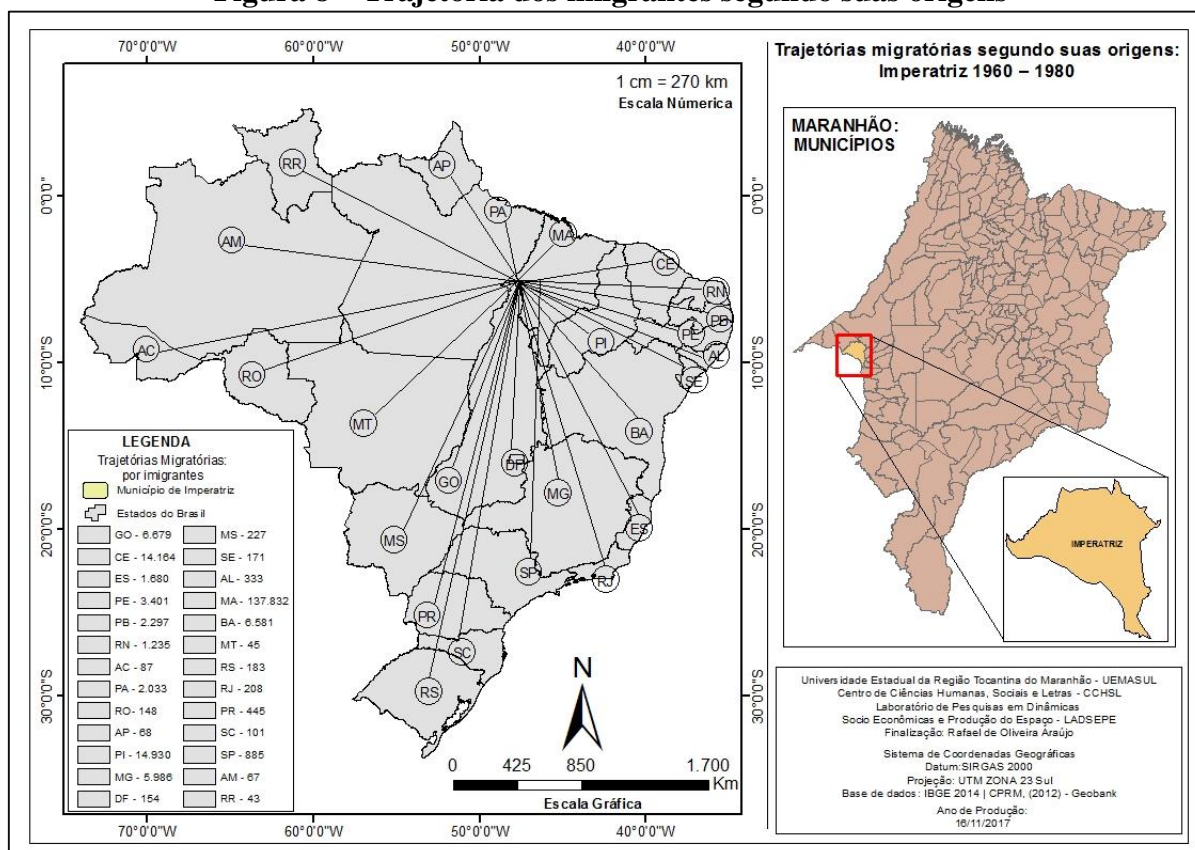
Total	Sem instrução e menos de um ano de estudo		Total	1 até 6 anos de estudo	
	Homem	Mulher		Homem	Mulher
96.031	48.699	47.332	67.577	33.870	33.707

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

Apesar do Censo Demográfico de 1980 não definir anos de estudo do migrante no item migração (IBGE, 1980), é possível esclarecer sobre o nível de instrução do migrante de Imperatriz através da análise do cruzamento dos seguintes dados: a) nesse censo (1980) a população de 5 ou mais anos de idade em Imperatriz é de 178.688 pessoas; b) a quantidade de pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo nessa faixa etária é de 96.031 (Tabela 34, acima); c) o total de pessoas desse censo, em Imperatriz, na faixa de 1 até 6 anos de estudo (censo 1980) é de 67.577; d) o somatório das pessoas pertencentes aos itens b e c (96.031 + 67.577) é igual a 163.608 pessoas; e) a população migrante desse censo é de 137.832 pessoas.

Diante dos dados expostos, para análise admite-se que a população migrante de Imperatriz, conforme o Censo Demográfico de 1980 apresentou um nível de instrução primário, posto concentrar grande parte dessa população no conjunto de pessoas sem instrução e com um a seis anos de estudo. Nesse caso, é possível pressupor que a estruturação do poder econômico desse município teve forte influência de uma pequena parcela de migrantes com grau de escolaridade superior ao dessa maioria (163.608 pessoas).

Figura 8 – Trajetória dos imigrantes segundo suas origens



Fonte: Mapa elaborado pelo autor utilizando o software QGISDEKSTOP/1.8.0 com dados da Tabela 32.

As trajetórias migratórias apresentadas na Figura 15 esclarecem as bases teóricas sobre migração de Ravenstein (1980) no aspecto da variável distância como fator de motivação para migrar. Nesse caso observa-se que as trajetórias de longas distância, ainda que de forma menos intensa, estão presentes no povoamento de Imperatriz. Entretanto, ao analisar a concepção de Lee (1980) nessa mesma perspectiva, nota-se que para ele o migrante decide migrar após analisar racionalmente a relação custo-benefício independentemente da distância.

Nessa circunstância, os deslocamentos assinalados na Figura 15 contemplam as duas situações. Porém, onde as distâncias são menores – no caso dos municípios do sul do Maranhão, do sul do Pará e norte do Tocantins – o volume de trajetórias demonstram superioridade em relação às maiores distâncias. Singer (1980) observa que a migração assumindo dimensão de classe social manifesta-se de acordo com os aspectos econômico, social, e político quanto à decisão de deslocamento para os diversos destinos (SINGER, 1980).

Tabela 35 – Mulheres de 15 anos ou mais, filhos tidos, filhos vivos, segundo a microrregião de Imperatriz – 1980

Mulheres		Filhos Tidos				Filhos Vivos
Total	Que tiveram filho	Total	Nascidos vivos	Nascidos vivos no ano anterior a data do censo	Nascidos mortos	Total
78.643	55.798	302.073	276.330	13.268	25.743	226.827

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

A Tabela 35 pretende mostrar o número de pessoas nascidas na microrregião de Imperatriz, contribuindo com o aumento populacional no Censo Demográfico de 1980. No confronto dessa Tabela com a 36 observa-se que a população migrante desse censo é de 137.832 pessoas, das quais 68.457 são mulheres. Com isso é possível pressupor que o quantitativo de migrantes contribuindo para o povoamento também ampliou significativamente a população de Imperatriz.

Tabela 36 – Mulheres de 15 anos ou mais, filhos tidos, filhos vivos, segundo o município de Imperatriz – 1980

Mulheres		Filhos Tidos				Filhos Vivos
Total	Que tiveram filho	Total	Nascidos vivos	Nascidos vivos no ano anterior a data do censo	Nascidos mortos	Total
54.380	37.945	202.432	184.676	8.805	17.756	150.813

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

A união das Tabelas acima (35 e 36) permite analisar a influência da taxa de fecundidade no crescimento da população desse município no período em estudo. Nesse caso, analisa-se a quantidade de filhos originados pelos migrantes em Imperatriz, evitando a pseudoideia de que todo incremento populacional de um censo para outro seja creditado à migração. Os registros de filhos vivos nas Tabelas 35 e 36 permitem identificar uma forte interferência na população total em virtude da quantidade de filhos vivos. A taxa de fecundidade da região Nordeste, registrada pelo IBGE no Censo Demográfico de 1970 foi 5,8; já no censo de 1980 foi de 4,4 (IBGE, 1970; 1980).

Nesse caso, calculando uma taxa referente a quantidade de filhos tidos por mulher, se obtém os seguintes resultados: para a microrregião em 1980 foram 302.073 nascidos de 55.798 mulheres; no município foram 202.432 nascidos de 37.945 mulheres (conforme Tabelas 35 e 36), obtendo-se assim uma relação de 5,4 e 5,3 filhos para cada mulher, respectivamente. Segundo o Censo Demográfico de 1970 nasceram 139.723 filhos de 26.789 mulheres em Imperatriz (IBGE, 1970), aplicando esse mesmo cálculo obtém-se uma relação de 5,2 filhos para cada mulher. Calculando a média aritmética das três relações $(5,4 + 5,3 + 5,2 \div 3)$ o

resultado é uma relação de 5,3 filhos nascidos por cada mulher de 15 anos ou mais de idade e que teve filhos no período dos censos de 1970 e de 1980.

O número de filhos de migrantes nascidos vivos alcança aproximadamente 91,2% em relação ao total de nascidos. Desse modo, acredita-se que a população total de Imperatriz no censo de 1980 foi influenciada fortemente pelo número de nascidos no período de 1970 a 1980. Isso relativiza o impacto da percepção de que o rápido crescimento populacional de Imperatriz foi devido aos fluxos migratórios. Por conseguinte, os encaminhamentos analíticos presentes neste trabalho indicam uma maior intensidade de fluxos migratórios na década de 1960, quando as formas de produção e reprodução econômica foram estruturadas.

Tabela 37 – População residente, por migração no município de residência atual segundo a microrregião de Imperatriz – 1980

Total	Naturais no município – NM		Não Naturais no município – NNM		PENDULAR – P
	Sempre morou na situação do domicílio atual	Já morou em situação diferente do domicílio atual	Sempre morou na situação do domicílio atual	Já morou em situação diferente do domicílio atual	Movimento pendular
317.948	124.668	11.181	161.647	19.768	684

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

Outro aspecto se observa quanto a população residente por migração. O demonstrativo das Tabelas 37 e 38 tem como finalidade levantar indícios característicos da dinâmica migratória nesse município e, a partir disso, apontar tipos incomuns no cerne das discussões sobre o fenômeno migratório. Os dados em análise nas citadas Tabelas permitem esclarecer que existe uma forte predominância migratória na constituição espacial de Imperatriz, pois mesmo entre os naturais no município (TABELA 37) existem, de forma implícita, imigrantes e emigrantes, ou seja pessoas, que já moraram em outro lugar. Nessa Tabela, dos 161.647 migrantes (não naturais da microrregião de Imperatriz) 19.768 afirmam ter ocupado a posição de imigrante e emigrante.

Tabela 38 – População residente, por migração no município de residência atual segundo o município de Imperatriz – 1980

Total	Naturais no município – NM		Não Naturais no município – NNM		PENDULAR – P
	Sempre morou na situação do domicílio atual	Já morou em situação diferente do domicílio atual	Sempre morou na situação do domicílio atual	Já morou em situação diferente do domicílio atual	Movimento pendular
220.079	73.950	7.400	122.022	16.153	554

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

No município de Imperatriz, conforme a Tabela 38, existem 122.022 migrantes que permaneceram no destino enquanto 16.153 migrantes não naturais afirmam ter residido em lugares diferentes do atual. Essa tabela registra também 7.400 pessoas nascidas e residentes no município, mas que já foram migrantes. No Censo Demográfico de 1980, na “Conceituação das Características Divulgadas” consideram-se também como naturais do município de residência as pessoas residentes no mesmo lugar em que nasceram, embora esse lugar tenha mudado de nome ou se transformado ou incorporado a uma nova unidade da federação ou município (IBGE, 1980).

Partindo desse conceito demográfico do IBGE e da constituição territorial de Imperatriz (constante no capítulo quatro desse estudo) é possível perceber que algumas divisões espaciais permitiram desintegrar o município, criando novos lugares, com outras denominações (como Açailândia e João Lisboa). Originou-se assim um tipo de migrante natural, que migrou, por exemplo, de Imperatriz para Açailândia sem efetuar deslocamento.

Dentro dessa visão também observa-se que a soma dos naturais com não naturais não corresponde com o total da população (TABELA 38). Isso pode ser justificado pela dinâmica da população, que se apresenta crescente em conformidade com as mutações do sistema capitalista de produção, impondo sucessivos e diversificados deslocamentos pendulares da força de trabalho. Esses deslocamentos tornam-se frequentes; o lugar de origem torna-se dormitório e os esforços produtivos centralizam-se no município de maior poder de atração, onde o desenvolvimento regional se evidencia (HIRSCHMAN, 1958).

Nesse caso da Tabela 38 o número total da população foi alcançado, atribuindo-se um número complementar 554 (não consta no censo), como um possível movimento pendular, principalmente considerando a proximidade do município de João Lisboa (12 km de Imperatriz) entre outros da circunvizinhança. Na mesma situação encontra-se a região do Bico do Papagaio (TO), na outra margem do rio Tocantins que viabiliza deslocamentos diversos de trabalhadores, permanecendo um ou vários dias em Imperatriz, estabelecendo uma residência provisória em função do emprego.

As Tabelas que seguem apresentam dados referentes às atividades exercidas pela população, ajustadas a essa década de 1980, nesse contexto regional. Além das atividades, existem informações sobre os salários recebidos nas diversas faixas, além da população sem renda. O objetivo desses dados é avaliar o nível de desenvolvimento a partir dos tipos de atividades e o número de participantes.

Tabela 39 – Pessoas de 10 anos ou mais por setor de atividade de dependência e condição de atividade, Imperatriz – 1980

Localização	Indústria	Extração vegetal e pesca	Outras atividades *
Microrregião	30.886	108.164	53.450
Município	27.718	59.463	48.790

*comércio, transporte, comunicação, prestação de serviço, administração pública.

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

As atividades desenvolvidas expressam números significativos na agropecuária, extração vegetal e pesca. A Tabela 39 totaliza 108.164 pessoas na microrregião de Imperatriz e 59.463 pessoas no município nessa atividade (IBGE, 1980). O estudo dos dados apresentados nessa tabela indica grande número de pessoas enquadradas na atividade de agricultura e extração vegetal, o que induz a pressupor que grande parcela dessa mão de obra sofreu as consequências da decadência do ciclo do arroz, nessa década. Isso favoreceu a formação de fluxos migratórios condicionados pelo o ciclo do ouro, tendo como destaque o garimpo de Serra Pelada.

Presume-se que o nível das atividades de maior peso no seu desempenho, representado pela agricultura e pela extração vegetal – em detrimento das outras atividades elencadas – reflete uma aparente desconexão com o desenvolvimento regional. Entretanto, percebe-se que já estavam latentes elementos estruturais de uma forte reserva de mão de obra capaz de viabilizar a acumulação produtiva de capital (MARX, 2006).

Tabela 40 – Pessoas de 10 anos ou mais que trabalharam no ano de referência, por setor de atividade, Imperatriz – 1980

Localização	Indústria	Extração vegetal e pesca	Outras atividades *
Microrregião	14.770	49.572	28.092
Município	13.342	26.523	25.094

*comércio, transporte, comunicação, prestação de serviço, administração pública.

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

A construção da Tabela 40 tem como objetivo estabelecer uma relação para medir a tendência de desenvolvimento econômico, comparando a atividade na indústria com a atividade de extração vegetal e pesca. Na Tabela 39, observa-se que a atividade industrial corresponde a 28,5%, enquanto na Tabela 40, que trata de dados do ano de referência do censo, a indústria apresenta-se com 29,7%. Logo, existe uma tendência de desenvolvimento econômico, considerando essa relação entre uma atividade primária e outra secundária na projeção do tempo.

Tabela 41 – Pessoas de 10 anos ou mais por rendimento médio mensal e sexo, na microrregião de Imperatriz – 1980

Até 1/4 do salário mínimo		Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
2.480	2.145	7.687	4.853
Mais de 1/2 a 1		Mais de 1 a 1 ½	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
18.937	5.040	16.727	2.013
Mais de 1 e 1/2 a 2		Mais de 2 a 3	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
8.039	730	8.903	725
Mais de 3 a 5		Mais de 5 a 10	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
5.750	424	2.892	166
Mais de 10 a 20		Mais de 20	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
1.379	78	612	20
Sem renda		Sem declarar	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
32.911	88.089	291	409

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

A projeção da Tabela 41, representando rendimentos da microrregião de Imperatriz, quando comparada com a 42 revela que há diferenças proporcionais nos rendimentos, ou seja, a população dessa microrregião é 317.948 habitantes (Tabela 37) e a do município é de 220.079 (Tabela 38), sendo essa população 69,2% em relação a outra. Mas nas faixas de rendimentos salariais os percentuais são outros, por exemplo: na faixa de 3 a 5 salários mínimos, essa proporção salta para 86,7%; na de 5 a 10 salários é de 89,8%; 10 a 20 é 94,1%; para mais de 20 salários mínimos é 88,7%. Observa-se ainda que nessa última faixa, referindo-se às mulheres, a quantidade de 20 salários pertence ao município, considerando que o mesmo está contido na microrregião.

Os diferenciais supracitados podem ser justificados em relação ao aspecto empresarial da concentração espacial da atividade, buscando sobretudo reunir empresas nos centros urbanos, enquanto as atividades primárias, como a agricultura, ocupam as zonas rurais. Nesse contexto – década de 1980 – a microrregião de Imperatriz vivenciava uma crise de desemprego com a queda da atividade agrícola, que tinha como base a produção do arroz. Entretanto, nessa década revela-se com uma estrutura urbana de grande centro, pois além do comércio varejista e atacadista já consolidado estavam estruturadas outras. Entre essas se destacam as instituições bancárias (Bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia, do Estado do Maranhão, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco, o Itaú, o Real, o Mercantil de São Paulo e o Bamerindus), as de ensino superior (Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Federal do Maranhão) e a justiça (composta por 8 juízes, 5 promotores e 50 advogados) que, em conjunto com a Polícia

Civil, a Polícia Federal e o Exército estabeleciam o aparelhamento da segurança do município (BARROS, 1996; ENCICLOPÉDIA DE IMPERATRIZ, 2003).

Tabela 42 – Pessoas de 10 anos ou mais por rendimento médio mensal e sexo, no município de Imperatriz – 1980

Até 1/4 do salário mínimo		Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
723	1.050	3.524	3.224
Mais de 1/2 a 1		Mais de 1 a 1 ½	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
12.712	4.161	12.827	1.765
Mais de 1 e 1/2 a 2		Mais de 2 a 3	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
6.701	685	7.480	639
Mais de 3 a 5		Mais de 5 a 10	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
4.971	382	2.585	163
Mais de 10 a 20		Mais de 20	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
1.302	70	541	20
Sem renda		Sem declarar	
Homem	Mulher	Homem	Mulher
20.164	60.895	214	359

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980).

Numa análise das Tabelas 41 e 42 sobre o rendimento mensal, com o propósito de associar o fator renda com o desenvolvimento regional, observa-se que o grupo com rendimento mensal acima de vinte salários mínimos é constituído por 561 pessoas no município (541 homens e 20 mulheres). No entanto, o município de Carolina – MA (ver capítulo IV), o maior centro socioeconômico do sul do Maranhão até a década de 1960, apresenta 79 pessoas (76 homens e 3 mulheres) com rendimento mensal acima de 20 salários mínimos. É importante frisar que os demais municípios dessa região apresentam números inferiores aos de Carolina nesse aspecto (IBGE, 1980).

Essa situação aduz às seguintes razões: a) permite entender que, tratando-se de município considerado inerte na década anterior a 1960, trata-se de um rápido desenvolvimento local, com impacto regional significativo; b) estão presentes os apelos teóricos sobre as desigualdades regionais discutidas por Haddad (1996) e Diniz (1993) quando consideram que a associação entre crescimento econômico, desenvolvimento regional e investimento em infraestrutura possui caráter perverso em certo sentido, podendo ser bastante heterogêneo e atuar no sentido de concentrar a renda e recursos econômicos; c) o investimento na construção da BR-010 possibilitou a criação de um polo até então inexistente, que a partir de um município inexpressivo em termos demográficos, cresceu e dificultou o avanço econômico de outros municípios; d) o ciclo da construção dessa rodovia estimulou o surgimento dos demais ciclos

(madeira, arroz, ouro) e, por conseguinte promoveu fluxos migratórios, orientados principalmente pelas redes migratórias, constituídas pela integração de famílias originadas dos municípios maranhenses mais próximos e por atores interessados (empresários e políticos) no suprimento de mão de obra.

Assim, para efeito desse estudo, considera-se a rodovia BR-010 (Belém-Brasília) como o marco do surgimento de Imperatriz como polo de crescimento econômico em virtude da sua localização privilegiada entre a rodovia e o rio Tocantins. Essa importante posição geográfica e as lideranças políticas e empresarias da região sul do Maranhão na época da construção dessa rodovia possibilitaram um povoamento seguido de uma estruturação socioeconômica do município de Imperatriz.

Tabela 43 – Pessoas de 10 ou mais com curso completo nos municípios do Sul do Maranhão – 1980

Municípios	1º grau	2º grau	Superior	Mestrado/doutorado
Açailândia	-----	-----	-----	-----
Alto Parnaíba	130	82	-	-
Amarante do Maranhão	136	44	8	-
Arame	---	---	-	-
Balsas	579	424	42	6
Barra do Corda	1.101	497	44	-
Benedito Leite	90	47	-	-
Bom Jesus das Selvas	----	----	-	-
Buriticupu	-----	---	-	-
Buritirana	-----	-----	-	-
Campestre do Maranhão	-----	-----	-	-
Carolina	899	440	64	23
Cidelândia	-	-	-	-
Davinópolis	-	-	-	-
Estreito	-	-	-	-
Feira Nova do Maranhão	-	-	-	-
Fenando Falcão	-	-	-	-
Formosa da Serra Negra	-	-	-	-
Fortaleza dos Nogueiras	-	-	-	-
Governador Edison Lobão	-	-	-	-
Grajaú	538	280	14	3
Imperatriz	7.100	3.495	725	54
Itaipava do Grajaú	-	-	-	-
Itapecuru Mirim	-	-	-	-
Itinga do Maranhão	-	-	-	-
Jenipapo dos Vieiras	-	-	-	-
João Lisboa	327	103	11	-
Lajeado Novo	-	-	-	-

Continuação...

Municípios	1º grau	2º grau	Superior	Mestrado/doutorado
Loreto	68	33	-	3
Mirador	189	104	24	-
Montes Altos	165	43	-	-
Nova Colinas	-	-	-	-
Nova Iorque	146	95	2	-
Pastos Bons	-	-	-	-
Porto Franco	235	102	18	-
Riachão	155	36	6	-
Ribamar Fiquene	-	-	-	-
Sambaíba	64	15	-	-
São Domingos do Azeitão	-	-	-	-
São Félix de Balsas	-	-	-	-
São Francisco do Brejão	-	-	-	-
São João do Paraíso	-	-	-	--
São Pedro da Água Branca	-	-	-	-
Pedro dos Crentes	-	-	-	-
São Raimundo das Mangabeiras	183	81	8	-
Senador La Rocque	-	-	-	-
Sítio Novo	132	15	5	-
Sucupira do Norte	160	44	7	-
Tasso Fragoso	-	-	-	-
Vila Nova dos Martírios	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (1980).

A Tabela 43 tem como objetivo analisar a relação entre os níveis de educação e o desenvolvimento regional. O nível de instrução integra um dos três pilares do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁵⁰ (saúde, educação e renda). A não utilização direta do IDH referente aos municípios para medir uma evolução do desenvolvimento é justificada pela inconsistência dos valores desse indicador, que são processados por médias, sofrendo influência de valores extremos nos dados coletados dos municípios.

Desse modo foram escolhidos os dados do Censo Demográfico de 1980, para permitirem uma avaliação final desse período em análise (1960, 1970 e 1980). A escolha do quesito, “curso completo a partir do primeiro grau” tem a pretensão de avaliar uma estruturação escolar do município que garante a conclusão dos estudos. Essa visão difere da avaliação por

⁵⁰ O IDH é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país. Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) e são mensurados da seguinte forma: a) Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; b) O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; c) E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita (PNUD 50 ANOS, 2016).

“anos de estudo” (metodologia do IDH), que remete a uma visão quantitativa e não conclusiva, tornando-se mais complexa para avaliar impacto sobre desenvolvimento regional.

Tomando o município de Carolina como base comparativa, observa-se na referida Tabela que os números indicando os níveis educacionais de Imperatriz superam os dessa, apesar da sua liderança anterior na região sul do Maranhão em relação a Imperatriz com apenas duas décadas de estruturação. Isso explica que houve desenvolvimento do município de Imperatriz, considerando as condições existenciais do mesmo antes do período em estudo.

5.6 Relatos de imigrantes dos ciclos de desenvolvimento econômico de Imperatriz

Este item tem como objetivo trazer os relatos de trajetórias migratórias condicionadas em função dos ciclos de desenvolvimento econômico desse município. A técnica de pesquisa utilizada na coleta das informações foi a entrevista. De acordo com Lakatos (2008) essa é um procedimento utilizado na investigação social para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. No ponto de vista de Good e Hatt (1969) ela consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social. A entrevista apresenta entre outros objetivos a averiguação de fatos; esse objetivo coincide com os relatos apresentados.

Desse modo foram realizadas entrevistas semiestruturadas observando os seguintes critérios: a) imigrantes selecionados sistematicamente com propósito de informar sobre seu deslocamento e a relação com cada ciclo econômico no período de 1960 a 1980 em Imperatriz – MA; e b) imigrantes que contribuíram diretamente na estruturação econômica espacial de Imperatriz, sob a ótica do materialismo histórico, como agentes da indústria (madeira, beneficiamento de arroz, telhas e tijolos), do comércio, da educação, da religião, da política e da agricultura durante os referidos ciclos.

Foram selecionadas cinco pessoas com as seguintes características: 1) Secretária de madeireira na década de 1970, 67 anos de idade; 2) Advogado Fazendeiro Filho de Fazendeiro, 62 anos de idade; 3) Garimpeiro comerciante, 84 anos de idade; 4) Funcionário público, político vereador, 71 anos de idade; 5) Madeireiro, 70 anos de idade. Os procedimentos dessas entrevistas foram balizados por um roteiro (APÊNDICE A) que destacou os itens a) perfil do migrante (dados pessoais – idade endereço, atividade profissional, etc.); b) situação do migrante antes da partida; c) situação no deslocamento e instalação no destino; e d) atividades desenvolvidas no destino.

Quanto ao local das entrevistas foram utilizados estabelecimentos comerciais, indústria madeireira, residências e clube de idosos no período entre segundo semestre de 2017 e início de 2018. Os instrumentos foram aparelho celular com gravador e o formulário conforme anexo.

Quanto às perguntas destacadas dos itens *b* e *c* referentes ao local de origem e os motivos que provocaram a migração, a entrevistada 01 respondeu: “Eu sou de Pedreiras Maranhão. Lá eu trabalhava em um supermercado, tinha um relacionamento muito bom com a minha família e o motivo da minha saída pra cá, para Imperatriz em 1976 foi por causa de minha separação (conjugal)” (GISELE, mulher, 67 anos de idade). Já o entrevistado 02 afirmou:

Sou da zona rural de Montes Altos, morei um ano em Montes Altos, depois fui para Imperatriz (1971), morei quatro anos, em seguida morei sete anos em Goiânia e, em 1982, voltei para Imperatriz e estou até hoje. Meu pai sempre foi agricultor e pecuarista. Na verdade não foi escolha minha vir para Imperatriz quando eu era jovem, meus pais achavam que eu tinha problema de coluna e me colocaram para estudar lá mesmo na fazenda. A minha vinda para Imperatriz ocorreu em função do meu pai viajar sempre para fazer negócios e compras, aqui ficando hospedado em uma pensão próxima à Praça de Fátima e, em seguida, me trouxe e deixou nessa pensão aos cuidados da proprietária. (CARLOS, homem, 62 anos de idade).

O aspecto da escolha para migração, mostrado no relato acima, ratifica as formas de constituição dos fluxos migratórios para Imperatriz. Analisando os dados sobre a composição da população desse município por faixas etárias no Censo Demográfico de 1960, observa-se que 20.781 indivíduos são menores (até 19 anos de idade), possivelmente dependentes das decisões dos pais. Sabendo-se que dos 39.169 habitantes de Imperatriz, 30.900 são migrantes (IBGE, 1960), presume-se que mais da metade desses migrantes, na época, eram involuntários. Segundo Duhram (1984), a necessidade de melhorar as condições de vida pode contribuir para o abandono da sociedade de origem, onde não existe possibilidade para a ascensão social. Afirma o entrevistado 03:

Sou de Arraial do Piauí, meu pai era cearense com onze filhos. Mudei para Poção de Pedra no Piauí para estudar e de lá fugi para os garimpos (em 1954, aproximadamente com 21 anos de idade). Fiquei 28 anos fora da família. Não tinha informação sobre Imperatriz, apenas passei por aqui no meu deslocamento para os garimpos. Aqui só tinha o porto e do outro lado, na Bela Vista do Tocantins, tinha umas quatro casinhas. Naquela época, meu destino era chegar no garimpo de xambioazinho. Trabalhei em Marabá, Jacundá e Tucuruí em garimpos e também em agricultura de arroz, cortando lenha para o trem. Consegui juntar dinheiro em Porto Velho e, em 1969, me livrei da pobreza, comprei terras na região de Ribeirãozinho [vizinho a Imperatriz]. (GETÚLIO, homem, 84 anos de idade).

As abordagens sobre o ciclo do ouro, referenciadas neste trabalho pelo garimpo de Serra Pelada mostram que na década de 1950, no município de Araguanã – TO surgiu um famoso garimpo de cristal de rocha atraindo migrantes do Maranhão, Pará e do Piauí (PREFEITURA DE ARAGUANÃ /PORTAL DOS CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL, 2010). O

entrevistado, oriundo do município de Arraial – PI, fronteira com o estado do Maranhão, relata que nessa década seu deslocamento tinha como destino o garimpo de Xambioá – TO, localizado próximo ao garimpo de Araguaã, na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins (IBGE, 2015). Essa região faz fronteira com Imperatriz, tendo como limites o rio Tocantins. Essa narrativa assinala a utilização do município de Imperatriz através do porto para o acesso aos garimpos. O quarto entrevistado, ainda sobre essa questão, assinala:

Nasci em Caxias, no Maranhão e fui estudar em São Luís, acolhido na casa de um tio. Meu pai era carpinteiro e marceneiro. Minha mudança para Imperatriz tem como origem um emprego inicial com um significativo tempo de duração na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tive a necessidade de pedir a minha demissão quando já era portador de nível superior e, conseqüentemente, surgiu a oportunidade de trabalhar na Secretaria de Estado da Agricultura do Maranhão. Coordenei a Equipe Volante de Alienação de Terras devolutas do Estado do Maranhão. Depois dessa atividade, fui designado para trabalhar no INCRA como Advogado Chefe do Setor Jurídico, sendo classificado em Imperatriz em 1975 (ORLANDO, homem, 71 anos de idade).

O quinto entrevistado, por sua vez, afirma

[...] sou natural de Luz, no oeste de Minas Gerais, filho de agricultor e cheguei a Imperatriz em 1967 com vinte anos de idade. Na minha cidade eu trabalhava em comércio e estudava e o motivo da mudança para Imperatriz ocorreu através de um convite de um conterrâneo amigo do meu pai, que já estava aqui (PAULO, homem, 70 anos de idade).

Os relatos desse migrante se enquadram na decisão de migrar segundo a percepção de Lee (1980), pois esse autor acredita que o indivíduo decide migrar após analisar racionalmente a relação custo-benefício. Nessa concepção, a migração seria a mudança permanente ou não de residência, independente da distância do deslocamento, da condição voluntária ou involuntária. Nessa narrativa, a pessoa entrevistada demonstra que naquela época (1960- 1980) havia uma expectativa positiva de prosperidade com a sua migração para Imperatriz.

Analisando esses relatos, orientados pelas perguntas, observa-se que nessa amostra de 8,0% (oito por cento) – com cinco pessoas entrevistadas do universo dos imigrantes listados no anexo D – encontram-se três migrantes maranhenses, um piauiense e um mineiro. É importante esclarecer que as pessoas entrevistadas não foram selecionadas por origem e, mesmo com uma pequena amostra, o predomínio de imigrantes maranhenses é evidente. Para atender aos critérios estabelecidos eles foram selecionados priorizando-se os de idade superior aos 60 anos que tenham exercido atividades diversificadas e chegado a Imperatriz dentro do período em estudo (1960 a 1980).

Quanto às origens, percebe-se que os entrevistados Gisele, Carlos e Orlando deixaram suas origens de forma involuntária. No entanto, Getúlio e Paulo tiveram situações diferentes.

Orlando buscou uma vida melhor saindo de um convívio familiar no município de Arraial do Piauí; seu pai, originário do Ceará, tinha 11 filhos. Esse município está classificado na posição 5.251 no conjunto dos 5.570 municípios do país em termos econômicos. Desse modo, acreditase que na década de 1950, quando o entrevistado ainda residia lá, a situação era inferior a atual, justificando uma saída até certo ponto racional. No caso do Paulo, a relação custo-benefício determinou sua migração para Imperatriz (LEE, 1980).

Os itens *c* e *d* foram criados visando detectar indícios de formação de rede. As perguntas mais destacadas foram destinadas a esclarecer como o entrevistado conseguiu informações sobre o destino e se convidou ou influenciou pessoas para migrarem para Imperatriz. A resposta da primeira entrevistada (Gisele) foi a seguinte:

[...] As informações que tinha sobre Imperatriz era o meu tio que já morava aqui e falava que aqui tinha muitos empregos. Fiz a viagem de ônibus e foi acolhida pelo tio. Meu primeiro emprego aqui foi no escritório de uma madeireira, no bairro ouro verde. Depois trabalhei na loja Bazar Ipanema, onde fiz muitas amizades. As dificuldades que passei foi morar na casa do tio e ter que fazer os trabalhos de limpeza doméstica da casa. Depois veio meu irmão para pegar um emprego de motorista.

Já o segundo entrevistado (Carlos), afirma:

[...] Meu primeiro emprego em Imperatriz foi como atendente do bar de propriedade do genro da dona da pensão. Minhas maiores dificuldades eram por ter sido criado na zona rural e ter que aprender a viver na zona urbana. Não tenho lembrança das pessoas que informei sobre Imperatriz, mas creio que dei informações a algumas pessoas que se deslocaram e continuam morando em Imperatriz.

Getúlio, o terceiro entrevistado, relata:

[...] vendi fazenda e comprei o terreno desta casa e me tornei comerciante comprando material do Armazém Martins de Uberlândia. Naquela época existiam três casas de comércio, Casa São João, São Lucas e Casa Lima e o que não fosse encontrado nessas três casas só encontrava em Belém ou Goiânia.

O quatro migrante selecionado para esse estudo (Orlando) afirma:

[...] Aqui cheguei com esposa e filho para exercer essa função. Constituí boas relações de amizades principalmente ao integrar o Lions Clube e o Movimento Cursilista da Cristandade na Igreja Católica. Em função desse amplo conhecimento fui eleito como Vereador. Acredito que influenciei, indiretamente, algumas pessoas a migrarem para Imperatriz.

O último dos interlocutores de pesquisa (Paulo), por sua vez, comenta:

[...] Em função de ter concluído o curso de Técnico em Contabilidade, fui colocado na empresa de beneficiamento de arroz desse amigo como gerente. Depois trabalhei na agência da Ford e em 1976 comprei esta madeireira. Em virtude da minha mudança veio de Minas Gerais para Imperatriz a minha esposa e meu irmão.

Paulo mostra ter vivenciado o ciclo do arroz como proprietário da força de trabalho e o ciclo da madeira como proprietário dos meios de produção. Sua ascensão pode ter sido em função da sua formação técnica de 2º grau, pois esse nível de escolaridade, no período em análise, se constituía como diferencial. Essa observação é consubstanciada pela Tabela 43, que trata do nível de escolaridade, mostrando a população da região sul do Maranhão. Nos 49 municípios, apenas 19 apresentam pessoas com segundo grau completo. Observa-se ainda o destaque de Imperatriz, com 3.495 pessoas nesse grau de estudo, estando muito distante dos municípios de Barra do Corda, com 497; Carolina, com 440; Balsas, com 424 e Grajaú, com 280; esses quatro municípios foram emancipados no século XIX (IBGE, 1980).

Com referência as respostas dos itens *c* e *d* – como conseguiu informações sobre o destino e se convidou ou influenciou pessoas para migrarem para Imperatriz – os relatos apontam para uma forte conexão familiar. Isso está claro na entrevista do primeiro interlocutor, que tinha informações do tio. Carlos tinha o conhecimento de Imperatriz como um local de negociação e compras do pai. Paulo teve informações através do amigo do seu pai. Getúlio e Orlando, muito embora não relatasse diretamente conhecer Imperatriz por informações anteriores, foram informados por pessoas que orientaram seu estabelecimento nesse município. No caso do Getúlio, foi informado através da instituição a que pertencia; no caso do Orlando, mostra-se a influência de um amigo. Observa-se também em relação ao poder de influenciar para migração que essa incide sobre familiares e amigos, tendo como exemplo os relatos do entrevistado Paulo, cuja migração influenciou o deslocamento do irmão e da esposa.

Em função desses relatos, confirmam-se os indícios da formação de redes e trajetórias migratórias já prenunciadas nos dados censitários que apontando a migração de homens e mulheres para Imperatriz em uma mesma proporção. A forma como a dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz condicionou os fluxos migratórios é exemplificada nas narrativas dos entrevistados que, após instalados nesse município, influenciaram familiares, parentes e amigos a migrarem e, desse modo, constituíram-se as redes migratórias. A difusão e propagação das informações sobre os ciclos econômicos de 1960 a 1980 foi possível com a participação de migrantes inseridos no processo produtivo principalmente na produção do arroz. Também pode-se observar o envolvimento de migrantes em mais de um ciclo, como no caso de Paulo, que obteve condições de propagar para migrantes potenciais esse surto de desenvolvimento.

Além desses entrevistados, partindo de um critério seletivo de idade, outros imigrantes participaram desta pesquisa, sendo selecionados os acima de 65 anos que tivessem migrado para Imperatriz a partir de 1950. Os relatos a seguir estão distribuídos por ciclos, ou seja,

imigrantes trazidos por influência dos ciclos analisados nesta tese. Dois desses migrantes foram identificados a partir do ciclo que motivou a construção da rodovia Belém-Brasília; dois são oriundos do ciclo da exploração da madeira; 3 do ciclo do arroz; e, por fim, dois migrantes provenientes do ciclo de exploração do ouro. Os primeiros relatos são os de imigrantes do ciclo da construção da Belém – Brasília:

Eu nasci em Caçapava do Sul, perto de Bajé. Quando eu era solteira eu trabalhava com meus pais na roça no Rio Grande do Sul. Depois me casei com um rapaz que trabalhava em firma de BR e em uma época transferiram ele pra cá, pra SUTEPA. Isso foi assim de 1955, 1958. E nos trabalhos de BR ele era sempre um dos primeiros que vinha, ele era chefe, essas coisas assim, e aqui era um lugar assim... E depois que chegamos aqui, ficamos muito tempo, ele arrumou outra mulher e me deixou aqui criando meus filhos. Não veio ninguém da família de lá pra cá, eles tão tudo aposentado. (MARIA, mulher, 68 anos de idade).

A partir do relato percebe-se que o casal migrou em função do trabalho de um dos cônjuges, no caso, do marido. Vale salientar que a migração das mulheres nem sempre é uma escolha autônoma no processo migratório. Na maioria das vezes ela é motivada pelo casamento, fato este que também pode ser observado no caso das migrações internas envolvendo determinados ciclos econômicos. O marido veio para trabalhar na construção da rodovia Belém-Brasília e trouxe consigo a esposa. A situação de fragilidade da mulher migrante fica evidenciada no relato acima. A partir do momento que o casamento acaba, a mulher pode se sentir abandonada. No relato acima fica evidente que a rede familiar é algo importante para o suporte daqueles que migram. No relato abaixo observamos que a rede familiar pode facilitar o processo de inserção e de adaptação do migrante e evitar que as dificuldades ou desafios do migrante se ampliem no local de destino.

Quando eu cheguei aqui tinha apenas 8 anos de idade. A família do meu padrasto morava aqui, aí a gente veio também em 1958 e fui morar na Gameleira, povoado de João Lisboa. Vi tudo da abertura da estrada Belém Brasília, os tratores era uma poeira tão grande que o povo chamava os operários de cassacos e candangos. Estudei em João Lisboa fiz uma preparação para o trabalho. Aqui a rua 15 de novembro era a rua do fio porque tinha um fio de telégrafo e a avenida Getúlio Vargas era a rua da piçarra (IOLANDA, mulher, 66 anos de idade).

A construção da rodovia Belém-Brasília, no trecho delimitado para o município de Imperatriz, registra historicamente a abertura da mata, da selva amazônica. Assim, é possível entender que parte dos imigrantes trazidos por esse ciclo para esse município eram trabalhadores recrutados pelas firmas contratadas para essa obra ou tinham vinculações com esses. Os relatos acima indicam duas histórias de migração motivadas pelo mesmo ciclo econômico, mas com implicação diferenciadas no que diz respeito as redes de apoio familiar. O primeiro fala um operário migrando por imposição do trabalho com implicação no

deslocamento da família saindo do Sul do País para a região Norte. O segundo caso relata uma migração influenciada por parentes já instalados em Imperatriz, sobrevivendo a partir de em uma dinâmica de construção de estrada. No relato da Iolanda há registro do deslocamento da família em 1958, influenciada por outra já residente na microrregião de Imperatriz, indicando, desse modo, como esse ciclo condicionou fluxo migratório nesse período. Seguiu-se a esse ciclo o de exploração da madeira, do qual têm-se os seguintes relatos:

A seca do Ceará era demais, viemos pra Fortuna. Meu filho caçula tinha 06 anos, meu marido era fotógrafo, aqui botei uma roça, comprei a terra barato, tinha uns animais, cheguei a criar 100 bois. Naquele tempo tinha muito caminhão levando madeira, e um caminhão chamado folha larga, que levava muita madeira. Veio muita gente do Ceará pra cá, uns primo meu e a irmã da minha mãe veio também (ANITA, mulher, 73 anos de idade).

No caso da família acima, as dificuldades econômicas no local de origem, especialmente ligadas às questões ambientais, motivaram a migração. No relato fica evidente que durante o período de 19... (ela não lembra) era comum a migração de muitas famílias que partiam de municípios do Ceará rumo à Imperatriz. A rota de transporte da madeira também refletia na própria rota da migração naquele período. A seca nordestina motivou grande parte das migrações do Nordeste em direção a outros estados do Brasil, especialmente a região Sudeste.

Era assim, meu pai e minha mãe morava no Ceará, agente era tudo pequenininho, animal nesse tempo não tinha carro ficamos em São Domingo já ouviu falar? Fica lá pra Presidente Dutra, plantamo roça, depois fumo pra Imperatriz. Aqui era tudo mato, nós trabalhava lá na serra do doutor Armindo, era oito irmão, criava animal, plantava roça... Ave Maria, aqui tinha tanto madeireiro que chegava a fazer poeira, trabalhei no garimpo Serra Pelada até aquele bicho morrer, e depois ficou o Curió. (JOSÉ, homem, 76 anos de idade).

Na fala do entrevistado observa-se as principais atividades econômicas dos migrantes e suas ligações com os diferentes ciclos econômicos que marcaram a região Sul do Maranhão, especialmente Imperatriz. O trabalho com a agricultura e o ouro vieram antes do trabalho com a madeira. Assim, esses dois relatos acima dão conta também da chegada de migrantes nos períodos que antecederam esse ciclo. A implantação desse ciclo associa-se à abertura da estrada e a ocupação de terras devolutas para organização de roças e o plantio de arroz. Os relatos anteriores diferem do relato do migrante Paulo que, vindo de Minas Gerais implantou uma madeireira em Imperatriz. Já do ciclo do arroz, são apresentados os seguintes relatos:

Não, eu vim do Povoado do Sítio Novo do Goiás, na época, que hoje é Tocantins né. Eu tinha acho que 10 anos, tem muitos anos. Transporte não tinha, não tinha carro, bicicleta, o transporte eram os animais, cavalo né. Também não existia estrada não, era só caminho, né, tinha muito arreião, era muita dificuldade pra se locomover. Eu acho que como é perto de Imperatriz, né, eu acho que no período do dia. Quando cheguei aqui já tinha tias minhas daqui mesmo, né. Aliás, parece

que ela veio foi lá da Passagem Franca, estado do Maranhão, e veio direto pra Imperatriz. E eu não sei bem como foi que o papai veio não, provavelmente foram essas pessoas, amigos e parentes. Na época só veio meu pai pra cá, agora de lá da Passagem Franca pro Tocantins vieram toda a família, veio pai, veio a mãe dele, e todos os irmãos, todos vieram pra aqui. Agora pra cá, para Imperatriz, veio ele, ele era alfaiate, costurava, aqui era só ele que trabalhava. Minha mãe ficava em casa e só ele trabalhava, veio aqui pra esse mercado. Quando ele chegou ele veio primeiro aí aqui ele ficou morando nessa casa da minha tia e ficou trabalhando no mercado. Arrumou um pontinho ali pequeno e começou a trabalhar. Depois de um tempo é que a gente veio. Ele vendia mercadoria, a clientela daqui era todinha aqui do imbiral tocantin, a passagem era por aqui de barco era aqui por que aqui era o centro, era a rua principal a cidade. Eu voltei sim a visitar. A gente sempre ia final de semana, feriado, mas com o tempo a gente foi deixando de ir. Estudei aqui em Imperatriz, fiz faculdade, arrumei emprego no Tocantins assim que terminei a faculdade, passei no concurso no Tocantins e fui trabalhar lá. Como a estrada era ainda de difícil acesso eu passei a morar lá e às vezes a gente vinha no sábado e voltava no domingo à tardinha. (ZÉLIA, mulher, 67 anos de idade).

O relato acima evidencia as principais dificuldades de mobilidade encontradas durante a migração, especialmente a falta de transportes e estradas para empreender o percurso migratório. As dificuldades de locomoção não impediram as migrações para Imperatriz, mas faziam com que a família não migrasse em conjunto. Muitas vezes um dos membros, geralmente do sexo masculino, enfrentava a travessia para, posteriormente, trazer a família ao local de destino. No relato fica evidente que as redes de solidariedade familiar foram importantes para que o migrante pudesse amenizar os desafios impostos pela migração. Já para a segunda geração, a escolaridade e a qualificação, assim como a integração ao local de destino intensificam a rotatividade migratória, que pode ser marcada por idas e vindas.

Eu morava em Balsas, fui criada lá, tinha uns 9 anos, aí eu me casei e fui pra Goiás, aí passou uns 4 anos, aí eu vim pra cá, pra Porto franco, que minha mãe tava aí. Eu saí de lá e vim pra cá morar mais ela, aí comprei um terreno lá pro rumo do Brejão, passei nove anos trabalhando de roça. Plantava arroz, milho, feijão pra comer e vender. Depois de lá nos fumo, porque meu esposo passou aqui nove anos, e foi pra o rumo bem pra lá pro Brejão, em um povoado Muçambé, é Brejão do São Francisco, lá pra Açailândia, aí nós fumo mais pra cá, pro rumo daqui de Imperatriz, moremos lá de 5 a 6 anos, não tô lembrada, sei que depois de lá, nós viemos pra cá. Em João Lisboa já tem 20 anos, não quero mais mudar não, eu gostava de mudar. Não, eu deixei minha mãe lá em Balsas, porque eu me casei, não tinha nem 4 mês aí eu ficava com minha família (ELZA, mulher, 69 anos de idade).

Já o enunciado acima evidencia que a trajetória migratória pode ser composta por várias etapas, especialmente para o migrante que encontra dificuldades e precariedades econômicas durante a trajetória. Mesmo com o apoio das redes de solidariedade familiar, o deslocamento, para determinados grupos sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, pode ser extremamente difícil.

Morava no Piauí, Município de Amarante Palmerás em 1964, eu era novinho e vim morar aqui junto com a família, e os pais trabalhavam lá na roça, na beira do

rio, plantando fumo, plantando arroz, feijão, milho e nós carregava lenha. Naquele tempo as lanchas a vapor de Parnaíba à Florianópolis... Aí resolvemos vir pra cá porque a gente trabalhava, e dia de domingo comprava um quilo de carne e às vezes ainda comprava fiado, no interior era difícil. Aí minha avó disse assim: meu filho, vocês procura a mata verde, onde o sol se põe, e nós disse, sabe de uma coisa, nós vamos embora, toquemos no rumo de cá né, só quatro irmão né, viemos de caminhão, saímos sem destino, a donde nós ficar nós vamos trabalhar né, foi mais ou menos. Vendemos tudo, bode, animal, toda coisa, feijão que tinha lá e toquemos no rumo de lá pra cá. Nós descemos pro Goiás, Tocantins, nesse tempo era só Goiás, comer caça toda coisa lá dentro. A gente se instalou na Bela Vista, aí atravessamos pra cá e estamos aqui até hoje, Passamos uns três a quatro anos para poder vir pra cá. Compramos terreno, ainda não terminou, falta muita coisa ainda, eu vendi uma roça de arroz todinho pra comprar esse terreno, naquele tempo foi 20 contos, carregando arroz nas costas e a atividade que exercia aqui era na roça, com arroz, fui pro trecho seco buscar arroz, fui trabalhando devagarinho até hoje. No tempo que estou aqui já umas quatro vezes no Piauí e vem gente de lá pra cá e já tem muita gente, tem parente, tem irmão, primo, tamo até hoje graças a Deus. A atividade de alfaiate desde pequenino, com nove anos eu comecei a trabalhar, eu fui pra Terezinha e aprendi lá né, aí cheguei pra cá e fui trabalhando devagarinho, concertando, fazendo tudo, logo pra costurar eu tinha a cabeça boa, eu via uma pessoa assim, eu tirava o molde da pessoa e fazia a calça, eu tinha a cabeça boa, hoje eu já tô veio né, tô só concertando agora. Eu nunca quis trabalhar em garimpo, eu vou ficar sempre em casa ganhando pouquinho, mas roendo devagarinho, caminhando pra igreja sempre, graças a Deus. (RAIMUNDO, homem, 73 anos de idade).

Os imigrantes trazidos pelo ciclo do arroz descrevem uma trajetória que corresponde ao período entre as décadas 1950 a 1960, com atividades caracterizadas pelo predomínio das roças e plantio de arroz, tendo um histórico de parentes na ligação da transição entre a origem e o destino, como garantia de um futuro melhor. Apresentam como origem e etapas da trajetória municípios maranhenses, com exceção de Raimundo, que saiu do Piauí, mas nas fronteiras com o Maranhão. Os imigrantes do garimpo de diamante no Tocantins e Serra Pelada no Pará, por sua vez, relatam:

São Domingo do Zé Freire perto de presidente Dutra em 1957, nós viemos embora pra cá, nós chegamos aqui em um dia de sábado as 4:00 horas da tarde. Aí nós chegamos aqui bem aqui aonde tem esse supermercado, tinha uma casinha velha eu não dava 5 metros quadrado, nós ficamos lá debaixo junto com a família, meu pai, meus irmãos tudo. Antes lá a gente trabalhava de roça, chegamos aqui e ainda não tinha a Belém-Brasília, ainda nós viemos de caminhão pau-de-arara. Foi meus tios que falaram que aqui era bom, meus tios morava aqui em Tocantinópolis e o nome não era esse era outro, não tô lembrado, aí convidou e nós viemos pra cá em 1957. Aí nós ficamos aqui, não tinha Belém-Brasília, não tinha casa. Descendo tinha um olho d'água. Era caatinga, eu comprei essa casa aqui, eu trabalhei no garimpo arranjei um pouco de dinheiro e comprei isso aqui. Eu ia de pé pro garimpo, porque não tinha transporte. Era em Araguatins, atravessando o Araguaia, garimpos do Pará em 1962. Trabalhei em uma demarcação de terra no Pará, fiquei por aqui até agora. Fui pra Serra Pelada, trabalhei em garimpo de diamantes de pedras preciosas, e ficamos por aqui. Em 1971 minha mãe morreu, em 1981 meu pai morreu e assim, eu morava ali. Aí vendemos uma parte da casa, meu irmão ficou morando lá, aí eu comprei esse terreno aqui com o dinheiro do diamante, não foi de roça nem trabalhando pros outros não. E de lá só veio minha família, vendemos tudo que tinha lá e viemos embora pra cá, aí sofremos muito, graças a Deus não devo nada a ninguém, tenho muitos amigos e minha família é respeitada assim. Não é

porque sou valente, não, é só de amizade, né. Porque não tinha alguém pra a gente trabalhar pra ele, não tinha emprego nada aí, sofremos muito aqui, porque nós não tinha nada, só tinha pescaria e trabalho de roça. Fiquemos aqui, passemos uma fomezinha, mas vencemos a batalha e tamo por aqui né. Minha idade, eu tô com 80 anos, eu cheguei aqui com 19 anos, e tô por aqui assim até agora né. (ANTÔNIO, homem, 80 anos de idade).

A migração de indivíduos de variados extratos sociais rumo ao garimpo de Serra Pelada marcou o ciclo econômico do ouro. As condições de vida dos migrantes que escolhiam as atividades ligadas ao garimpo geralmente foram marcadas pela intensa mobilidade espacial, que pode ou não obedecer a padrões definidos. De acordo com Povia-Neto (1997) as dificuldades para classificá-los em termos de áreas de origem e de destino acarretam problemas para a definição quanto a qual seria seu "lugar devido". O desconhecimento da complexidade de seus padrões de mobilidade favorece uma indefinição quanto a como lidar com estes movimentos.

Bom, eu não tinha ideia nenhuma, e minha irmã mais nova, que morava comigo veio passear aqui com uma colega nossa no movimento da exposição e quando chegou lá, já me arrastou pra cá, eu não conhecia nada aqui. Minha irmã veio aí voltou e me trouxe né, e eu fui logo na escola técnica do Amaral Raposo do Fiqueninho, e arrumei um trabalho, depois eu consegui também um trabalho no Imperador da Vânia, e fui trabalhando, trabalhando, arrumei um contrato no Graça Aranha do Estado né. Já vim com formação, formada mesmo, eu fiz a graduação em letras pela Universidade Estadual do Maranhão e quando eu vi, já tinha inclusive uma especialização em metodologia do ensino superior. E vim pra cá, comecei trabalhar, morei perto da escola né, casa alugada né, e fui lutar por uma casa própria, e entrei na universidade, porque estava precisando de professores de literatura e de estágio, entrei na universidade em 1983. A minha irmã era professora do ensino fundamental, mas casou foi embora e eu fiquei sozinha aqui, aí fiquei trabalhando e morando aqui. Eu não pretendo sair daqui, aqui é a terceira cidade, porque eu nasci em Brejo dos Anapurus (MA), fica no baixo Parnaíba, aí de lá fui morar em Pedreiras, lá eu fiz o magistério, aí passei no vestibular, fui embora pra São Luiz, e vim pra cá. Foi na época do ciclo do ouro da serra pelada né, eu não incentivei ninguém a vir pra cá, o único incentivo foi falar que Imperatriz é bom, mas tem que ir com uma formação né. Inclusive muita gente perguntou de que era que eu vivia, eu digo vivo da educação do magistério né e daqui eu fui fazer uma Especialização em Minas Gerais na PUC. Aí eu fiz língua portuguesa redação e continuei trabalhando no âmbito escolar até agora. (LÚCIA, mulher, 75 anos de idade).

A entrevistada Lúcia descreve sua trajetória como uma mulher qualificada na área do ensino, que foi atraída por pessoa da família (irmã) na perspectiva de boa colocação no mercado de trabalho de Imperatriz no período do garimpo de Serra Pelada. É importante ressaltar que esse município, durante o surgimento do citado garimpo, vivenciava a queda do ciclo do arroz e apresentava-se como o centro comercial mais dinâmico próximo (247 km) desse garimpo. Esses fatos instigaram a força de trabalho originada no ciclo do arroz a se locomover em busca de emprego, bem como incentivou os comerciantes para construir uma infraestrutura de suprimento para o garimpo de Serra Pelada.

Povoa-Neto (1997), ao tentar estabelecer uma diferenciação entre as formas de mobilidade espacial na atividade garimpeira, comenta as questões de acesso a certo tipo de garimpo, que se constitui pelas estruturas de poder e de controle da comercialização de bens de consumo por chefes e comerciantes estabelecidos no local. Comenta ainda que nesses garimpos encontram-se trabalhadores que abandonaram a atividade agrícola ou que mantêm uma alternância entre esta e a garimpagem, deslocando-se periodicamente entre as duas, em um ritmo cíclico que acompanha a sazonalidade de ambas (POVOA-NETO, 1997).

Nos estudos deste capítulo V, no item 5.4, referente ao ciclo do ouro, consta a existência de uma vocação de garimpo presente em muitos trabalhadores em Imperatriz, especialmente aqueles que transitaram pelas minas de minérios do estado de Goiás e do Tocantins. A decadência dessas minas liberou imigrantes que participaram do ciclo do arroz em Imperatriz. Em seguida durante o declínio do arroz, o garimpo de Serra Pelada surgiu como uma alternativa de trabalho, ensejando destarte outro processo migratório para os residentes e para aqueles que chegaram ao município na década de 1980, atraídos pela dinâmica desse ciclo do ouro.

A região sul do Maranhão, especialmente o município de Imperatriz, tem-se constituído como território de migração a partir dos diferentes ciclos econômicos que marcaram o seu desenvolvimento. A partir desses deslocamentos, esse espaço desponta igualmente como “cenário” de disputa de territórios econômicos, políticos e culturais da região amazônica. O contexto dessas disputas são as investidas capitalistas sobre os diferentes recursos da região e as demandas assumidas pelos grupos de migrantes que ali se estabeleceram.

A divisão do trabalho, tendo em vista os diferentes ciclos econômicos analisados, possibilita evidenciar os principais tensionamentos e conflitos que marcam as trajetórias de vida de forma desigual. As percepções evidenciadas com base nos relatos permitem visualizar um grupo de migrantes despossuídos de condições econômicas, em sua maioria ligados a atividades de força de trabalho braçal e em subempregos. Percebe-se inclusive relatos de condições análogas à escravidão nas primeiras atividades exercidas. Cabe salientar que as formas de apropriação – usos e interpretações – desse tema variam a partir dos recortes de grupos sociais que podem ser analisados, evidenciando a historicidade e a multiplicidade dos processos de construção de territórios pelos diversos sujeitos sociais.

Os diferentes ciclos econômicos analisados e os relatos nos permitem verificar perspectivas de dominação político-econômica baseadas em um modelo de desenvolvimento capitalista a partir de grandes projetos. Os empreendimentos econômicos oriundos dos diferentes ciclos de desenvolvimento demandavam trabalhadores. São evidenciadas também as contribuições na formação socioeconômicas desse município através da migração de pessoas

qualificadas. Isso se evidencia no relato de Orlando que, possuindo curso superior, chegou a Imperatriz na década de 1970; isso aponta para possibilidades de influência na construção da superestrutura desse município (MARX, 2006). Inseridos nessa concepção, verifica-se o deslocamento de imigrantes influentes, listados no anexo D, de acordo com a organização tabular a seguir.

Tabela 44 – Contribuição dos imigrantes influentes na formação da estrutura e superestrutura de Imperatriz – MA por lugar de origem

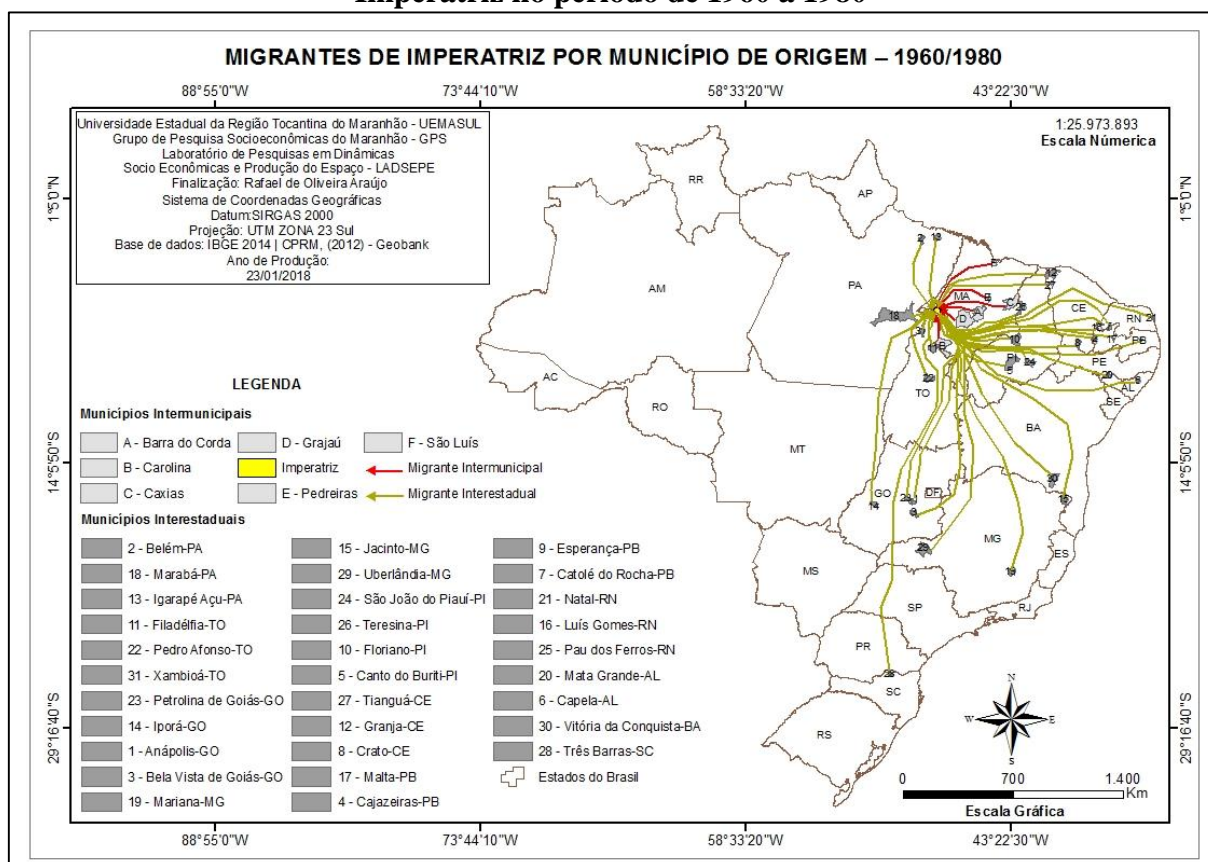
Lugares no Maranhão	Imigrantes	%	UF	Imigrantes	%
Carolina	05	22,7	GO	12	30
Grajaú	04	18,1	PA	7	17,5
Barra do Corda	04	18,1	CE	6	15
Caxias	03	13,7	PI	6	15
Pedreira	03	13,7	PB	5	12,5
São Luís	03	13,7	MG	4	10
Total	22	100	-- --	40	100

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da listagem do anexo D

Essa Tabela foi construída com o objetivo de avaliar o poder de influência na formação econômica de Imperatriz. Nela constam os municípios maranhenses que mais forneceram imigrantes destacados nos setores econômico, social e político. Na outra coluna estão os imigrantes com essa mesma distinção, mas que são oriundos de outros estados. A análise desses dados implica esclarecer que a maior categoria em termos de atividade forma o conjunto dos comerciantes/empresários, seguido pela categoria dos políticos. Esses, em sua maioria, integram a categoria anterior (comerciantes/empresários).

Os dados numéricos indicam que o conjunto formado pelos proprietários dos meios de produção de origem em outros estados, fora do Maranhão, apresenta maior poder de influência nessa constituição econômica do que o conjunto dos imigrantes maranhenses. É importante observar que, de acordo com a Tabela 32, o maior contingente de imigrantes em Imperatriz (por lugar onde nasceram) é originado dos municípios maranhenses. Mas, como se observa nos imigrantes listados como expoentes da formação econômica, social e política, presume-se que o grande contingente de imigrantes do Maranhão constituiu a massa dos detentores da força de trabalho.

Figura 9 – Origens dos imigrantes expoentes na formação estrutura e superestrutura de Imperatriz no período de 1960 a 1980



Fonte: Mapa elaborado pelo autor utilizando o software QGISDEKSTOP/1.8.0 com dados do anexo D.

A figura 16 pretende mostrar, a partir dos dados do anexo D, os municípios de onde vieram os migrantes, considerados como os principais atores na organização do processo de produção econômica e social de Imperatriz, tendo como base elementos conceituais do materialismo histórico. Credita-se, destarte, que a decisão de migrar desses alia-se às concepções neoclássicas de Lee (1980) e Todaro (1980), com fulcro no princípio da racionalidade.

5.7 Análise circunstanciada das questões fundamentais, dos fluxos migratórios da formação histórica de Imperatriz – 1960-1980

Nas discussões edificadas até este item ressaltou-se que a dinâmica de desenvolvimento de Imperatriz cria necessidades que impulsionam fluxos migratórios, mas, ao mesmo tempo, esses fluxos estão vinculados às redes pessoais, interpessoais e espaciais. O município está vinculado, em suas diferentes fases, com outros municípios, com outras regiões do estado ou de outros. Como essas relações condicionam os fluxos migratórios?

O município de Imperatriz se limita com os seguintes municípios do Maranhão: Açailândia, João Lisboa, Davinópolis, Montes Altos, Cidelândia, Buritirana, São Francisco do Brejão, Senador Lá Roque, Amarante e Campestre (FIGURA 01). No período em estudo (1960 – 1980) esse conjunto formava a microrregião de Imperatriz. A porção espacial que hoje forma esse município era representada pelo seu porto, sem comunicação rodoviária com os demais, pois a ligação era pelo rio Tocantins, tendo na outra margem Bela Vista, do estado de mesmo nome, que era habitado (como pode ser visto no relato de Getúlio). Em função disso, considera-se que grande parte dos vínculos demográficos das trajetórias migratórias tem esses locais como referências pela proximidade (RAVENSTEIN, 1980), dado o referido isolamento para com a capital do Maranhão (a ligação era com Belém- PA). Um exemplo disso está no relato de Zélia, que fez seu deslocamento migratório transportada por animal (cavalo), em função da curta distância e inexistência de estradas.

A resposta acima possibilita o surgimento dos seguintes questionamentos: como os diferentes ciclos de desenvolvimento econômico criaram necessidades para Imperatriz e região? Assim, como, em virtude das necessidades criadas – mas também das transformações nas necessidades, decorrente do surgimento de novos ciclos e da própria complexidade que o desenvolvimento foi adquirindo –, os movimentos migratórios para Imperatriz foram se definindo e se redefinindo? Quais necessidades foram criadas pela dinâmica histórica de desenvolvimento de Imperatriz, em especial durante o período de 1960 e 1980, e pelos ciclos de desenvolvimento econômico que caracterizaram esse município naquele período? Como aquelas necessidades e condições de desenvolvimento condicionaram trajetórias migratórias, tanto na região onde está situada Imperatriz quanto de outras regiões brasileiras?

O ciclo do arroz iniciou após o declínio da exploração de castanha no Pará (BARROS, 1972; SANTOS, 1980; SILVA; GOMES, 2008). Como essa exploração ocorria nos castanhais de propriedade de maranhenses, esses passam a investir nas terras devolutas de Imperatriz, plantando arroz. Em função dessa atividade demandaram (necessidades) mão de obra, equipamentos, instalações e transportes para pessoal e outros suprimentos. Já o ciclo do ouro, representado neste estudo principalmente pelo garimpo de Serra Pelada, surge com a decadência do arroz. Nessa fase Imperatriz vivenciava conflitos de terras e desemprego. Teve importância na formação histórica de Imperatriz porque esse município foi o principal fornecedor de mão de obra e suprimentos para esse garimpo. Esse ciclo registrou necessidades como a mão de obra, que formou um fluxo contínuo, e o abastecimento orientado pelos comerciantes que investiram em Serra Pelada.

Os movimentos migratórios para Imperatriz foram se definindo e redefinindo. Inicialmente, Imperatriz caracterizou-se como uma passagem destacada pelo porto, ou seja, uma via de acesso para os castanhais de Marabá (PA) (este município é alcançado pela travessia do rio Tocantins e, em seguida, o rio Araguaia), onde migrantes eram submetidos ao regime de escravidão por dívida. Com o fim da exploração da castanha inicia-se o ciclo do arroz em uma outra configuração, sendo o migrante dono de uma pequena propriedade ou trabalhador desta, ainda dependente de ferramentas, equipamentos, suprimentos e estrutura de comercialização.

Com a abertura da estrada (BR-010) na década de 1960, o fluxo migratório se intensifica com foco voltado para a aquisição de terras (devolutas) e a ampliação do plantio de arroz. A partir desse ciclo (BR-010) – e paralelamente a esse – inicia-se o ciclo da madeira, complementando o nicho de mercado aberto em função da produção do arroz e propiciando um novo fluxo migratório constituído principalmente por comerciantes.

O fluxo migratório toma outra configuração com a chegada de profissionais para os postos de trabalho criados nesse período (1970-1980), atendendo a uma ideologia desenvolvimentista com a implantação não só da BR-010, mas de vários projetos de infraestrutura com o propósito de povoar a região Amazônica. Na microrregião de Imperatriz coube parte do projeto Grande Carajás, o projeto CELMAR, a instalação de unidades militares do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Civil, o Poder Judiciário, entre outros (FAUSTO, 2012; MARQUES, 2004).

Como as necessidades e dinâmicas dos ciclos econômicos influenciaram redes e, conseqüentemente, as trajetórias migratórias no desenvolvimento de Imperatriz? As necessidades originadas no ciclo do arroz – principalmente para expansão, comercialização e exportação da produção – impulsionaram as dinâmicas migratórias. A partir de sua ampliação e conseqüente propagação, novos fluxos foram se constituindo pelos familiares, parentes, amigos dos imigrantes e atores (empresários, entidades religiosas, poder público e seus órgãos) interessados no transporte, contratação, instalação, alocação e suprimento desses imigrantes.

De onde vieram essas pessoas (migrantes)? O ciclo da construção da rodovia Belém-Brasília provocou inicialmente uma demanda de mão de obra para abertura da mata. Como essa é de integração nacional, seus trabalhos tiveram origem no estado de Goiás e na progressão das obras registram-se operários recrutados pela RODOBRAS (NASCIMENTO, 1998). Para a construção do trecho limitado por Imperatriz foram recrutados 3.400 operários por essa empresa. Se o ciclo do arroz teve origem antes dessa obra –no início da década de 1950 com a construção da MA 280 ligando o município de Montes Altos com Imperatriz – é possível que a origem dos migrantes trazidos por essa construção seja o somatório dos migrantes já existentes

na microrregião e os da primeira frente das obras provenientes de Goiás, que se estabeleceram onde hoje é o município de Açailândia – MA (NASCIMENTO, 1998).

A Tabela 32 mostra a população migrante por lugar de nascimento no censo de 1980. Essa população é originada, em sua maior parte, dos municípios maranhenses, seguidos pelos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Piauí, Goiás (Tocantins) e Minas Gerais. A Figura 13 mostra os municípios maranhenses de onde saíram os migrantes desse ciclo. A Tabela 31 apresenta os migrantes por tempo de residência. Nessa Tabela observa-se que os residentes há menos de um ano somam 14.140 pessoas; os demais migrantes desse censo somam 69.551 pessoas. Considerando que esse censo é de 1970, um menor contingente chegou nessa década, enquanto o maior contingente com migrantes – com mais de um ano de residência – ingressou em Imperatriz nas décadas de 1950-1960. Dessa forma, para efeito desse estudo, a maior parte do contingente migratório tem origem no ciclo do arroz.

A resposta sobre a origem desse contingente migratório é ainda reforçada com o estudo do crescimento vegetativo apresentado nas Tabelas 35 e 36. Essas mostram que o crescimento populacional registrado de 1960 a 1980 resultou, em grande parte, do nascimento dos filhos dos migrantes do ciclo do arroz (nascidos em Imperatriz), logo, essa parcela populacional não foi originada de deslocamentos migratórios.

As origens dos imigrantes se diferenciam entre os ciclos? Grande parte dos migrantes do ciclo do arroz, da construção da rodovia (BR-010) e do ciclo do ouro são coincidentes e/ou oriundos do ciclo do arroz. Uma pequena parcela desses, sobretudo de nível de escolaridade mais elevado (TABELA 43) não pertencem ao sul do Maranhão e sim a outros municípios próximos da capital, São Luís, e outros estados. Estão entre os de outros estados os migrantes do ciclo da madeira. Por fim, o esforço analítico empreendido esclareceu como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a formação de redes e a própria configuração das trajetórias migratórias observadas no município de Imperatriz no período de 1960 a 1980.

Contudo, é oportuno destacar, a bibliografia produzida até o presente sobre migrações internas no município de Imperatriz (MA), tendo como base as referenciadas neste trabalho, não apresentam uma abordagem metodológica na perspectiva do materialismo histórico sobre a constituição espacial econômica a partir da migração de povoamento. Essa construiu esclarecimentos acerca de uma estrutura e superestrutura instituída diante da cobiça dos atores de maior influência na edificação de um desenvolvimento regional de característica desigual. Desse modo, este trabalho de tese se insere de forma incomum nas discussões sobre migrações internas no contexto espacial da formação histórica de Imperatriz e, portanto, contribuirá para a produção de futuros trabalhos acadêmicos.

6 CONCLUSÃO

As migrações internas estão inseridas principalmente no processo produtivo local, interferindo no desenvolvimento regional. As formas de atuação do migrante se diversificam tanto quanto são os distintos espaços em termos geográficos, econômicos, sociais e políticos na origem dos deslocamentos migratórios e no destino. Essa possível maleabilidade do migrante amplia seu poder de comunicação, na medida em que as necessidades e interesses são alimentados pelos fluxos das informações obtidas sobre o destino. Assim, tratando-se de migrações internas, existirá maior difusão sobre os aspectos motivadores ou não para o ato de migrar. Nessa perspectiva os vínculos pessoais se estruturam e formam complexas redes, cujo objetivo maior é antever possíveis dificuldades no processo migratório.

Diante dessa concepção, os trabalhos de construção desta tese possibilitaram alcançar o objetivo principal – analisar como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a formação de redes migratórias – e, nesse sentido, a própria configuração das trajetórias migratórias observadas em um determinado espaço/tempo. O espaço analisado foi a região sul do estado do Maranhão, delimitado pelo município de Imperatriz que possui a maior importância socioeconômica regional. A base temporal contemplou os ciclos econômicos ocorridos no período de 1960 a 1980, tendo como destaques o ciclo do arroz, a construção da rodovia Belém-Brasília, o ciclo da madeira e o do ouro.

Reconhecendo a possibilidade da existência de uma relação entre dinâmicas regionais de desenvolvimento e migração interna admitiu-se, que “as migrações constituem processo social” (BRITO, 2002, p. 5). Nessa ótica, entende-se que não são os indivíduos (isolados) que migram, mas sim “conjuntos sociais” que se transferem do espaço rural para o espaço urbano, de uma cidade para outra, de um estado para outro ou mesmo de um país para outro. (BRITO, 2002).

Partindo desse pressuposto, verificou-se que – ao colocar a dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz na segunda metade do século XX (com seus diferentes “ciclos de desenvolvimento econômico”) como condicionante dos fluxos migratórios que constituíram o crescimento populacional desse espaço-tempo – algumas indagações passaram a nortear este trabalho. Como os diferentes ciclos de desenvolvimento econômico criaram necessidades para Imperatriz e região? Como, em virtude das necessidades criadas (mas também das transformações nas necessidades, decorrente do surgimento de novos ciclos e da própria complexidade que o desenvolvimento de Imperatriz foi adquirindo) os movimentos migratórios para Imperatriz foram se definindo e se redefinindo? Que necessidades foram

criadas pela dinâmica histórica de desenvolvimento de Imperatriz, em especial durante o período de 1960 e 1980, e pelos ciclos de desenvolvimento econômico? Como aquelas necessidades e condições de desenvolvimento condicionaram trajetórias migratórias tanto na região onde está situada Imperatriz quanto em outras regiões brasileiras? E, por fim, como as dinâmicas dos ciclos econômicos influenciaram as redes e, conseqüentemente, as trajetórias migratórias no desenvolvimento de Imperatriz?

Esses questionamentos, formatados pela última pergunta, que constitui a questão problema, instruíram a elaboração dos capítulos sob a ótica do materialismo histórico. Esse método de abordagem priorizou o modo pelo qual os migrantes construíram os meios de subsistência, condicionando suas representações sociais. Por conseguinte, buscou-se constituir os elementos necessários para a compreensão do fenômeno migratório enquanto processo histórico-social constituinte da própria dinâmica de desenvolvimento do município de Imperatriz.

O método de abordagem em pauta utilizou como aporte os dados censitários originados do trabalho de campo desenvolvido pela Delegacia de Estatística do IBGE e executado pela Agência Municipal do IBGE em Imperatriz. Juntamente com dados bibliográficos, documentos e entrevistas foi possível alcançar os resultados demonstrados no capítulo anterior. O segundo capítulo esboçou as principais discussões teóricas em torno das migrações internas, adotando como preâmbulo as correntes do pensamento funcionalista e estruturalista. Os fundamentos teóricos desse início destacaram os pontos de vista de Lee (1980) e Singer (1980) sobre a decisão de migrar.

Enquanto Lee (1980) defende a relação custo-benefício, assegurando o critério da racionalidade nessa decisão, Singer (1980) situa as desigualdades regionais como principal causa das migrações internas, culminando em fatores de expulsão na origem, criados pela interferência das relações de produção capitalista. Além disso, no caso do Brasil, as migrações são determinadas historicamente pela industrialização, criando economias de aglomeração e reestruturando espacialmente as atividades (SINGER, 1980). Assim as migrações internas atuam como um mecanismo de redistribuição da população em conformidade com os interesses do processo de industrialização. Desse modo os migrantes são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

O ponto de vista de Todaro (1980), em seu modelo de concepção neoclássica, pressupõe que o migrante oriundo do setor rural encontraria emprego no setor urbano, mesmo que existisse o desemprego. Desse modo, sua decisão de migrar estaria baseada no cálculo econômico de uma renda esperada futuramente e não de renda imediata após a migração. Esse autor reconhece

a importância da migração interna no processo de redistribuição populacional, conforme a visão de Singer (1980). A transferência de excedente populacional trata-se de um fenômeno associado à própria história do progresso material de um país, quando existe a necessidade de transferir a população do setor agrícola tradicional para a indústria moderna, com maior produtividade.

Os deslocamentos migratórios podem estar associados às transformações estruturais nas sociedades. No entanto, a continuidade do fenômeno provavelmente está mais relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino, que conferem estabilidade aos fluxos contínuos entre duas ou mais localidades. Desse modo, as redes sociais não são elaboradas no movimento migratório, mas transformadas por ele na medida em que se reforçam as conexões existentes entre o migrante e outros atores da sociedade (SOARES, 2002; BRAGA, 2004).

As redes migratórias seriam, então, uma espécie de rede social, precedida por outras que se adaptam ao objetivo de migrar, como as relações de parentesco, amizade, trabalho, etc. (SOARES, 2002; FAZITO, 2002). As redes presentes nas localidades de origem e destino podem colocar o imigrante rapidamente no mercado de trabalho, principalmente ao se considerar que elas podem selecionar melhores níveis de qualificação. Assim, a compreensão da contribuição dos imigrantes para a evolução da rede urbana brasileira pode ser enriquecida na consideração dos padrões relacionais expressos nas redes sociais da migração (MATOS, 2004; BRAGA, 2004). Além dos autores mencionados, a teoria das redes migratórias foi fortalecida com a participação de Baily (1985), Fazito (2002), Kelly (1995), Massey (1990), Ramella (1995), Soares (2002) e Truzzi (2006).

O estudo das teorias de desenvolvimento regional contribuiu na apresentação de uma configuração espacial das atividades econômicas, abordando aspectos teóricos tradicionais e novos, criados a partir da década de 1980. Nesses se percebe que as interferências, bem como as causas da migração não devem ser estudadas separadamente, nem de forma isolada, em relação ao processo de desenvolvimento. Isso gera limitações para a análise considerando que o grau de desenvolvimento de uma região influencia as decisões de migrar e essas, por sua vez, têm impactos sobre o desenvolvimento especialmente nos lugares de origem dos migrantes (RAMOS, 2012).

O terceiro capítulo estruturou-se a partir de um histórico inicial da chegada de migrantes na região Nordeste, na perspectiva de analisar a dinâmica de desenvolvimento desta região. Isso possibilitou evidenciar os primeiros momentos de estruturação econômica dessa região como base explicativa da realidade socioeconômica vivenciada no século XX. Esse introito foi marcado pelos primeiros momentos da economia nordestina com a extração da madeira e a produção de açúcar e algodão nos séculos XVIII e XIX. A estruturação da produção a partir

dessa organização inicial se manteve coerente com os moldes de uma economia agroexportadora de base escrava e, conseqüentemente, com a riqueza centralizada (FAUSTO, 1995). A evolução nas formas de produzir é registrada com o fim do regime de escravidão, mas a população “livre” passa a desenvolver atividades agrícolas nas terras dos grandes proprietários.

O pensamento desenvolvimentista dessa região transcorreu inicialmente a partir de uma acentuada desigualdade socioeconômica, implantada desde o período colonial. Os primeiros estudos para o desenvolvimento regional centraram-se na crise hídrica do Nordeste. Entre as ideias criadas em torno do problema das secas nordestinas, a transposição do rio São Francisco no século XIX foi defendida como solução, mas essa alternativa não chegou a termo. No início do século XX surge a Inspetoria Federal de Obras contra a Seca – IOCS, como um órgão pioneiro em estudos científicos sobre o desenvolvimento do Nordeste, mas mantendo a mesma concepção de que a prioridade consistia em prover essa região de água.

Os Censos Demográficos de 1920 e de 1940 (BRASIL, 1927; IBGE, 1940) permitem observar um comportamento populacional diferente do censo anterior, com um segmento de pessoas livres interagindo no sistema produtivo de forma diversificada. Há um grande número de pessoas na agricultura, pecuária e silvicultura, mas já são evidenciados participantes na indústria extrativa e de transformação, no comércio de mercadoria, de imóveis e valores mobiliários, em crédito, seguro e capitalização, na defesa nacional, na segurança pública, em profissões liberais, no ensino particular, no setor serviços e em atividades sociais.

No início da segunda metade do século XX a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE inicia um trabalho com o propósito de recuperar o atraso regional secular do Nordeste (ARAÚJO, 2009). Essa, orientada inicialmente sob a égide de Celso Furtado, continha propostas de mudanças possíveis de serem realizadas para a melhoria da região. Embora muitas conquistas tenham sido alcançadas, elas não foram suficientes para que se criasse, efetivamente, uma consciência regional no Nordeste e para que as suas lideranças mais expressivas atuassem decisivamente nesta direção, rompendo com as raízes do coronelismo que marcam a história da região (AQUINO, 2004).

A emigração de nordestinos partindo em direção ao Maranhão em busca de terras férteis induziu a criação de proposta de implantação de uma base agrícola moderna voltada para a produção de alimentos a ser realizada por nordestinos na segunda metade do século XX. Nesse contexto, uma das principais contribuições da análise que Furtado faz ao processo de ocupação do Nordeste e ao entendimento das bases históricas da questão nordestina é a compreensão da estrutura e da dinâmica do sistema econômico baseado na pecuária, no algodão e na agricultura

de subsistência. É essa estrutura socioeconômica do semiárido, transformado depois em área de forte emigração e embrião de crises sociais extremas em momentos de prolongada estiagem (FURTADO, 1989; ARAÚJO; SANTOS, 2009).

O esforço empreendido pela SUDENE/FINOR na recuperação nordestina através do investimento econômico foi capaz de modificar fluxos migratórios, perdendo parte das forças na direção Nordeste/Sudeste. A demonstração dos financiamentos assinalados nas Tabelas de 20 a 26 justificam a redução do saldo migratório negativo do Nordeste no período de 1999-2004 (TABELA 18), quando comparado com o período de 1995-2000. No entanto, as mesmas Tabelas apresentam de forma clara que o referido esforço foi concentrado em três estados, Bahia, Pernambuco e Ceará, contribuindo com o desenvolvimento desigual nordestino.

Quanto aos aspectos sociais, em termos regionais, observa-se que o Nordeste aparece na última colocação nas Tabelas de 6 a 10 (analfabetismo, esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil). Contudo, essa mesma região ocupa a terceira posição na participação do PIB nacional (TABELA 11), com significativa diferença da quarta e quinta colocadas – Centro-Oeste e Norte, respectivamente. Retomando o tema do desenvolvimento desigual e considerando os registros atinentes ao referido PIB, verificou-se ainda que, na participação desse indicador entre os estados da região Nordeste (TABELA 12), os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará concentram 68,08%. Já os estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe acumulam 31,92%.

Ao observar esses dados, do período 1960-2000, ficou evidente na economia nordestina o seu crescimento, com taxas positivas e progressiva articulação à economia brasileira (CARVALHO, 2008). Em termos de distribuição espacial dos investimentos, observou-se que a industrialização regional incidiu principalmente nas três capitais mais importantes: Salvador, Recife e Fortaleza. Desse modo, os padrões da ocupação permaneceram igualmente concentrados, considerando que esses espaços são os mais dinâmicos em relação aos demais (ABLAS; PINTO, 2009). Nesse sentido, verificou-se que a resultante da política de incentivos da SUDENE favoreceu a concentração espacial e setorial dos investimentos em apenas três estados da região nordestina, não atendendo a proposta de reduzir as disparidades intra e inter-regionais (BARRETO; LIMA, 2015).

Observou-se que as novas formas de migração no Brasil a partir da década de 1980, envolvendo novos processos produtivos, e sua repercussão no mercado de trabalho fez do estado do Maranhão um espaço propício para suporte do processo de desconcentração industrial do Sudeste. Essa afirmação é corroborada em função da implantação do complexo minero-metalúrgico nesse estado, associado aos desdobramentos do Programa Grande Carajás (PGC)

e ao interesse do capital multinacional em diversificar suas fontes de abastecimento de matérias-primas. Para a montagem desse complexo a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) construiu a infraestrutura para exploração-exportação de minério de ferro (ARAÚJO, 1997). Em função desses investimentos o PIB total do estado aumentou de US\$ 2 bilhões em 1980 para US\$ 3 bilhões em 1987, tendo o produto da indústria ampliado sua participação no total estadual de 14,3% para 21,8%.

Outros fatos justificam a inserção desse estado nessa reestruturação produtiva da década de 1980, como as obras de conexão de regiões anteriormente isoladas através da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Essa integrou o circuito da produção mercantil, contribuindo para dinamizar o polo agrícola do sul do Maranhão, onde a produção de soja se expande (ARAÚJO, 1997). O projeto Celmar, que teve a CVRD como sócia, destinado à produção de celulose em Imperatriz, teve investimentos de US\$ 1,2 bilhão, com produção estimada em 420 mil toneladas ao ano (LIMA, 1994). A instalação de usinas de ferrogusa e de ferroliga em Açailândia – MA nas proximidades de Imperatriz também colaborou para dinamizar a economia (LIMA, 1994; ARAÚJO, 1997). O projeto da Alumar teve grande peso na indústria maranhense, tratando-se de uma associação de várias empresas que resultou em um projeto de investimento da ordem de US\$ 2 bilhões; esse é voltado para a produção de três milhões de toneladas de alumina e 500 mil de alumínio ao ano. Na fase atual, produz um milhão de toneladas de alumina e 350 mil de alumínio (LIMA, 1994; ARAÚJO, 1997). A grande inserção econômica desse estado tem forte peso na região sul-maranhense que, através da construção da rodovia Belém-Brasília e outros ciclos econômicos, produziu economias externas. Favoreceu, assim, a exploração de um robusto comércio sediado em Imperatriz e promoveu distintos fluxos migratórios.

O quarto capítulo tratou da aglutinação dos antecedentes históricos da região sul do Maranhão, com o objetivo de construir uma base de dados históricos característicos que permitissem fundamentar as análises em torno dos deslocamentos populacionais e do próprio desenvolvimento da época. Partindo da ideia de estudar a caracterização de povoamento e, conseqüentemente, a construção desse espaço no âmbito econômico, as abordagens valorizaram as formas de estruturação da atividade produtiva. Assim, utilizou-se como origem o século XIX, quando o sul do Maranhão era conhecido como o Sertão Maranhense ou Sertão de Pastos Bons (SANTOS, 2012).

Em função da presença indígena habitando essa região, alguns registros de povoamento implicam entender a ocorrência de conflitos caracterizados por: expulsão, apropriação de terras indígenas, escravidão e assassinatos. O caráter histórico e dominador daquela época excluía o nativo do contexto econômico e, em grande parte, também dos registros oficiais, estabelecendo

um povoamento através do processo migratório, com indígenas em fuga e com a presença dos não naturais, como migrantes. A migração de nordestinos, observada a partir do final do século XIX e início do século XX, provocou os deslocamentos para o sul maranhense. Esteve vinculada aos efeitos das secas sobre a economia regional e aos grandes prejuízos causados aos agricultores e pecuaristas, localizados no semiárido dos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraíba e Piauí (VILLA, 2002).

A organização de uma estrutura social no sul do Maranhão apresenta reflexos de uma ocupação espacial caracterizada pela pobreza e pelo domínio dos proprietários dos grandes latifúndios (pioneiros) que estabeleceram, além das condições de produção, um “sistema de poder” (FURTADO, 1972, p. 107). Esses antecedentes orientaram as análises e, conseqüentemente, a capacidade explicativa desta tese sobre a origem de uma estrutura de produção. Essa é caracterizada pela desigualdade social que se ampliou através de uma infraestrutura dominadora e uma superestrutura moldada sob a influência dessa estrutura (MARX, 2006). Se a condição geográfica e natural do sul do Maranhão condicionou os primeiros migrantes em busca de terras férteis para agricultura, os ciclos econômicos advindos da ambição dos pioneiros em ampliar suas áreas condicionaram os fluxos migratórios. Esses se reestruturaram através das redes migratórias diante do surgimento de novos ciclos.

No quinto capítulo buscou-se, por meio de dados empíricos consolidar a investigação em torno de influências das relações sociais construídas ao longo do processo migratório durante ocupação espacial do município de Imperatriz no período de 1960 a 1980. O método utilizado para levantamento de dados, com o processamento de informações censitárias, contribuiu para esclarecer a relação entre ciclos econômicos, dinâmica migratória e o povoamento de Imperatriz. Estabelecendo um cruzamento dos dados da Tabela 28 (população total Imperatriz 1960 – PTI/1960) com a Tabela 29 (População Migrante Imperatriz 1960 – PMI/1960), verificou-se que a população total de Imperatriz em 1960 era 39.169 habitantes. Destes, 30.900 eram migrantes, constituindo a expressiva povoação desse município, formando os maiores contingentes chegando entre a segunda metade da década de 1950 e os primeiros anos da década seguinte.

Ao comparar esses dados com os fatos narrados sobre a formação do ciclo do arroz e a abertura das estradas MA-275 e MA-280 e ainda o empenho de atores como Simplício Moreira na atração de migrantes, conclui-se que esses fatos apresentam fortes indícios para explicar os fluxos migratórios. Os da década de 1960 foram decisivos para a expressiva ocupação espacial de Imperatriz. As formas como se deu a origem do processo de imigração, tutelada pelo interesse empresarial para compor mão de obra, induziu a estruturação das configurações de

um sistema produtivo local análogo ao modelo de produção capitalista, moldado pela centralização da riqueza. Esse serviu de base para outros desdobramentos econômicos e sociais, incluindo a organização da superestrutura (MARX, 2006).

Finalmente, a influência dos ciclos nos deslocamentos populacionais foi evidenciada e consolidada neste estudo com o ciclo do ouro que, principalmente com o garimpo de Serra Pelada no sul do Pará, produziu um movimento migratório. Esse ciclo atinge frontalmente o município de Imperatriz, onde a maior parte da força de trabalho migrante era de lavradores. Esses defrontavam-se, naquela época (década de 1980), com a falta de possibilidades de emprego e insegurança para os trabalhadores no campo. Assim, o garimpo se apresentou como alternativa e os trabalhadores foram guiados e mantidos por empresários e comerciantes.

Os dados demonstrativos sobre a composição da população migrante em Imperatriz (TABELA 29; TABELA 30) em estratos (homem/mulher) induz a crer que “as migrações constituem processo social” (BRITO, 2002, p. 5), ou seja, os dados revelam a migração em rede de famílias para esse município. Esses dados, aliados aos registros do anexo D sobre as trajetórias de imigrantes, reforçam a caracterização das redes migratórias. Esse dado foi, ainda, corroborado pelos relatos das entrevistas com imigrantes, atores desse processo de ocupação espacial e desenvolvimento regional.

Os relatos registrados pelas entrevistas evidenciam as principais dificuldades de mobilidade encontradas durante a migração, especialmente marcadas pela falta de transportes e estradas para empreender o percurso. As dificuldades de locomoção não impediram as migrações para Imperatriz, mas dificultavam o deslocamento do conjunto familiar. Assim, muitas vezes um dos membros, geralmente do sexo masculino, enfrentava a travessia para, posteriormente, trazer a família ao local de destino. Através das entrevistas ficou evidente que as redes de solidariedade familiar foram importantes para que o migrante pudesse amenizar os desafios impostos pela migração.

Nesse processo constatou-se a grande atuação de empresários, proprietários de terras e comerciantes, em sua maioria maranhenses, como atores propulsores dos fluxos. Isso porque estabeleceram bases econômicas no município, implementaram estradas vicinais – viabilizando a comunicação e transporte de mão de obra –, criando um campo fértil para distintas trajetórias migratórias, favorecidas pela ampla conexão entre famílias e municípios. Entretanto, é necessário concluir que os registros oficiais do município que falam dos grandes contingentes migratórios precisam ser relativizados. Considera-se a dificuldade de acesso pela grande escassez de transporte terrestre e as péssimas condições das estradas vicinais. Os dados censitários mostram a mesma proporção de homens e mulheres, sendo uma significativa

incidência dessas em idade fértil. Isso propiciou o crescimento vegetativo positivo, compatível com a elevada taxa de natalidade registrada naquele período, influenciando na elevação da população principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Nessa concepção, a influência da migração no desenvolvimento socioeconômico de Imperatriz consolidou-se pela atuação dos não naturais e dos seus descendentes (naturais). Na ocupação espacial, bem como na estruturação do processo produtivo desse município observa-se a prevalência de comerciantes e proprietários de terras que, na condição de proprietários dos meios de produção, exerceram o poder de decisão, apropriando-se da força de trabalho e construindo uma superestrutura seguindo os ditames dos sistemas de produção capitalista.

Finalizando ressalta-se a importância dos dados censitários que, juntamente com as informações bibliográficas, aliaram-se aos relatos colhidos nas entrevistas e revigoraram a estruturação dos informes. Permitiram alcançar o propósito de esclarecer como dinâmicas regionais de desenvolvimento condicionam a formação de redes migratórias e, nesse sentido, a própria configuração das trajetórias migratórias. No estudo da formação histórica de Imperatriz ficou evidenciada a forte influência dos ciclos de desenvolvimento econômico, orientados pelos interesses dos atores da ocupação espacial. Esses condicionaram distintos fluxos migratórios para a construção de um polo de desenvolvimento econômico, com forças centrípetas atraindo população e a produção, em detrimento do desenvolvimento dos demais municípios da região sul do Maranhão. Ou seja, mantiveram-se, assim, os mesmos ditames do sistema de produção capitalista com sua concepção centralizadora do poder econômico.

O padrão migratório de Imperatriz corresponde de uma maneira geral com o que preconizam as discussões teóricas sobre as decisões de migrar, grande parte da população migraram em função das condições impostas pelo sistema capitalista de produção sendo esses migrantes obrigados a deixar suas origens, enquanto outros migraram em função de seus próprios interesses.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. A. Q.; PINTO, R. F. Nordeste Brasileiro: crescimento e dinâmica espacial no período 1970-2008. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 4, p. 821-832, out./dez. 2009.

ABREU. Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1998.

ACEVEDO, Rosa Elizabeth. **Mobilidade de trabalho e fronteira amazônica: A Belém-Brasília – ABEP**. Belém: UFPA/NAEA, 1980.

AGUIAR, Keila de Souza. **Quando é da família é melhor: família e casamentos entre cearenses em Santarém- PA**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. 2009. 100 f. Belém: UFPA, 2009.

ALMEIDA, G. M. R; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais de diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: **Anais... XXVIII Congresso internacional dos ALAS**. Recife, 2011.

ALVES Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**. nº 9, vol. 1, 2010. Disponível em: <http://www2new.assis.unesp.br/index.php/revista/article/viewFile/74/214>>. Acesso em: 30 out. 2015.

ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento Endógeno em um Ambiente Federalista**. Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília, v. 14, n. 2, p. 35-74, 1997. Disponível em: www.ric.ufc.br/biblioteca/jair_f.pdf. Acesso em: 06 out. 2017.

AMBROSINI, Maurizio. **Sociologia delle migrazioni**. Bologna: Il Mulino, 2005

ANDRADE, Manuel Correia. **Cidade e Campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. **Geografia Econômica do Nordeste**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1977.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ÂNTICO, C. Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais...** Caxambu: Abep, 2004. (CD-ROM).

AQUINO Laura Christina Mello de. **Sudene: A utopia de Celso Furtado**. Recife: 2004. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco). 2004, f. 187.

ARAGUANÃ. **Portal da Prefeitura/Portal dos convênios do Governo Federal**, 2010.

ARAÚJO Tania Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/14_cap07_Tania_Valdeci.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru/SP: Edusc, 2000.

ATLAS BRASIL Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

AUDRETSCH David B.; LEHMANN Erik E. Does the Knowledge Spillover Theory of Entrepreneurship Hold for Regions? **Research Policy** nº 34, vol. 8, p. 1191-1202, feb. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/223685923_Does_the_Knowledge_Spillover_Theory_of_Entrepreneurship_Hold_for_Regions. Acesso em: 10 jul. 2017

BAENINGER, Rosana. **Região, MetrÓpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000175309. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. **Textos Nepo 35**, Campinas, Unicamp, 2000.

_____. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **Anais... XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Águas de LindÓia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012.

BAILY, Samuel S. La cadena migratoria de los italianos en la Argentina. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa. **Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2003

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento. São Paulo: IPADES, 2012.

BARCELLOS, Tanya M. de. **Migrações internas: conceitos básicos frente à realidade da última década**. Porto Alegre: FEE, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BARRETO Ricardo Candéa Sá; LIMA Sérgio Ricardo Ribeiro. A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990. **Nexos Econômicos**, Salvador, v. 9, n. 2, jul-dez. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/download/21681/14049> Acesso em: 17 fev. 2017.

BARROS, Edelvira Marques Moreira. **Eu Imperatriz**. Goiânia: Rio Bonito, 1972.

_____. A caminhada histórica da Escola Santa Terezinha. In: _____. **Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Escola “Santa Terezinha”**: 60 anos de vida (1924-1984). Imperatriz, 1984. Disponível em: <http://www.irmasmissionariascapuchinhas.org>. Acesso em: 30 dez. 2016.

_____. **Imperatriz, memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1995.

_____. **História da fundação de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 1996.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia da população**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a new modernity**. London: Sage Publications, 1992.

BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil. **Revista Brasileira Geografia**, Ano 36, nº 2, Rio de Janeiro, 1974.

BEKELE, Gashawbeza W.; JACKSON, Randall W. **Theoretical perspectives on industry clusters**. Virginia/Morgantown: Regional Research Institute, 2006. Disponível em: www.rri.wvu.edu/wp-content/uploads/.../bekelepwp2006-5.pdf Acesso em: 21 ago. 2016.

BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. **Mercado e comercialização do algodão do Nordeste**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1964. Disponível em: [www.bdpa.cnptia.embrapa.br/.../busca? % 22 BANCO % 20DO % 20](http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/.../busca?%20BANCO%20DO%20). Acesso em: 20 out. 2016.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review**, vol. 23, nº 4, p. 853-876, 1989.

BRAGA, F. G.; FAZITO, D. **Análise de redes sociais e as conexões territoriais da migração no Brasil**: padrões estruturais da migração interna entre 1980 e 2000. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu. São Paulo: ABEP, 2010. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema>. Acesso em 16 ago. 2015.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typografia G. Leuzinger, 1874?. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Recenseamento geral do Brasil de 1920** (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e da indústria). Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 12 set. 2016.

BRETTELL, Caroline B. **Men who migrate, women who wait: population and history in a Portuguese parish**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

_____.; HOLLIFIELD, James F. **Migration theory: talking across disciplines**. Nova York: Routledge, 2000.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? **Transições Migratórias**, IPLANCE, 2002. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/.../2000/.../Brasil, %20Final%20de%20sécul](http://www.abep.nepo.unicamp.br/.../2000/.../Brasil,%20Final%20de%20sécul)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: **Anais... VI Encontro Nacional Sobre Migrações**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/Fausto Brito.pdf>. Acesso em: 18/02/2017

_____.; GARCIA Ricardo Alexandrino; SOUZA, Renata G. Vieira de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: **Anais...T Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu MG 2004**.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos avançados**, nº 26, vol. 75, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/09.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CABRAL, Maria de do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luis: SIOGE, 1992.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1994. Disponível em: desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0375.pdf. Acesso em: 28 out. 2016.

_____. **Dinâmica regional da indústria no Brasil: início da desconstrução, risco de reconstrução**. Belo Horizonte, Tese de Prof. Titular, UFMG, 1991.

CAMPOS, Marden Barbosa. Seletividade e Migração. In: BRUNO, Miguel (Org.). **População, Espaço e Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, p. 187-202. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94508_cap7.pdf Acesso em: 30 set. 2017.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)**. Tese – Programa de Pós-Graduação de História Econômica da Universidade de São Paulo. 2006. 343 f. São Paulo: 2006.

CANO, Wilson. **Questão regional e urbana no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930**. São Paulo: Unicamp, 1988. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V02A02.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: Coelho, M.C.N.; Cota, R.G. (Org.) **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

CARVALHO Cícero Pérciles de Oliveira. Sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). In: **Anais...** Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2008.

_____. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 2, nº 1, Rio de Janeiro, 1985.

CARVALHO, Fernanda Ferrário. Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. In: AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J. **Trajatórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México)**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 287-308.

CARVALHO, José Alberto Magno; MACHADO, Cláudio Caetano. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 9, n. 1, 1992.

CARVALHO, Otamar de. O soerguimento do DNOCS (A propósito do seu I centenário) **Revista Conviver Nordeste Semiárido**. Fortaleza, v. 01, n. 6, 2009. Disponível em: http://www.goeconomica.com.br/pdf/Otamar_DNOCS.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura Vol. 1 – O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN VACA, L. E. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009, p. 39-57.

CASTLES, Stephan; DAVIDSON, A. *Citizenship and Migration: Globalisation and the Politics of Belonging* Londres, Macmillan. 2000.

CASTRO, I.E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Josué de. (1951). *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.

CHAMPION, T. y HUGO Graeme. **New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy**. Burlington/USA: Ashgate, 2003.

CHOI, Keum Joa. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História FFLCH-USP), São Paulo, 1991.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

COELHO, Emerson S. Seabra. **Marcha para o Oeste, entre a teoria e a prática**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da UFG). Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2299/1/dissertacao%20george%20coelho%202010.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. (O processo de criação da Sudene). São Paulo: Perspectiva, 1978.

COMBLIN, José. Situação histórica do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 142, set. 1976.

COSTA, Francisco de Assis. Nem tudo no ouro reluz: considerações para uma economia política da garimpagem na fronteira amazônica. In: MHATIS, Armin; REHAAG, Regine (org.). **Consequência da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia**. Belém: BUNTSIFAT/FASE/KATALYSE, 1993.

COUTINHO, Milson. **Imperatriz**: subsídios para a história da cidade. São Luís: SIOGE, 1994.

CRUZ, Mariléia dos Santos; ANJOS, Pâmela D. C. da Silva dos; RIBEIRO, Fernanda Sena. Ação missionária capuchinha no sul do Maranhão: escolarização como instrumento de expansão da fé católica. In: CRUZ, Mariléia dos Santos (Org.). **História da educação de Imperatriz**: textos e documentos. Imperatriz: Ética, 2012.

CUNHA, Roberto César. A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana. In: **Anais...** Encontro Nacional da ANPUR, 6. Brasília: Anpur, 1995. p. 518-526.

_____. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, nº 4, p 3-20; out./dez. 2005.

_____. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Rev. Inter. Mob. Hum.** Brasília, ano XX, nº 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.

_____. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações sócio espaciais do maranhão. **CaderNAU – Cadernos do núcleo de análises urbanas**. vol. 08, nº 01, 2015. p. 133-152. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/download/5525/343>. Acesso em: 24 maio 2018

CUNHA, José Marcos; BAENINGER, Rosana. Cenários da migração no Brasil nos anos 90, **Cadernos do CRH**, vol. 18, nº 43, p. 87-101.2005.

DE HAAS, Hein. The internal dynamics of migration process. In: **IMSCOE Conference on Theories of Migration and Social Change**. University of Oxford, 2008. Disponível em: [www.heindehaas.com/.../WP19%20de%20Haas%20Migration%](http://www.heindehaas.com/.../WP19%20de%20Haas%20Migration%20). Acesso em: 06 out. 2016.

_____. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, New York, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Introducing social networks**. Londres: Sage, 1999.

DEVOTO, Fernando. Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, vol 8, 1988.

_____. **Historia de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial, 2004.

_____.; ROSOLI, Gianfausto (orgs.). **La inmigración italiana em la Argentina**. Buenos Aires: Biblos, 1985.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: Nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, set. 1993.

_____. **O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia**. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-152913/. Acesso em: 01 maio 2016.

DINIZ, C. C.; CROCCO, Marco. A. Reestruturação econômica e impacto regional: O novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, jul. 1996.

DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES. **Mapa rodoviário, político e estatístico**. Brasília, DF: DNIT, 2010.

DOURADO, José Ribamar. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008.

DURHAM, EUNICE, A caminho da cidade, 3ª e 4ª partes. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ENCICLOPÉDIA DE IMPERATRIZ. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

ENCICLOPÉDIA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quadro geral dos povos**. Desenvolvido por Povos Indígenas no Brasil e Instituto Socioambiental (ISA), 2016. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>. Acesso em: 11 set. 2016.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia Agrária: A contribuição de Leo Waiber**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

_____.; DEGRANDI, José O. Desenvolvimento regional: a diversidade como potencialidade. In: **Anais... I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro, agosto de 2012.

FAEMA – FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO. Sagrima, Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. **Agrobalsas 2017**. Disponível em: www.faema.org.br/tag/soja. Acesso em: 10 out. 2017.

FAMEM – FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO. **História de balsas Portal da Prefeitura**, 2016. Disponível em: <http://balsas.ma.gov.br/cidade/historia/>. Acesso em: 10 out. 2016.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós- 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1991, p. 98-119. Disponível em: <http://igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/leste/article/viewFile/795/588>. Acesso em: 23 out. 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Imigração: cortes e continuidades”. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade ontemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

_____. **História do Brasil** São Paulo: Edusp, 2012.

FAWCETT, J. Networks, Linkages and Migration Systems. **International Migration Review**, vol. 23, nº 3, p. 671-680, 1989. Disponível em: moodle.ncnu.edu.tw/.../Networks,%20Linkages,%20and%20Migr.. Acesso em: 17 mar. 2016.

FAZITO, Dimitri. Análises de redes sociais e a migração: mito e realidade. In: **Anais... XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto-MG, 2002. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf. Acesso em: 23 dez. 2016.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. Estruturação do espaço sul maranhense visando a expansão da fronteira do capital. In: **Anais... XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2012. Disponível em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/.../76.p.. Acesso em: 24 abr.2018.

FISHER, Peter A. et al. Interdependencies between Development and Migration. In: HAMMAR, Tomas et al. (eds.) **International Migration – Immobility and Development: Multidisciplinary Perspectives**, Oxford?New York: Berg, 1997, p. 91-132. Disponível em: www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/migracoes-e.../ler-em.../page0358.pd. Acesso em: 30 out. 2016.

FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo. **Semina: Três décadas de economia gaúcha**, v.1, n. 1, p. 160-192. 2010. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/5/adelar-fochezatto.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

FONSECA, Fernando Sérgio de Toledo. **Análise econômica do sistema produtivo de arroz no Maranhão**. Imperatriz – MA: Ética, 2008.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil.** Campinas: Unicamp, 2006.

FRIEDMANN, John. **A general theory of Polarized Development.** Los Angeles: University of California, 1968.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Vocational Education and Development. In: UNESCO. **Internacional Handbook of Education for Changing World of Work.** Germany: UNIVOC, 2009. p. 1307-1319.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

FUNDAÇÃO DOS FILHOS DA CARIDADE. **Jubileu das canossianas no Brasil – 1966/2016.** Disponível em: <http://www.canossianos.org.br/cotidianoedestaque/ler/jubileu-dos-canossianos-no-brasil-1966>. Acesso em: 15 set. 2017.

FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 5-14, jul./set. 1984.

_____. **A Fantasia Desfeita.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Formação Econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2008

FUSCO, W. **Capital cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.** 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005. Disponível em: libdigi.unicamp.br/Bases. Acesso em: 06 set. 2016.

GALVÃO, Olímpio. Impactos da irrigação sobre os setores urbanos nas regiões de Juazeiro e Petrolina. Texto Para **Discussão n. 226.** Recife, CME/PIMES/UFPE, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migração e desenvolvimento.** Porto, Portugal: Fronteira do Caos, 2009. Disponível em: www.cepesepublicacoes.pt/.../migracoes-e-desenvolvimento/.../Migrações%20e%20Dese. Acesso em: 09 jan. 2017.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1996.

GOSS, J.; LINDQUIST, B. Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective. **International Migration Review**, vol. 29, nº 110, p. 317-351, 1995.

GRANOVETTER, Mark S. The strenght of weak ties. **The American Journal of Sociology**, vol. 78, nº 6, p. 1360-1380, 1973.

GRIECO, M. **Keeping it in the family**: social networks and employment chance. Londres: Tavistock Publications, 1987.

HADDAD, Paulo R. **A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas**. A política regional na era da globalização. São Paulo: Centro de Estudos da Konrad Adenauer Stiftung/Brasília: Ipea, 1996.

_____. A questão regional no Brasil do século XXI: a longa e recalcitrante persistência dos desequilíbrios de desenvolvimento no espaço econômico. In: **Anais...** Seminário Brasil Século XXI, Campinas-SP, 1997.

HAQ, Mahbub ul. **Reflections on Human Development**. New York: Oxford University Press, 1995.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

HIRSCHMAN. A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University, 1958.

HOERDER, Dirk. From immigration to migration systems: new concepts in migration history. **OAH Magazine of History**, p. 5-11, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil 1940**. Censo demográfico; censos econômicos. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=765>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. **Censo Demográfico de 1950**, Recenseamentos gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. **Censo demográfico 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **Censo Demográfico 1980**. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=747>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Censo demográfico 1991**. Resultados do universo relativos as características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>. Acesso em: 1.6 nov. 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio – 1992-1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/files/pnad/PNAD1992-1995pess.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio – 1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/files/pnad/PNAD1999pess.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Censo demográfico 2000**. Características gerais da população; resultado da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>. Acesso em 18 nov. 2016.

_____. **Contas Nacionais 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/servicos/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **IBGE Cidades**. Portal desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Dados históricos dos censos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1550_1870.shtm. Acesso em: 07 set. 2016

IMESC – INSTITUTO MARANHENSE DE PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS **Dados socioeconômicos do estado do Maranhão**. São Luís: 2008.

IPEA/PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao. Acesso em: 15 ago. 2016.

ISARD, Walter. **Métodos de análisis regional**: una introducción a la ciência regional. Barcelona: Ariel, 1973.

KALDOR, Nicholas. The case for regional policies. **Scottish Journal of Political Economy**, v. 17, n° 3, p. 337-348, nov. 1970.

KELLY, P. F. Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In: PORTES, A. (org.). **The economic sociology of immigration**. Nova York, Russell Sage, 1995. Disponível em: journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0042085904270416. Acesso em: 17 mar. 2015.

KRITZ, M.; ZLOTNIK, H. Global Interactions: Migration Systems, Processes and Policies. In: KRITZ, Mary et al. (ed.). **International Migration Systems – A Global Approach**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

KRUGMAN, P. Rendements croissants et géographie économique. In: RALLET, A.; TORRE, A. (orgs.) **Économie industrielle et économie spatiale**. Paris: Economica, 1995.

KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. Integration, specialization, and adjustment. **European Economic Review**, v. 40, p. 959-967, 1996. Disponível em: [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0014-2921\(95\)00104-2](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0014-2921(95)00104-2) . Acesso em: 03 out. 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEAL, Adílio Alves; PEREIRA Anete Marília. Correntes e teorias da migração: Revisitando Conceitos. In: **Anais [do] VIII Encontro Nacional sobre Migração**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Grupo de Trabalho Migração; organização de Ricardo Rippel, Jonas da Silva Henrique, Belo Horizonte, MG, 2015.

LEE, Everett, S. uma teoria sobre a migração. Nações Unidas. In: MOURA, Hélio. **Migração Interna**, Textos Seleccionados, tomo I; Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p. 89 – 114.

LEVI, Giovanni. On microhistory. In: BURKE, Peter (org.). **New perspectives on historical writing**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2001, pp. 97-119.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: LEWIS, W. A. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forence, 1969, p. 406-456.

LIGHT, Ivan, BHACHU, Parminder; KARAGEORGIS, Stravos. Migration networks and immigrant entrepreneurship. In: LIGHT, Ivan & BHACHU, Parminder (orgs.). **Immigration and entrepreneurship: culture, capital and ethnic networks**. Londres: Transaction Publishers, p. 25-49, 1993.

LIMA Ana Carolina da Cruz. **Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010.** Tese (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-973NLC/ana_carolina_da_cruz_lima___tese_vers_o_com_ata.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 jan. 2017.

LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: **Anais da ABEP**, Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

LIMA, João Policarpo R. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. **Revista Análise Econômica**, ano 12, nº 21-22, mar./set. 1994. Disponível em: seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/1049. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, nº 01, jul. 2000. Disponível em: revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/download/2145/1123. Acesso em: 02 mar. 2017.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural e o urbano: uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.

LINS, Carlos José Caldas; BURGOS, Ivonete Sultanum. **Espaços Rurais do Nordeste: Subsídios para uma Política Espacial.** Recife: SUDENE, CPR, Div. Pol. Espaciais, 1985.

LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA: 1946-1961. Imperatriz: s.d. v. 2. [Manuscrito].

LIVRO DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA: 1961-1978. Imperatriz: s.d. v. 3. [Manuscrito].

LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA: 1920-1937. Imperatriz: s.d. [Cópia digitada].

LIVRO DE TOMBO DO INSTITUÍDO DE ÍNDIOS DE BARRA DO CORDA: 1901-1915. Barra do Corda: s.d. v.1. [Manuscrito].

LUCAS, Robert E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, jul. 1988.

MACDONALD, L.; MACDONALD J. S. Chain migration, ethnic neighborhood formation and social networks. **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, vol. XLII, nº 1, p. 82-96, 1964.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2004.

MARSHALL, Gordon. **A dictionary of sociology.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos**: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTINE, G; Camargo, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes, **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 1, nº 2, 1984.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: _____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec. São Paulo, 1997.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. vol. VII. São Paulo: Alfa-Omega, 2006.

MASSEY, D. S. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, vol. 14, p. 383-413, 1988.

_____. Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Índice de População**, vol. 56, nº. 1, p. 3-26, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3644186>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MASSEY, Douglas et al. **Return to Aztlan**: the social process of international migration from Western Mexico. Berkeley, University of California Press, 1987.

_____. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, vol. 19, nº 3, p. 431-466, 1993.

MATOS, R. E. S.; BAENINGER, Rosana. Migration and Urbanization in Brazil: Processes of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate. In: **Anais XXIV General Population Conference**, 2001, Salvador/Brasília: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2001.

MATOS, Ralfo. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: **Anais... Encontro de estudos populacionais**. Caxambu: 2000. Disponível em: www.bv.fapesp.br/pt/.../11o-encontro-nacional-de-estudos-populacionais-caxambu-mg Acesso em: 14 ago. 2016.

_____; BRAGA, F. G. Redes Sociais, Redes Territoriais e Migração. In: **Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Campinas: ABEP, 2004.

MDIC/PNE – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO COMÉRCIO. **Indicadores Sociais**. Brasília, 2005. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao. Acesso em: 10 fev. 2016.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: SUDENE/CPR/Div. Pol. Espaciais, 1978.

MÍGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales y historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA – IEHS, p. 23-34, 1995.

MOREIRA, Zequinha. **Simplício Moreira**: precursor do desenvolvimento de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 1997.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello; FIRKOWSK, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo Perspec.** São Paulo, vol.19, n °4 , out./dez. 2005.

MOURA, Salvador. **Serra Pelada**: Experiência, memórias e disputas. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Católica Universidade de São Paulo) São Paulo, 2008.

MYRDAL, Gunnar. **Rich lands and poor**. New York: Haper and Row, 1957.

_____. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

_____. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NASCIMENTO Miguel Araújo do. **Amarante-Ma**: Uma cidade sem história, não tem passado, nem glória, 1998. Disponível em: http://amarante-ma.no.comunidades.net/index.php?action=results&poll_ident=61518. Acesso em: 12 out. 2017.

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Unicamp, 1986.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NUGENT, Walter. Crossings: the great transatlantic migrations, 1870-1914. **Journal of Social History**, vol. 30, n° 1, oct. 1996, p. 268–269, Bloomington, Indiana University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jsh/30.1.268>. Acesso em: 23 fev 2017.

OIMT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE LAS MADERAS TROPICALES. **Reseña anual y evaluación de la situación mundial de las maderas** Yokohama, Japón: OIMT, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma região**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, O.; GARCIA, B.; STERN, C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. M. (Coord.). **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

OTERO, Hernán. La inmigración francesa en Tandil: un aporte metodológico para el estudio de las migraciones en demografía histórica. **Desarrollo Económico**, vol. 32, nº 125, p. 79-106 Jun., 1992.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, SP, n, 6, p. 113-40, jun. 1996. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=442&tp=a. Acesso em: 28 out. 2016.

PEREIRA, Antônio Carlos Bresser. O Estado na economia brasileira. **Ensaio de Opinião**, vol. 4, nº 2-2, 1977, p. 16-23. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1977/77.EstadoEconomiaBrasileira.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

PERROUX, François. **Note sur la notion de pôle croissance**. Paris: ISEA, 1955.

PINESE, José Paulo Peccinini. Desenvolvimento Sustentável: Projeto Frutos do Cerrado em parceria com a Associação Vyty Cati, no Município de Carolina, Estado do Maranhão. **Geografia** (Londrina), Londrina-PR, v. 12, n.1, p. 465-481, 2003.

PIORE, M. J. e SABEL. C. F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PORTAL DO MUNICÍPIO DE RIACHÃO – MA. Desenvolvido por Appmake. Disponível em: <http://www.riachao.ma.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2016.

PORTER, Alejandro. **Estudos sobre as migrações contemporâneas** – Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração. Lisboa: Fim de Século. 2006. Disponível em: <http://bibliografia.bnportugal.pt/bnp/bnp.exe/registo?mf=13342>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PORTER, Michel E. **The competitive advantage of nations**. New York: Free Press, 1990.

_____. Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. **Economic Development Quarterly**, v. 14, n. 1, p. 15-34, 2000.

PÓVOA-NETO, H. **Migrantes, Garimpeiros e seu "Lugar" no Território Nacional**: Itinerância e Mobilidade Espacial do Trabalho. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1997. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/download/21761/15768 Acesso em: 04 maio 2018.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

QUEIROZ, Noleto Paulo. Gente que fez Carolina. **Revista Século XX**. Carolina-Ma, 2000.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

RAMOS, Maria Conceição. **Migrações, desenvolvimento, dinâmicas locais e regionais**. – Universidade do Porto, Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), 2012. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=51404. Acesso em: 25 jun. 2016.

RAVENSTEIN, E G. “As leis da migração”. Nações Unidas – Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração Interna: textos escolhidos**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980, p. 19-88.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: **Anais...** Encontro da Associação Brasileira Ciência e Sustentabilidade – CeS, v. 1, n. 1, p. 77-95, Caxambu: ABEP, out. 1996.

RIGOTTI José Irineu, CAMPOS Jarvis. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório?** – Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. Disponível em: cedepplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20465.pd. Acesso em: 03 abr.2016.

RIGOTTI, José Irineu R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado do CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1999

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Tese (Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, SP, 2005.

ROCHA, Rosimary Gomes. O rural no sul do maranhão e a construção de um lugar pelos sertanejos. In: **Anais do XI Encontro Nacional da Anpege**. 09-12 out. 2015. Disponível em: www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/6/178.pd. Acesso em: 24 maio 2018.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995

ROMER, Paul. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

ROSENFELD, Stuart A., Networks and Clusters: The Yin and Yang of Rural Development. In: **Exploring Policy Options for a New Rural America**, Kansas City, Missouri: Federal

Reserve Bank of Kansas City, 1996. Disponível em:
<http://www.kc.frb.org/RuralCenter/RuralMain.htm>. Acesso em: 10 out. 2016

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

SABOIA João O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. In: BARROS, R. P. B.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (orgs). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2007.

SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. **Políticas migratórias**: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Paulo: Edufscar/Sumaré, 2002.

SANCHES, Almir Teubl. **A questão de terras no início da República**: o registro Torrens e sua aplicação. Dissertação (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2008, f. 182. Disponível em:
www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../A_questao_de_terras_no_inicio_da_Republica.pdf. Acesso em: 12 set. 2016.

SANCHES, Edmilson. **Enciclopédia de Imperatriz**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

SANTOS JUNIOR, José A. Ribeiro dos. David Harvey e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. **Geografia Em Questão**, vol.07, nº 02, 2014 Disponível em: revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/8865/7621. Acesso em: 08 out. 2017.

SANTOS, Mauro Augusto dos et al. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2010. Disponível em:
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Diálogos Latinoamericanos**, nº 19, 2012, p. 119-145. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/162/16229034005.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

SANTOS, Roberto. **Formação Econômica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SAQUET, Marcos Aurelio, MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, ano 11, n. 13, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/13/11>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia** – Revista do Migrante, ano XIII (número especial), p. 7-32, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão / Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008.

SEDINC. Secretaria de estado do planejamento e orçamento. São Luís, 2008.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz: 1996.

SICSU, Abraham Benzaquen. Processos de modernização das fronteiras agrícolas brasileiras. In: SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (orgs.). **Economia Regional e outros ensaios**. Aracaju: UFS, 2001.

SILVA, J.G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997.

SIMMONS, A. B. Explicando la migración: la teoría em la encrucijada. **Estúdios demográficos y urbanos**, México: Colégio de México, v. 6, n. 1, p. 5-31, 1991. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf. Acesso em: 05 ago. 2016.

SIMÕES, Rodrigo, OLIVEIRA, Ana M. H. Camilo de, LIMA Ana Carolina da Cruz. Migração e inserção no mercado de trabalho: Uma abordagem multinomial para a população economicamente ativa do Brasil. In; **Anais... 39º Encontro da Anpec**, 2011. Disponível em: www.anpec.org.br/downloads/Encontro2011_artigosselecionadosporarea.pdf. Acesso em: 31 out. 2016.

SINGER, Paul. **Implicações Econômicas e sociais da dinâmica da população brasileira**. Cebrap, 1976. Disponível em: www.cebrap.org.br/v2/files/./implicacoes_economicas_e_sociais.pdf. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio (coord.). **Migração Interna**, Textos Selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância: Redes Sociais, Redes Migratórias e Migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br> Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.

SOUZA, Amauri. Migração, expectativas crescentes e a promessa do protesto coletivo. In: CEDEPLAR, **Migrações externas e desenvolvimento regional**, Belo Horizonte: Cedeplar, 1973.

SOUZA, Márcio Gonçalves Bentes de. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

STARK, O. **The migration of labour**. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.

TILLY, Charles. Migration in Modern European History. In: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Indiana: Indiana University Press, 1978. p. 48-72.

_____. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (org.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Oxford: Oxford University, 1990.

TODARO, Michael. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio (coord.). **Migração Interna**, Textos Selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

TRIVIÑOS, A. N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

TROVÃO, José Ribamar. **Frentes de ocupação do espaço maranhense**. São Luis: UFMA/PPPG, 2012.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 20, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a10v20n1.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2015.

_____; SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso**, 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt12-20/3336-truzzi-scott-tipologias/file>. Acesso em: 20 out. 2015

VAINER, C. B. Deslocamentos compulsórios restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: **Anais...** Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 1998, Caxambu, São Paulo: ABEP, 1998. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016.

VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (Org.) **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. Disponível em:

<http://anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/gt/gt23/9658-paradoxos-das-migracoes-nas-fronteiras-da-amazonia-contemporanea/file>. Acesso em: 16 fev. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

VELHO, O. G. A frente pastoril. In: _____. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração em uma área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 17-28.

VERÍSSIMO, Adalberto, e Denys Pereira Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades. **Parc. Estrat.** Brasília-DF, v. 19, n. 38, p. 13-44, jan./jun. 2014.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 251-254, 2002.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: A.C.M, 1954.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Geografia do Ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2015. 300fls, Rio de Janeiro, 2015.

WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries**. Chicago: Chicago University, 1929.

WEINSTEIN, B. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 2, p. 261-272, 2002.

APÊNDICES
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOCTORADO

ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

OBJETIVO DA PESQUISA

Analisar a relação entre as dinâmicas de desenvolvimento em Imperatriz – MA a partir da formação histórica desse município, através dos ciclos econômicos do período entre as décadas de 1960 a 1980.

Os dados desta pesquisa auxiliarão na construção da tese de doutorado com o seguinte título: Migrações Internas, redes e trajetórias migratórias no contexto da formação histórica do município de Imperatriz – MA.

(A) PERFIL DO MIGRANTE

1. Nome

2. Estado Civil casado separado solteiro

3. Reside: Centro Bacuri Vila Nova Vila Lobão Santa Rita Nova Imperatriz Cafeteira Conjunto Vitória Ecopark Conjunto Universitário Parque Das Palmeiras Vila Redenção Parque São José Vila Maranhão Novo Jardim São Luís Três Poderes Entroncamento Parque Anhanguera Bairro Da Caema Vila Jacob Parque Santa Lúcia Parquesanharol São José Do Egito Zona Rural

4. Idade: entre 40 e 50 51 e 60 acima de 60

5. Escolaridade

– Ensino Fundamental Incompleto

– Ensino Fundamental Completo.

- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo.
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo.

7.Tipo de Trabalho:

___ trabalho formal com carteira assinada ___ trabalho informal sem carteira
 ___ desempregado ___ aposentado ___ sem emprego fixo (faz biscoito) ___ funcionário
 público estatutário ___ funcionário público contratado ___ diretor ___ gerente ___ empresário
 ___ microempresário.

(B) SITUAÇÃO DO MIGRANTE ANTES DA PARTIDA

Qual o seu local de residência anterior?

Como era sua atividade e a de seus pais?

Qual o nível de relacionamento com seus familiares e amigos?

(C) DESLOCAMENTO CHEGADA E INSTALAÇÃO

Quais os motivos da sua migração?

Como foi sua reação ao perceber que tinha que abandonar suas origens?

Como conseguiu informações sobre o destino escolhido e quais expectativas foram criadas?

Quais as dificuldades encontradas para seu deslocamento ao destino?

Como foi sua chegada ao destino principalmente em termos de apoio inicial?

(D) ATIVIDADES NO DESTINO

Quais as primeiras atividades exercidas no destino por você e sua família?

Quais as maiores dificuldades encontradas no destino?

Como se constituíram suas relações, no trabalho, escola, religião, amizades?

Teve oportunidade de convidar, influenciar e/ou apoiar pessoas do município de origem à mudar para Imperatriz?

ANEXOS

ANEXO A - MAPA DO ESTADO DO MARANHÃO



Fonte: IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2008).

ANEXO B – TELEGRAMA SOLICITANDO TRANSPORTE PARA IMIGRANTES

– Telegrama de Santos Bispo, de Amarante, para o prefeito Simplício Moreira.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS		TELEGRAMA	
NUMERO DE EXPEDICAO	131	CERIMBO DE ESTACAO	
Recebido.		INDICACOES DE SERVICO	M. Simplício Moreira
De		TAFADAB E ENVIADO	Juiz
As	hóras		
Por			
PRELIMBOLO	Amarante 17-12-25-1000		
<p>HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A DATA EM QUE O RECEBER COM ESSA PROVIDENCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZACAO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.</p>			
TEXTO E ASSINATURA	<p>Peço arranjara carro para um buscar 30 imigrantes para morar imperativo para o mesmo, a parolista espero resposta, de Amarante</p>		
	Santos Bispo		

Fonte: Livro. Autor MOREIRA "Simplício Moreira" 1997 P. 235

ANEXO C – GUIA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO DA COMPRA DE TERRENO NO ESTADO DO PARÁ

- Guia de Recolhimento de Imposto da compra de terreno no Estado do Pará – castanhais, 13.06.1946.

Recibo nº 1 *276*

DIRETORIA GERAL
DE
Obras Públicas, Terras e Viação
3ª Seção
PARÁ

GUIA 3ª Via

Rs. *R\$ 24.000,00*

Simplicio Telles Moreira

que recolher a Recebedoria de Rendas do Estado a importância de
Quatro mil e quatrocentos Cruzados e sessenta e seis
Reais correspondente a

2 parcelas do CUSTO DO TERRENO... *R\$ 24.000,00*

FEITIO DO TITULO... *5*

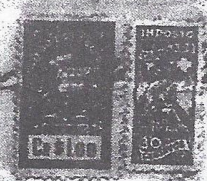
TOTAL... *R\$ 24.000,00*

de um terreno comprado ao Estado por *Simplicio Telles Moreira*

situado na Mangem aquando do rio "Lorros", afluente do rio Mangem situado no "Distrito de São Francisco" no 1º.º Quadrante, 4º.º Termo, 42º Município - "Coratá", e distrito de São - 4.256" 00, 00) Concedida a pedido pelo Sr. Presidente da República confor. o ofício nº 646 de 27/1/42 - C. P. G. do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores - local cujas medidas das terras for. feitas de acordo com o ofício nº 7 de Regulamento de Terras em 1942

Castanhais, 13 de Junho de 1946

OFICIAL ADMINISTRATIVO
P. D. S. Moreira



ANEXO D – MIGRANTES EXPOENTES NA FORMAÇÃO DE IMPERATRIZ

Os migrantes estão distribuídos em quatro grupos: a) imigrantes comerciantes, empresários e políticos nascidos no Maranhão; b) imigrantes comerciantes, empresários e políticos nascidos fora do território maranhense; c) imigrantes de perfil técnico, religioso, artístico, educador, e outros, sem envolvimento político partidário nascidos nesse estado; e d) imigrantes de perfil técnico, religioso, artístico, educador, professor e outros, sem envolvimento político partidário nascidos fora desse território. Esses imigrantes são identificados nos tópicos abaixo:

a) Imigrantes comerciantes, empresários e políticos nascidos no Maranhão: Adão Milhomem Barros, nascido em Grajaú (MA), chegou em 1940 e desempenhou atividades como garimpeiro, se estabelecendo como comerciante; Aderson Baiano dos Silva (sem dados de naturalidade – s.d.n), comerciante, chegou em 1958; Antenor Fontenele Bastos, natural de Grajaú (MA), comerciante, jornalista e político; Francisco da Silva Almeida, natural de Pedreiras (MA), empresário; Hamilton Miranda de Almeida (s.d.n) empresário e político; Oswaldo Rodrigues Marinho, natural de Porto Franco (MA), empresário; João Batista Mariano Carneiro (s.d.n), empresário; Antônio da Costa Chaves, natural de Carolina (MA), comerciante, agropecuarista; Antônio Vieira de Sousa, natural de Lago do Junco (MA), político; representante comercial; Eusébio Luís Rodrigues (s.d.n), um dos primeiros latifundiários de Imperatriz, proprietário da Fazenda Vitória; Fabrício de Sousa Ferraz (s.d.n), político e comerciante, um dos primeiros a trazer máquina de beneficiamento de arroz para Imperatriz, Fernando Teles Antunes, empresário (s.d.n) do ramo hoteleiro, chegou na década de 1970; Francisca Silva Guimarães, natural de Pedreiras (MA), funcionária pública e assessora parlamentar, chegou em 1975; Francisco Ribeiro Soares (s.d.n), comerciante e político, proprietário da Casa Ribeiro (comércio de tecidos e miudezas, destacado nas décadas 1940-1950); Francisco Rodrigues da Costa, natural de Santa Inês (MA), comerciante e político; Francisco Sampaio (s.d.n), advogado e comerciante, instalou a primeira beneficiadora de algodão em Imperatriz; Frederico Almeida Rocha, natural de Caxias (MA), advogado, professor e político; Jessé Gonçalves Cutrim, natural de Bacabal (MA), professor e político, vice-prefeito em 2000-2004; João Brito Lira, natural de Brejo do Paraibano (MA), comerciante, chegou em 1955, foi proprietário da maior loja comercial da década de 1950, vendendo tecidos, louças, alumínio, miudezas em geral, máquinas de costura, sendo a primeira loja a vender brinquedos

movidos à pilha; Jomar Fernandes Pereira Filho, natural de São Luís (MA), funcionário público, sindicalista e político, prefeito de Imperatriz (2001-2004); José Carlos Soares Barros, natural de Presidente Dutra (MA), comerciante e político; José Ribamar Fiquene, natural de Itapecuru-Mirim (MA), magistrado, político, professor e escritor, prefeito de Imperatriz (1983-1989), vice-governador do estado assumindo, o governo no período de abril de 1994 a janeiro de 1995; José Joaquim Pereira, natural de Tutóia (MA), militar (Tenente PM), político, prefeito de Imperatriz nomeado no período de fevereiro de 1931 a junho desse mesmo ano; José Matos Moreira, natural de Caxias (MA), jornalista e empresário gráfico fundador do jornal *O Progresso*, foi nomeado em 1972 pelo prefeito para compor a comissão que escolheu os símbolos do município (bandeira, hino e brasão); José Nival Coelho Milhomem, natural de Estreito (MA), microempresário industrial e político (vereador), chegou em 1971; José Ponte, médico, chegou em 1959 juntamente com sua esposa Olga, também médica; José Raposo Gonçalves da Silva, natural de Vitória do Mearim (MA), mas mudou-se cedo para Grajaú (MA) onde viveu até migrar para Imperatriz, comerciante, jornalista, poeta e político, irmão do ex-prefeito Pedro Ribeiro Gonçalves; Laet Braga (s.d.n), médico, fixou residência na década de 1960 e comprou o Hospital Ebenézer; Leôncio Pires Dourado (s.d.n), político e líder maçônico, vereador por dois mandatos, tomando posse em 1967 e 1971; Leonildo Alves de Sousa, natural de Pastos Bons (MA), empresário, poeta e cronista, chegou em 1978; Marcos Rodrigues de Souza, natural de Mirador (MA), comerciante e político, fixou residência em 1965; Maria da Conceição Medeiros Formiga, natural de Barra do Corda (MA), chegou em 1967, professora e política, vereadora 1989-1993 e 2001-2004; Mariano Dias Pereira, natural de Fortuna (MA), funcionário público, líder comunitário e político, vereador 2001-2004; Mário da Silva Brandão, natural de Passagem Franca (MA), chegou em 1963, comerciante do ramo de secos e molhados, membro fundador do Rotary Club de Imperatriz; Olívio Alves Viana, comerciante e garimpeiro, chegou em 1958; Pedro Ribeiro Gonçalves, natural de Carolina (MA), político, prefeito de Imperatriz 1964-1966, vereador por três mandatos; Raimunda Angélica Rodrigues da Silva, natural de Vargem Grande (MA), líder comunitária e política, vereadora 1983-1989, reside em Imperatriz desde 1965; Sady de Melo Duarte, natural de Grajaú (MA), trabalhou na Rodobrás, empresa construtora da Belém-Brasília, fazendo pagamento dos trabalhadores; Severino Silva, funcionário público, natural de São Vicente de Férrer (MA), chegou em 1965 com o objetivo de fundar o sindicato dos arrumadores; Simplício Alves Moreira, natural de Grajaú (MA), político, comerciante, extrativista de castanha do Pará, suplente de juiz da Comarca de Imperatriz 1935-1936, promotor público interino em 1941, agente especial do IPASE- 1963-1964, vereador 1928-1930, prefeito de Imperatriz 1948-1951e 1953-1956, casou-se com

Raimunda Matos Sampaio com quem teve uma filha e depois com Olívia Pereira Cortez tendo mais quinze filhos; Ulisses de Azevedo Braga, natural de Carolina (MA), fixou residência em Imperatriz em 1987, advogado, político e escritor; Waldemar Gomes Pereira, natural de Porto Franco (MA), advogado, político e líder maçônico (ENCICLOPEDIA DE IMPERATRIZ, 2003; MOREIRA, 1997; BARROS, 1996).

b) Imigrantes comerciantes, empresários e políticos nascidos fora do estado: Onofre Rodrigues Corrêa, natural de Minas Gerais, empresário pecuarista; André Paulino de Albuquerque, natural de Rio Grande do Norte, médico e político; Antero Abílio de Freitas – Português, empresário (chegou ao Brasil em 1956, fixando residência em São Luís, mudando para Imperatriz em 1971); Antônio Celso Izar, natural de São Paulo, empresário (proprietário de agroindústria de açúcar e álcool); Antônio Leite Andrade, natural de Goiás, médico, empresário e político; Dorlice Souza Andrade, natural de Minas Gerais, professora e empresária; Antônio Rafael de Almeida, natural da Bahia, pecuarista; Carlos Gomes de Amorim, natural de Alagoas, médico e pecuarista; Coriolano de Sousa Milhomem, natural de Boa Vista de Goiás, político; Divino Garcia Rosa, natural de Minas Gerais, pecuarista, chegou em 1977; Dorgival Pinheiro de Souza, natural do Piauí, comerciante, político; Enéas Nunes Rocha, natural da Bahia, economista, professor e político, chegou em 1974; Damásio Costa Torres, natural do Ceará, Francisco Neudson Claudino, natural da Paraíba, empresário e político, chegou em 1966; Gumercindo de Sousa Milhomem, natural de Goiás, comerciante, poeta e político, filho do chefe político Coriolano de Sousa Milhomem, foi o primeiro e mais jovem prefeito eleito (mandato de 1923-1928); Ildom Marques de Souza, natural de Paraíba, empresário, proprietário do grupo Liliane, de lojas magazine e materiais de construção, prefeito de Imperatriz de 1995 a 2001; João Menezes Santana, natural de Goiás, comerciante e político, prefeito de Imperatriz (1961-1964); Júlio Guerra, natural de Anápolis-GO, empresário, chegou em 1967, foi o principal responsável pela construção dos empreendimentos Terminal Rodoviário de Imperatriz, Hotel Anápolis, Itaqui Pálace Hotel e Restaurante Anápolis; José de Sousa Lima, natural do Ceará, chegou em 1920 vindo de Balsas (MA), político foi suplente de vereador; Levindo de Sousa Milhomem, natural de Três Barras-SC, advogado e político, vereador (1955-1958), irmão de Gumercindo de Sousa Milhomem; Lourenço Antônio Gallette, natural de Espírito Santo, empresário, implantou um dos maiores complexos industriais e agroindustriais da região; Lourenço Avelino de Sousa (s.d.n), empresário, chegou em 1958 e alugou o Cinema Muiraquitã no período de 1965 a 1973, em seguida montou seu próprio cinema “FIDES” em 1974; Luís de França Moreira, natural de Belém (PA), chegou em 1954, pastor evangélico da Assembleia de Deus; Luís Carlos Barbosa Noletto, natural de Pedro Afonso-GO,

chegou em 1973, médico, político, vice-prefeito (1997-2001), vereador em 1992; Marcelino de Paula Cortez, natural de Ceará, comerciante pecuarista; Oscar Gundim, natural de Petrolina de Goiás, advogado e professor, veio para Imperatriz em 1975 como sócio de uma consultoria de contabilidade e advocacia, foi professor da Universidade Federal do Maranhão Campus II durante seis anos; Raimundo Telefre Sampaio, natural de Granja (CE), político, vereador 1977-1983, foi o primeiro prefeito de Açailândia (ex-distrito de Imperatriz, emancipado em 1981); Renato Almeida Correia dos Santos, natural do Amazonas, mudando para Belém (PA) aos nove anos de idade, em 1971 passou a residir em Imperatriz, empresário do ramo de suprimentos gráficos; Roberto Chaves, natural do Pará, mudou-se para esse município, radialista (Mirante AM e rádio Capital AM – programa “Conversa Franca”); Roosevelt Guerra, empresário, natural de Anápolis-GO, chegou em 1967; Rosinaldo Gonçalves Martins, empresário, natural do Pará, chegou em 1977, foi diretor comercial do jornal *O Progresso*; Salomão José de Santana, natural de Canto do Buriti (PI), comerciante, chegou em 1960, político, vereador em dois mandatos (1971-1973 e 1983-1989); Salvador Rodrigues de Almeida, natural de Jacinto-MG, agropecuarista, político, vereador (1989-1993), prefeito de Imperatriz (1993-1995); Sebastião de Almeida Negreiros, natural de São Miguel de Pau de Ferro-RN, jornalista e escritor; Vilson Estácio Maia, empresário, pecuarista, natural do Rio Grande do Norte, atua desde 1962 no ramo de ótica, joias e relojoaria, presidiu a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, o Sindicato do Comércio Varejista; Vonges Guerra, empresário, natural de Anápolis-GO, chegou em 1967 (ENCICLOPEDIA DE IMPERATRIZ, 2003; MOREIRA, 1997; BARROS, 1996).

c) Imigrantes de perfil técnico, religioso, artístico, educador, professor e outros, sem envolvimento político partidário nascidos no Maranhão: Lourenço Pereira de Sousa, natural de Amarante do Maranhão, professor; Etevaldo Moreno de Araújo, natural de Barra do Corda, pintor; Agostinho Noleto Soares, natural de Carolina (MA), advogado, escritor e jornalista; Augusto Oliveira Milhomem, natural de Montes Altos (MA), escritor; Claudivina Araújo Morais, natural de Montes Altos (MA), professora; Clésio Rodrigues Fonseca (s.d.n), bioquímico, chegou a Imperatriz em 1972; Dunshee de Abranches, natural de São Luís, poeta, jornalista e sociólogo; Ernando Farias de Timóteo, natural de Caxias (MA), jornalista e instrutor de autoescola, chegou em 1975; Espedita Vieira de Sá, natural de Presidente Dutra (MA), artista plástica e artesã, chegou em 1974; Evane Santos Ferreira, natural de Barra do Corda (MA), professora, chegou em 1952; Francisco Marques Ramos (s.d.n), eletrotécnico, pioneiro na instalação do rádio em Imperatriz, chegou em 1963; José Henrique dos Santos Guimarães, natural de São Luís (MA), chegou em 1962, psicólogo e compositor musical; Henrique Pereira

de Araújo (s.d.n), advogado, foi fundador e o primeiro presidente do Rotary Club de Imperatriz; Hilma Maria de Paiva Assunção, natural de Colinas (MA), médica, chegou em 1961; João Renôr Ferreira de Carvalho, natural de Fortaleza dos Nogueiras (MA), professor, Doutor pela Universidade de Sorbone, na França, escritor, foi diretor do Campus II da UFMA em Imperatriz; José Antonio Neves da Silva, natural de Pedreiras (MA), artista plástico (pintor), chegou na década de 1960; Jurivê de Macedo (Raimundo Jurivê Pereira de Macedo, (s.d.n), chegou em 1967, advogado e jornalista, primeiro editor do jornal *O Progresso*, foi chefe do escritório da construtora Norte, subsidiária da Rodobrás na abertura da Belém-Brasília; Pedro Américo de Sales Gomes, natural de Carolina (MA), foi presidente da Telefônica Imperatriz S.A; Pedro dos Santos Silva (s.d.n), produtor cultural, chegou na década de 1970 e construiu o primeiro teatro de Imperatriz; Antônio José da Silva Pinheiro, natural de Pedreiras (MA), repórter fotográfico, chegou em 1976; Raimundo Costa Silva, natural de Barra do Corda (MA), chegou em 1970, foi gerente da empresa Transbrasiliiana Transporte e Turismo Ltda; Ubiraja Pereira Filho, médico, natural de Riachão (MA), um dos fundadores da Associação Médica de Imperatriz em 1975; Yehoshua Maor, natural de Bacabal (MA), chegou na década de 1970, trabalhou como estagiário do Banco do Nordeste, agência Imperatriz (1985-1986), bioquímico, possui cidadanias israelenses e francesas, mestre em Química Médica pela Hebrew University de Jerusalém (Israel), poliglota, fluente em inglês, francês, espanhol, hebraico e aramaico (ENCICLOPEDIA DE IMPERATRIZ, 2003; MOREIRA, 1997; BARROS, 1996).

d) Imigrantes de perfil técnico, religioso, artístico, educador, professor e outros, sem envolvimento político partidário nascidos fora do Maranhão: Carmem Rodrigues da Silva Araújo, natural da Bahia, professora; Flávia Anichinni, natural de Verona – Itália, religiosa; Ambrósio Albe, natural de Milão – Itália, religioso (chegou em 1967); Antônio Tavares de Araújo, natural do Piauí, bioquímico; Benedito Batista Pereira, natural da Paraíba, professor, escritor e músico; Cícero Marcelino de Melo, natural de Alagoas, sacerdote, professor e escritor; Eniquerson Moraes de Sousa, natural de Iporá (GO), contabilista, chegou em 1975; Epifânio da Badia, natural de Abadia – Itália, frade capuchinho, chegou ao Brasil em 1947 e a Imperatriz em 1952; Francisco Ricardo da Silva, natural do Ceará, técnico em telefonia, instalou a rede telefônica de Imperatriz – Telimsa; Josimo Moraes Tavares, natural de Marabá (PA), padre da paróquia de São Sebastião (TO) na região do Bico do Papagaio e pertencia à Comissão Pastoral da Terra – CPT com sede em Imperatriz, onde foi assassinado em maio de 1986; Justino José de Sousa, natural de Floriano (PI), chegou em 1970, contabilista; Luíza Ferreira de Aquino, natural de Floriano (PI), artista plástica, chegou em 1976; Luíza Rocha Queiroga, natural de Catolé do Rocha-PB, farmacêutica bioquímica, chegou em 1982; Manoel Aureliano Ferreira

Neto, natural de Rio de Janeiro, juiz de direito, escritor e professor chegou em 1975; Manoel Cecílio Ferreira Ribeiro, natural de Belém (PA), radialista, chegou em 1979; Marcelino Sérgio Bicego, natural de Milão – Itália, frade capuchinho, fixou residência em 1971, primeiro bispo de Imperatriz; Maria Luíza Coelho Brandão, natural de Esperança (PB), professora, chegou em 1963, foi a primeira diretora da Escola Estado de Goiás em Imperatriz; Raimundo Nonato Pires, natural de Igarapeaçu (PA), agrimensor, chegou em 1962 para trabalhar na demarcação da fazenda de Juraci Baiano; Raimundo Prado Vasconcelos, natural de Tianguá (CE), administrador de empresas, chegou em 1973 para gerenciar as Casas Pernambucanas e organizou as primeiras reuniões para fundar a Câmara dos Diretores Lojistas de Imperatriz – CDL, organizou o Serviço de Proteção ao Crédito e o dirigiu por 14 anos, foi diretor administrativo e financeiro da TV Difusora; Rogério de Milão, natural de Milão – Itália, frade, teólogo, filósofo, psicólogo, antropólogo e poliglota, coordenou trabalhos de prelazia em 1974; Romeu Guerra, empresário, natural de Anápolis (GO), chegou em 1967; Sílvia Passos, cabeleireira, natural da Bahia, proprietária de um dos mais antigos e tradicionais salões de beleza de Imperatriz, chegou na década de 1970; Tomázia Pereira Nunes, natural de São João do Piauí, chegou em 1945 depois de cinco meses viajando a cavalo, vindo do município de Barra do Corda acompanhada do marido, dos dez filhos e um sobrinho, seu marido Isac de Aquino Gomes foi o primeiro morador do povoado Lagoa Verde; Vito Milesi, natural de Roncobello, província de Bérgamo, no norte da Itália, filósofo, teólogo, articulista e tradutor, chegou ao Brasil em 1955 como sacerdote missionário no Rio de Janeiro, em 1979 deixa o ministério eclesiástico e nesse mesmo ano chegou a Imperatriz onde lecionou na Universidade Federal (campus II) e em vários colégios, publicou subsídios didáticos e artigos em Imperatriz e em periódicos italianos; Wilton Alves Ferreira, natural de Goiás, chegou na década de 1970, jornalista, fundou e dirigiu os jornais *Gazeta de Imperatriz* e *Tribuna de Imperatriz*; Wolfgang Koming, economista, natural de Gottingen – Alemanha, chegou em 1986 para desenvolver métodos de estudos de pré-viabilidade, viabilidade e acompanhamento de um esquema de apoio à pequena e média empresa da área do Programa Grande Carajás; Wolfgang Mathis, engenheiro econômico, natural de Gottingen – Alemanha, trabalhou em Brasília como técnico da Organização das Nações Unidas – ONU, chegou em 1986 para desenvolver métodos de estudos de pré-viabilidade, viabilidade e acompanhamento de um esquema de apoio à pequena e média empresa da área do Programa Grande Carajás; Zeca Tocantins (José Bonifácio César Ribeiro), natural de Xambioá (TO), cantor, compositor, poeta e jornalista, chegou em 1963, foi presidente do Sindicato dos Músicos da Região Tocantina (ENCICLOPEDIA DE IMPERATRIZ, 2003; MOREIRA, 1997; BARROS, 1996).

Além das trajetórias listadas registram-se ainda as das irmãs capuchinhas missionárias, de Gênova – Itália, presentes no Maranhão desde 1899, em Alto Alegre (MA) e Barra do Corda (MA) para educar segundo o cristianismo as meninas indígenas que habitavam aquelas florestas. Essa irmandade, com sede em Fortaleza ligava-se com congregações de Moçambique (África), São Luís (MA), Grajaú (MA), Codó (MA), Caxias (MA), Teresina (PI), Belém (PA), Abaetetuba (PA), Camucim (CE), Maranguape (CE), Capim de Roça (CE), João Pessoa (PB), Campinas (SP), São Roque (SP), Juazeiro do Norte (CE), Guaramiranga (CE), Niterói (RJ), Santa Barbara (MG), Antonio Diogo (CE), Lagoa dos Gatos (PE), Benjamim Constant (AM), Manaus (AM), São Paulo de Olivença (AM), Esmeraldas (Equador), Manaus (AM), Campos Lindo (TO), Águas Lindas (GO), Santo Amaro (MA), Morros (MA), Goiatins (TO), Luciara (MT), Gov. Edson Lobão (MA), Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF) (ENCICLOPÉDIA DE IMPERATRIZ, 2003).

Essa irmandade propiciou a migração de outros religiosos para Imperatriz – MA através de convite de Dom Roberto Júlio Colombo de Castellanza, bispo de Grajaú (MA). Há registro de chegada – em 1922, aproximadamente – das Irmãs Judith Maria, de Fortaleza, Águeda Maria de S. José e Eleonora Maria de Quixeramobim (CE), com a missão de fundarem uma casa religiosa e uma escola nesse município (CRUZ, 2012; BARROS, 1984; LIVRO DE TOMBO DO INSTITUTO DOS ÍNDIOS DE BARRA DO CORDA, 1901-1915; LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TERESA D'ÁVILA: 1920-1937, s.d.).

A Escola Santa Teresinha foi fundada por essas missionárias consolidando-se até o momento atual como uma das mais antigas e concentra alunos oriundos das altas classes de renda (LIVROS DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA: 1946-1961, s.d.; LIVROS DE TOMBO DA ESCOLA SANTA TERESINHA: 1961-1978, s.d.). A importância desse marco migratório é evidente considerando a influência da igreja em um processo de formação histórica desse município. Verifica-se que as religiosas, na sua missão formadora de um espírito cristão, conduziram também a estratégia de nortear caminhos mais consistentes através da escola para a difusão de princípios do civismo, patriotismo, entre outros. Ademais, acreditava-se que o culto católico promovesse o fortalecimento desses, simbolicamente, para os embates com liberais, participantes dos erros da modernidade (COMBLIN, 1976).

No contexto migratório religioso, Imperatriz recebeu também as irmãs canossianas, irmandade fundada por Madalena de Canossa, em Verona – Itália, no século XIX. Essa desenvolve atividades em três áreas específicas: educação, assistência aos doentes e evangelização. Está presente em cada um dos continentes do planeta, totalizando 35 países. Chegou ao Brasil em 1948 e atua em cinco estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais,

Santa Catarina e Maranhão. Sua chegada a Imperatriz ocorreu no final da década de 1970. As irmãs canossianas atuaram no bairro Vila Nova e, atualmente, no Parque Santa Lúcia, com a escola “Jardim Canossa” com trabalhos voltados para a promoção humana e social das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente para a recuperação de crianças com alto nível de desnutrição (FUNDAÇÃO DOS FILHOS DA CARIDADE, 2016).

Observa-se que as duas congregações atuam em segmentos extremos e opostos da sociedade. Enquanto as irmãs capuchinhas estruturaram-se para doutrinar e educar a elite – formada basicamente pelas famílias de comerciantes e empresários que migraram para esse município –, as canossianas, ao contrário, se estabeleceram nas zonas periféricas onde se dedicam ao trabalho educativo e social atendendo às classes de baixa renda (FUNDAÇÃO DOS FILHOS DA CARIDADE, 2016).

Analisando a influência dos migrantes no povoamento com base na descendência, observa-se que eles originaram ramificações familiares estabelecendo linhagens tradicionais como: Cortez Moreira, proprietários da Fazenda Prata; Milhomem, proprietários da Fazenda Campo Alegre; Bandeira Barros; Bastos; Cortez; Herênio; Lopes; Lins; Maranhão; Martins; Ribeiro; Rocha e Família Rolim, entre outras. Um exemplo dessa integração familiar a partir do migrante na povoação do município está na árvore genealógica pertencente a Simplício Alves Moreira. Sua primeira geração – de dezesseis filhos – deu origem a segunda geração – com 43 netos – e a terceira – com 41 bisnetos. Nesse caso, enquadra-se em um só tronco familiar um contingente de 100 pessoas constituída de um imigrante, casado em 1926 (MOREIRA, 1997).